Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Economia

O PADRÃO DE FINANCIAMENTO RURAL E A REGULAÇÃO DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA NOS ANOS 80

(Expansão, Auge e Declínio da Política de Crédito Rural no Brasil)

Este exemplar corresponde ao original da tese defendida por David Ferreira Carvalho em 09/11/94 e orientada pelo Prof. Dr. Luís Carlos Guedes Pinto.
CPG/IE, 22/11/94.

DAVID FERREIRA CARVALHO

Tese de Doutoramento apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Professor Luís Carlos Guedes Filho

Campinas, agosto de 1994

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

O PADRÃO DE FINANCIAMENTO RURAL E A REGULAÇÃO DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NOS ANOS 80

(Expansão, Auge e Declínio da Política de Crédito Rural no Brasil)

DAVID FERREIRA CARVALHO

Tese de Doutoramento Apresentada

ao Instituto de Economia

da UNICAMP

ORIENTADOR: Prof. Luís Carlos Guedes Pinto

Campinas

(1994)

DEDICATÓRIA

A memória dos meus inesqueciveis pais, ANTONIO BATISTA CAVALCANTI CARVALHO E ALCINDA FERREIRA CARVALHO, por tudo que fizeram po mim.

AGRADECIMENTOS

À presente tese contou, de certo modo, com a colaboração e o apoio de várias pessoas. Para superar as dificuldades de toda ordem, surgidas durante a fase de elaboração, foi fundamental o estímulo e o calanto da palavra amiga. Não podendo citar todas elas, neste espaço, faço referência as mais próximas sem deixar de agradecer, desde já, as demais.

De início quero agradecer o meu orientador, o amigo e professor Luis Carlos Guedes Pinto, que viabilizou a construção desta tese com seu sincero e amigável apoio intelectual, nos momentos mais difíceis, e através do acompanhamento nas diferentes fases da sua execução.

Aos professores José Graziano da Silva e Angela Kageyama pelos ensinamentos na àrea da teoria das ciências agrárias e da observância do rigor do método científico.

Aos professores Mario Possas e Fernando Nogueira da Costa que me ensinaram a compreender os fundamentos da complexa teoria pós-keynesiana e pela oportunidade dada, durante os seus rigorosos cursos de teoria econômica, para que eu pudesse corrigir alguns viéses de leitura da macroeconomia keynesiana.

Aos professores Wilson Cano e Paulo Baltar pelos ensinamentos e pela sincera amizade demonstrada durante o período da minha estadia em Campinas. Ao amigo e conterâneo Naterres Teixeira pela amizade e apoio sempre que solicitado.

Aos colegas do curso de doutorado, em especial Henrique Dantas Neder, que em alguns momentos discutiram as idéias básicas desta tese. Aos colegas do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA) e do Departamento de Macro e Microeconomia da UFPa, pelo estímulo e apoio para que eu pudesse levar adiante a elaboração da tese. Aos técnicos do Banco do Brasil e do Banco Central da Regional do Pará, em particular Marcos Torres, por ter me facilitado o acesso aos dados estatísticos sobre crédito rural.

Finalmente, minha gratidão a Maryan Cutrim Carvalho, minha esposa e amiga, e aos meus filhos Claudio, Marcelo e André, na esperança de que me perdoem pelos momentos em que não lhes pude dar a atenção que merecem.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA

AGRADECIMENTOS

LISTA DE TABELAS

RESUMO

INTRODUÇÃO.....1

CAPÍTULO I:OS PROBLEMAS DE FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA BRASILEIRA 9

1.1.INTRODUÇÃO.....9

1.2.Os Problemas Agrários e o Financiamento do Desenvolvimento da Agricultura 9

1.3.Os Problemas Agrícolas e o Financiamento da Modernização da Agricultura.....16

1.4.A Visão Alternativa da Modernização da Agricultura 23

1.5.OS Problemas do Financiamento da Modernização da Agricultura 27

CAPÍTULO II:FUNDAMENTOS PARA UMA TEORIA ALTERNATIVA DO FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA 33

2.1.INTRODUÇÃO 33

2.2.A GÊNESE DO SISTEMA DE CRÉDITO 36

2.2.1.Sistema de Crédito e a Circulação Financeira 40

2.2.2.Sistema de Crédito e Capital Financeiro 45

2.3.A DINÂMICA DO FINANCIAMENTO E A VALORIZAÇÃO DO CAPITAL 50

2.3.1.Expectativas nas Decisões de Produção e Investimento 55

2.3.2.Condições de Financiamento e Decisões de Preços 62

2.3.3.Decisões de Financiamento dos Investimentos 74

2.3.4.Preferência pela Liquidez e Taxa de Juros 79

2.4.COMPORTAMENTO DOS AGENTES NO MERCADO FINANCEIRO 89

2.5.AS FONTES ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO 94

2.5.1.A Intermediação Financeira.....95

2.5.2.Formas Alternativas do Crédito.....98

CAPÍTULO III:O PADRÃO DE FINANCIAMENTO RURAL NA FASE DE EXPANSÃO DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA:1969/1979 103

3.1.INTRODUÇÃO.....103

3.2.O SISTEMA FINANCEIRO RURAL PARA A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA.....108

3.2.1.A Dinâmica da Modernização da Agricultura no Ciclo da Industrialização Tardia 110

3.2.2.A Dinâmica do Ciclo Econômico e a Crise Financeira Rural 113

3.2.3.A Institucionalização do Sistema Nacional de Financiamento Rural.....117

3.3.A POLÍTICA DE FINANCIAMENTO RURAL PARA A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: 1969/1979 122

3.3.1.A Política Monetária e a Regulação do Crédito Rural:1969/79.....123

3.3.2.A Política de Financiamento Rural na Fase de Expansão e Auge da Modernização da Agricultura:1969/76 132

3.3.2.1.O Crédito de Investimento e a Mecanização da Agricultura.....136

3.3.2.2.O Crédito de Custeio e Quimificação da Agricultura 140

3.3.2.3.O Crédito de Comercialização e a Produção Agrícola 141

3.3.2.4.Financiamento Rural e Produção Agrícola 143

3.3.3.Mudanças na Política de Financiamento Rural e Seus Reflexos na Modernização da Agricultura:1977/79.....146

3.3.4.Taxas de Juros e Subsídios dos Financiamentos Rurais 151

CAPÍTULO IV:A CRISE DO PADRÃO DE FINANCIAMENTO RURAL NA FASE DE DESACELERAÇÃO DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA:1980/1985.....156

4.1.INTRODUÇÃO.....156

4.2.O DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO DO SETOR PÚBLICO E A CRISE DO MERCADO DE CRÉDITO RURAL:1980/1985 156

4.2.1.A Política de Restrição Creditícia e as Mudanças no Padrão de Financiamento Rural:1980/1984 168

4.2.2.A Política Expansiva de Crédito Rural na Transição à Nova República:1985 184

4.3.O RACIONAMENTO DO CRÉDITO RURAL E A QUEDA NO RITMO DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA:1980/1985 187

4.4.A POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO RURAL:1980/1985 194

4.4.1.Distribuição do Crédito Rural Por Região 197

4.4.2.Distribuição do Crédito Rural Por Setor e Produtos 199

4.4.3.Distribuição do Crédito Rural Por Produtor 199

CAPÍTULO V:A RUPTURA DO PADRÃO DE FINANCIAMENTO RURAL E SEUS IMPACTOS NA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA:1986/1990 197

5.1.INTRODUÇÃO.....201

5.2.A RETOMADA DA POLÍTICA EXPANSIVA DE CRÉDITO RURAL NO PLANO CRUZADO: 1986 202

5.2.1.Os Momentos de Euforia da Agricultura Durante o Plano Cruzado...209

5.2.2.A Política de Crédito Rural do Plano de Metas e o "Pacote Verde" 212

5.3.A POLÍTICA DE FINANCIAMENTO NO PÓS-CRUZADO:1987/1990.....220

5.3.1.O Endividamento dos Agricultores e a Busca de Fontes Alternativas de Financiamento Rural 223

5.3.2.A Política de Juros Altos e o Refinanciamento Rural 228

5.3.3.A Ruptura do Padrão de Financiamento Rural num Ambiente de Alta Inflação 233

5.3.4.O Impasse da Política de Financiamento Rural e a Busca de Fontes Alternativas no Plano Collor 241

5.4.A CRISE FINANCEIRA RURAL E O DESEMPENHO DO SETOR AGROPECUÁRIO:1986/1990.....245

CONCLUSÕES 252

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 257

ANEXOS.....271

LISTA DE TABELAS

CAPÍTULO III

Tabela No.3.1.Consumo Intermediário na Agricultura Brasileira:1930/1990.

Tabela No.3.2.Receitas do Fundo de Ágios e Bonificações sobre o Comércio Exterior e Empréstimos Rurais no Brasil:1951/1968.

Tabela No.3.3.Saldos dos Empréstimos do Banco do Brasil à Agricultura Brasileira:1969/1979.

Tabela No.3.4.Evolução dos Financiamentos Rurais Concedidos a Produtores e Cooperativas no Brasil:1969/1979.

Tabela No.3.5.Distribuição e Evolução dos Ativos Financeiros:Monetários e Não-Monetários:1969/1979.

Tabela No.3.6.Distribuição e Evolução dos Empréstimos do Sistema Financeiro no Brasil:1969/1979.

Tabela No.3.7.Evolução e Distribuição dos Financiamentos Rurais dos Fundos Específicos do FUNAGRI no Brasil:1969/1979.

Tabela No.3.8.Evolução do PIB Agropecúario,do Crédito Geral e do Crédito Rural no Brasil:1969/1979.

Tabela No.3.9.Distribuição dos Financiamentos Rurais Concedidos a Produtores e Cooperativas por Instituição Financeira no Brasil:1969/1979.

Tabela No.3.10.Crédito Geral do Sistema Financeiro,do Crédito do Banco do Brasil e dos Bancos Comerciais no Brasil:1969/1979.

Tabela No.3.11.Financiamentos Rurais Concedidos a Produtores e Cooperativas por Finalidade no Brasil:1969/1979.

Tabela No.3.12.Distribuição e Evolução do Crédito Rural por Finalidade e por Atividade no Brasil:1969/1979.

Tabela No.3.13.Crédito de Investimento,Produção e Vendas de Máquinas Agrícolas no Brasil:1969/1979.

Tabela No.3.14.Crédito de Custeio e Consumo Aparente de Fertilizantes e Defensivos no Brasil:1969/1979.

Tabela No.3.15.PGHM no Brasil:Aquisições e Financiamentos do Governo Federal:AGF e EGF:1969/1979.

Tabela No.3.16.Taxas de Crescimento da Produção Agropecuária Brasileira: 1960/1979.

Tabela No.3.17.Evolução da Produtividade na Agricultura Brasileira: 1970/1980.

Tabela No.3.18.Produção dos Principais Produtos Alimentares,Matérias-Primas e de Exportação do Brasil:1969/1979.

Tabela No.3.19.Padrão de Crescimento Regional:1970/1985.

Tabela No.3.20.Distribuição dos Financiamentos Rurais Concedidos a Produtores e Cooperativas por Região;1969/1979.

Tabela No.3.21.Financiamentos Rurais e Depósitos à Vista no Brasil:Banco do Brasil e bancos Comerciais:1969/1979.

Tabela No.3.22.Coletânea dos Encargos Financeiros do Crédito Rural: 1979/1990.

Tabela No.3.23.Taxas de Juros Nominais,Taxas de Juros Reais e Taxas de Juros Reais Corrigidas Para Prazos Médios dos Créditos de Custeio, Investimento,Comercialização,Aquisição de Fertilizantes e Outros Insumos Gerais no Brasil:1969/1979.

Tabela No.3.24.Estimativa do Volume dos Subsídios Implicítos a Partir das Taxas de Juros Reais Corrigida por Finalidade de Crédito Rural no Brasil: 1969/1979.

CAPÍTULO IV

Tabela No.4.1.Dívida Externa Registrada:Pública e Privada:1980/1990.

Tabela No.4.2.Taxas Anuais de Variação Real por Produto,da Inflação e Carga Tributária no Brasil:1980/1990.

Tabela No.4.3.Balança comercial Geral e do Setor Agrícola:1980/1990.

Tabela No.4.4.Dívida Externa Bruta e Dívida Líquida do Brasil;1980/1990.

Tabela No.4.5.Dívida Líquida do Setor Público em relação ao PIB:1982/1990.

Tabela No.4.6.Evolução dos Financiamentos Rurais Concedidos a Produtores e Cooperativas no Brasil:1980/1990.

Tabela No.4.7.Financiamentos Rurais Concedidos aos Produtores e Cooperativas por Finalidade e Total:1980/1990.

Tabela No.4.8.Distribuição dos Financiamentos Rurais por Instituição de Crédito e Atividade no Brasil:1980/1990.

Tabela no.4.9.Empréstimos do sistema Financeiro no Brasil:Crédito Total e Crédito Rural;1980/1990.

Tabela No.4.10.PGPM no Brasil:Financiamentos e Aquisições do Governo Federal:1980/1990.

Tabela No.4.11.Financiamentos Rurais e Depósitos a Vista no Brasil:Banco do Brasil e Bancos Comerciais:1980/1990.

Tabela No.4.12.Crédito de investimento,Produção e Vendas de Máquinas Agrícolas no Brasil:1980/1990.

Tabela No.4.13.Produção e Consumo Aparente de Fertilizantes e Defensivos Agrícolas no Brasil:1980/1989.

Tabela No.4.14.Produção dos Principais Produtos Alimentares,Matérias-primas e de Exportação no Brasil:1980/1990.

Tabela No.4.15.Financiamentos Rurais Concedidos a Produtores e Cooperativas no Brasil por Região:1980/1990.

Tabela no.4.16.Distribuição Percentual do Valor do Financiamento Rural em Relação ao Valor da Produção Agropecuária:1970/1985.

Tabela No.4.17.Distribuição dos financiamentos Rurais por Região e Atividade no Brasil;1980/1990.

Tabela No.4.18.Distribuição Percentual dos Financiamentos Rurais por Produtores no Brasil:1980/1990.

Tabela No.4.19.Distribuição dos financiamentos Rurais por Estrato de Área:1970/1985.

Tabela No.4.20.Distribuição Percentual dos Financiamentos Rurais por Tipo de Beneficiário e Porte de Produtor no Brasil:1982/1990.

CAPÍTULO V

Tabela No.5.1.Evolução dos Haveres Financeiros:Monetários e Não-monetários:1980/1990.

Tabela No.5.2.Empréstimos do Sistema Financeiro ao Setor Rural no Brasil: 1980/1990.

Tabela No.5.3.Evolução e Distribuição dos Financiamentos Rurais dos Fundos Específicos no FUNAGRI:1980/1990.

Tabela No.5.4.Distribuição Percentual das Fontes de Financiamento Rural no Brasil:1986/1990.

Tabela No.5.5.Safras Agrícolas:Produção de Grãos no Brasil:1980/1990.

Tabela No.5.6.Taxas de Juros Nominais e Reais dos Créditos de Custeio, Investimento,Comercialização,aquisição de Fertilizantes e Outros Insumos no Brasil:1980/1990

Tabela No.5.7.Estimativa do Volume de Subsídios Implícitos nas Taxas de Juros do Financiamento Rural por Linha de Crédito no Brasil:1980/1990.

Tabela No.5.8.Desempenho Médio do Setor Agropecuário no Brasil:1970/1990.

Tabela No.5.9.Financiamentos Rurais Concedidos A Produtores e Cooperativas Por Fonte de Recursos no Brasil:1990

Tabela No.5.10.Dispendios Totais e Efetivos com Políticas Agrícolas e na Função Agricultura:1988/1990.

Tabela No.5.11.Distribuição das vendas de Tratores de Rodas por Região no Brasil:1980/1990.

Tabela No.5.12.Indice de Mecanização da Agricultura Brasileira:1960/1990.

OBSERVAÇÃO: As tabelas encontram-se no Anexo.

RESUMO

Na década de 80, a crescente fragilidade financeira do setor público, juntamente com a queda dos depósitos à vista dos bancos comerciais, realçaram os problemas do padrão de financiamento rural criado na metade dos anos 60. Neste sentido, o objetivo desta tese é analisar a dinâmica desse padrão de financiamento rural e seus reflexos sobre a modernização da agricultura nos anos 80. Para tal, busca-se estudar os fatores determinantes das mudanças ocorridas nas regras, condições e fontes do crédito rural frente as políticas macroeconômicas, especialmente durante os anos 80, com vistas a delimitar as possibilidades e limitações do governo federal no gerenciamento da crise do padrão de financiamento rural.

A revisão da literatura sobre os problemas do financiamento do desenvolvimento da agricultura, em seus aspectos essenciais, permitiu que se desenhasse um esboço teórico alternativo, centrado na visão pós-keynesiana, que serviu de balizamento à compreensão da dinâmica do financiamento da modernização da agricultura brasileira.

Apesar da base de sustentação desse padrão de financiamento rural — os fundos públicos e os depósitos à vista — as fontes de financiamento rural foram emitindo sinais de sua fragilidade financeira justamente no período que a economia brasileira passou a sofrer os efeitos perversos da dívida externa e interna e da aceleração inflacionária. Assim, se nos anos 70, esse padrão de financiamento rural, mesmo com alguns desvios, funcionou como o principal indutor da modernização da agricultura, nos anos 80, a crise do sistema financeiro rural acabou interrompendo a dinâmica da modernização da agricultura brasileira.

Finalmente, procura-se analisar as determinações macroeconômicas que precipitaram a ruptura do padrão de financiamento na fase pós-cruzado. Neste período recente, análise busca captar os efeitos das medidas adotadas pelos planos de estabilização no sentido de criar fontes alternativas de financiamento à produção agropecuária, sem, contudo, resolver o problema do crédito de investimento para a modernização da agricultura.

ABSTRACT

On 80th decade, the crescent financial fragility of the public setor, jointly with the falling of the demand deposits of comercials banks, emphasised the problems of the rural system financing created on half of 60th years. On this way, the objective of this thesis is to analyse the dinamics of this standard of rural finance and it's reflexs over the agriculture modernization on 80th years. For this, if quests to study the factors determinants of changes occureds in the rules, conditions and fonts of the rural credit in the face of the macroeconomics politics, especially during the 80th years, questing to delimit the federal government possibilities and limitations on managementing of the rural financing standard crisis.

The literature revision about the finance problems of the agriculture develcpment, on its essentials aspects, permited us to drawn a theoretical alternative sketch, centraled on the pos-keynesian vision, that served of buoyance to the comprehension of the finance process to the brazilian agriculture modernization.

In spite of the support of this rural financing model — the public funds and the demand deposits — the rural financial fonts was emited signs of its financial fragility on the same time that brazilian econony was sulffering wicteds efects of the external and internal debts and the inflationary acceleration, too. So, if on 70th years, this rural financing standard, even with some deviations, functioned as the inductor principal of the agriculture modernization; on 80th years, the crisis of the rural financing system, interrupted the modernization process of the brazilian agriculture.

Finally, if look for to analyse the macroeconomics determination that precipitated the rupture of the rural financial standard on "pós-cruzado" fase. On this sense, the analysis quests to capture the effects of the measures adopted for the stabilization plans towards to create alternatives fonts of finance to the agricultural production, without, however, solve the problem of the credit investiment to the agriculture modernization.

INTRODUÇÃO

À guisa de introdução pode-se dizer, de antemão, que a dinâmica contemporânea do padrão agropecuário brasileiro resultou de um amplo e longo processo histórico que consistiu na passagem do antigo padrão capitalista agromercantil, representado pelo complexo rural, cuja dinâmica interna era exogenamente determinada pelas flutuações da demanda externa, para um moderno padrão capitalista agroindustrial, dado pela presença dos "complexos agroindustriais", cuja dinâmica interna passou a ser endogenamente determinada pelos investimentos do capital industrial e financeiro, quase sempre contando com o apoio do Estado.[1]

Esse processo de transformação do agro brasileiro, implicou não só na mudança do arcaico padrão técnico de base artesanal para um moderno padrão técnico de base industrial, como também gestou um sistema de financiamento rural e reestruturou as relações sociais de produção do campo.[2]

A partir de 1955, com os maciços investimentos públicos e privados, destinados a implantar o núcleo pesado do DI da indústria em geral, foram criadas as condições técnicas, pela sua complementariedade, para se iniciar a industrialização da agricultura brasileira. A convergência dos interesses econômicos das burguesias agrária e industrial, preocupadas com os problemas de abastecimento dos alimentos e matérias-primas para os setores urbano-industrial e agro-exportador, mobilizou as ações dos grandes capitais oligopolistas que, estimulados pelos crescentes incentivos fiscais e creditícios criados pelo governo federal, partiram para a implementação das plantas das indústrias de tratores e insumos agroquímicos.

Não é por acaso, portanto, que a política de "modernização conservadora", já que o desenvolvimento agropecuário não toca na estrutura fundiária, passa a agenda política do governo militar pós-64 com o apoio das

---

[1] Esse processo histórico de transformação da agricultura foi estudado por vários autores, dentre os quais destacam-se: Graziano da Silva (1981); Kageyma et alli (1987); Martine & Garcia (1987) e Müller (1989).

[2] Esse padrão agrário moderno — baseado em fortes ligações econômicas a montante e a jusante da agricultura com a indústria de bens de produção e com a agroindústria processadora — possui uma dinâmica distinta do padrão agrário arcaico — centrado no binômio latifúndio-minifúndio — que predominou no País nas décadas passadas. Ver a esse respeito os pertinentes comentários de Müller (1989, p. 17-26).

burguesias nacional e internacional e das oligarquias agrárias que desejavam se "modernizar".[3] Neste período, a participação do Estado se deu, sobretudo, na esfera da intermediação financeira e através das políticas macroeconômicas e agrícolas reguladoras da modernização da agropecuária.

A partir de 1965, com a institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), o governo federal inaugurou um novo padrão de financiamento rural em substituição ao superado sistema de taxas múltiplas de câmbio e consequentemente do Fundo de Ágios e Bonificações. Nesse novo sistema, o principal objetivo da política de crédito rural subsidiado, como "carro-chefe" da modernização da agricultura, era criar, do lado da indústria, um mercado cativo para as máquinas, equipamentos e insumos agroquímicos produzidos internamente; e, do lado da agricultura, financiar a longo e médio prazos, a juros reais negativos, os meios de produção necessários à transformação da base técnica — capital fixo e capital circulante — e também as próprias necessidades monetárias criadas pela modernização das relações sociais de produção — o capital variável.

Com a adoção formal da política de crédito rural, no âmbito da arena política governamental, ficavam criadas as condições financeiras necessárias para que a incipiente política de modernização agrária, impulsionada desde o II pós-guerra através da prática de importações seletivas, avançasse na direção da industrialização da agricultura e atingisse o seu auge com a formação dos complexos agroindustriais.[4]

Com a criação do SNCR, as condições de pagamento favorecidas e as taxas de juros preferenciais do crédito agrícola — em cerca de três quartos das taxas de juros nominais das operações normais do crédito em geral — tornaram-se os principais vetores para impulsionar a modernização da agricultura e a integração agricultura-indústria dentro do processo geral de formação dos complexos agroindustriais.

Na verdade, a modernização da agricultura, mais do que um processo de incorporação de inovações tecnológicas oriundas da indústria, significou também a inserção do setor agropecuário ao circuito do capital financeiro. Esta integração da agricultura ao sistema financeiro, por sua vez, implicou não só na própria subordinação da agricultura ao poder regulador da política monetária do Estado, sob o comando das Autoridades

---

[3] Ver a esse respeito Guimarães (1975, p. 6).

[4] Ver a esse respeito Müller (1989, p. 27-35).

Monetárias (AM), como colocou o mercado financeiro como parâmetro de referência às decisões de produção e investimento dos agentes econômicos que operam na agricultura e na agroindústria.

De fato, com a integração da agricultura ao mercado financeiro, o Estado ficou dotado de poder suficiente para regular as condições de financiamento do setor agropecuário, não só indiretamente, via manipulação das políticas macroeconômicas, como pelo controle direto que passou exercer sobre as políticas agrícolas — crédito rural, preços mínimos, incentivos fiscais, armazenamento, assistência técnica, extensão rural e pesquisa — de suporte à modernização da agricultura. Contudo, dada a posição de destaque do crédito rural, como o principal instrumento da política agrícola para viabilizar a modernização da agricultura, as demais políticas agrícolas ficaram caudatárias da política de crédito rural durante a década de 70.

Não obstante, pouco a pouco, a base de sustentação desse padrão de financiamento rural foi emitindo sinais de sua fragilidade financeira — devido ao esgotamento do padrão de financiamento do setor público, da incapacidade dos mercados de capitais e de crédito de longo prazo para canalizar recursos para o setor rural, do agravamento da inflação, do crescente endividamento interno e externo do governo e da natureza pró-cíclica da capacidade fiscal do Estado — justamente no período em que a economia brasileira passou a sofrer, mais agudamente, os impactos dos choques externos e da aceleração inflacionária.[5]

A partir de 1980, num ambiente de crise cambial e recrudescimento das pressões inflacionárias, o governo passou a manejar as políticas monetária e creditícia para conter o déficit público e reduzir a demanda pelo crédito em geral. O impacto dessas medidas restritivas sobre o SNCR, como uma exigência do FMI, se manifestou numa substancial redução no volume de todas as modalidades de crédito para agricultura e nas mudanças das regras e condições de operacionalidade do crédito rural.

Como resultado dessas medidas, a remuneração do crédito rural voltou a se aproximar das condições dadas pelo mercado financeiro em geral e os produtores rurais perderam o tratamento privilegiado nas suas decisões de valorização do capital produtivo junto ao setor financeiro.[6] A partir daí, as novas diretrizes da política monetária-creditícia voltadas para

---

[5] Ver a esse respeito Afonso (1989, p. 2-7).

[6] Ver as observações de Delgado (1986, p. 26).

agricultura, expressas pela crescente elevação das taxas de juros nominais e pela busca da inserção do sistema de financiamento rural ao domínio das operações privadas do mercado financeiro, parecem enfatizar um novo estilo de condução da política creditícia para o setor agropecuário.

Nesse novo estilo de financiamento, que começa a se desenhar com as sucessivas mudanças operadas nas regras do crédito rural desde 1981, não fica resolvida a questão da reciclagem dos excedentes financeiros do setor privado rural para aplicação voluntária ou compulsória num novo sistema de crédito rural.[7]

Na verdade, a desvalorização dos depósitos à vista, provocada pela dinâmica inflacionária, contribuiu para que os agentes econômicos passassem a aplicar os seus excedentes financeiros em ativos indexados mais rentáveis do portfólio. Há, por essa razão, uma redução dos recursos monetários oriundos da fonte compulsória do financiamento rural do que resulta um aperto no crédito rural disponível aos produtores rurais. Essa situação, vivida nos anos 80, se manifesta perversamente não só pela redução do volume de crédito rural, como pelo exacerbamento da tendência à especulação financeira sem lograr êxito de novas associações entre o capital produtivo e o capital financeiro em direção à agricultura.

Nos anos 80, portanto, pode-se dizer que a política de crédito rural ficou praticamente limitada ao crédito de custeio, para atender a produção imediata, e ao crédito de comercialização das safras subordinadas a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Ressalte-se, ainda, que a atração exercida pela especulação financeira, na década de 80, teve como resultado um crescente deslocamento dos recursos dos depósitos à vista para o mercado financeiro. De fato, a própria opção por títulos da dívida pública e privada reduziu os investimentos produtivos e ainda colaborou para a aceleração inflacionária através do mecanismo da "Ciranda Financeira".

Com isso, o governo ficou numa posição extremamente difícil, já que, de um lado, via cair paulatinamente o volume de recursos das fonte não-inflacionárias de financiamento rural; e, de outro, temia que uma redução acentuada no volume real de crédito rural, ou mesmo nos subsídios

---

[7] Na verdade, conforme observa Belgard (1986, p.27), os fundos privados retidos e outras formas de excedentes financeiros, com origens na produção agropecuária e/ou agroindustrial, não chegaram a se transformar em depósitos à vista para serem reciclados pelos "bancos rurais" como fonte não-inflacionária à expansão de novos empréstimos rurais.

explícitos dessas operações, pudesse agravar ainda mais a crise financeira do setor agropecuário cujo excedente da produção vinha sendo utilizado para a obtenção de divisas e para conter as pressões inflacionárias.

Apesar das tentativas de criação de novas fontes de financiamento, a exemplo da poupança rural, as fontes tradicionais de recursos financeiros — as oriundas do Tesouro Nacional e dos depósitos à vista dos bancos comerciais — continuaram escassas durante os anos 80. A crescente fragilidade financeira do Estado, juntamente com queda dos depósitos à vista, realçaram os problemas do esgotamento do padrão de financiamento rural implantado desde meados dos anos 60. Neste sentido, o objetivo desta tese está voltado para o estudo da dinâmica do padrão de financiamento rural e seus desdobramentos sobre a continuidade da modernização da agricultura brasileira nos anos 80.

Para alcançar tal objetivo, procura-se apreender as mudanças ocorridas nas regras e condições de financiamento e nas fontes dos recursos financeiros da política de crédito rural frente às políticas macroeconômicas, especialmente durante os anos 80, com vistas a delimitar as possibilidades e limitações do governo federal no gerenciamento da crise do padrão de financiamento rural.

A apreensão desse conhecimento tem como ponto de partida a busca de respostas para os seguintes problemas básicos: (1) Quais os fatores determinantes do esgotamento das fontes de financiamento rural baseada nos depósitos à vista e nos fundos públicos? (2) Como a ação da política macroeconômica acaba precipitando a crise do padrão de financiamento rural com seus reflexos sobre a modernização da agricultura?

A hipótese de trabalho norteadora desta tese, portanto, é de que a crise e a ruptura do padrão de financiamento rural não só interromperam o processo de modernização da agricultura na fase de maturidade de sua base técnica, como afetaram de forma diferenciada o desempenho da agricultura brasileira.

Nesta hipótese de trabalho, há pelo menos duas razões que sugerem uma explicação sobre o arrefecimento do ritmo da modernização da agricultura nos anos 80: A primeira delas, refere-se à própria crise financeira do setor público e as políticas macroeconômicas de estabilização que, de certo modo, acabaram precipitando uma recessão na economia brasileira. A segunda, como um desdobramento da primeira, diz respeito aos efeitos das medidas de política econômica de combate à inflação sobre a redução do

volume de crédito rural e sobre a eliminação das taxas de juros subsidiadas à modernização da agricultura.[8]

A periodização adotada, para levar adiante tal esforço, tomou como referência não só o comportamento cíclico da economia brasileira e as políticas de estabilização, como também a evolução do volume do crédito rural e as mudanças operadas nas suas normas de financiamento. No entanto, apesar da análise enfatizar os problemas do financiamento rural nos anos 80, seu ponto de partida é a década de 70.

As razões para esse recorte temporal estão ligadas ao contraste do desempenho do financiamento rural nos anos 70, marcado pelo crescimento do volume de crédito rural subsidiado, em relação aos anos 80, caracterizado por uma substancial queda no volume real do crédito rural e pelas constantes mudanças nas regras de sua operacionalidade. Ademais, se houve um mercado específico de crédito rural nos anos 70, este desaparece com a inserção da agricultura ao mercado financeiro em geral nos anos 80.

Cabe agora alguns esclarecimentos sobre a base dos dados utilizados nos capítulos empíricos desta tese. Como se sabe, existem três fontes básicas de informações sobre as aplicações das modalidades de crédito rural. A primeira, é oriunda dos dados estatísticos do Departamento do Crédito Rural do BACEN. Nestas publicações, os dados sobre o volume de crédito rural são fornecidos na forma de fluxos dos financiamentos concedidos anualmente.[9] A grande vantagem dessa fonte, apesar de algumas limitações, é que ela oferece uma série de dados desagregados por atividade e finalidade, por instituição financiadora e por região geo-econômica.

A segunda fonte de dados do crédito rural, é o Boletim do BACEN. Essa publicação fornece o estoque dos saldos dos empréstimos rurais em fim de mês, ou seja o saldo devedor dos contratos segundo os diferentes tipos de intermediários financeiros. Entretanto, não só os saldos em fim de ano dessa fonte ignoram os financiamentos contratados e liquidados no mesmo

---

[8] Essas sub-hipóteses demarcam os próprios objetivos específicos da tese que é o de compreender os determinantes do esgotamento do padrão de financiamento rural e seus impactos sobre a modernização da agricultura a nível regional nos anos 80.

[9] Há que se considerar, entretanto, algumas limitações quando se faz uso dessa fonte: (1) primeiro, o volume dos saldos dos recursos contratados anualmente não leva em conta os saldos dos empréstimos precedentes; (2) segundo, a dificuldade de não se obter diretamente os prazos médios das distintas linhas de crédito rural que, por certo, reduz a representatividade dessa fonte no que diz respeito ao volume de recursos efetivamente mantido nas mãos dos agricultores durante o ano.

ano, como essa fonte superestima os saldo dos empréstimos por incluir todas as operações de crédito efetuadas pelas instituições bancárias junto ao setor agropecuário, isto é, tanto as linhas do crédito rural subsidiado quanto as linhas do crédito comercial sem subsídios.[10]

A terceira fonte de dados vem dos Censos Agropecuários. No entanto, seu uso está também sujeito as algumas limitações: (1) em primeiro lugar, não há uma distinção explícita dos recursos provenientes do programa de crédito rural daqueles das demais fontes livres comerciais; (2) segundo, há uma dificuldade de compatibilização dos valores captados pelos Censos com as fontes anteriores; e, (3) terceiro, os dados disponíveis são censitários e publicados com atraso de cerca de 4 a 5 anos. Mesmo assim, os dados dos censos agropecuários permitem que se analise a distribuição do crédito rural por estrato de tamanho dos estabelecimentos agropecuários.

Não obstante essas limitações, aqui postas, buscou-se fazer uso dessas fontes disponíveis, particularmente dos dados estatísticos e relatórios do BACEN e dos Censos Agropecuários e Anuários do IBGE.

O plano de trabalho desta tese foi organizado em cinco capítulos básicos. No primeiro, busca-se realizar uma revisão da literatura teórica sobre o problema do financiamento do desenvolvimento da agricultura brasileira, a partir dos principais autores que discutiram as estratégias do desenvolvimento agropecuário pelas vias da reforma agrária e da modernização da agricultura. Percebe-se que a questão do financiamento do desenvolvimento agropecuário brasileiro, talvez por não se constituir em objeto específico de interesse dos autores pesquisados, não mereceu um tratamento sistematizado. Na sequência, faz-se uma breve digressão sobre a visão alternativa do processo de modernização da agricultura.

Ainda neste capítulo, porém na seção seguinte, procura-se resenhar de forma crítica os principais estudos específicos sobre os problemas recentes do financiamento rural no País. Apesar da maioria desses trabalhos analisados se circunscreverem dentro da tradição neo-clássica, com um referencial teórico limitado para os objetivos de análise desta tese, há importantes contribuições especialmente quanto aos "desvios" da política de crédito rural nos anos 70.

No segundo capítulo, dado o insuficiente tratamento teórico neoclássico sobre o problema do financiamento rural, procurou-se desenhar um esboço teórico alternativo que captasse a gênese e a dinâmica do financiamento

---

[10] Ver a esse respeito Shirota (1988, p. 24-29).

em geral, e que se ajustasse as características do financiamento rural, com base nos autores pós-marxistas e principalmente dos pós-keynesianos, com a finalidade de detectar, ao nível das decisões dos agentes, os determinantes do financiamento para o desenvolvimento da agricultura.

Apesar das limitações do "esboço teórico", ainda assim, achou-se por bem inserir nesta tese o tipo de preocupação que baliza a análise dos capítulos empíricos. Para tal, procurou-se abstrair as características específicas da agropecuária e apresentar os fatores determinantes básicos das decisões de valorização do capital dos agentes econômicos, inclusive do setor rural, sujeitos as mesmas condições de incerteza e riscos, no sentido de Keynes, dos agentes de outras atividades econômicas.

No terceiro capítulo, examina-se a constituição e evolução do padrão de financiamento rural durante o período de expansão, auge e leve declínio do crédito rural nos anos 70. Neste capítulo, após se resgatar os antecedentes que deram origem a criação do SNCR, como principal instrumento financeiro à incorporação das inovações tecnológicas na agricultura, procura-se revisar alguns aspectos dos impactos e desvios provocados pelo financiamento rural sobre a modernização da agricultura regional. Busca-se, ainda, examinar os fatores macroeconômicos indutores das mudanças nas regras de funcionamento do sistema de crédito rural e seus efeitos sobre a modernização da agricultura no final dos anos 70.

No quarto capítulo, procura-se analisar os fatores determinantes da crise do padrão de financiamento rural e seus efeitos sobre as decisões de produção e investimento na agricultura no período que vai de 1980 até o Plano Cruzado. O esforço aqui foi dirigido no sentido de captar a influência das políticas macroeconômicas sobre as políticas agrícolas, em particular sobre a política de crédito rural. No mesmo capítulo, tenta-se compreender as motivações das políticas econômicas desse período e a forma de condução da política de crédito num ambiente de esgotamento do padrão de financiamento rural. A idéia é examinar o comportamento da evolução das diversas modalidades do crédito rural sobre a produção da agropecuária brasileira num ambiente de aceleração inflacionária.

No quinto e último capítulo, busca-se analisar as condições macroeconômicas que precipitaram a ruptura definitiva do padrão de financiamento rural. Neste sentido, a análise busca captar os efeitos das medidas de política econômica adotadas pelos últimos planos de estabilização no sentido de criar fontes alternativas de financiamento à modernização da agricultura. Nas conclusões, por fim, apresenta-se os resultados alcançados e as perspectivas do sistema de financiamento rural à modernização da agricultura.

CAPÍTULO I: OS PROBLEMAS DO FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

1.1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo, pretende-se realizar, de forma sucinta, uma revisão da literatura disponível sobre o tema desta tese. Busca-se, de início, sistematizar e discutir as estratégias de desenvolvimento da agricultura brasileira, numa perspectiva teórica, com vista a compreensão da presença do capital financeiro e do desenvolvimento do sistema de financiamento rural como suporte às decisões de produção e investimento na fase recente da modernização da agricultura brasileira.

Já na segunda seção, procura-se resgatar a visão histórica dos principais autores que debateram os problemas agrários e discutir a questão do financiamento da estratégia de desenvolvimento da agricultura centrado na reforma agrária. Na terceira seção, tenta-se visualizar os problemas agrícolas e o tratamento dado ao financiamento rural na perspectiva neoclássica dos teóricos da modernização da agricultura. Na quarta seção, destaca-se os principais aspectos teóricos da visão alternativa do processo de modernização da agricultura. Na quinta seção, procede-se uma revisão crítica da literatura teórica específica sobre os problemas recentes do financiamento da modernização da agricultura.

1.2. OS PROBLEMAS AGRÁRIOS E O FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA

No período de transição da industrialização brasileira, situado grosso modo entre as décadas de 30 e 60, as manifestações cíclicas dos problemas da agricultura assumiam as formas de crise de abastecimento alimentar por escassez no mercado doméstico, de crise de superprodução de matérias-primas no mercado exterior e de crise de superpopulação relativa em direção as cidades como resultado do êxodo rural. Assim, sob o título genérico de "A Questão Agrária Brasileira", surgiram vários estudos tentando identificar as origens desses problemas e propondo soluções para os mesmos, mas, a rigor, sem o devido equacionamento da montagem de um esquema de financiamento capaz de patrocinar a reforma agrária.[11]

---

[11] Uma visão geral dos principais problemas ligados a questão agrária no Brasil pode ser encontrada em Graziano da Silva, José. (1980). **O Que é Questão Agrária**. São Paulo, Brasiliense. p.35-64). Quanto aos problemas recentes e as possibilidades de realização da Reforma Agrária no Brasil, ver também Graziano da Silva. (1985). **Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária**. SãoPaulo, Brasiliense. p.9-72; Há ainda a análise de Abramovay, Ricardo. (1985). Reforma Agrrária, Desenvolvimento Capitalista e Democracia. In: **Reforma Agrária da Nova República: contradições e**

Para um grupo de intelectuais da esquerda ortodoxa, preocupado com o desenvolvimento da agricultura, a gênese desses problemas estariam localizados na própria estrutura agrária brasileira. Guimarães (1976, p.23), por exemplo, admite que o latifúndio e a predominância de relações sociais de produção feudais no campo, no sentido de pré-capitalistas, estariam impedindo o pleno desenvolvimento das forças produtivas capitalistas em direção ao agro brasileiro. Atribuia ao latifúndio, os problemas relativos a alta da concentração da terra, o desperdício de recursos nas formas do consumo improdutivo, a subutilização produtiva das terras e o retardo tecnológico da agricultura.

A possibilidade de integração agricultura-indústria, portanto, deveria necessariamente passar por grandes transformações estruturais no campo, inclusive para quebrar a suposta aliança da oligarquia agrária com as forças imperialistas. A política agrária, derivada desse diagnóstico, era de uma ampla reforma agrária, voltada para o fracionamento das grandes propriedades latifundiárias para serem distribuídas entre os camponeses, com vistas a criar uma ampla classe média rural.

A estratégia implícita, por trás dessa política agrária, era de que a integração agricultura-indústria, capaz de viabilizar um amplo mercado interno, não poderia prescindir de uma ampla distribuição da renda e da riqueza. Pressumia-se, também, a superioridade policultural da pequena e média exploração camponesa que seria mais susceptível a absorção das inovações tecnológicas. Não obstante, não só as raizes históricas para explicar o atraso tecnológico permaneceram obscuras e gerais, como o esquema de financiamento rural para viabizar a reforma agrária, sem prejuízo da modernização da base técnica, não mereceu maiores aprofundamentos segundo Carvalho (1978, p.10).

A crítica da esquerda heterodoxa à tese feudalista, é assumida, dentre outros, por Caio Prado Jr (1972, p.28-32). Este afirma que, ao contrário dos supostos resquicios feudais presentes no latifúndio brasileiro, a principal caracteristica dessa unidade produtiva rural era o seu sistema de organização empresarial voltado para a produção do mercado visando o lucro. Nesta perspectiva, Prado Jr (1972, p.60-71) admite uma diversidade de formas e relações de trabalho — assalariamento, meação e parceria — no interior da empresa agromercantil brasileira. Portanto, ele não nega a presença de camponeses na agricultura brasileira, mas, diferentemente dos agraristas ortodoxos, a sua posição é de que este segmento social, embora importante como reserva de força de trabalho e produtor de bens de

---

alternativas. São Paulo, Cortez/Educ. p.9-18.

subsistência, se constituia num setor econômico residual da economia rural brasileira que estava assentada na grande empresa agromercantil.

A política de reforma agrária de Prado Jr(1979,p.167),decorrente desse diagnóstico,não se dirige à superação de uma suposta agricultura feudal, mas na substituição de um modelo organização capitalista de produção, baseado na grande propriedade,por outro que permitisse não só a reprodução da pequena propriedade,como a transformação das relações de trabalho e a melhoria das condições sócio-econômicas da classe trabalhadora rural.Por isso sua proposta de reforma agrária é mais complexa,pois envolve a partilha das terras dos latifúndios e a extensão da legislação trabalhista ao mercado de trabalho rural.O fato de Prado Jr identificar a questão agrária com as péssimas condições de vida da classe trabalhadora rural,principalmente,talvez explique sua menor atenção pelos problemas agrícolas relativos ao progresso técnico,aos canais de intermediação comercial que ligam o produtor ao mercado,a integração agricultura-indústria e aos mecanismos de financiamentos rurais ligados a produção agropecuária.[12]

Rangel(1957,p.27-30),é outro economista a tratar,de forma original,dos problemas agrários brasileiros.Para ele,o traço essencial da agricultura brasileira é dado pela presença da empresa agromercantil-latifundiária, cuja natureza feudal-capitalista é caracterizada pela coexistência de relações de produção internas feudais e por relações de troca externas capitalistas.Partindo dos conceitos de complexo rural e de dualidade básica,Rangel(1962,p.1-3)desenvolve seus argumentos substituindo a "questão agrária" pela "crise agrária",como foco de sua investigação, para daí derivar propostas de transformação do setor rural.[13]

Admite que o avanço das forças produtivas externas capitalistas ao nível da circulação,intensificado pela pressão da demanda no mercado de bens agrícolas,em choque com as limitadas forças internas feudais de

---

[12]Ver a esse respeito os comentários de Carvalho(1989,p.33-41).

[13]Por Complexo Rural deve ser entendido uma estrutura sócio-econômica de baixo grau de divisão do trabalho,em que as atividades econômicas são desenvolvidas em bases artesenais e sem nenhuma especialização funcional mais profunda entre as diversas atividades agrícolas,industriais e de serviços capaz de promover qualquer melhoria técnica que resulte em ganhos de produtividade.O conceito de dualidade básica,por sua vez,deve ser compreendido como a coexistência,numa mesma unidade ou setor de produção,de relações de produção internas divergentes das relações de troca externas de natureza capitalista.Ver Rangel[(1957,p.30-35);(1962,p.24-27);(1986,p.5-8].

organização da produção, conduziria não só a progressiva dissolução destas, como ao aprofundamento da divisão do trabalho de forma a especializar e organizar a classe trabalhadora em pequenas propriedades produtoras de mercadorias agrícolas.

Este desencontro dialético entre os lados capitalista e feudal da agricultura brasileira, segundo Rangel, é que definiria a "Crise Agrária", marcada pela ocorrência de escassez de alimentos, como resultado da ação danosa do sistema de intermediação no mercado doméstico, de super-produção de exportáveis, como resultado das restrições impostas pelo mercado exterior, como no caso do café, e da super-população relativa rural, como conseqüência da ação dissolvente do avanço das forças produtivas capitalistas sobre o complexo rural.

A solução para crise agrária, portanto, não necessariamente deveria passar por uma reforma agrária radical com vistas a eliminação do latifúndio feudal-capitalista. Isto porque, conforme acreditava Rangel, o lado capitalista da empresa agromercantil estaria apto a empreender as transformações técnicas da base rural tão necessárias ao desenvolvimento do capitalismo industrial. (Bielschowsky, 1988, p.272-274).

Nesse diagnóstico, o ritmo das transformações dos latifúndios-feudais em latifúndios-capitalistas e pequenas propriedades rurais não deveria ser determinado por mudanças profundas na estrutura da propriedade — que de resto seria minada pela emergência de um mercado de terras — mas sim pela necessidade da superação do sistema de oligopsônio-oligopólios mercantis de intermediação dos produtos agrícolas.[14]

Para Rangel (1978, p.89-93), é o sistema de comercialização agrícola que, contando com apoio do Estado, através principalmente da sua política de preços mínimos, acaba operando como se fosse um monopsônio-monopólio. Isto porque, de um lado, este perverso sistema de comercialização, ao impor preços não remunerativos aos produtores rurais, acabava impedindo que eles se modernizassem; de outro, este sistema, ao organizar a escassez de

---

[14] Há que se observar a heterogeneidade do processo de comercialização dos produtos agropecuários a partir da constituição dos complexos agroindustriais. Pode-se dizer que, dependendo do grau de integração da agricultura na cadeia produtiva que a insere na agroindústria, há um novo padrão de comercialização agrícola, onde se destaca a presença dos modernos intermediários da produção agrícola capitalista — as agroindústrias e as cooperativas empresariais — convivendo com formas arcaicas de intermediação agrícola sob o comando do capital comercial. Ver a esse respeito Maluf, Renato Sérgio. (1988). "Um Mal Necessário? Comercialização Agrícola e Desenvolvimento Capitalista no Brasil. Campinas, IE/UNICAMP. cap. 1 e 2.

produtos agrícolas no mercado doméstico, através do controle dos estoques especulativos, estaria também forçando a alta dos preços agrícolas junto aos consumidores dos mercados urbanos, de forma a impulsionar a inflação e, consequentemente, a corrosão dos salários reais da classe trabalhadora:

Mesmo aceitando a possibilidade de que a inflação pudesse contrarrestar a ação desse mecanismo, voltando a induzir a compra de terras como forma de preservação da riqueza contra a desvalorização da moeda, ainda assim Rangel apostava que aquela tendência acabasse por se impor. Neste sentido, a questão agrária é vista como um problema financeiro na medida em que, num ambiente de inflação institucionalizada, as expectativas de valorização do preço do ativo terra comportam-se como se fosse uma quarta renda da terra.[15]

Com efeito, a chave da crise agrária estaria no preço da terra que, antes de ser um problema agrícola, é um problema financeiro. Para Rangel, a "superação da questão agrária, portanto, estaria pendente de fatos aparentemente tão distantes dos problemas agrários e agrícolas, como a reestruturação do aparelho financeiro, para o fim especial de ativar novas áreas do sistema econômico nacional".[16] Rangel (1978, p.74-75), ao contrário dos demais autores até então citados, destaca a importância e a necessidade do desenvolvimento do capital financeiro, como resultado da fusão do capital industrial com o capital bancário, no comando dos investimentos públicos e privados. Para ele, somente o desenvolvimento e aperfeiçoamento do sistema bancário e do mercado de capitais seriam capazes de modificar qualitativamente o mercado financeiro, de forma a abrir espaço para as formas superiores do capital financeiro, inclusive na agricultura.[17]

---

[15] A expectativa de Rangel era de que, com a emergência do mercado de terras, os preços delas tendesse a baixar devido, de um lado, o avanço da fronteira agrícola e do progresso técnico que forçariam a contração da demanda por terras; e, de outro, pelo aumento da oferta de bens de produção da indústria para agricultura que, afinal, na falta de um mercado financeiro organizado, acabaria desviando as aplicações de compras de terras para esses bens de capital e insumos industriais. Ver sobre esse assunto os comentários de Davidoff Cruz (1980, p.113).

[16] Ver Rangel, Ignácio M. Questão Agrária e Agricultura. **Encontros Com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, brasiliense, v.7, jan/1979.

[17] Uma interpretação mais aprofundada da relação da crise agrária com a necessidade de desenvolvimento do mercado financeiro pode ser encontrada em Davidoff Cruz (1980, p.89-100).

Para Rangel (1962, p.223-224), portanto, o desenvolvimento econômico não poderia prescindir do desenvolvimento institucional do mercado de capitais que, segundo ele, deveria começar com o fim da lei da usura e completar-se com a criação de um amplo mercado financeiro capaz de prover os recursos necessários ao financiamento dos setores carentes de capital monetário para novos investimentos, inclusive para agricultura. Porém, ainda assim, o autor não aprofunda suficientemente a análise em torno das alternativas de financiamento para o desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira.

É outra a visão estruturalista de Furtado (1975, p.91-102) sobre os problemas da criação de um sistema financeiro para o desenvolvimento da agricultura brasileira. Este autor consegue combinar, partindo de várias vertentes teóricas, uma abordagem institucionalista, que privilegia a estrutura social da propriedade da terra, com o instrumental analítico da função de produção neoclássica, com vistas a superação das análises conservadoras sobre a estrutura técnica da produção e seus impactos sobre a distribuição funcional da renda, sobre o meio ambiente rural e sobre as barreiras á industrialização tardia brasileira (Carvalho, 1978, p.60-63).

No seu diagnóstico sobre a questão agrária, Furtado (1975, p.119-115) reconhece que a estrutura técnica da produção da economia rural brasileira é determinada pela estrutura social da propriedade da terra. Para ele, porém, apesar da relativa abundância do fator terra, como vetor determinante na escolha dos meios de produção, essa disponibilidade não seria mediada pelas forças do mercado capaz de promover a alocação ótima desse fator de produção, mas sim pela rígida estrutura fundiária refletida na alta concentração da propriedade da terra nas mãos de uma reduzida porém poderosa oligarquia agrária.

Da mesma forma, a abundância do fator mão-de-obra não poderia ser vista pela ótica do aumento da população e sua disponibilidade pela mediação de um mercado de trabalho otimizador de sua utilização, mas sim como o resultado da própria estrutura fundiária que, vedando o acesso à terra á maioria da população rural, transforma esse excedente social em mão-de-obra redundante para as grandes explorações agropecuárias ou a empurra para os centros urbanos-industriais. (Furtado, 1968, p.28).

Enfatizando a influência da estrutura fundiária na determinação da função de produção, que caracterizaria a estrutura técnica da produção da agricultura brasileira, Furtado (1969, p.58-66) segmenta em quatro grupos a estrutura agrária __latifúndio, propriedade de porte médio, propriedade familiar e o minifúndio__ e conclui que, do ponto de vista do emprego e da produtividade macroeconômica, os grupos intermediários seriam mais

eficientes do que os do complexo latifúndio-minifúndio responsáveis pela economia do desperdício dos fatores de produção, terra e mão-de-obra. (Furtado, 1975, p. 106-115).

Na ausência de mecanismos indutores do mercado, via preços relativos, ás substituições impostas dos fatores terra ou trabalho por capital e tecnologia, os mais escassos no mercado de fatores, que implicassem apenas em aumentos de produtividades do trabalho ou da terra, poderiam não ser eficientes com relação às expectativas dos seus rendimentos econômicos do ponto de vista empresarial. Mesmo reconhecendo não ter havido nenhuma rigidez da oferta do setor agrícola, durante a fase de industrialização, ainda assim Furtado (1975, p. 58-66) atribuia a baixa produtividade do setor produtor de alimentos à estrutura agrária baseada no binômio latifúndio-minifúndio, a prevalecência de formas pré-capitalistas de produção e a inadequada infraestrutura de transporte e armazenamento.

Apesar do amplo dignóstico de Furtado, para Carvalho (1978, p. 85-87), a proposta de política de desenvolvimento da agricultura do Plano Trienal, talvez devido ao ambiente político desfavorável, limitou-se, no campo da política agrícola, a propostas genéricas de crédito e de subsídios a insumos ao setor; e, no da política de reforma agrária, a criação do salário mínimo para o trabalhador rural, desapropriação das terras inativas dos latifúndios e a garantia da estabilidade dos arrendatários. Mas, apesar de Furtado (1975, p. 24-25) ter chamado a atenção para o problema do financiamento à industrialização, nota-se que não há uma preocupação com a resolução da equação financeira capaz de assegurar os recursos para as grandes transformações na agricultura brasileira.[18]

Castro (1977, p. 81-82), é outro economista a descartar a possibilidade do setor agropecuário ter dostaculizado o processo de industrialização da economia brasileira. No seu modelo interativo agricultura-indústria, a agricultura não cumpre um papel passivo, mas antes assume certas funções econômicas ativas __ produzir excedentes de alimentos, contribuir à formação do mercado interno para bens industriais, transferir capitais para a indústria, liberar mão-de-obra aos centros urbanos-industriais e gerar divisas para a realização de importações essenciais ao desenvolvimento econômico __ não só como setor estrutural, mas também como componente estruturante do desenvolvimento econômico.[19]

---

[18] Em trabalho mais recente, Furtado (1981, p. 39-43) volta a discutir os problemas do financiamento da economia a partir da reforma institucional introduzida entre 1965/196

[19] Ver a interessante análise de Castro (1977, p. 139-145)

Após enumerar as diversas formas de transferência de capital da agricultura para a indústria, via mercados e políticas macroeconômicas fiscal e cambial, Castro (1977, p.136) conclui que, do imediato pós-guerra até 1953, a política cambial desviou recursos financeiros da agricultura de exportação ao financiamento da industrialização brasileira. No entanto, posteriormente, a agricultura dos produtos exportáveis, também, passou a contar com a política de bonificações que, gradualmente, neutralizou as transferências de capital da agricultura para a indústria.

Admitindo outras modalidades de transmissão de recursos, de mais difícil retenção, Castro (1977, p.137) levanta a possibilidade de que a agricultura brasileira tenha depositado mais do que tomado emprestado no sistema bancário e com isto transferido poupança para os setores não-agrícolas sempre que os empréstimos se efetuavam a juros negativos em relação a taxa de inflação. Não obstante, o autor não aprofunda a análise dessa forma de financiamento que, posteriormente, acabou se constituindo no padrão de financiamento à modernização da agricultura.

Em suma, nota-se dessa breve revisão da literatura sobre os problemas agrários, além da não convergência dos interesses políticos-ideológicos em torno da estratégia para a realização da reforma agrária, a ausência de uma discussão mais sistematizada sobre os problemas do financiamento do desenvolvimento da agricultura que pudesse estabelecer as condições e as fontes de recursos capazes de identificar quem pagaria a conta.

1.3. OS PROBLEMAS AGRÍCOLAS E O FINANCIAMENTO DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Nos anos 60, com derrota das forças progressistas, que defendiam a reforma agrária, o debate em torno dos problemas agrários se desloca para a discussão em torno da necessidade da modernização da agricultura. Nessa nova agenda política, a corrente de pensamento neoclássica, representada principalmente pelos economistas da USP, defendia a posição de que a agricultura vinha cumprido as suas funções econômicas e que as propostas de reforma agrária, visando tornar a agricultura um setor mais eficiente no atendimento da demandas efetiva, eram desnecessárias.[20]

Na verdade, enquanto os estruturalistas de várias estirpes defendiam a idéia de que uma política de reforma agrária, de horizonte temporal mais

---

[20] As características e o papel da agricultura no processo de desenvolvimento econômico foram pioneiramente descritas por Mellor, John W. & Johnston, Bruce F (1961). Agriculture in Economic Development. **The American Economic Review**. 54 (4), set. p.567-591.

longo, poderia operar simultâneamente uma melhoria na distribuição da riqueza e da renda via distribuição de terras e um aumento no nível da produção agropecuária;os funcionalistas,de tradição neoclássica, acreditavam que as políticas produtivistas eficientes,atuando no curto prazo,pudessem aumentar o nível da produção agrícola e,posteriormente, alcançar as metas de equidade de renda.

Não resta dúvida que os argumentos contidos nos trabalhos de alguns economistas da escola americana particularmente Johnston & Mellor, Schultz e Hayami & Ruttan influenciaram a própria forma neoclássica de pensar a organização da agricultura brasileira.Neste aspecto,e dentro dos limites desta tese,toma-se o trabalho de Schultz(1965),um dos principais representantes da economia agrícola neoclassica,como ponto de partida dos fundamentalistas da "teoria da modernização induzida" que serviu de base para orientar a política econômica de transformação da agricultura brasileira.

A preocupação básica do modelo de desenvolvimento da agricultura de Schultz(1965,p.35-50),contida em vários dos seus trabalhos,é com a transformação da agricultura tradicional numa agricultura moderna, particularmente nos países em desenvolvimento,através de gastos em investimentos produtivos capazes de promover a substituição dos insumos tradicionais terra e trabalho por insumos modernos tratores, insumos agroquímicos e capital humano.

Não aceitando as explicações teóricas da economia política,que trata a agricultura como um setor passivo no desenvolvimento econômico,e dos modelos macroeconômicos de crescimento dual a "la Lewis",que tomam a força de trabalho excedente como redundante no sentido de que sua produtividade marginal é igual a zero Schultz(1965,p.15-29) parte do raciocínio de que a agricultura tradicional de base camponesa utiliza de forma racional e com relativa eficiência os seus fatores de produção.

No entanto,adverte que nesse modelo de agricultura tradicional,apesar dessa vantagem,nenhum aumento substancial na produção agrícola poderia ser obtido apenas através da melhor combinação dos fatores de produção tradicionais.Na verdade,para Schultz(1965,p.116-129),o problema agrícola fundamental não estaria no tamanho grande ou pequeno da propriedade,mas sim na baixa taxa de retorno dos investimentos em insumos tradicionais e na ausência de mecanismos indutores que estimulassem os agricultores a realizar novas inversões em insumos modernos.

Concebendo a agricultura tradicional de base camponesa numa espécie de "estado estacionário",Schultz(1965,p.108-134)sugere que somente através

das inversões em inovações tecnológicas que utilizem insumos modernos, capazes de oferecer taxas de retorno superiores aos custos marginais associados aos riscos e incertezas, é possível transformar a agricultura tradicional numa agricultura moderna capaz de aumentar substancialmente a produção e a produtividade agrícola.[21]

A transformação da agricultura tradicional, segundo Schultz (1965, p. 165-177), dependeria da disponibilidade e dos preços dos fatores de produção modernos em relação aos tradicionais e dos necessários investimentos em capital material — que ofereçam taxas superiores de retorno dos investimentos — e em capital humano — que mediante o ensino e instrução gerem novos conhecimentos e novas habilitações utéis — capazes de criar, através da pesquisa e da extensão rural, as condições necessárias à utilização eficiente dos modernos fatores de produção. A indústria, por sua vez, deveria estar aparelhada para desenvolver e comercializar os insumos modernos. Mas, na sua versão neoclássica, o mercado tudo prover.

No modelo teórico de Schultz (1965, p. 40-42), além desses determinantes econômicos necessários a transformação da agricultura tradicional, há um outro aspecto, pouco explorado, que diz respeito as certas resistências intrínsecas dos agentes econômicos em realizar investimentos em inovações tecnológicas face aos riscos e incertezas. Neste particular, a observação de Schultz (1965, p. 43-44) é de que todas as atividades produtivas da agricultura tradicional implicam em rotinas de há muito estabelecidas. Assim, a decisão de investir na incorporação de um novo fator de produção, por certo, significa não somente um rompimento com o passado, mas principalmente um enfrentamento com o futuro, uma vez que as possibilidades de produção do novo fator estariam sujeitas a riscos e incertezas até então desconhecidos.

Com efeito, para os agricultores já acomodados com seus métodos de produção rotineiros, o grau de aceitação do fator inovador dependeria do lucro esperado com a devida margem de risco e incerteza. Esse comportamento, para Schultz (1965, p. 44 e 94), também seria válido para os agentes econômicos situados na agricultura moderna. Isto porque, para Scultz, os produtores modernos se diferenciam daqueles da agricultura tradicional não só porque usam os fatores modernos de produção, mas também porque aprenderam com a experiência empresarial a lidar com os riscos e incertezas inerentes as inovações tecnológicas.

---

[21] Ver a esse respeito Schultz (1965, p. 116-129)

É reconhecido pelo autor não só a importância do investimento em inovações tecnológicas, como também a forma que ele deve assumir na agricultura. Entretanto, mesmo enfatizando que as oportunidades de investimentos devem ser estimuladas por incentivos eficientes, com vistas a orientar e recompensar os agricultores, Schultz não aborda a questão do esquema de financiamento rural para bancar os investimentos produtivos necessários à transformação da agricultura tradicional.

Mais ainda, ao tomar tanto a agricultura tradicional quanto agricultura moderna __ coexistindo num estado de equilíbrio competitivo __ marcadas pela eficiente utilização dos seus fatores de produção, Schultz reduz a relevância dos problemas estruturais e institucionais levantados pelos defensores da reforma agrária. Mesmo assim, essa visão neoclássica dos problemas agrícolas, certamente, reforçou os argumentos dos economistas da USP que, através de alguns testes econométricos, procuraram demonstrar não ter ocorrido nenhuma insuficiência genérica da oferta agrícola no País [(Delfim, 1969); (Pastore, 1971, p.35-69)]. Nessa concepção, o crescimento insuficiente da oferta de alguns produtos agrícolas, em relação a demanda insatisfeita, seria muito mais o resultado da resposta do mercado aos preços não remuneradores desses produtos do que a problemas agrários estruturais.

Apesar de Schultz (1965) ter ressaltado o papel dos preços dos produtos e dos fatores de produção na transformação da agricultura tradicional, ele não explica a direção a ser tomada pela inovação tecnológica. Coube a Hayami & Ruttan (1971, p.26-63), portanto, desenvolverem a argumentação teórica desse problema tecnológico baseado na hipótese da inovação induzida.[22]

Na opinião desses autores, fundada nas experiências do desenvolvimento agrícola dos EUA e Japão, a direção e a intensidade das mudanças

---

[22] Um resumo da evolução do pensamento econômico sobre a teoria da inovação induzida, desde Hicks (1964) até mais recentemente, e uma discussão mais precisa da possibilidade de que esse modelo possa se constituir num instrumento útil para orientar o desenvolvimento da agricultura, foi elaborado por Ruttan, Vernon W. L (1985). A Teoria de la Innovacion Inducida del Cambio Técnico en el Agro de los Paises Desarrollados. In: **CAMBIO TECNICO EN EL AGRO LATINO AMERICANO: situación y perspectiva en la década de 1980.** (Ed). Martin Pineiro & Eduardo Trigo. Costa Rica, IICA. p.3-57. Ver também aí os comentários críticos de Le Veen & De Janvry (1985). La economia politica del cambio tecnológico en las economias desarrolladas. op.cit, p.75-101. Ver também os comentários de Janvry, Alain de. (1985). The Political Economy of Rural development in Latin America: an interpretaion. In: **Agricultural Development in the Third World.** (Ed). Eicher, Carl K.& Staatz, John M. Baltimore and London. The Johns Hopkins University Press. p.82-95.

tecnológicas, no sentido da substituição de fatores mais escassos, são induzidas pelos preços relativos do mercado de fatores cujo comportamento refletiria a dotação relativa dos fatores de produção de uma dada região ou País. (Hayami & Ruttan, 1985, p.73-116).

Nesse modelo, as inovações tecnológicas são o resultado das pressões de demanda que partindo de dentro para fora da agricultura seriam sinalizadas pelo comportamento no longo prazo dos preços relativos do mercado de fatores. Esses sinais emitidos pelo mercado de fatores, através dos preços, seriam captados pelos centros de pesquisa privados que dependendo da possibilidade de realização de lucros gerariam e difundiriam as novas tecnologias substitutivas do fator escasso ou pelos centros de pesquisa públicas cujos sinais do mercado seriam transmitidos pelos grupos de pressão mediante um processo interativo entre os produtores e os técnicos das estações experimentais. [(De Janvry (1978, p.297-323); (Hayami & Ruttan, 1985, p.417-441)].

No entanto, se esse esquema teórico foi útil para explicar a direção tomada pela mudança tecnológica, no sentido de substituir, dependendo da escassez, o fator terra por insumos agroquímicos e o fator mão-de-obra por tratores, a pressuposta atitude otimista de aceitação das inovações, assumida pelos agentes produtores na fase de adoção, é pouco reveladora dos limites do processo de difusão das novas tecnologias.

Coube a Paiva (1968, p.6-32), num esforço de síntese micro-macro, ainda que em bases neoclássica, desenvolver os argumentos explicativos da dinâmica e dos limites do processo de difusão das inovações tecnológicas na agricultura. No seu modelo de dualismo tecnológico, o autor assume a tese de que, ao contrário do setor agrícola se constituir numa barreira ao desenvolvimento econômico, são os setores não-agrícolas que estabelecem os limites ao avanço do desenvolvimento agrícola ao determinar a amplitude de acesso dos bens agrícolas nos mercados urbano-industrial e exportador.

Para Paiva (1971, p.184-186), no plano microeconômico, a adoção das inovações tecnológicas pelos agricultores é explicada pela vantagem econômica da técnica moderna sobre a tradicional. Essa vantagem dependeria, em princípio, do comportamento das relações entre as produtividades físicas dos fatores modernos e tradicionais, das relações entre os preços dos produtos e os preços dos fatores modernos e tradicionais e, por último, das relações entre os preços dos produtos e os preços dos fatores modernos e tradicionais. No entanto, essa vantagem econômica da agricultura moderna teria que ser alta o suficiente para cobrir também o custo subjetivo da transferência, representado pelo custo

de oportunidade da opção, o qual envolve riscos e incertezas. (Paiva, 1971, p.188-190).

No plano macroeconômico, no entanto, a dinâmica da difusão das inovações tecnológicas, ao atingir o grau adequado de modernização, ficaria sujeita ao mecanismo de autocontrole. Este funcionaria sempre que, na suposição de se ter alcançado os limites de demanda efetiva dos mercados doméstico e exterior, a difusão das técnicas modernas a um número maior de agricultores provocasse um aumento da produção a ponto de forçar a queda dos preços do produtos agrícolas. (Paiva, 1971, p.190-203).

Nestas condições, numa fase posterior, a medida que crescesse ainda mais o número de agricultores que adotassem essas técnicas modernas, o acentuado declínio dos preços dos produtos nos mercados passaria a forçar também a queda dos preços dos fatores tradicionais, isto é, da terra e da mão-de-obra. Com a queda desses preços, as técnicas tradicionais voltariam a se tornar economicamente menos desvantajosas do que as técnicas modernas para os produtores, o que acabaria por reduzir o ritmo de adoção dos novos agricultores pelas inovações tecnológicas.

Para Paiva (1971, p.203-217), a partir desse estágio, a agricultura perderia o seu dinamismo e seu desenvolvimento passaria a ser induzido pela demanda dos mercados dos setores industrial e exportador.[23]

Embora Paiva (1971) destaque a importância da disponibilidade dos recursos técnicos, materiais, financeiros e gerenciais, como responsáveis pela

---

[23] Vários foram os trabalhos críticos, inclusive alguns visando o aperfeiçoamento da tese de Rui Miller Paiva, que foram escritos na década de 70. Dentre estes destacam-se: (1) Nicholls, W.H. Paiva e o Dualismo Tecnológico na Agricultura: um comentário. **PESQUISA E PLANEJAMENTO ECONÔMICO**. Rio de Janeiro, 3(1):15-30, mar/1973.; (2) Ryff, Tito Bruno. A Difusão da Inovação Tecnológica na Agricultura: mecanismo de autocontrole versus modernização induzida. **REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA**. Rio de Janeiro, 30(3):295-327, jul-set/1976; (3) Pastore at alli. Inovação Induzida e os Limites da Modernização na Agricultura brasileira. **TEXTO PARA DISCUSSÃO No.25**. São Paulo, USP-FIPE, 1974.; (4) Schuh, G. Edward. Modernização e Agricultura: alguns comentários. **PESQUISA E PLANEJAMENTO ECONÔMICO**. Rio de Janeiro, 3(1):51-94, mar/1973; e (5) Contador, Claudio Roberto. Dualismo Tecnológico na Agricultura: novos comentários. **PESQUISA E PLANEJAMENTO ECONÔMICO**. Rio de Janeiro, 4(1):119-138, fev/ 1974. As respostas de Paiva a alguns dos seus críticos podem ser encontradas, entre outros, em Paiva, R.M. Modernização e Dualismo Tecnológico na Agricultura: uma reformulação. **PESQUISA E PLANEJAMENTO ECONÔMICO**. Rio de Janeiro, 5(1):116-161, jun/ 1975. Paiva, R.M. Modernização e Dualismo Tecnológico na Agricultura: resposta aos comentários dos professores Nicholls e Schuh. **PESQUISA E PLANEJAMENTO ECONÔMICO**. Rio de Janeiro, 3(1):95-116, mar/1973.

expansão das técnicas modernas, ainda assim reconhece que os limites da expansão é dado pelo mecanismo de autocontrole. Paiva (1971, p.219-224), no entanto, chama atenção para a necessidade do governo incrementar os esforços de assistência técnica e financeira em favor da modernização no setor agrícola, porém ele não aprofunda a análise sobre os problemas do financiamento da modernização da agricultura.

Apesar da teoria da modernização da agricultura ter tido um papel preponderante na influência dos responsáveis pelo direcionamento das políticas econômicas para o setor agropecuário — via particularmente o crédito rural subsidiado — para incentivar o uso de insumos modernos, ela não levou em consideração as condições históricas da formação da estrutura agrária brasileira no sentido de que apenas os médios e grandes produtores viessem responder a estímulos das mudanças técnicas na agricultura.[24]

De fato, como tenta demonstrar Santos (1985, p.144-146), fica difícil continuar defendendo que a modernização da agricultura brasileira, baseada no crédito subsidiado para incentivar o uso de insumos modernos, se ajustou bem ao modelo de inovação induzida de Hayami & Ruttan. Isto porque, a dotação dos fatores mais escassos pelos agentes econômicos, via a sinalização dos preços relativos, não seguiu as regras do mercado na medida em que as políticas econômicas não só alteraram esses preços relativos no sentido do uso das técnicas modernas, como praticamente moldaram a modernização ao padrão da estrutura agrária existente no Brasil, o que acabou beneficiando os grandes e médios produtores.

Na verdade, o processo de modernização da agricultura brasileira não foi endógeno ao próprio setor, isto é, as mudanças tecnológicas não ocorreram em resposta apenas ao aparecimento da escassez dos fatores de produção. Muito pelo contrário, como observa Santos (1988, p.123-131), o processo de modernização da agricultura brasileira se deu com viéses

---

[24] Entre os autores neoclássicos que criticaram as políticas econômicas aplicadas no Brasil, pós-II Guerra até fins da década de 60, como responsáveis pela baixa produtividade da agricultura, citam-se: Nicholls (1972); Schuh (1971) e Smith (1969). Esses autores argumentam que a política econômica de sobrevalorização cambial do comércio exterior, que tinha como efeito tornar mais baixo o custo de importação necessário ao desenvolvimento industrial, acabou prejudicando o desenvolvimento da agricultura, ao impor quotas de exportação ao setor, sob o pretexto de controlar a inflação. Por outro lado, as ineficientes políticas agrícolas de crédito rural, de comercialização agrícola, de pesquisa e extensão rural, de educação rural e de infraestrutura de transporte e armazéns, também contribuíram para a baixa produtividade e crescimento do produto agrícola nesse período.

fundamentais de mudança técnica, ou seja, poupando fatores que são abundantes — terra e mão-de-obra — e utilizando fatores escassos — máquinas e fertilizantes.

1.4. A VISÃO ALTERNATIVA DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Mais recentemente, alguns estudiosos da modernização da agricultura brasileira legaram novas contribuições a esse instigante processo de penetração do capitalismo no campo. Graziano (1982, p. 27-31), por exemplo, vê a modernização da agricultura brasileira como conservadora e dolorosa, já que ela, além de conservar a estrutura agrária herdada, privilegiou parcialmente, via crédito rural subsidiado, as regiões mais desenvolvidas, alguns produtos comerciais, particularmente os exportáveis e energéticos, e os médios e grandes produtores.

Mesmo assim, Graziano (1981, p. 22-32) admite, partindo de uma visão histórica do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, que o progresso técnico é a chave para que o capital supere as barreiras naturais representadas pela renda da terra e pela discrepância entre o tempo de produção e tempo de trabalho que, de certo modo, acabam afetando a valorização do capital na agricultura vis-à-vis na indústria.[25]

No caso brasileiro, sem dúvida, a industrialização da agricultura, intensificada nos anos 70, significou uma maior integração econômica do setor agropecuário — a montante e a jusante — com a indústria. A partir daí, a agricultura, ao se tornar um ramo da indústria, também passou a incorporar as inovações tecnológicas geradas pela própria indústria — que a têm como mercado para seus produtos — e pelas instituições de pesquisas públicas e privadas.

Neste sentido, a dinâmica tecnológica da agricultura, que esta intimamente relacionada com a contínua elevação da produtividade do setor agrícola, via modernização dos seus métodos de produção, vem incorporando novas

---

[25] O papel das inovações tecnológicas — inovações mecânicas, inovações físico-químicas, inovações biológicas e inovações agronômicas — é fundamental para a superação dos obstáculo naturais á penetração do capital no campo. Mas, sem dúvida, são as inovações biológicas as mais revolucionárias para colocar a natureza a serviço do capital, de forma acelerar a transformação da agricultura numa bio-indústria, na medida em que essas inovações não só afetam a velocidade de rotação do capital adiantado no processo produtivo, através da redução do tempo de produção em relação ao tempo de trabalho, como potencializam os efeitos das inovações mecânicas, físico-químicas e agronômicas. Ver Graziano da Silva (1981, p. 32-37).

abordagens teóricas dentro de uma perspectiva schumpeteriana.[26] Embora não esteja nos planos desta tese desenvolver tal abordagem, ainda assim, há que se delimitar pelo menos os contornos gerais da corrente schumpeteriana evolucionista. No capitalismo, segundo o paradigma neo-schumpteriano, as inovações tecnológicas surgem como uma poderosa arma da concorrência das firmas através das quais são alteradas as estruturas de mercado e a dinâmica do processo produtivo.

Com isso, a atividade empresarial inovativa, promovendo transformações tecno-econômicas que podem levar à destruição criadora, passa a se constituir na principal variável determinante da luta competitiva entre as firmas no mercado. Nesse ambiente institucional competitivo, o critério de seleção das empresas mais aptas se dá via a obtenção das capacidades empresariais___ acumuladas com ajuda de estratégias competitivas e novas técnicas___que podem se materializar num novo produto ou num novo processo produtivo ou ainda numa nova estratégia de marketing ou de organização empresarial.[27]

No caso da agricultura, dada a crescente e estreita ligação "para trás e para frente" desse setor com a indústria, a incorporação de máquinas e insumos agrícolas, advindos do setor industrial, representa não só gastos de investimentos para os produtores rurais, como uma opção inovativa para os seus usuários no sentido de novos e melhores métodos de produção agrícolas. É neste sentido que se pode dizer que a agricultura e a agroindústria, em função de suas peculiaridades, estão frequentemente qualificando a demanda dos equipamentos e insumos agrícolas na medida que impõem a indústria mudanças tecnológicas___ sujeitas as constantes adaptações ecológicas e biológicas___ que acabam afetando o padrão técnico e concorrencial do setor agrícola. De fato, as inovações de produto, que partem da indústria, assumem o caráter de inovações de processo na

---

[26] Entre os principais teóricos dessa corrente de pensamento econômico, citam-se: (1) Nelson & Winter (1982, p. 51-136 e 275-354). Ver, também, dos mesmos autores "In Searche of Usefull Theory of Innovation". Research Policy, 1977. V. 6. (2) Ver ainda os trabalhos de Dosi, G. "Tecnological Paradigms and Trajectories: uma suggested interpretation of the determinants and the directions of tecnical change and economic theory. Research Policy, 1982. V. 11; e, também, Dosi, G. "The Nature of Innovation Process". In: Dosi, G at alli. (1988, p. 221-238). Ver ainda o trabalho de Rosenberg (1982, p. 81-162).

[27] Uma crítica a teoria da inovação induzida, com base no enfoque neo-Schumpteriano, pode ser encontrada em Salles Filho & Silveira (1991, p. 41-59).

agricultura.[28]

As empresas industriais que se capacitam para desenvolver tais inovações de produtos ou de processos, não só podem garantir a liderança delas, nos mercados em que atuam, como podem estar criando oportunidades para atender novos mercados até então ignorados pelos seus competidores. No entanto, a rivalidade entre as empresas, marcada pelo padrão competitivo no espaço econômico em que atuam, também pressupõe uma permanente interação entre as firmas e o mercado que acaba conferindo uma dinâmica concorrencial que termina por afetar ou transformar as estruturas e o ambiente institucional dos mercados.

Neste sentido, o progresso técnico pode funcionar como uma arma de ataque ou defesa da concorrência entre as empresas estabelecidas e potenciais. Nos segmentos industriais mais jovens, por exemplo, é provável que as empresas façam uso das inovações tecnológicas, como arma de ataque, para conquistar mais espaço nos mercados; enquanto as indústrias maduras poderão fazer uso delas de forma defensiva para consolidar as barreiras à entrada as suas concorrentes potenciais.[29]

Os paradigmas tecnológicos, ao definir problemas e encaminhar propostas de soluções numa dada direção, estabelecem que as mudanças tecnológicas estão sujeitas a certos padrões de regularidade perseguidos pelas firmas, através de suas rotinas, e incorporado pelas agro-indústrias ou pelos mercados por meio de certas trajetórias tecnológicas. Vista dessa maneira, a dinâmica das inovações tecnológicas passa a ser um processo endógeno às atividades empresariais.

As trajetórias tecnológicas, portanto, definem a direção, ritmo e evolução das inovações tecnológicas. Apesar disso, uma dada trajetória tecnológica pode não necessariamente seguir, com exclusividade, as determinações da teoria da "demand-pull", através do mecanismo de preços, ou as determinações da teoria da "tecnology push", através dos gastos de investimentos em pesquisa.

Na verdade, segundo Romeiro (1991, p. 43-55; p. 197-211), a evolução de um determinado padrão tecnológico na agricultura resulta muito mais da

---

[28] A esse respeito ver os comentários de Fonseca (1990, p. 1-53). (Tese de Doutorado)

[29] Ver comentários de Castro, Ana Celia & Fonseca, Maria da Graça D. (1991). Inovações e Concorrência em Máquinas Agrícolas e Sementes: Observações para uma Nova Agenda de Pesquisa. **ANAIS DO XXIX CONGRESSO DA SOBER**. Brasília, SOBER, p. 179-196).

interação de múltiplos fatores de natureza tecnológica, socio-econômico, institucional e ecológico. Isso significa admitir que o processo inovativo no capitalismo, embora possua uma autonomia e uma heurística própria, definidoras da trajetória tecnológica, está sujeito a competitividade e a incerteza do investimento inovador. (Kupfer, 1992, p.261-282).

Esse processo inovativo, ao longo das trajetórias, pode ser impulsionado por gargalos tecnológicos a partir dos quais são gerados um conjunto de problemas e soluções definidores do paradigma tecnológico. No caso da agricultura, por exemplo, as inovações mecânicas advindas da indústria, devido a certas peculiaridades inerentes ao setor agrícola, podem gerar uma sequência de aperfeiçoamentos nos equipamentos que acabam promovendo novas pressões reorientadoras de pesquisas em outras direções.[30]

O mesmo pode ser dito das inovações biológicas. Em ambos os casos, porém, o processo inovativo adquire um caráter seletivo e cumulativo que depende muito mais das pequenas mudanças técnicas do que da descontinuidade provocada pela inovação revolucionária. Mas, apesar dos neo-schumpterianos terem incorporado novos elementos à abordagem do progresso técnico, ainda assim nota-se uma ausência, nesse modelo, de outros determinantes analíticos que incorpore os estímulos financeiros e creditícios aos investimentos em inovações tecnológicas na agricultura.

Mais recentemente, porém, outros economistas, preocupados com o problema do financiamento das inovações tecnológicas, estão realizando esse esforço de integração.[31] Embora não se pretenda aprofundar este aspecto, não deve ser esquecido que, desde de Schumpeter (1982, p.72-79), "toda espécie de extensão para fins de inovações é por definição a concessão de crédito ao empresário".

Na próxima seção, discute-se os problemas específicos do financiamento durante a modernização da agricultura nos anos 70.

---

[30] Uma análise crítica sobre as condições de concorrência, estratégias empresariais e inovações tecnológicas na agricultura pode ser encontrada em Salles Filho & Silveira (1991, p.90-119).

[31] Uma interessante discussão sobre os mecanismos para alocação de capital de risco para as inovações, tanto via mercado financeiro doméstico, para financiar as inovações de pequena escala nas primeiras fases do ciclo de vida da tecnologia, ou via fundos de investimentos externos, para fins de alocação hierarquizada às inovações de grande escala, nas últimas fases do ciclo das tecnologias, pode ser encontrada em Prakke (1988, p.71-100) e Heertje (1988, p.1-13)

1.5.OS PROBLEMAS DO FINANCIAMENTO DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Os problemas do financiamento rural na economia brasileira, via crédito subsidiado, só passaram a ser discutidos pelos economistas, com maior interesse, a partir da modernização da agricultura nos anos 70. Neste sentido, pode-se dizer que, na literatura da economia agrícola brasileira, a maioria dos trabalhos sobre crédito rural tem enfocado os seguintes problemas: (1)o problema da eficácia da política de crédito subsidiado; (2)o problema da concentração do crédito rural; (3)o problema dos juros subsidiados; e (4)o problema do esgotamento do padrão de financiamento dado pelo limites das fontes não inflacionárias de crédito. Esses problemas da política de crédito rural, surgem como o resultado do funcionamento do sistema financeiro rural criado em meados dos anos 60.

O problema da eficácia da política de crédito rural, por exemplo, foi tratado dentro dos contornos do modelo neoclássico de equilíbrio parcial desenvolvido por Sayad(1984,p.8-17)). Este autor se propõe demonstrar que o programa de crédito rural do governo federal, por apresentar um crescimento exagerado dos saldos dos empréstimos rurais em relação ao crescimento da produção agropecuária, estaria sendo ineficiente na alteração tanto do volume quanto da composição da produção e dos investimentos agrícolas entre as diversas categorias de produtores rurais.[32]

Em seu argumento Sayad(1984,p.18) admite que, após o desenvolvimento do mercado financeiro, os agentes rurais teriam ampliado as suas alternativas de aplicação entre os ativos produtivos do setor agrícola e demais ativos do setor não-agrícola. Assim, dependendo das características do tomador de empréstimos rurais, dada a oferta disponível de capital líquido em termos de recursos próprios e de terceiros, via empréstimos haveria um ponto de equilíbrio no qual os agentes privados rurais demandariam aplicações, numa certa proporção, em ativos agrícolas e não-agrícolas.

Nesta visão, se a taxa de retorno do setor agrícola for menor do que a do setor não-agrícola, para aumentar o financiamento da produção e do investimento na agricultura, não bastaria o governo oferecer crédito rural a taxas de juros menores do que as do mercado. Isto porque, os agentes

---

[32]Ver Sayad(1984,p.53-83). Há, na verdade, dois tipos de "desvios de crédito rural": (1)aquele que resulta da substituição dos recursos próprios do agricultor por aqueles obtidos via financiamento; e (2)aquele que ocorre sempre que o beneficiário do crédito rural deixa de aplicar os recursos liberados pelo SNCR em atividades agropecuárias para fazê-lo fora do setor. Ver Quedes(1981,p.90-96).

rurais, sem quebrar as normas contratuais, poderiam até tomar recursos financeiros do SNCR para aplicar nas atividades agrícolas, mas também poderiam aplicar os seus recursos próprios, e mesmo parcela do crédito rural, em ativos mais rentáveis no setor não-agrícola. Com isso, o crédito estaria substituindo o capital financeiro do produtor rural e não incrementando os financiamentos no setor agropecuário.[33]

A ação desse mecanismo de substituição de capital próprio por crédito rural poderia, dependendo da liquidez e da familiaridade do tomador de crédito junto ao sistema financeiro, aumentar a possibilidade de desvio de recursos do SNCR para o setor não-agrícola sempre que fossem maiores os juros pagos pelo sistema financeiro geral e menores as expectativas das taxas de retorno dos investimentos agropecuários. Com efeito, o esforço do governo de ampliar a capacidade de financiamento da agricultura poderia, em termos líquidos, não resultar em aumentos proporcionais de gastos efetivos no setor agrícola.[34]

As críticas de Sayad(1984, p.101-105), sobre a eficácia do programa de crédito rural, também se concentram na distribuição dos empréstimos rurais. Para ele, além da não familiaridade dos pequenos produtores com o sistema bancário, as exigências de garantias reais para a concessão de crédito rural ___ na qual a terra aparece como a principal forma de riqueza dada em garantia ___ estariam favorecendo a concentração do crédito rural nas mãos dos grandes proprietários em prejuízo dos pequenos produtores.

Para Sayad(1984, p.106-112), essa concentração do crédito rural, além dos efeitos sobre os preços das terras, tenderia a se agravar com a aceleração da inflação. Nestas condições, aceita a tese da ineficácia do programa de crédito rural, Sayad(1984, p.112) propõe a substituição da política de crédito rural pela política de preços mínimos como um instrumento mais eficaz de estímulo à produção agropecuária.

Esse problema da ineficácia da política de crédito rural é retomado, sob outro prisma, por Resende(1982, p.117-119). Para ele, o contraste entre a política de crédito rural subsidiado e a política de preços mínimos estaria no fato de que o dinheiro é fungível, isto é, o dinheiro é poder aquisitivo genérico, portanto, suscetível de tomar a forma de qualquer ativo real ou financeiro.

---

[33] Ver Sayad, João. op. cit, p.99-100.

[34] idem, p.100.

Na sequência dos seus argumentos, Resende (1982, p.120) reconhece que a política de crédito rural subsidiado se propõe a reduzir os custos do capital, através de uma oferta de recursos financeiro em condições de juros e reembolso mais vantajosa do que a do mercado geral, com vistas, a estimular a produção e o investimento agrícola de forma a compensar a baixa rentabilidade relativa da agricultura devido aos riscos e incertezas inerentes a esse setor. Contudo, devido a segmentação do mercado financeiro e a "setorialização" dos beneficiários, a política de crédito rural não apenas oferece vantajosos subsídios, via taxa de juros, mas também outras vantagens através da seleção dos mutuários e da administração dos recursos para serem aplicados somente na agricultura.

De fato, numa economia inflacionária, o tomador de crédito rural, familiarizado com o mercado financeiro, buscará sempre a valorização do capital em geral, próprio ou terceiros, já que ele não pode carimbar o dinheiro limitando o seu atributo de ser equivalente geral. Assim sendo, o tomador de crédito rural, como qualquer outro agente econômico, dentro ou fora do setor agrícola, dirigirá sempre suas aplicações para as atividades mais rentáveis, isto é, aquelas atividades cuja taxa de retorno seja superior á taxa de juros de referência do mercado financeiro em geral.

Ademais, para Resende (1982, p.120-121), não seria estritamente necessário que o tomador de crédito investisse fora do setor agrícola para praticar um desvio. Bastaria, por exemplo, que ele aplicasse parcela dos recursos na aquisição de terras em vez de fazê-lo fora do setor agrícola ou mesmo em outra atividade agropecuária de acordo com as normas do manual de crédito rural. Neste último caso, para não burlar o SNCR, o tomador de crédito rural poderia decidir investir em outra atividade na agricultura, ainda que a taxa de retorno fosse inferior a alternativa fora das normas do sistema, desde que a taxa de retorno agrícola fosse suficientemente superior a taxa de juros do mercado financeiro para tornar o investimento lucrativo, embora não necessariamente o mais lucrativo.

De qualquer forma, uma vez que o agricultor tomou o crédito, não é mais possível o sistema impedir que o dinheiro, enquanto poder aquisitivo genérico, deixe de funcionar como capital em geral; ou seja, não se pode mais rastrear a procedência do capital original a partir dos investimentos realizados dentro ou fora do setor agrícola. De fato, não havendo um real desvio do crédito rural, o tomador, buscando investir entre as diversas alternativas, segundo o princípio do custo de oportunidade, poderia transferir recursos próprios ou de terceiros, que seriam aplicados no setor agrícola na ausência do crédito rural, para as atividades mais rentáveis, procedendo assim apenas uma substituição de fontes de financiamento do capital.

Num outro ensaio, Resende (1985, p.186-190) volta a discordar do pressuposto de Sayad de que, admitido certos pressupostos, a taxa de retorno agrícola é menor do que as dos demais setores da economia, antes e depois do crédito rural. Descartando essa hipótese da baixa taxa de retorno agrícola, e dissociando a demanda de crédito da demanda de investimento, Resende, adotando um modelo neo-clássico de equilíbrio geral, atribui uma maior importância às decisões de investimento do agricultor num contexto de altas taxas de retorno — desde que o produtor se disponha a correr risco — e conclui que o aumento da capacidade financeira do agricultor, via crédito rural subsidiado, apenas reduz os riscos e estimula os investimentos na agricultura.[35]

Essa dissociação da demanda de crédito da demanda de investimento, permite que Resende (1985) conclua que se há transferência de capital próprio, após a concessão do crédito subsidiado, é porque antes o agricultor já aplicava seu próprio capital mesmo com o diferencial da taxa de retorno entre o setor agrícola e o não agrícola.

Na verdade, para ele, a taxa de retorno da produção agrícola torna-se baixa com o crédito rural, pois, se antes havia uma taxa de retorno agrícola para aplicação do capital próprio, com o crédito subsidiado forma-se uma nova taxa de retorno que é função decrescente da proporção do capital investido tomado por empréstimo no SNCR. Haveria assim, segundo Resende, um processo de ajustamento para o equilíbrio, via preços de produtos e fatores agrícolas, de forma que a taxa de retorno dos investimentos agrícolas com financiamento subsidiado seria tal que a taxa de lucro do capital próprio seria igual a taxa geral de lucro.[36]

Nesse processo de ajustamento, o capital próprio passaria a ser expulso do setor agrícola pelo crédito subsidiado do que resultaria uma crescente dependência por financiamento à produção e investimento na agricultura. À nível microeconômico, portanto, a decisão do agricultor, quanto a utilizar o crédito rural para substituição ou para expansão, se transforma numa condição essencial da concorrência dentro e fora da agricultura.

Neste caso, não só o crédito rural se transformaria numa arma da concorrência, principalmente para os tomadores que investem em inovações tecnológicas, como o seu efeito concentrador, resultante de sua distribuição ao nível da estrutura agrária, consistiria não tanto da concentração da riqueza e da renda, mas sim da superioridade competitiva

---

[35] Ver a esse respeito Resende (1980, p.4-20).

[36] Ver análise de Resende (1980, p.17-20).

daqueles que acessassem e tomassem mais crédito rural subsidiado.[37] Mas, apesar dessas observações, Resende e Sayad não levam em consideração outras determinações próprias de um ambiente de incerteza onde a moeda joga um papel crucial nas decisões dos agentes.

Alguns economistas também passaram a localizar no crédito rural uma fonte de pressão inflacionária. O argumento era de que a expansão dos financiamentos rurais e as taxa de juros subsidiadas exerceriam uma pressão sobre as contas do governo, via emissão de moeda ou via colocação de títulos da dívida pública, dado que a devolução do montante dos empréstimos, num ambiente inflacionário, seria insuficiente para renovar o valor real dos empréstimos da nova safra e muito menos a decorrente da expansão da demanda por crédito.[38]

Com efeito, sendo a parcela maior de crédito rural financiada pelo Banco do Brasil, a dotação dos novos recursos para financiar a agricultura que fluia do Banco Central, via conta movimento, estaria pressionando a base monetária e, consequentemente, aumentando a liquidez monetária da economia com seus impactos sobre a inflação. Entretanto, esse argumento não qualifica a forma que tomou esse subsídio na agricultura do ponto de vista da origem e destinação dos recursos transferidos.

Munhoz (1982, p. 17-18), analisando os possíveis reflexos inflacionários derivados dos subsídios em geral, observa que uma política de subsídios pode ser inflacionária ou deflacionária, ou ainda neutra, dependendo da forma como a política econômica é implementada e dos seus reflexos diferenciados sobre a economia e a sociedade. Neste sentido, além dos subsídios explícitos, dados pelas taxas de juros nominais abaixo do mercado financeiro geral, há que se considerar também os subsídios implícitos decorrentes da aceleração inflacionária.

Uma tentativa de estimar esses subsídios implícitos, transferidos para a agricultura, e seus impactos sobre a base monetária, foi realizada por Mata (1982, p. 228-240). Em sua pesquisa ele procura demonstrar que, apesar das substanciais transferências de recursos monetários para o setor agrícola serem financiadas pelo governo federal, o fato desses subsídios exercerem uma relativa pressão sobre a base monetária, confirmaria apenas

---

[37] Ver a esse respeito a análise de Resende (1980, p. 20-22). Confira, também, Resende, Gervásio Castro de (1982). Política, Preço da Terra e Estrutura Agrária. **Revista de Economia Rural**. Brasília, SOBER, 20 (1): 73-87, Número Especial.

[38] Ver Sayad, João. op. cit, p. 106-110.

a dificuldade de se identificar os componentes das despesas do governo que seriam efetivamente inflacionárias.[39]

Oliveira & Montezano(1982,p.139-151),estudando os limites das fontes de financiamento rural, também, identificaram a inadequação e o anacronismo da política de crédito rural na perspectiva de sua administração financeira. Para eles,o esgotamento das tradicionais fontes de recursos monetários não inflacionárias,como resultado da inflação e das inovações institucionais do mercado financeiro,estaria conduzindo à tendência de uma crescente estatização do crédito rural e a aceleração do ritmo de ampliação dos meios de pagamentos e da taxa nominal de juros e,como consequência,da taxa de inflação.[40]

Apesar da importância desse trabalho,que pela primeira vez faz uma crítica interna sobre o esgotamento da política de crédito rural,a economia política do financiamento da agricultura ainda ressente-se de um teoria geral do financiamento que incorpore as decisões de gastos produtivos e a liquidez dentre as alternativas existentes numa carteira de ativos e passivos.

Como vimos,os estudos dos principais autores que trataram dos problemas recentes do financiamento para o desenvolvimento da agricultura,além de partirem de pressupostos neoclássicos,não estão circunscritos dentro de um marco teórico mais geral capaz de lidar com a dimensão financeira dos problemas das decisões da produção e do investimento na agricultura, particularmente quando a agricultura se insere no mercado financeiro em geral.

Assim sendo,procurar-se-á ,no próximo capítulo,desenvolver algumas notas sobre a dinâmica do mercado financeiro,numa visão pós-keynesiana,que incorpore a agricultura.

---

(39)Ver Mata(1982,p.241-244).Ver tambem Caetano filho,Antonio.Os Subsídios Implícitos nos Empréstimos Rurais.**Relatório Anual do Banco do Brasil**.Brasilia, Banco do Brasil,1976.p.45-48.

(40)A estatização do financiamento das atividades rurais tendeu a crescer não só devido a retração dos recursos compulsórios,como tambem pelo elevado e crescente subsídio implícito no crédito rural.Cf Oliveira & Montezano(1982,p.152-158).

CAPITULO II: FUNDAMENTOS PARA UMA TEORIA ALTERNATIVA DO FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA

2.1. INTRODUÇÃO

Neste capitulo, procurar-se-á desenvolver alguns pressupostos teóricos sobre o papel do sistema financeiro numa economia capitalista, a partir das contribuições originais deixadas particularmente por Marx, Keynes e seus herdeiros. Espera-se, com isso, desenvolver e incorporar as principais idéias e conceitos sobre as questões ligadas ao papel do financiamento numa economia monetária da produção, com seus naturais desdobramentos sobre as atividades agropecuárias, de forma a compor um referencial teórico que servirá de pano de fundo para o desenvolvimento dos demais capítulos empíricos desta tese.

De início, pode-se dizer que o financiamento das atividades produtivas na agricultura, diferentemente das industriais, estão sujeitas a certos riscos e incertezas devido as especificidades naturais e institucionais próprias das atividades econômicas agrícolas. Estas especificidades, certamente, se manifestam como se fossem "barreiras naturais e institucionais" que precisam ser superadas pelo capital produtivo, através das inovações tecnológicas e das inovações financeiras, quase sempre com o apoio do Estado.[41]

No caso das "barreiras naturais", impostas pelos ciclos biológicos e climáticos da natureza, gera-se um desajuste entre o processo de trabalho agrícola e o processo de produção agrícola capitalista, enquanto processo de valorização do capital. De fato, nas atividades produtivas agrícolas, diferentemente das industriais, o tempo de produção, que vai do desmatamento a colheita, não coincide com o tempo de trabalho por inteiro devido a ação energética da fotossíntese, atuando sobre o ciclo vegetativo dos cultivares, propiciar tempos de não-trabalho do que resulta tempos mortos não geradores de mais valia.[42]

---

[41] No Brasil, a ação do Estado, no sentido da expansão agropecuária e do desenvolvimento do complexo agroindustrial, regulou a dinâmica da modernização da agricultura, via principalmente as políticas de crédito rural e de preços mínimos, ao mesmo tempo que buscou coordenar e compatibilizar os interesses das diversas frações do capital agrário, entre os diversos produtores agropecuários, e deste com os capitais agroindustriais e com o capital social em geral. Ver comentários de Sorj (1980, p. 66-67).

[42] A diferença entre tempo de trabalho e tempo de produção é colocada, por alguns economistas, como uma especie de barreira à entrada para o desenvolvimento das empresas capitalistas na agricultura. A esse respeito ver Marx (1987, p. 108-109) e Marx (1980,

Essa descontinuidade intra-período da produção agrícola, num grau mais significativo do que nos demais setores produtivos, aumenta a relevância dos tempos de não-trabalho no processo de produção agrícola. Mas, além disso, há também a ocorrência da descontinuidade inter-período de produção, como decorrência da ação climática sobre o ciclo biológico dos cultivares, que acaba provocando a interrupção do processo de trabalho da produção agrícola e que se manifesta através dos períodos de safra e entresafra.

As "barreiras institucionais", dadas pelo monopólio da propriedade e da exploração econômica da terra, se constituem numa outra especificidade decorrente da não-homogeneidade e da não-reprodutividade da terra___ enquanto suporte e meio de produção básico___para o desenvolvimento capitalista das atividades agrícolas.[43]

Essas "barreiras naturais e institucionais", específicas as atividades econômicas na agricultura, se manifestam numa maior rigidez para a penetração e estruturação do capital na agricultura, face a possibilidade de transferência e transformação do sobrelucro em renda da terra, de um maior tempo de rotação do capital e de uma maior dificuldade dos capitais individuais em eliminar os riscos e incertezas decorrentes das descontinuidades intrínsecas aos processos biológicos e climáticos da produção agrícola.[44]

---

* p.254). Mais recentemente, alguns estudiosos dos problemas do desenvolvimento capitalista na agricultura, partindo das observações de Marx, atribuíram a essa "especificidade" do processo de valorização do capital no campo, como sendo uma das causas que se antepõe ao pleno desenvolvimento da empresa capitalista e ao mesmo tempo permite o espaço social para a reprodução da economia de base camponesa na agricultura. Ver a esse respeito Mann & Dickinson (1987, p.7-26). As teses contidas neste ensaio, embora devam ser vista como uma refutação possível, ainda que não definitiva, foram questionadas, dentre outros, por Perelman, (1979, p. 119-121) e Mooney (1987, p.27-41).

[43] Karl Marx, quando trata da renda da terra e do tempo de valorização do capital na agricultura, deixa aberta a possibilidade do progresso técnico superar tanto a "barreira institucional", representada pela propriedade da terra, quanto a "barreira natural", representada pela descontinuidade entre o tempo de trabalho do tempo de produção. Os comentários pertinentes sobre o progresso técnico e as especificidades da agricultura podem ser encontrados, particularmente, em Graziano da Silva [(1981, p.22-37); (1985, p.1-38)] e Kageyama (1986, p.3-30) e Murray (1978).

[44] Uma tentativa de abordagem teórica, ainda que não definitiva, sobre o papel do progresso técnico na superação dessas "barreiras à entrada", ao nível da concorrência intercapitalista na agricultura, pode ser encontrada especificamente em Kageyama, Angela. (1989). **Monopólio da Terra, Progresso Técnico e Concorrência na**

Com essas características do processo de produção agropecuário, distintas da dos processos contínuos da produção industrial, pretende-se apenas reconhecer e incorporar as especificidades que o desenvolvimento capitalista enfrenta na agricultura. Mas, apesar do reconhecimento dessa singularidade das atividades agropecuárias, as decisões dos agentes econômicos rurais, através do cálculo capitalista visando a valorização monetária do capital no portfólio, sujeitam-se as mesmas regras do comportamento convencional dos agentes dos demais setores econômicos.[45]

Mesmo assim, para superar essas adversidades próprias das atividades agrícolas, e para facilitar o desenvolvimento capitalista em direção ao campo, as vezes torna-se necessário a estratégica intervenção do Estado que, para compensar essas desvantagens relativas, procura desenvolver políticas econômicas visando: (a) incorporar as terras marginais via colonização da fronteira ou via reforma agrária; (b) desenvolver formas de financiamento para as atividades rurais via crédito subsidiado ou incentivos fiscais; (c) promover novas formas de organização do trabalho via cooperativismo; (d) estimular sistemas de pesquisa e extensão para fazer avançar as inovações tecnológicas, particularmente as relativas aos ciclos biológicos dos cultivares; e, (e) organizar os fluxos de produção, comercialização e abastecimento via melhoria dos sistemas de transporte, de armazenagem e distribuição.[46]

Não obstante, embora seja amplo os problemas relativos a agricultura, a preocupação desta tese estará voltada mais especificamente para a análise do desenvolvimento das formas e funcionamento do financiamento do setor agropecuário. Cabe agora, para fins desta tese, desenvolver uma abordagem alternativa, a partir das visões pós-marxista e pós-keynesiana, capaz de estabelecer algumas conexões teóricas em nível mais abstrato entre o sistema financeiro e as decisões de produção e investimento sob o comando

---

Agricultura. Campinas, IE/UNICAMP. p. 17-25.

[45] Num ambiente de incerteza, no sentido empregado por Keynes, as decisões de investimento, tomadas a partir de mercados financeiros organizados, estão sujeitas a comportamentos convencionais que depende do estado de confiança dos agentes econômicos. É neste sentido que, na presença de um mercado ativo de capitais, Keynes diz que um agricultor pode decidir, avaliando as cotações dos títulos e ações, retirar o seu capital da atividade agrícola pela manhã para reconsiderar o seu investimento mais tarde. Ver Keynes (1983, cap 12, p. 110-112).

[46] Sobre as formas modernas de intervenção do Estado, visando promover a agricultura capitalista sob condições tecnológicas e organizacionais avançadas, ver Goodman et alli (1990, p. 140-145) e Wilkinson (1989, p. 51-82).

do capital financeiro na agricultura.

2.2.A GENÊSE DO SISTEMA DE CRÉDITO

Nesta seção pretende-se situar o sistema de crédito e o capital financeiro, dentro dos limites desta tese, numa perspectiva histórica da lógica da produção capitalista. Para tal, de início, recolho alguns ensinamentos de Marx sobre a gênese do sistema de crédito e seu seu papel ao nível do movimento do capital em geral. Como se sabe, Marx pretendia, no esboço de seu primeiro plano estrutural sobre O Capital (1857), estudar o sistema de crédito e o capital acionário, por razões de natureza metodológica, somente após ter desenvolvido seus estudos sobre o movimento do capital em geral — enquanto capital social global e não-diferenciado da sociedade capitalista — e sobre a concorrência — enquanto o "locus" da pluralidade dos capitais concretos — onde se trava a luta entre as várias formas dos capitais concretos rivais.[47]

Entretanto, na versão definitiva do Capital (1866), Marx desenvolve seus estudos voltados fundamentalmente para a explicação das "leis do movimento do capital em geral". Mesmo assim, particularmente no livro III do Capital, Marx incorpora no âmbito do capital em geral, ainda que de forma não especificamente sistematizada, como previsto originalmente, os temas da concorrência, do sistema de crédito e do capital acionário.[48] Mesmo assim, Marx não teve a intenção de desenvolver uma análise pormenorizada do funcionamento do sistema de crédito e dos seus instrumentos, mas sim destacar alguns pontos necessários para melhor caracterizar o movimento do capital em geral no modo de produção capitalista.

Neste plano de análise, portanto, a preocupação de Marx não é com as condições reais da dinâmica funcionamento do sistema de crédito. No entanto, embora Marx não tenha tido a oportunidade de desenvolver uma teoria do funcionamento real do sistema de crédito, os fragmentos de sua teoria monetária do crédito, recentemente retomada pelos pós-marxistas, repõem algumas questões essenciais sobre o papel do capital financeiro que merecem ser colocadas antes de introduzirmos a visão pós-keynesiana

---

[47] Ver a esse respeito Rosdolsky (1985, p. 36-50; 424-427; Uma interpretação sobre o conceito de concorrência e sua dinâmica no capitalismo monopolista pode ser encontrada em Possas (1989, p. 55-78; 135-178).

[48] Uma análise sobre o conceito de capital em geral, ao nível das leis do movimento, e dos capitais concretos, ao nível da concorrência, ou seja, ao nível da dinâmica dos capitais, pode ser vista em Rosdolsky, Roman. op. cit. p. 69-79. Ver também Mazzucchelli (1985, p. 46-57).

do financiamento numa economia monetária da produção, isto é, numa economia capitalista.

Não se pode compreender o sistema de crédito, próprio de uma economia monetária capitalista, sem antes se configurar sua genese a partir da Teoria Geral da Moeda, tal como posta por Marx no Capital.[49] Neste aspecto, como argumenta Brunhoff (1978, p. 13-18), a razão histórica pela qual a teoria geral da moeda em Marx parte da moeda-mercadoria, forma específica assumida pela moeda, num determinado momento histórico do capitalismo, está logicamente subordinada à razão teórica que fundamenta a necessidade da moeda ser, em toda produção mercantil, equivalente geral.[50]

É por isso que a teoria marxista da moeda, enquanto uma teoria geral da moeda, começa pela determinação da forma equivalente geral da moeda que a distingue, enquanto mercadoria específica, das demais mercadorias. De fato, como observa Brunhoff (1978, p. 18), trata-se de uma teoria geral da moeda porque a forma de equivalente geral do dinheiro, independente de sua forma monetizada, materializada ou não, exclui dessa função todas as demais mercadorias, e dá à moeda o seu significado teórico-histórico de ser o monopólio da equivalência, historicamente determinado, e de deter a função social de moeda, isto é, forma específica do dinheiro em que deve se conservar e se reproduzir sem cessar o poder de compra.[51]

Mas, para se ter uma teoria geral da moeda, é necessário integrá-la a uma teoria completa da moeda, a partir de suas funções monetárias, para se estabelecer a relação entre a forma equivalente geral da moeda, válida à toda economia monetária, e as múltiplas funções e aspectos da moeda. É por esta razão que as funções da moeda devem ser analisadas, numa certa sequência lógica e complementar umas em relações às outras, de acordo com as necessidades conjugadas da determinação completa da forma equivalente geral da moeda.[52]

---

[49] Ver Marx (1980, L. 1., V. 1., Cap. III).

[50] Carvalho (1986, p. 18) sugere que, para desenvolver uma teoria monetária geral em Marx, liberando Marx da moeda-mercadoria, é preciso mudar o foco da formação de valores para a formação de preços de mercado. Esta alternativa é compatível com a concepção de Marx que vê a moeda como um símbolo de uma relação social alienada. Assim, desde que a moeda seja aceita socialmente, não importa o que a representa.

[51] Ver comentários pertinentes de Brunhoff (1978, p. 19-20). Ver, também, as observações críticas, sobre o mesmo tema, no artigo de Reuten (1989, p. 121-139).

[52] Idem, p. 20-48. Ver ainda Brunhoff (1978a, p. 57-62).

Nessa visão, todo efeito da teoria da moeda, integrada à análise do capital, incide sobre as diversas modalidades de financiamento da produção no capitalismo. A integração da teoria da moeda na teoria da produção capitalista, portanto, só pode ser efetuada pelo estudo das modalidades de financiamento do capitalismo. É por isso que, numa primeira etapa do capitalismo, o problema do financiamento da produção se manifestava como um problema financeiro, isto é, o do uso das disponibilidades monetárias nas proporções adequadas.[53]

Com o desenvolvimento do sistema de produção capitalista, e com ele dos novos mecanismos específicos de financiamento, emerge o sistema de crédito que, diferentemente do sistema monetário, é estudado por Marx como uma teoria monetária do crédito e não como uma teoria da moeda do crédito.[54] Neste sentido, a teoria monetária do crédito de Marx não só deriva logicamente de sua teoria geral da moeda como a ela esta integrada, senão vejamos.

Marx observa que, já na circulação mercantil simples, M-D-M, o dinheiro, além de funcionar como medida de valor e meio de circulação, se autonomiza e adquire as funções de entesouramento, de meio de pagamento e de moeda universal. Com isso, dadas estas funções, surge a possibilidade de que os incessantes e sucessivos atos de compra e venda do processo de circulação possam ser interrompidos com a saída do dinheiro que assim passa a assumir a forma de tesouro.[55]

Apesar disso, o processo de circulação pode ser reconstituído sem que para isso seja preciso a presença do dinheiro no ato das trocas. Isto porque, com o desenvolvimento generalizado da circulação das mercadorias, vão aparecendo as condições em que a alienação da mercadoria se separa, por um certo intervalo de tempo, da realização do seu preço.

Abre-se, assim, a possibilidade das mercadorias poderem ser vendidas não em troca de dinheiro no ato da compra, mas em troca de uma promessa por escrito do comprador de pagamento, numa data previamente estabelecida, em

---

[53] Idem, p. 49-74 .

[54] A esse respeito ver interessantes comentários sobre a relação lógica entre a teoria da moeda e a análise do crédito, que permite que se fale em uma economia monetária do crédito em Marx, em Brunhoff, Suzanne de. op. cit. p. 74-76.

[55] Ver Marx, Karl. op. cit. L. 1; V. 1; p. 144-148.

dinheiro no futuro. Aqui o dinheiro existe apenas idealmente na promessa do comprador, e é isso que motiva a transferência das mercadorias, mas só entra realmente na circulação mercantil na data do pagamento previsto quando então o dinheiro passa das mãos do comprador para o vendedor.[56]

Nestas condições, a relação privada comprador-vendedor se transforma numa relação social credor-devedor e o dinheiro, como meio de saldar as dívidas, adquire a função de meio de pagamento. Com efeito, na circulação mercantil, tornar-se necessário a constituição de fundos de reserva e o entesouramento deixa de ser mera acidentalidade para adquirir o caráter de necessidade na circulação mercantil.

Como se vê, a base natural do crédito é sua função de dinheiro como meio de pagamento. Com isso o dinheiro, instrumento mediador da circulação mercantil, passa crescentemente a ser substituído por títulos de crédito monetizáveis em dinheiro de crédito, cujas transações passam a ocorrer através de instituições especializadas que agrupam e reagrupam os meios monetários que saem transitoriamente da circulação mercantil.[57]

Neste sentido, o desenvolvimento da circulação creditícia constitui a condição e o resultado para o desenvolvimento generalizado da produção capitalista. Mas é a partir da circulação monetária, entretanto, que se dá o desenvolvimento do sistema de crédito, e com ele a crescente subordinação da circulação mercantil à circulação creditícia na qual o dinheiro funciona idealmente como medida de valor — na medida em que os pagamentos se compensam mutuamente — e como dinheiro efetivo de pagamento, e não mais apenas como meio de circulação, sempre que houver necessidade da sua presença à liquidação das obrigações decorrentes da própria natureza monetária da produção e da possibilidade de autonomização do dinheiro.[58]

Mas é na circulação capitalista, D-M-D', que o dinheiro como meio de pagamento não só se generaliza com o crédito, que passa a predominar sobre a circulação monetária, como passa também a operar na forma metamorfoseada de capital. É neste sentido que o capitalismo, enquanto forma desenvolvida da produção mercantil, está constitutivamente ligado, numa perspectiva

---

[56] idem, p. 149-153.

[57] idem, p. 154-157.

[58] Sobre as diferenças da moeda fiduciária de curso forçado (Estado) e a moeda escritural ou de crédito (bancos), ver Hilferding (1985, p. 66-70) e Aglieta (1979, p. 287-304).

lógica e histórica, ao desenvolvimento do sistema de crédito.

Com efeito, "a teoria monetária do crédito concebida por Marx conduz, (...) a uma concepção unitária do crédito, que engloba as estruturas financeiras (mercados e instituições de crédito), assim como seu papel conjuntural, numa interpretação relativa às propriedades únicas da moeda e do capital-dinheiro".[59]

Cabe observar que, se o crédito comercial tem sua origem na circulação mercantil, e se generaliza na circulação capitalista, o crédito de capital, enquanto capital-dinheiro produtor de juros, emerge com o desenvolvimento do próprio sistema capitalista. De qualquer maneira, o sistema de crédito se desenvolve plenamente na base destas duas modalidades de credito. Neste particular, o pleno desenvolvimento do sistema de crédito, baseado no crédito de capital, diferentemente do crédito comercial fundado num valor já produzido, é condição e resultado para a acumulação ampliada ser levada aos seus limites máximos pelos capitalistas.[60]

O crédito de capital, por outro lado, é um direito sobre mercadorias produzidas no futuro. De fato, o ato de emprestar pressupõe o fundamento da produção capitalista que é a produção e a realização da mais-valia na forma de lucro monetizável. Isto porque, é na circulação capitalista que o dinheiro, enquanto capital potencial, adquire um valor crescentemente progressivo servindo assim de meio para produção de lucros.[61] Acredita-se que os elementos teóricos, postos até aqui, foram suficientes para fixar os limites da origem do crédito no capitalismo. No entanto, há que se incorporar, na sequência, os fatores condicionantes do desenvolvimento do sistema de crédito.

2.2.1. Sistema de Crédito e a Circulação Financeira

Na economia capitalista, por certo, o desenvolvimento do sistema de crédito corresponde a centralização financeira das funções creditícias em instituições especializadas para tal fim, isto é, os bancos. Estes passam não só a centralizar e a generalizar a circulação de letras e títulos, substituindo assim o crédito comercial pelo crédito bancário, como também passam a centralizar grande volume de "dinheiro congelado"

---

[59] Idem, p. 79.

[60] Ver Marx, Karl. op. cit. L. 3.; V. 5.; p. 547-557.

[61] Sobre a transformação do dinheiro em capital, ver Marx, Karl. op. cit. L. 1.; V. 1. cap IV.

que buscam transformar, via empréstimos aos capitalistas produtivos, em capital monetário ativo.[62]

Com isso, o capital congelado, enquanto tesouro, se converte em crédito de capital e a liberação periódica desse capital dinheiro se torna um fundamento importante para o desenvolvimento do sistema de crédito. No entanto, como, em sua dinâmica de expansão, o crédito de capital sempre corresponde a um valor acrescido de mais-valor, no futuro, parcela dele pode deixar de ser aplicado produtivamente para se destinar ao mercado financeiro e assumir, assim, a forma de capital fictício.[63] De qualquer modo, como foi dito, o capital a juros emerge como resultado do desenvolvimento do sistema de crédito e da função do dinheiro como meio de pagamento.

Mesmo assim, não só a circulação monetária passa a ficar subordinada à criação do crédito, como ambos passam a ser regulados pelo movimento de valorização do capital a juros. Nesta concepção de Marx, ainda no plano das leis imanentes do capital em geral, o movimento do capital a juros pressupõe o dinheiro como capital líquido na forma de uma mercadoria especial intercambiável. Como tal, da mesma forma como a mercadoria força de trabalho, a mercadoria dinheiro não é alienada em definitivo. (64)

Com o desenvolvimento do crédito, portanto, não só a circulação monetária fica subordinada à criação do crédito, como ambas passam a ser regulados pelo movimento de valorização do capital a juros. Isto significa dizer que, mediante um contrato firmado entre dois capitalistas, prestamista (credor) e prestatário (devedor), o circuito simples D-D' se desdobra em D-D-M-D'-D' e o dinheiro se transforma numa mercadoria cuja venda se converte em empréstimo e o preço pago pelo valor de uso desta mercadoria, durante determinado tempo, numa participação do lucro sob a forma de

---

[62] Ver os interessantes comentários sobre a moeda de crédito em Brunhoff (1978, p. 83-90) e Brunhoff (1978a, p. 80-88). Sobre o conceito de capital monetário ativo e ociosо, ver Hilferding (1985, p. 90-99).

[63] Ver Marx (op. cit. L. 3; V. 5, p. 582-586).

[64] Marx trata a questão dos juros do capital financeiro, em oposição aos lucros do capital industrial e do capital comercial, em dois níveis: (1) no nível mais abstrato das leis imanentes do movimento do capital em geral e (2) ao nível da concorrência. No primeiro, Marx destaca, por dedução lógica, a natureza constitutiva dos juros como uma parte do lucro. Ver Marx, Karl. O Capital. L. 3.; V. 5.; cap XXI. p. 406-409. No segundo, Marx trata da determinação quantitativa da taxa de juros ao nível da concorrência. Ver Marx, Karl. Op. cit. p. 411.

juros.[65]

Essa diferenciação qualitativa do lucro bruto, entre o lucro do empresário e o juros do financista, emerge da divisão quantitativa de uma mesma parcela da mais valia. Essa capacidade do valor de uso do dinheiro emprestado poder funcionar como capital, e como tal produzir lucro, permite que o capitalista empresário pague ao capitalista financista, além do principal, os juros pelo uso do dinheiro capaz de produzir lucro do qual os juros são uma parcela.

Apesar da mistificação do capital a juros, dada a sua aparente exterioridade em relação ao movimento do capital real, sua valorização como capital financeiro não pode se separar, em definitivo, da valorização do capital produtivo, enquanto capital função, mesmo quando a consolidação dos juros se manifesta como um atributo do capital propriedade cuja valorização se efetiva num circuito estritamente financeiro.

Mas, sendo os juros parcela constitutiva do lucro, por dedução lógica, seu limite máximo é dado pela taxa de lucro e sua determinação quantitativa resulta exclusivamente da concorrência entre os capitalistas prestamistas e prestatários. De fato, embora exista uma relação constitutiva entre lucro e juro, a determinação quantitativa das taxas de juros e lucro sequem leis próprias reciprocamente autônomas e independentes uma da outra.

No entanto, essas leis particulares e independentes da determinação das taxas de juros e lucro, ao nivel da concorrência, encontram, em última instância, seus limites na própria lei de valorização do capital em geral. De qualquer maneira, embora para Marx a determinação quantitativa da taxa de juros se dê ao nível da concorrência, ele não chega a desenvolver um estudo sistematizado sobre esta determinação. Mas, apesar disso, admite que a taxa de juros seja determinada no mercado monetário pela oferta e demanda do dinheiro.[66]

Com o pleno desenvolvimento do sistema de crédito, e com ele a consolidação dos juros como um atributo inerente do dinheiro, ficam dadas as condições institucionais para o estabelecimento do circuito de valorização do capital fictício. "A forma do capital produtor de juros faz com que toda renda monetária determinada e regular apareça como juro de

---

[65] Ver a esse respeito comentários de Mazzucchelli, Frederico. op. cit, p. 80-85.

[66] Ver Marx, Karl. O Capital. L. 3; V. 5. op. cit. p. 421-425.

capital, derive ela ou não de um capital. Primeiro se converte a renda monetária em juro, e como juro se acha então o capital donde provém. Analogamente, no capital produtor de juros aparece como capital a soma de valor que não é despendida como renda; aparece como principal em oposição ao juro possível ou real que deve render".[67]

Neste particular, pode-se dizer que o capital a juros representa a forma mais desenvolvida e mais abstrata do capital em seu significado de acumulação progressiva. Com efeito, a consolidação do capital a juros, como um atributo do dinheirio e das funções do crédito, acaba culminando na criação do circuito de valorização do capital fictício.([68]) Este resulta da capitalização de uma dada renda monetária periódica, derive ela ou não de um capital.

Assim, para capitalizar qualquer renda monetária periódica, o que se faz é considerá-la, com relação a taxa média de juros, como o rendimento que proporcionaria um capital emprestado a esta taxa de juros. Como capital fictício, sob a forma de empréstimos, ações ou títulos, representativos ou não de um capital real, todo e qualquer título que assegure um rendimento regular se converte em capital de valores que engendram mais-valor, com circulação e valorização própria, sob a forma de juros.[69]

No entanto, como os preços dos títulos em geral são em parte especulativos, pois não são determinados apenas pelo rendimento efetivo, mas também pelo esperado, é fácil perceber que o capital fictício assume um movimento autônomo. Com esta configuração, os títulos são convertidos em ativos, cujos preços comerciais, além de dependerem dos rendimentos reais e esperados, da liquidez e segurança, da crise do mercado monetário e das expectativas do estado geral dos negócios, variam inversamente com a taxa de juros.[70]

Como observa Marx, "todos esses papéis constituem apenas direitos acumulados, títulos jurídicos sobre a produção futura, e o valor-dinheiro ou o valor-capital ora não representa capital algum, como é o caso das apólices da dívida pública, ora é regulado de maneira independente do

---

[67] Ver Marx, Karl. op.cit. p.534.

[68] Ver Marx, Karl. op.cit. p.536-540 .

[69] A esse respeito ver os comentários de Mazzucchelli, Frederico. op.cit. p.88.

[70] Ver Marx, Karl. L.3; V.5. op.cit. p.537-538; Ver, também, os interessantes comentários de Mazzucchelli, Frederico. op.cit. p.89.

valor do capital efetivo que esses papéis configuram".[71] Neste sentido, a acumulação do capital-dinheiro, enquanto capital produtor de juros, refere-se, notadamente, a acumulação de direitos sobre a produção futura, de acordo com o preço de mercado, isto é, o valor do capital fictício dos possuidores desses títulos.

Portanto, o mais importante a reter é que, independente da forma em que o capital fictício se apresente, sua capitalização não guarda uma correspondência direta e imediata com a valorização real do capital produtivo, mas sim um direito ex ante sobre um valor futuro, ou seja, a uma capitalização esperada.

Não obstante, isto não significa que a valorização do capital fictício possa prescindir ou mesmo se separar, em definitivo, da valorização do capital real. De fato, se há uma independência recíproca entre os circuitos de valorização dos capitais reais e financeiros — no sentido de que as determinações que regulam o capital propriedade não são as mesmas das do capital em função — esta independência não significa uma separação definitiva. Há, isso sim, uma unidade da diversidade do capital em geral que lhe é originária e constitutiva e que subordina, em última instância, as distintas formas de valorização financeira dos capitais, ao nível da concorrência intercapitalista, às operações do capital produtivo.[72]

Contudo, essa interação estabelece um duplo condicionamento: "de um lado, (...) a valorização do capital produtivo passa a depender, em forma crescente, do movimento do capital a juros, notadamente de sua capacidade mobilizar e redistribuir massas centralizadas de capital monetário. De outro, a valorização do capital a juros (quer sob a forma de crédito, quer sob a forma de capital fictício) não pode prescindir, em última instância, da valorização do capital produtivo."[73]

Assim, com a constituição do circuito de valorização dos títulos e ações, enquanto formas do capital fictício, surge a possibilidade alternativa da acumulação financeira do capital vis-à-vis a acumulação real do capital. Nessa circulação financeira, viabilizada por instituições especializadas para esse fim, sob a regulação do Estado, o capital produtor de juros assume a forma de ativos financeiros e monetários que passam a

---

[71] idem, p. 539.

[72] Ver Mazzucchelli, Frederico. op. cit. p. 89.

[73] idem, p. 89-90.

concorrer com os ativos reais. É preciso, agora, analisar as condições do desenvolvimento dessas modernas instituições do sistema de crédito.

2.2.2. Sistema de Crédito e Capital Financeiro

Pode-se dizer que o desenvolvimento do sistema de crédito, desde os seus primórdios, serviu como suporte para alavancar financeiramente a produção capitalista em escala ampliada. De fato, durante a fase do capitalismo concorrencial, dada a limitada magnitude e escala dos múltiplos capitais individuais, o sistema de crédito se interpôs passivamente como um meio intermediário dos capitalistas através das operações do crédito comercial.

Não obstante, na etapa do capitalismo monopolista, com o surgimento das sociedades anônimas e os processos de concentração e centralização do capital social ao nível da produção — como resultado da lógica da concorrência intercapitalista — o sistema de crédito, além de continuar atuando como operador da intermediação do crédito comercial e do crédito de capital, se transformou numa poderosa arma da concorrência intercapitalista na medida em que os bancos passaram a centralizar e gerir gigantescas massas de capital monetário.[74]

Assim, se de um lado, alguns poucos capitalistas industriais passaram a exercer, através da concentração e centralização do capital, o controle da produção e dos mercados; de outro, os capitalistas financistas passaram a exercer, através da centralização do capital monetário da sociedade, o comando das operações do crédito de capital e do crédito comercial, realizando assim, plenamente, o movimento de valorização do capital a juros.

Com isso, o avanço dos processos de concentração e centralização do capital produtivo passa a ficar estruturalmente atrelado ao desenvolvimento do sistema de crédito devido, notadamente, sua capacidade de mobilização e centralização de capitais líquidos em escala crescente. Neste sentido, a importância do sistema de crédito aumenta não só como suporte da acumulação ampliada, por se converter num poderoso mecanismo social de mobilização e centralização de capitais, mas também como uma nova e temível arma da concorrência intercapitalista.[75]

---

[74] Ver Marx, Karl. O Capital. L.1; V.1.; p. 726-729.

[75] Sobre a importância da mobilização de capital para o desenvolvimento das sociedades anônimas, ver Hilferding (1985, p. 111-133).

Mais ainda, o desenvolvimento do sistema de crédito, ao dar origem à proliferação dos títulos financeiros, estruturou um circuito creditício-monetário-financeiro que incluiu não só a mobilização e centralização do capital monetário e bancário, como a própria valorização fictícia do capital produtor de juros. Na verdade, a centralização do capital deixou de se circunscrever apenas a esfera da produção. A própria necessidade de mobilização crescente de grandes massas de capital líquido, impôs ao sistema bancário que a centralização das operações do sistema de crédito se fizesse através de um limitado número de bancos.[76]

É assim que essa centralização monopólica do capital social, sob diferentes formas, passou a ser controlada e gerenciada por um restrito grupo de capitalistas financistas que associados ou não aos capitalistas industriais, agrários e comerciais assumiram o comando das diversos formas de valorização do capital. Neste sentido, o Estado, através dos seus bancos oficiais, também se transformou num poderoso agente operador da aglutinação e transformação de parcela da renda monetária da sociedade em fonte de acumulação dos capitais oligopólicos organizados. Assim, enquanto a tributação e a dívida pública se encarregam de centralizar os recursos "públicos"; por outro lado, o financiamento e o gasto acabam convertendo esses recursos em fonte de acumulação de alguns grandes grupos capitalistas ou melhor em "fundos públicos" para acumulação do capital em geral.[77]

O crescente aumento das necessidades de financiamento para novos investimentos acabou estabelecendo novas formas de organização da empresa capitalista. De fato, a substituição das empresas familiares por sociedades anônimas tornou-se a forma preponderante da empresa privada. Os bancos, que concentravam seus empréstimos às operações de capital de giro das empresas produtivas, passaram a adiantar financiamento para investimentos de novos empreendimentos e a promover a fusão entre empresas já estabelecidas. Com isso, pouco a pouco, os setores industriais foram sendo dominados por grandes corporações sob o comando dos grandes conglomerados financeiros.

Essa centralização do capital social, nas mãos de um restrito grupo de capitalistas financistas, ampliou o espaço de valorização do capital, aos níveis nacional e internacional, em todos os setores e ramos das atividades produtiva, financeira e monetária. Na verdade, esse comando do

---

[76] Ver a esse respeito a análise feita por Mazzucchelli, Frederico. op. cit. p. 96-98.

[77] Ver Mazzucchelli, Frederico. op. cit. p. 98. Ver também Oliveira (1988, p. 13-17).

capital financeiro sobre os fluxos de valorização do capital em qualquer atividade especifica___seja industrial, agropecuária, financeira ou comercial___ permitiu a ampla e crescente realização de altos lucros que não só reforçou o potencial de crescimento do grande empresa, como ampliou e diversificou a estrutura de aplicação dos ativos.

No entanto, para se alcançar a necessária fluidez na valorização conjunta das aplicações em ativos, é preciso o desenvolvimento de mecanismos institucionais apropriados de mobilização, transferência e aplicações de capital, em forma líquida e centralizada, o que remete ao desenvolvimento do sistema de crédito, do mercado de valores, do mercado de títulos de dívida e do próprio sistema financeiro em geral que as inclui. O funcionamento do próprio sistema financeiro, por sua vez, além da multiplicação das relações débito-crédito, também permite a mobilização e centralização do capital monetário e a proliferação de títulos financeiros que passam a ter canais próprios de circulação e valorização do capital fictício.

Esse processo aponta para o avanço da regulação estatal, particularmente do desenvolvimento de suas funções financeiras e monetárias, mediante o controle da moeda e do crédito, da carga fiscal e do gasto público, da dívida pública, do financiamento público e de mecanismos institucionais apropriados de regulação geral dos fluxos creditícios, monetários e financeiros que funcionam como instrumentos atenuadores das flutuações cíclicas. No caso brasileiro, esses instrumentos de política econômica de controle e regulação da concorrência intercapitalista, ao incorporar as múltiplas funções financeiras do Estado, promoveram a constituição de um sistema financeiro público que, ao se superpor ao sistema financeiro privado, acabou não só ampliando a escala de crédito como sustentando os movimentos especulativos nos mercados de títulos.

Na etapa do capitalismo monopolista, portanto, a formação e crescimento das empresas capitalistas, mesmo quando predominantemente vinculadas às atividades produtivas, articula-se a progressiva diversificação da estrutura da carteira de ativos, em suas posições passivas e ativas, a qual, dependendo da escala das operações, impõe a necessidade de um comando financeiro geral e de uma estratégia de cálculo capitalista numa dimensão financeira.[75]

---

[75] As três grandes funções operacionais dos sistemas financeiros são: (1) criar crédito ampliado com base nas relações de débito-crédito entre empresas, famílias e instituições financeiras; (2) intermediar a transferência de capital de empréstimo através da diversificação e acumulação de ativos financeiros das empresas e instituições financeiras

Essas caracteristicas gerais do capitalismo monopolista, além das formas singulares pela quais se dá a relação entre os bancos e as empresas industriais e agrárias, bem como da forma de organização especifica que assumem as empresas capitalistas contemporâneas, destacam sempre, em quaisquer circunstâncias, a importância do sistema de crédito — como parte do desenvolvimento do mercado financeiro e da valorização fictícia — juntamente com a multiplicação das funções financeiras do Estado e das formas de organização financeira da grande empresa capitalista.[79] Destacada a dimensão financeira do capitalismo monopolista, fica claro a importância do sistema de crédito como instrumento específico de mobilização e criação de poder de compra.[80]

A partir deste ponto, é preciso introduzir e qualificar o conceito de capital financeiro.[81] Na verdade, este conceito, num primeiro momento, serviu para caracterizar as mudanças institucuinais do que se convencionou chamar de etapa do capitalismo monopolista. De fato, o capital financeiro desenvolveu-se como uma consequência da sociedade anônima e alcançou seu apogeu com a monopolização da indústria. Neste sentido, o capital financeiro seria o resultado da fusão do capital bancário com o capital industrial, tal como ocorreu na Alemanha. Essa transformação do capital bancário em capital industrial poderia se dar sempre que um banco concedesse um empréstimo ou adquirisse ações da empresa industrial.[82]

Hilferding (1985, p.219), percebendo esse novo papel do sistema bancário, denominou de capital financeiro ao "capital bancário, portanto o capital

---

superavitárias para as deficitárias; e (3) comandar, gerir e direcionar os volumes de crédito acumulados na forma de capital-dinheiro, como suporte aos movimentos da acumulação real, particularmente através do adiantamento de financiamento a longo prazo aos grandes projetos produtivos e de capital social básico. Ver a esse respeito Tavares (1983, p.109).

[79] Ver Mazzucchelli, Frederico. op. cit. p.96-109.

[80] Ver Schumpeter (1982, cap III) e Schumpeter (1984, cap. VII e VIII).

[81] Ver Mazzucchelli, Frederico. op. cit. p. 104-105.

[82] Na verdade, o capital financeiro não é uma forma especifica de capital — a exemplo do capital industrial, agrário, comercial e bancário — mas sim uma nova categoria institucional que Hilferding (1985, p.217-218) moldou para expressar o processo de centralização e unificação das diversas formas especificas do capital, sob o comando do agente possuidor do capital monetario, caracteristico de um novo estágio do desenvolvimento de capitalismo que êle chamou de Capitalismo Financeiro ou Capitalismo Monopolista e Lenin (1979, p.641-642) denominou de Imperialismo. Ver os comentários esclarecedores de Zini Jr (1982, 22-31).

na forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. Mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário — de capital rendoso — e sempre pode ser retirado por eles em forma de dinheiro. Mas, na verdade, a maior parte do capital investido dessa forma pelos bancos é transformado em capital industrial, (...) e imobilizado no processo produção".

Dada a especificidade que assumiu o desenvolvimento capitalista na Alemanha, Hilferding acabou enfatizando esta forma de controle do capital bancário sobre o capital industrial.

No entanto, num segundo momento, Hilferding enfatiza o domínio do capital bancário sobre o capital industrial devido a disponibilidade de liquidez dos bancos. "A disponibilidade de capital monetário é o que dá ao banco a propotência diante da empresa industrial, cujo capital está imobilizado como capital de produção ou de mercadorias. (...) No geral, é a superioridade da força do capital, especialmente a expansão do capital monetário à livre disposição, que decide sobre a dependência econômica dentro de uma relação de crédito."[83]

Como se vê, além da questão específica do domínio dos bancos sobre a indústria, o fator liquidez, ressaltado por Hilferding, sugere uma concepção mais geral do capital financeiro, enquanto forma líquida do capital em geral, capaz de articular e superar as formas específicas e particulares do capital. De fato, é a centralização do capital financeiro na sua forma mais geral e líquida, isto é, como capital monetário, que permite aos bancos e as instituições financeiras em geral exercerem o comando estratégico sobre a totalidade do processo de valorização do capital em geral em suas diversas órbitas — produtiva, mercantil, creditícia e fictícia — de maneira a percorrer, superar e fundir as diversas formas do capital em geral sem se fixar em nenhuma delas especificamente.[84]

A possibilidade do capital financeiro imprimir uma dinâmica própria a valorização de uma variedade de ativos ou passivos, na etapa do capitalismo monopolista, não só exprime a ampliação das alternativas de financiamento das inversões, mediante o alargamento da estrutura de aplicações do capital, mas também a emergência de movimentos especulativos que passam a comprometer e agravar a estabilidade da economia

---

[83] idem, p. 97-98.

[84] idem, p. 106-109.

capitalista.

De fato, na medida em que os ativos financeiros, públicos ou privados, passam a concorrer com os ativos produtivos, a tendência de reorientação dos investimentos produtivos num surto de investimentos financeiros especulativos, termina por agravar a sistêmica instabilidade potencial da economia capitalista. Mas, de qualquer maneira, a produção de mercadorias é uma forma específica de valorização da riqueza que pressupõe previamente a aplicação de um investimento produtivo. Neste sentido, as decisões de produção dos capitalistas visam sempre recuperar o investimento inicial e ainda obter um lucro monetário.

Cabe agora, na sequência deste capítulo, sistematizar, numa perspectiva pós-keynesiana, a dinâmica de funcionamento do sistema de financiamento numa economia monetária da produção que dispõe de um mercado financeiro institucionalmente organizado para tal fim.

2.3. A DINÂMICA DO FINANCIAMENTO E A VALORIZAÇÃO DO CAPITAL

É verdade que, pelo princípio da demanda efetiva, todo o ato de compra e venda produz um fluxo monetário decorrente da decisão autônoma do comprador de realizar determinado gasto da qual decorre o ato passivo de receber do vendedor.[85] No entanto, não se conclua daí que a efetivação da demanda por parte do agente econômico que decide gastar não possua qualquer limitação. Na verdade, as decisões de gastos de consumo, produção e investimento, para qualquer unidade econômica, família, empresa ou governo, tem como limite o volume do poder de compra imediato dado pelo dinheiro que o agente dispõe.

Numa economia capitalista, por certo, as decisões econômicas dos empresários, que têm como objetivo a preservação e ampliação de seu estoque de riqueza, estão sujeitas a lógica da valorização do capital. O estoque de riqueza de um dado valor, isto é, o patrimônio, pode assumir, para cada agente econômico, diferentes formas segundo a participação de cada tipo de ativo e passivo.

Mas, para o empresário, a aplicação de capital significa uma decisão de comprar ativos para fins produtivos e incorporá-los a sua "carteira" com vistas a conservar e/ou ampliar o seu estoque de riqueza. Para realizar suas aplicações de capital, entretanto, esses agentes realizam cálculos econômicos a partir de estratégias que visam a valorização patrimonial. No

---

[85] Ver Possas (1987, p. 51).

entanto, diga-se de passagem, há também uma parcela significativa das aplicações realizadas pelos agentes econômicos que não geram renda, mas apenas transferem a riqueza "velha" entre os aplicadores.[86]

Neste sentido, se do ponto de vista microeconômico, é a princípio indiferente a aquisição de riqueza "velha" ou "nova" por parte do agente individual; na ótica macroeconômica, é fundamental a geração de nova riqueza, numa economia capitalista, pois ela se relaciona com as atividades econômicas de produção e emprego. De fato, o investimento que resulte em aplicação em bens de capital fixo ou capital circulante é, do ponto de vista social, uma aplicação geradora de renda por excelência dentre as várias opções de aplicação de capital.

Mas, como se sabe, a cada estratégia de valorização patrimonial, o capitalista busca associar a cada ativo um certo período de realização do ativo, isto é, tem de considerar em seus cálculos econômicos o período de tempo que vai da aplicação a recuperação da liquidez do capital aplicado acrescido dos eventuais rendimentos. No caso dos equipamentos de bens de capital, a sua relativa iliquidez, seu elevado valor unitário, sua durabilidade e sua indivisibilidade denotam o investimento produtivo como uma aplicação de capital associada a um período de realização relativamente extenso.[87]

Há, por conseguinte, dois aspectos essenciais na realização do investimento produtivo: (1) esse tipo de aplicação de capital é fundamental para manutenção e ampliação do potencial de produção de uma nova riqueza, já que os gastos de investimento podem repor ou ampliar a capacidade produtiva de uma dada economia; (2) o equacionamento do problema do financiamento passa a ter importância vital para a efetivação das decisões de produzir e investir.

Entretanto, numa economia capitalista, só o dinheiro é poder de compra imediato. Logo, para que a compra se efetive, é preciso que o agente acesse a uma certa quantidade de moeda nacional ___ que é a forma institucional

---

[86] A aquisição de uma dívida, ações, debentures ou a abertura de uma caderneta de poupança, por exemplo, podem, sob certas circunstâncias, ser utilizadas como meio de financiamento. Entretanto, ainda assim, só haverá um fluxo de renda quando as decisões de gastos financiadas implicarem em aquisição de riqueza nova. Não há, portanto, qualquer relação necessária entre a decisão de aplicar e o financiamento do investimento e do consumo. Da mesma forma que não há, em particular, qualquer nexo inevitável entre a aplicação em títulos e o investimento. Ver Macedo e Silva (1990, cap. 6, p. 31-33).

[87] Macedo e Silva, Antonio Carlos. op. cit. cap. 2, p. 18-22.

assumida socialmente pelo dinheiro que tenha poder liberatório garantido pelo Estado. De qualquer maneira há, em princípio, duas fontes de poder de compra que os agentes econômicos podem recorrer para financiar seus gastos:[68]

1) o financiamento interno: neste caso, a unidade econômica pode recorrer ao seu patrimônio líquido, isto é, ao seu estoque de riqueza, particularmente a parte acumulada em forma líquida, para se auto-financiar;

2) o financiamento externo: neste caso, a unidade econômica recorre ao sistema de crédito e/ou ao mercado de capitais a nível nacional e/ou internacional.

No caso do auto-financiamento, a unidade econômica pode obter poder de compra fazendo uso dos seus recursos líquidos sob a forma de dinheiro ou vendendo parte de seu patrimônio ilíquido para transformá-lo em dinheiro. A disponibilidade de reservas monetárias, portanto, delimita o poder de compra que pode ser imediatamente mobilizado pelo agente para realizar os seus gastos. Mas, cabe observar, os recursos acumulados em moeda nacional, de certa unidade econômica, sob condições de estabilidade dos preços em geral, se constitui apenas a parcela mais líquida do seu patrimônio que, como parte do estoque de riqueza, sofre variações decorrentes dos fluxos de receita e/ou de gastos que estejam se realizando.

No entanto, além do dinheiro na forma de moeda nacional, são muitas as alternativas (ações, debentures, títulos de dívida, moedas estrangeiras, ouro, imóveis, bens de capital, commoditties, etc) que os agentes dispõem para conservação e valorização da riqueza numa economia capitalista. Deste modo, o auto-financiamento dos gastos poderá ocorrer mediante a conversão de outros ativos em moeda nacional. Estes recursos monetários acumulados ou convertidos em moeda nacional, representam, em condições de estabilidade econômica, apenas a parcela mais líquida do riqueza da unidade econômica.

É importante destacar que essa parcela monetária mais líquida, em função das decisões dos agentes, sofre mudanças em decorrência de outros fluxos de receita e/ou gastos que estejam ocorrendo num dado período de tempo. Isto significa que, para realizar gastos com recursos próprios, ou auferir receitas provenientes de fluxos de rendas ou rendimentos derivados da posse de ativos, a estrutura patrimonial da unidade econômica sempre será

---

[68] Idem, cap 1. p. 12-13; Ver, também, Wood (1980, p. 29-36).

voluntariamente alterada com vistas a permitir a realização do auto-financiamento de um dispêndio. De fato, pela teoria do portfólio, todo gasto implica numa reestruturação do patrimônio da unidade econômica.[89]

É verdade que o auto-financiamento do gasto implica na conversão do ativo monetário numa outra mercadoria (bem ou serviço) ou algum outro ativo menos líquido. Tal conversão, portanto, é precedida pela realização de uma ou mais operações prévias que implicam na transformação de outros ativos em dinheiro do que resulta a reestruturação da carteira de ativos. Contudo, como a restruturação do estoque de riqueza, para fazer liquidez, implica também em custos de transação, nem sempre a opção de recorrer a venda de ativos para fazer recursos próprios é a opção mais conveniente.[90] Nesse caso, o agente econômico poderá, como alternativa, recorrer ao endividamento através das diversas formas existentes de financiamento externo.

No caso do financiamento externo, provavelmente, o acesso do agente a certa soma de dinheiro para o financiamento do gasto — seja pelo endividamento junto ao sistema bancário, seja pelo lançamento de títulos ou ações no mercado de valores — tem como ponto de partida a emissão de um passivo, por exemplo, um título ou ação — que amplia as suas obrigações para com terceiros e com isso altera estrutura do passivo da unidade econômica.[91]

Como se vê, a efetivação da demanda sempre pressupõe que o financiamento do gasto tenha sido assegurado pelo auto-financiamento ou pelo financiamento externo ou ainda por uma combinação dos dois. Percebe-se, portanto, que o equacionamento do financiamento é importante para a efetivação das decisões de produção e investimento numa economia monetária da produção capitalista. Neste sentido, os mecanismos de

---

[89] Pode-se caracterizar o Portfólio ou Carteira de Ativos, como uma estrutura de riqueza composta de distintos ativos possuídos ou controlados e passivos contraídos de forma a adquirir essa propriedade e controle. Ver Minsky (1975, p. 69-73) e Minsky (1985, p. 309-328).

[90] Cabe observar que essa estrutura de riqueza, certamente, está sujeita as variações contínuas, e muitas vezes involuntárias, decorrentes da cotações dos seus ativos no mercado financeiro ou dos fluxos de receitas recebidos pelas empresas pela venda de suas mercadorias no mercado de bens ou serviços. Ademais, numa dada conjuntura, pode ocorrer que os possuidores de ativos tenham dificuldades de convertê-los em dinheiro em função da perda de liquidez do ativo, ou tenham dificuldades de encontrar comprador numa situação de crise do mercado de capitais, ou ainda que só possam vender o ativo a uma cotação mais baixa no mercado de títulos.

[91] Macedo e Silva, Antonio Carlos. op. cit. p. 14-15.

endividamento supõem sempre não tanto a existência de "poupanças prévias", mas sim a presença do capital financeiro e de títulos de toda espécie, mais ou menos líquidos, circulando via instituições financeiras especializadas.

Entretanto, como observa Tavares (1976, p.32), desde quando inventaram o dinheiro, o sistema capitalista tem demonstrado "a sua eficácia em criar novas formas de dinheiro não tanto para criar novos "meios de pagamento", mas sobretudo para criar novos "meios de endividamento" (crédito) e de capitalização financeira". Mas o problema do endividamento é que sua emissão, por parte do emprestador, tem de ser prévia a expansão da renda e do lucro do tomador. Assim, se estes não se realizam, tanto as poupanças quanto as dívidas ex post tornam-se fictícias, um mero jogo contábil, e tendem a deprimir as expectativas sobre a eficiência marginal do capital produtivo.

De fato, como observa Keynes (1983, p.218-219), "a explicação mais normal, e por vezes a essencial, da "crise" de crédito não é primordialmente uma alta da taxa de juros (motivada pelo aumento da preferência da liquidez), mas o repentino colapso da eficiência marginal do capital (...) especialmente no caso das categorias de capital que, no curso da fase anterior, mais contribuíram para os novos investimentos. Além disso, o pessimismo e a incerteza a respeito do futuro que acompanham um colapso da eficiência marginal do capital suscitam, realmente, um forte aumento da preferência pela liquidez e, consequentemente, uma elevação da taxa de juros. A preferência pela liquidez, exceto nas suas manifestações associadas ao aumento da atividade comercial e especulativa, só começa a aumentar após o desmoronamento da eficiência marginal do capital".

Nestas condições, o colapso da eficiência marginal do capital pode ser tão profundo que nem mesmo uma redução da taxa de juros, por parte do Banco Central, é capaz de reverter uma crise de crédito com essas características. Assim, como ressalta Keynes (1983, p.219), é "a volta da confiança (...) que se afigura tão difícil de controlar numa economia de capitalismo individualista. Este é o aspecto da depressão que os banqueiros e homens de negócios insistem, com razão, em enfatizar, que os economistas crentes na eficácia de um remédio "puramente monetário" não lhe dispensaram a atenção que merece."

Vejamos, agora, como são tomadas as decisões de produção e investimento numa economia empresarial.

2.3.1. Expectativas nas Decisões de Produção e Investimento.

Numa economia capitalista, ao contrário de uma economia mercantil simples (M-D-M), o circuito de valorização do capital segue a lógica D-M-D'. Assim, tal como Marx, Keynes toma esse circuito como referência para desenvolver o seu conceito da economia capitalista como sendo uma economia monetária da produção ou economia empresarial.[92]

O caráter essencial de uma economia monetária da produção, para Keynes, está no fato de que a produção é realizada com o objetivo de gerar lucro monetário.[93] Assim, como o processo de produção leva tempo, as decisões dos empresários, associadas a produção no presente, são tomadas com base em expectativas acerca do comportamento futuro de um conjunto de variáveis relevantes.[94] No mundo real, portanto, qualquer análise econômica do comportamento dos agentes, há de incorporar o tempo histórico, isto é, o tempo concebido como um processo sequencial contínuo, unidirecional e irreversível.

Nesse contexto, como as decisões dos agentes que comandam o processo de produção, isto é, os empresários, ocorrem dentro de um ambiente de incerteza, a moeda assume um papel importante como último refúgio para as

---

[92] O conceito de economia monetária foi posto de forma clara por Keynes no seu discurso, sob o título "Festschrift für Arthur Spiethoff", em homenagem a esse teórico alemão. Ver Keynes (1973, v.13, p.408-409); Ver, também, Dillard (1964, cap.1, p.3-9) e Dillard (1984, p.421-431).

[93] No capitalismo, de acordo com Keynes (1978, p.171), "o objetivo geral da acumulação de riqueza é o de provocar resultados, ou resultados potenciais numa data comparativamente, e às vezes, indefinidamente distante. Assim, o fato de nosso conhecimento do futuro ser cerzilante, vago e incerto, torna a riqueza uma questão especialmente inadequada aos métodos da teoria econômica clássica". Para Keynes, o conceito de incerteza refere-se ao estado de ignorância em relação aos acontecimentos futuros. Num mundo de incerteza, portanto, não existe qualquer base científica para o cálculo probalístico sempre que os agentes tomam decisões econômicas cruciais. Ver a esse respeito Keynes, J.M. A Teoria Geral..., op. cit. cap.12, p.110-111; Confira, também, Keynes (1978, p.171).

[94] Ver a esse respeito os comentários de Shackle (1972, p.38). As decisões de gastar estão sujeitas as influências muito mais complexas que o poder de compra originado do fluxo corrente de renda. Dentre estas, destacam-se: as expectativas sobre os fluxos monetários provenientes da carteira de ativos; as expectativas sobre a liquidez desses ativos; as expectativas quanto aos preços das mercadorias e ativos; e as expectativas sobre as possibilidades de financiar os gastos com recursos de terceiros. Ver Macedo e Silva, Antonio Carlos. op. cit. cap 1, p.21-22.

inquietudes dos agentes econômicos.[95]De fato, num mundo de incerteza, a moeda é demandada não apenas para motivos de transação e precaução, mas, também, por motivo de especulação, já que, sendo um ativo líquido por excelência, pode ser demandado por ser a própria riqueza em sua forma mais líquida e ainda servir de meio de pagamento para liquidar contratos monetários.[96]

De qualquer maneira, num mundo de incerteza, em que as consequências das decisões dos agentes residem num futuro desconhecido, o processo de escolha, dentre as várias possibilidades existentes de aplicação de capital, depende dos cenários especulativos que, independente de serem ou não desapontados, conformam um exercício de imaginação humana dos agentes envolvidos.[97]No entanto, como observa Carvalho(1988, p.72-73), a lógica humana não pode invalidar a lógica formal, pois, além da aplicação de cada uma delas pertencer a domínios distintos do processo do conhecimento, a lógica formal lida com a manipulação das premissas em si e a lógica humana com o processo de avaliação das mesmas.[98]

Num ambiente assim, regulado por tais procedimentos, a escolha entre cenários futuros diversos produz um futuro não previsível. Com isso, os agentes econômicos, particularmente os empresários, acabam conformando o futuro através de suas decisões tomadas num ambiente de incerteza.[99]

---

[95]Ver Keynes(1973, p.116).

[96]Confira as observações de Keynes(1979, V.29, p.67). Sobre os motivos transação, precaução e especulação, ver Keynes(1983) op.cit. cap 13, p.121-125 .

[97]Para se fugir aos modelos econômicos neoclássicos, tipicamente atemporais, há que se incorporar o tempo histórico devido as decisões serem tomadas num ambiente de incerteza. Ver Vickers(1981, p.546).

[98]Ver Lima(1992, p.99-106).

[99]O conceito de incerteza, além de acrescentar a idéia de tempo histórico ou tempo expectacional no sentido de Keynes, repousa sobre três fundamentos: (1) o passado não predetermina o futuro; (2) o futuro depende das decisões individuais no presente; (3) a incerteza é sentida pelos agentes que buscam se defender criando certas instituições defensivas. Sobre o conceito de incerteza, ver interessantes comentários de Costa(1992, p.67-71). Sobre a presença de contratos monetários, numa economia capitalista, há que se adicionar que apenas uma parte das relações mercantis é realizada nessa forma. Na verdade, trata-se de uma possibilidade e não de uma característica geral própria a totalidade das relações mercantis. Na hipótese genérica, em que todas as relações mercantis fossem enquadradas como contratos, os agentes deveriam predeterminar suas decisões de gastos, o que lhes retiraria a autonomia de suas decisões que é uma das características essenciais da produção mercantil. Ver os comentários de Macedo e Silva, Antonio

Esta, por sua vez, gera comportamentos defensivos, por parte dos agentes econômicos, que se manifestam na criação das instituições defensivas, a exemplo dos contratos monetários, em especial os de trabalho, e da moeda de curso forçado.

Numa economia empresarial, por outro lado, as firmas negociam tudo em termos de dinheiro com o objetivo de finalizar com mais dinheiro que aquele que tinham no começo. Daí porque, numa economia monetária da produção, a moeda importa não apenas por reduzir os custos de transações das trocas, mas também porque, não sendo neutra, desempenha uma função que por si só afeta as motivações e decisões dos agentes econômicos, particularmente daqueles que organizam e comandam a produção os empresários ou firmas e que aqui nos interessa mais de perto.

É certo que, num ambiente de incerteza, as decisões dos empresários que comandam a produção de mercadorias, alhures, estão sujeitas as flutuações na demanda efetiva sempre que os agentes decidirem reter moeda ao invés de comprar bens e serviços. Isto acontece porque, sendo o futuro incerto, a moeda se torna um ativo atrativo para os agentes econômicos sempre que suas expectativas são pessimistas.[100] Com efeito, um aumento no grau de incerteza significa que não só mais liquidez passa a ser demandada, como gasto em ativos menos líquidos e sem mercados organizados como o caso dos bens de capital podem ser adiados.

Essas decisões, por outro lado, são tomadas num ambiente de incerteza não-probalístico, isto é, num ambiente em que o futuro é rigorosamente impossível de ser conhecido. De fato, o futuro é incerto porque os eventos passados e presentes não se constituem num guia estatístico confiável para o conhecimento dos resultados futuros das decisões tomadas no presente. Por isso, num ambiente de incerteza, o empresário é incapaz não só de antecipar os resultados de suas decisões, como também das ações dos seus concorrentes e dos consumidores dos seus bens e serviços.

De fato, num ambiente de incerteza, segundo Davidson (1988, p.329-337), predominam os processos não-ergódicos, vale dizer, aqueles processos em que o cálculo de médias temporais ou espaciais, baseados em dados passados, não comportam estimativas probabilísticas estatisticamente confiáveis. Num mundo não-ergódico, portanto, o conceito de incerteza não-probalístico se opõe a noção de risco probabilístico próprio dos ambientes

---

Carlos. op. cit. cap. 1, p. 11-12.

[100] Ver Keynes, J.M. A Teoria Geral... op. cit. p. 161-165.

erróticos. Decorre daí que, num ambiente incerto, as decisões cruciais resultam em ações causadoras de mudanças do ambiente e não apenas passivos meios de transmissão de comandos do ambiente para os agentes individuais.[101]

Assim, a racionalidade empresarial, longe de ser uma racionalidade objetiva fundada em cálculos probalísticos, ainda que esses possam ser realizados, segue certas regras práticas do comportamento convencional. Nestas circunstâncias, e em face da incerteza, os homens de negócios, pela necessidade impulsiva de tomarem decisão e agirem, se comportam, segundo Keynes (1937, p.172):

"1. Supondo que o presente se constitua um guia muito mais prestimoso para o futuro do que um ingênuo exame da experiência passada mostraria que foi até hoje. Em outras palavras, ignoram em grande parte a perspectiva de mudanças futuras, acerca das quais nada se sabe.

2. Supondo que o vigente estado da opinião, expresso nos preços e no caráter da produção existente, baseia-se num sumário correto das futuras perspectivas, de forma que se pode aceitá-lo como tal, a menos que algo novo e importante penetre no quadro.

3. Por saber que a opinião individual carece de valor, procuram voltar-se para a opinião do resto do mundo, que talvez esteja melhor informado. Isto é, procuram conformar-se ao comportamento da opinião da maioria ou da média".

Num ambiente de incerteza, portanto, os homens de negócios baseiam suas ações e decisões dentro de uma racionalidade convencional. Entretanto, uma teoria prática do futuro, baseada nestes três princípios, está sujeita a mudanças repentinas e violentas. Ademais, os desapontamentos podem, repentinamente, impor uma nova base convencional de avaliação e levar ao colapso a estabelecida até então. Neste sentido, a instabilidade sistêmica do capitalismo é dada pela potencialidade permanente de irromper

---

[101] As decisões cruciais, a exemplo das decisões de gastos em bens de capital, implicam em mudanças do contexto em que são tomadas e na impossibilidade de serem repetidas sem custos. De fato, como a incerteza em relação ao futuro torna as expectativas que guiam os agentes de um grau razoável de volatibilidade, não é possível conceber cenários futuros como algo dotado de estabilidade temporal. Keynes (1972) sugere algumas técnicas de racionalidade convencional que guiam, num ambiente de incerteza, os homens de negócios; A respeito de decisões cruciais, ver Shackle (1968, p.6-8); Ver também os comentários de Possas (1992, p.16-17).

crises.[102]

Nestas condições, os empresários, ao formularem seus planos de produção ou investimento, imaginam cenários dos quais escolhem um deles para agir de acordo com a alternativa eleita. Mas, uma vez que a decisão se transforma em ação, a reversão dos acontecimentos não pode ser obtida sem custos. Isso torna as decisões de produzir, como as de investir, de um certo modo, sensivelmente especulativas. Portanto, num ambiente de incerteza, em que o tempo histórico flui no sentido unidirecional e irreversível de um passado imutável, passando por um presente instável, para um futuro desconhecido, as decisões dos empresários sobre a produção envolvem expectativas de curto prazo sobre o comportamento do mercado.[103]

Neste sentido, a racionalidade do comportamento da firma está em como ela percebe seu ambiente de incerteza em relação ao futuro e como reage as mudanças. Mas, este comportamento da firma, fundado numa racionalidade convencional, está subordinado à visão do empresário que é, em primeira inatância, o agente responsável pelas decisões que definem a estratégia de desenvolvimento da firma.

Neste caso, a hipótese de que as expectativas de curto prazo sejam sempre satisfeitas, tal como sugere Keynes, apenas supõe que na prática o processo de revisão das expectativas de curto prazo, ocorrendo de forma gradual e contínua á luz dos resultados realizados, permite uma interação dinâmica, no ato da decisão de produção, entre os decisões esperadas (ex ante) e os resultados realizados (ex post) num exercício permanente de influência recíproca.[104]

---

[102] Ver as críticas de Keynes a Teoria Convencional do Ciclo Econômico, em Keynes, J.M. A Teoria Geral... op.cit. cap. 22, p. 217-221. Uma abordagem esclarecedora do pensamento de Keynes sobre a instabilidade sistêmica do capitalismo e a teoria dos ciclos dos negócios pode ser encontrada em Carvalho (1987, p. 1-33). (Texto para Discussão n. 130).

[103] O empresário, isto é, tanto o produtor quanto o investidor produtivo, tem que fazer as melhores previsões que lhe são possíveis sobre o que os consumidores estarão dispostos a pagar-lhe pelo seu produto quando, após decorrido o período de produção, ele estiver pronto para satisfazer, direta ou indiretamente, a demanda dos compradores num ambiente de concorrência. As previsões sobre os preços que uma firma pode esperar receber pela venda do seu produto acabado no momento que o empresário toma a decisão de produzir tal produto acabado, Keynes chamou de expectativas de curto prazo. Ver Keynes, J.M. op.cit. p. 43.

[104] O comportamento de cada firma individual, ao fixar sua produção diária, no sentido do tempo mais curto após o qual o empresário se acha livre para revisar sua decisão quanto ao volume de emprego que pretende oferecer é determinado pelas expectativas a curto prazo

Isto porque, embora a produção e o emprego sejam determinados pelas expectativas de curto prazo do produtor, e não pelos resultados obtidos no passado, ainda assim, os resultados mais próximos desempenham um papel importante na determinação dessas expectativas na medida em que os empresários baseiam suas previsões supondo que a maioria dos resultados observados mais recentemente — dados nas variações dos estoques acumulados não vendidos e/ou na queda de pedidos para o futuro — continuará, a não ser que haja motivos para se esperar uma mudança de expectativas.[105]

Visto dessa maneira, as expectativas de curto prazo tem um papel menos ativo, relativamente as expectativas de longo prazo, na medida em que orientam ações baseadas em rotinas e comportamentos convencionais estabelecidos pelo hábito. De qualquer modo, é o grau de confiança nessas expectativas que determina o esforço que terá que ser feito para se implementar as decisões de produzir e investir.

Cabe acrescentar que, no caso de bens duráveis, as expectativas de curto prazo do produtor sujeitam-se as expectativas correntes de longo prazo do investidor e estas não podem ser revistas no curto no prazo à luz dos resultados realizados.[106] No caso das decisões de investimentos em ativos de capital, as expectativas dos agentes, ao considerar os valores presentes esperados dos rendimentos líquidos, tomam o longo prazo na sequência dos vários períodos de produção da vida util do equipamento.

Assim sendo, na hipótese de que as expectativas de curto prazo sejam pelo menos aproximadamente realizadas, o grau de confiança nas expectativas de longo prazo pode aumentar, e assim redefinir o estado de confiança dos negócios, de forma a permitir que a implementação dos planos de investimento possa se realizar, passo a passo, através das atividades

---

relativas ao custo da produção em diversas escalas e expectativas relativas ao produto da venda dessa produção. Ver Keynes, J.M. op. cit. cap 5, p. 43-45.

[105] Na verdade, não seria nada fácil para o empresário elaborar, a cada início do processo de produção, novas expectativas. Ademais, já que grande parte das circunstâncias, particularmente aquelas incorporada no estoque de capital, não variam substancialmente de um dia para outro, os empresários modificam gradualmente suas previsões de curto prazo levando em conta muito mais os resultados obtidos do que as mudanças prováveis. Com efeito, os impactos das expectativas de curto prazo sobre a produção e o emprego derivam do montante obtido com as vendas já realizadas da produção recente (ex post) e das vendas esperadas da produção corrente (ex ante). Ver Keynes, J.M. op. cit. cap 5, p. 45-46.

[106] Idem, p. 46.

econômicas de curto prazo.Não obstante,as expectativas de longo prazo,em sua formação,não só carregam uma alta dose de subjetividade fundada em critérios convencionais,como são fundamentalmente independentes das expectativas de curto prazo.

Para Penrose(1980,p.12),a firma buscará maximizar a sua taxa de crescimento a partir das expectativas dos empresários sobre o futuro.No entanto,como o futuro é incerto,os agentes podem substituir os ativos de capital pela moeda,enquanto o mais líquido dos ativos,quando as expectativas são pessimistas.De fato,um aumento do grau de incerteza, significa uma maior preferência pela liquidez e,portanto,uma tendência por parte dos agentes a adiar gastos com ativos menos líquidos como os bens de capital.[107]

Por isso,para sobreviver num mundo competitivo,a firma tem que elaborar estratégias competitivas visando aumentar os seus lucros monetários e por conseguinte o seu potencial de crescimento econômico.Portanto,apesar das atividades de produção e investimento produtivo se constituírem a principal preocupação da firma,esta é identificada como uma instituição que controla ativos produtivos e que,para colocá-los em ação ou para expandir sua capacidade produtiva,pode absorver recursos do mercado financeiro.[108]

Na concepção pós-keynesiana,portanto,além da aceitação de que a firma pode atuar em diversos mercados e operar de forma diversificada com várias plantas industriais,concebe-se a firma,mais amplamente,como uma instituição capaz de alocar seus fundos entre ativos produtivos, monetários e financeiros e absorver fundos de outros agentes.Numa economia monetária, onde existe instituições financeiras sofisticadas,a firma moderna,de qualquer atividade econômica,inclusive na agricultura, é motivada a ampliar e diversificar suas aplicações visando assegurar o seu espaço e crescimento no mercado.[109]

Numa perspectiva microeconômica,portanto,há que se discutir quais são as alternativas da empresa não-financeira,e isto serve para as empresas

---

[107]A preferência pela liquidez do agente é representada por uma escala do volume dos seus recursos,medidos em termos monetários ou em unidades de salários,que deseja conservar em forma de moeda em diferentes circunstâncias.Ver Keynes,J.M.op.cit.p.122.

[108]Ver interessantes comentários de Feijó(1993,p.84-85).

[109]ibidem.

agropecuárias, para obter fundos de curto ou longo prazos para financiar não só as decisões de produzir como de investir.[110] Neste sentido, e de um certo modo, a sustentação financeira do investimento se constitui na principal ponte de ligação entre o curto e o longo prazos. Vejamos, a seguir, as condições de financiamento da firma.

2.3.2. Condições de Financiamento e Decisões de Preços

Numa economia monetária, o crescimento da empresa depende de dois processos de decisões por parte dos empresários: (1) um vincula-se a quanto investir em ativos fixos; e outro (2) de como financiar os gastos com investimento. Como vimos, até agora, os recursos financeiros de suporte às decisões de produzir ou investir podem ser obtidos pela firma através do auto-financiamento ou externamente junto ao mercado financeiro. No caso dos fundos internos, que resultam da acumulação interna, estes nada mais são que os lucros retidos que, dado uma estrutura de custos, dependem das receitas esperadas e recebidas pelas firmas. Contudo, as receitas auferidas das firmas estão sujeitas as condições de concorrência e de realização da demanda efetiva em estruturas de mercado mutáveis.

Não se pode dissociar, portanto, as condições de financiamento de uma firma da estratégia de formação dos seus preços. Kalecki (1983, p.7) já tinha observado que os preços dos produtos acabados da indústria oligopolista eram determinados principalmente pelos seus custos de produção, enquanto os da agricultura competitiva eram determinados pela demanda via a formação de estoques especulativos.[111]

De fato, a formação de preços nesse dois mercados surge sob condições diferentes de oferta. No primeiro caso, dado que a oferta de bens acabados é elástica em função da existência de reservas de capacidade produtiva, quando a demanda aumenta, o incremento é atendido por uma elevação do volume da produção, via utilização da capacidade ociosa no curto prazo, permanecendo os preços tendencialmente estáveis.

No segundo caso, dado que a produção dos bens agrícolas é inelástica, por exigir um tempo relativamente longo à obtenção de um aumento da produção

---

[110] Neste particular, estudar o comportamento da firma é importante na medida em que se tenha em mente que é o resultado agregado das decisões dos empresários, sob condições de incerteza e dentro de uma variedade de mercados, que explica o comportamento macroeconômico das variáveis agregadas.

[111] Ver a esse respeito as interessantes observações de Kriesler (1989, p.64-67).

de mercadorias agrícolas, qualquer elevação da demanda, que não possa ser atendida de imediato por um aumento primário da produção, provoca uma redução dos estoques existentes e, conseqüentemente, uma elevação dos preços. Com efeito, um aumento primário na demanda, que resulte numa elevação dos preços agrícolas, com frequência é acompanhado por uma procura secundária de natureza especulativa.[112]

Não obstante, apesar dessa dicotomia de mercados, numa economia verticalizada é crescente a interpenetração entre os preços industriais e agrícolas. Na verdade, de um lado, os preços dos bens industriais são afetados por quaisquer mudanças determinadas pela demanda refletidas nos preços dos bens intermediários agrícolas, ainda que essa influência seja transmitida através dos custos de produção dos produtos acabados industriais; por outro lado, os preços dos bens agrícolas são cada vez mais influenciados pelos preços de oferta dos insumos agrícolas de origem industrial.[113]

Hicks (1976, p. 29-30) denomina o primeiro mercado como do tipo "fix-price", próprio a uma grande parte dos produtos industriais, e o segundo mercado, onde se localizam as commodities agrícolas, como do tipo "flex-price". Em ambos os casos, porém, as variações dos preços não seguem as regras neoclássicas da plena flexibilização da concorrência perfeita, isto é, de que os preços devem "subir ou descer" sempre que haja excesso primário de demanda ou oferta do produto em questão.[114]

Num mercado de preços rígidos, predominante nos setores oligopolistas da indústria, as decisões tomadas quanto ao preço a cobrar seguem a regra da fixação do mark-up. Neste sentido, nos mercados de preços fixos, se os

---

[112] Ver Kalecki (1983, p. 7-19)

[113] Na realidade não há, a não ser por razões didáticas, um único sistema de mercado exclusivamente do tipo price-taker ou price-maker. Ver a esse respeito Hicks (1976, p. 29-30).

[114] Na verdade, mesmo para os mercados da classe flex-price, a flexibilidade para "baixo" dos preços, como sugere as análises neoclássicas de "elevador", torna-se difícil com a incorporação nos custos de produção efetivos, expresso em termos monetários, das despesas financeiras, das despesas com insumos modernos e dos gastos com a mão-de-obra assalariada. A partir daí, os produtores rurais integrados não podem mais aceitar "qualquer" preço pela venda de sua mercadoria. Ver a esse respeito os comentários de Graziano da Silva (1986, p. 8-12). Portanto, a não ser por simplificação, nenhuma teoria pura dos preços flexíveis ou dos preços fixos é suficientemente realista. Ver também os comentários de Hicks, J. op. cit. p. 30 .

custos de produção aumentam, seus preços podem se elevar; se diminuem os preços podem até cair, porém o farão gradualmente. Mas, mesmo sabendo que os bens de preços flexíveis formam parte dos custos dos bens de preços fixos, estes só são afetados pelos primeiros sob certas condições de expectativas das tendências da "anormalidade" da flexibilização dos preços flexíveis. Mesmo assim, por meio dos mecanismos de transmissão na cadeia produtiva, os preços flexíveis internalizam na formação dos preços fixos a incerteza das expectativas nos mercados "fix-price".[115]

Num mercado de preços flexíveis, por outro lado, as decisões de produção são tomadas quanto ao volume a ser vendido no mercado e o preço é afetado pela demanda via os estoques especulativos. Esta classe de mercado, via de regra, possue agentes intermediários independentes dos produtores que, em certas ocasiões, podem especular com a comercialização das mercadorias agrícolas.[116]

Com isso, esses agentes do comércio agrícola acabam criando, para fins de especulação, um mercado secundário que não necessariamente se destina a atender a demanda corrente de consumo intermediário ou de consumo final.

Na realidade, os preços nos mercados "flex-price", antes de serem determinados exclusivamente pela demanda corrente do produto e pela oferta em curso, no mercado primário, são determinados pelo desejo dos intermediários em possuir estoques para fins de especulação. Não obstante, a ação desses agentes de intermediação do comércio agrícola está sujeita a incerteza das expectativas dos preços no futuro. De qualquer modo, as expectativas de curto prazo, dependendo do tipo de mercado, estão relacionadas as previsões da quantidade ou do preço do produto a ser demandado quando a produção for colocada no mercado.[117]

---

[115] Ver Hicks, John. op. cit. p. 33.

[116] Ver Graziano da Silva, José. op. cit. p. 7-8.

[117] Com a modernização da agricultura brasileira, o que sobrou da tal "flebilidade para baixo" dos preços dos produtos agropecuários, particularmente daqueles que passam por alguma transformação industrial, foi internalizada pelos novos agentes da intermediação — as cooperativas e as agroindústrias processadoras — de maneira que as variações dos preços ao nível do produtor rural passe a depender dessa demanda intermediária para a formação de estoques e não de demanda final de mercado. Daí porque, para Graziano da Silva (1986, p. 10-12), a formação dos preços finais desses produtos agroindustrializados, de certo modo, assemelha-se a dos mercados oligopolistas industriais na medida em que sobre os custos de produção acrecenta-se um mark-up fixo da comercialização e uma outra parcela cuja magnitude depende dos estoques existentes e

Nos mercados de preços flexiveis, as decisões de produção são tomadas com base na relação entre o preço à vista e o preço futuro. Esta relação flutua sempre para adequar a oferta, via estoques, a demanda. Assim, quando ocorrem erros de previsão, mudanças nos estoques afetam os preços e mudancas nos preços afetam os lucros e, por conseguinte, as expectativas de curto prazo. Na verdade, segundo Hicks (1976, p. 31), enquanto no mercado de preços fixos os estoques reais podem ser maiores ou menores que os estoques desejados, no mercado de preços flexíveis os estoque reais são sempre iguais aos estoques desejados.[118]

Nos mercados "flex price", portanto, se a oferta exterior for maior que a demanda exterior, a diferença excedente poderá ser absorvida pelos comerciantes que, assim, moderam a queda dos preços. Mas, para que esses intermediários ajam deste modo, é preciso que os preços caiam abaixo do "normal" de modo que a extensão da queda, capaz de criar uma expectativa de recuperação dos preços no futuro próximo, seja maior que os custos de manutenção do excedente de estoques. Assim, se a oferta exterior for menor que a demanda exterior, os preços sobem e os estoques são desovados oportunamente. Porém, se aparecer uma demanda exterior excessiva, e não houver estoques indesejáveis, então os intermediários só irão desovar os seus estoques, para impedirem a subida dos preços, se esperarem que esse excesso de demanda é muito temporário e seja função apenas dos preços correntes.[119]

No mercado de preços rígidos, ao contrário, não há flutuação efetiva dos preços correntes, mas apenas a nocional, isto é, aquela decorrente das

---

futuros e do poder de compra dos consumidores.

[118] Há sempre um certo nível de estoques desejados nas mãos dos produtores e intermediários associados a demanada corrente. Estes estoques normais — que igualam os estoques efetivos aos desejados — são estoques mínimos para que os comerciantes se mantenham no negócio de especulação. Desse modo, somente a persistência de variações positivas da demanda, que leve a absorção da capacidade ociosa não planejada, pode induzir a novos gastos de investimentos na formação de estoques. Contudo, para os produtores de menor grau de capitalização, a baixa margem de lucro e a necessidade do retorno imediato as suas atividades produtivas, acabam impedindo que esses pequenos produtores arquem, por um período longo, com os elevados custos de manutenção da estocagem de produtos agrícolas perecíveis. Esses produtores rurais que não controlam estoques, em princípio, não têm condições de influenciar na fixação dos preços agropecuários. Há exceções, a exemplo dos estoques no campo de produtos com menor grau de perecibilidade como a mandioca ou o qado. Há outras alternativas, como, por exemplo, a formaçãode cooperativas de estoques e a política governamental de financiamento à aquisição de produtos dos pequenos produtores.

[119] Ver Hicks, John. op. cit. p. 32.

previsões que as empresas fazem de quanto deveria flutuar o preço corrente para reestabelecer a relação adequada com o preço normal do bem ou serviço.Na verdade,nos mercados de preços fixos,os estoques estão em poder de firmas especializadas na compra ou venda das mercadorias. Ademais,praticamente,não há intermediários independentes ou,se houver, estes estão sob o controle efetivo do comprador ou do vendedor.[120]De qualquer modo,os mercados de preços flexíveis transmitem,através dos custos de produção,as expectativas futuras aos mercados de preços fixos.

Há que se observar,contudo,que o modelo hicksiano de "preços normais" supõe a estabilidade das condições contratuais nos mercados de trabalho, de estoques,de crédito e de capitais.No entanto,sob condições de ruptura do padrão monetário,de taxas de câmbio e juros flutuantes,de políticas econômicas erráticas e de instabilidade inflacionária,os contratos de oferta no suprimento de matérias-primas e os contratos de dívidas deixam de ser estáveis,no período de produção,por causa da repactuação periódica que fica atrelada às flutuações bruscas das taxas de juros.[121]

Neste caso,como diz Tavares & Belluzzo(1986,p.52-53)"tanto o preço dos estoques como o valor dos ativos e passivos passam a flutuar descontroladamente durante o período de produção,tornando incerto o horizonte do cálculo capitalista".De fato,numa economia com alta inflação,como a brasileira,os preços de oferta esperados pelos produtores e controladores de estoques tendem a ser exageradamente magnificados na expectativa de anteciparem possíveis desvalorizações do capital líquido estocado.[122]

Com isso,a margem de lucro desejada pelos agentes,ao invés de sinalizar um mark-up estável sobre os custos primários,capaz de reproduzir as condições de "normalidade" dos preços de produção,passa a ser um mark-up instável sujeito à incerteza do cálculo econômico.Isto porque,com as sucessivas desvalorizações da moeda,esta margem desejada de lucro tende a provocar uma flexibilização dos preços para cima devido a incorporação das sucessivas reavalizações dos estoques e da carga reajustável das dívidas com juros flutuantes mais o indexador monetário ou cambial.[123]

---

[120]idem,p.30-31.

[121]Ver Tavares & Belluzzo(1986,p.47-51).

[122]Ver interessantes os comentários de Costa(1989,p.11-15).(Texto Para Discussão No.10).

[123]Ver Tavares & Belluzzo.op.cit.p.52-53.

Nestas condições, a formação de preços, num ambiente com alto grau de incerteza, passa a assumir um caráter estravagantemente especulativo na medida em que os agentes passam a incorporar nas suas expectativas de curto prazo uma enorme margem de segurança no mark-up desejado. Com efeito, as expectativas de bruscas flutuações dos preços básicos — juros, cambio, tarifas dos insumos básicos e sálarios — acabam não só impactando os preços em geral como reforçando o caráter rentista da riqueza em detrimento do caráter produtivo do modo de produção capitalista.[124]

Assim, na medida em que uma parte substantiva dos custos de produção passa a ser estimada com grande margem de segurança, face as incertezas, "tanto a inflação passada quanto a esperada ficam embutidas no cálculo prospectivo do agente, menos pelo lado do fluxo de oferta e muito mais pelo lado dos estoques e valores de capital".[125]

Numa situação de instabilidade dos preços em geral, a perda do horizonte de cálculo do capitalista produtivo, devido a incerteza sobre o custo de uso da reposição dos estoques de matérias-primas e sobre o valor real das dívidas passadas, possibilita não só que a instabilidade das expectativas de curto prazo contamine as expectativas de longo prazo, que não se prendem apenas ao custo de uso dos equipamentos, como também permite que os modelos de "fix-price" possam ser facilmente convertidos em modelos de "flex-price" com flexibilidade de preços para cima.[126]

Neste sentido, pode-se dizer que os preços deixam de ser "normais" porque o cálculo dos preços de produção de longo prazo passam a envolver, para fins de investimento produtivos, as expectativas de longo prazo não só para os custos de uso dos equipamentos, mas também para os custos de uso do dinheiro e das matérias-primas estratégicas, de forma inteiramente "anormais", já que a trajetória desses preços no longo prazo é impossivel de ser prevista.[127]

---

[124] Idem, p. 53-54.

[125] Idem, p. 55.

[126] Idem. p. 53.

[127] A "anormalidade" aqui é não só porque os juros e os preços das materias-primas estratégicas importadas, a exemplo do petróleo, são altos, mas porque flutuam de forma intensa e inesperadamente no curto prazo e porque o custo de uso de longo prazo tende a ser revisto de forma abrupta e arbitrária. Ver Tavares & Belluzzo. op.cit. p. 54.

De fato, num ambiente de alto grau de incerteza e risco, a redução do horizonte do cálculo econômico capitalista do valor da riqueza, expresso nas flutuações da taxa de juros, não só eleva o custo de uso de todos os ativos produzidos, como torna impraticável o cálculo do preço de oferta de novos bens de capital, isto é, torna impossível o cálculo da eficácia marginal do capital e abre espaço para financeirização especulativa dos preços em geral.[128]

Na teoria pós-keynesiana, também, as decisões de preços estão vinculadas às decisões de investimento. Esta ligação tem razão de ser na medida em que os recursos para financiar a expansão da firma devem ser obtidos, pelo menos em parte, dos lucros __ um das parcelas do preço __ que também deve prover os recursos necessários para o pagamento das dívidas contraídas com a parte dos investimentos financiada com fontes externas.[129] Contudo, como as decisões de produção são tomadas com base na relação entre o preço à vista (spot market) e o preço futuro (forward market), quaisquer flutuações não esperadas de preços podem frustar as expectativas e afetar os lucros dos agentes produtivos.[130]

De fato, o ajuste entre oferta planejada e demanda efetivada envolve mudanças no nível do capital de giro. Isso significa que um aumento na produção também representa um aumento no investimento em capital de giro e vice-versa. No entanto, é o capital líquido, enquanto o excesso de estoque sobre o capital circulante, que na verdade flutua quando as espectativas de demanda são frustadas. Isto significa que, antes que os preços variem para ajustar a oferta à demanda, o nível de capital circulante (inclusive o capital líquido) varia e as decisões sobre o nível de produção só podem ser revistas no período seguinte.[131]

Num mercado especulativo, portanto, o excesso de estoque significa que os agentes avaliam que os preços futuros serão suficientemente superiores

---

[128] Ver Tavares & Belluzzo, op. cit. p. 55-57; Sobre o conceito de "financeirização", enquanto processo de gestão e realização da riqueza no capitalismo contemporâneo, ver Braga (1991, p. 7-26) (mimeo); Sobre o conceito de custo de uso ver Keynes (1983, p. 55-60).

[129] Ver Minsky (1975, p. 70). Conferir também a interpretação da dinâmica dos mercados à vista (spot markets) e mercados futuros (forward markets) em Davidson (1972, p. 82-103).

[130] Uma tentativa de levar adiante uma teoria alternativa dos preços na agricultura, numa visão pós-keynesianos, foi desenvolvida por Paolino (1990). (mimeo)

[131] Sobre o conceito de capital de trabalho ou circulante e capital líquido ver Keynes (1971, p. 104-105). Conferir também Davidson, Paul. op. cit. p. 103-110.

dos preços à vista para cobrir os custos de carregamento dos estoques acima do nível desejado. Estoques excessivos, entretanto, pressionam os preços para baixo, dado o custo de carregamento de estoques indesejáveis. Assim, se os preços futuros são dados, os preços à vista terão que cair para induzir uma queda na produção. Do mesmo modo, quando os estoques estão abaixo do nível desejado, os preços à vista deverão subir para estimular um aumento na produção.[132]

Numa situação de estabilidade, os preços à vista são maiores que os preços futuros, pois os primeiros incorporam a remuneração do risco do preço flutuar no futuro durante o período de produção, enquanto os últimos a exclui. O nível de estoque, portanto, está sujeito a mudar sempre que as expectativas sobre o comportamento futuro dos preços futuros em relação aos preços correntes mudarem. Mas, numa economia instável, uma aceleração inflacionária aumenta os estoques acumulados dado que as expectativas dos agentes é de que os preços futuros serão superiores aos preços correntes.[133]

De qualquer maneira, numa ou noutra situação, uma decisão de preço incorpora uma decisão sobre a taxa de crescimento da firma para que, pelo menos, ela mantenha a sua participação no mercado. Visto dessa maneira, o preço da firma é muito mais um preço estratégico do que um preço competitivo. Essa concepção de preço estratégico, tendo em vista a expansão da firma, incorpora a dimensão financeira da decisão de preço e realça os limites da fixação de preços muitos altos em mercados competitivos.[134]

É certo que, ao nível da concorrência capitalista, o crescimento da empresa não-financeira depende de dois tipos de decisões que, de certo modo, se entrelaçam: (1) a primeira, diz respeito a quanto produzir e investir em ativo fixos, num ambiente de incerteza, e depende das expectativas de curto

---

[132] Há três tipos de decisões quanto ao risco de valorização do capital: as especulativas, as hedgers e os arbitradores. As primeiras são de natureza ex ante e a valorização do capital depende de quão certo tenha sido a decisão adotada. Os dois últimos têm um caráter ex post, pois os agentes tomam as condições em que os contratos serão realizados no mercado, procurando não correr riscos, e a partir delas decidem. No caso referido, tem-se decisões arbitradas. Ver Licha (1989, p. 31-33). (mimeo)

[133] Assim, quando há erros de previsão, por parte dos agentes, mudanças nos estoques afetam os preços e estes afetam os lucros e, portanto, as expectativas. Ver a esse respeito Feijó (1996, p. 88).

[134] Ver Feijó, Carmem A. op. cit. p. 84-86; Ver também comentários sobre a determinação dos preços nos mercados industriais e agrícolas em Labini (1984, p. 56-58 e 86-87).

e longo prazos dos empresários em relação ao futuro dos negócios; (2) a segunda, refere-se a forma de como financiar a produção e o investimento, isto é, se através do auto-financiamento, do crédito e/ou do mercado de capitais, e isso depende de como a firma interage com os seus concorrentes estabelecidos e potenciais e com outros agentes econômicos, em particular os bancos.[135]

No caso da estratégia de acumulação se fundar em financiamento interno, a decisão envolverá mudanças na composição do portfólio de ativos mediante a realocação dos recursos financeiros e monetários para aplicação em ativos fixos. Todavia, se essa for a opção de financiamento, a firma fica sujeita ao risco da variação do valor dos seus ativos financeiros no mercado. Assim, caso o valor de mercado dos ativos financeiros decline, a firma pode ficar vulnerável se o fluxo dos recursos esperados não for suficiente para cobrir as suas dívidas.

No entanto, ainda assim, a firma pode esperar cobrir parcela de suas dívidas com os rendimentos esperados do novo projeto, tão logo ele comece a operar. Para isso, além da acumulação interna de fundos para financiar o investimento, os empresários podem recorrer ao financiamento externo para completar os seus recursos próprios com vistas a ampliar as suas possibilidades de expansão e/ou diversificação dos seus investimentos produtivos.[136] Portanto, o sucesso de uma firma, como observa Minsky (1975, p.71), depende não apenas do comportamento do mercado para seus produtos e das condições para empregar insumos, mas também do comportamento do mercado financeiro e das condições alternativas para tomar emprestado, vender ativos e/ou colocar ações no mercado.[137]

---

[135] Uma análise interpretativa sobre os padrões de concorrência e dinâmica das estruturas de mercado pode ser encontrada em Possas (1985, p.151-194); Braga (1991, p.22) também observa que, além da concorrência produtiva, acirra-se uma tendência à concorrência financeira entre as empresas capitalistas, superpondo a industrial, agrária e comercial.

[136] Na verdade, dada a decisão da firma sobre o pagamento dos dividendos, os lucros retidos mais o montante retido da depreciação correspondem a acumulação interna. Ver Guimarães (1982, p.25-32).

[137] Se a firma escolhe colocar novas ações no mercado, então ela não pode deixar de considerar o efeito que essa decisão terá sobre o valor das ações existentes. Isto porque, dependendo da razão entre número de ações para o novo capital ser alta ou baixa, o lançamento de novas ações pode reduzir, manter ou elevar a cotação delas no mercado. Na verdade, o preço da ação flutuará em função das expectativas dos agentes sobre a lucratividade esperada do novo capital. Ver Feijó, Carmem A. op. cit. p.95.

A decisão sobre o montante que a firma deverá combinar das fontes alternativas de recursos,para bancar seus gastos,irá depender da avaliação sobre os custos que a mesma incorrerá em cada fonte.De acordo com o "principio do risco crescente" de Kalecki(1983,p.75-76),o acesso da firma as fontes externas de financiamento,visando o seu crescimento, depende em grande parte do volume de capital da empresa e do risco do endividamento que a expansão envolve.Assim,quanto maior for o investimento da firma baseado em capital próprio,maior será a redução dos empréstimos a terceiros e menor o risco do endividamento em caso de fracasso do negócio.[138]

No entanto,uma estratégia de crescimento da firma baseado apenas no uso de fundos internos,obtidos através de decisões de preço geradoras de receitas liquidas,expõe a firma ao risco de perder sua posição no mercado.Portanto, forçada pelas condições de concorrência,a empresa pode recorrer ao financiamento externo através de empréstimos e/ou lançamento de ações ou debentures.

No primeiro caso,a opção por empréstimos implica que a firma assuma contratos de dividas,cujo custo explicito da escolha,dado pela taxa de juros,predispõe o tomador ao risco de se tornar insolvente.Nesta opção,a capacidade da firma para financiar seus investimentos depende das expectativas do tomador quanto a lucratividade esperada___cujo fluxo das receitas esperadas devem ser suficientes para cobrir os pagamentos das dividas contraídas___e da avaliação do emprestador sobre os riscos envolvidos e as margens de segurança oferecidas pelo tomador.

No segundo caso,se a opção for pelo lançamento de ações ou debentures no mercado de capitais,esta alternativa sujeita a empresa ao compromisso de pagar dividendos e implicitamente expõe a firma ao risco do grupo dirigente de perder o seu controle acionário.[139]De qualquer maneira,essa opção tem a vantagem de elevar a capacidade de financiamento da firma para novos investimentos sem necessariamente aumentar o seu grau de

---

[138]A captação de recursos externos influenciam as decisões de investimentos através da mudanças no grau de endividamento da firma.Portanto,para uma firma aumentar sua capacidade produtiva,como sugere Steindl(1983),ela deve combinar numa proporção "segura" seus fundos internos com os recurso externos tomados de terceiros de acordo com o principio do risco crescente.Ver Steindl(1983,p.134-135).

[139]Ver Minsky(1986,p.117-120).

endividamento.

Com efeito, para a firma manter ou ampliar a sua posição no mercado de bens e serviços, ela poderá atuar em vários mercados e seu sucesso dependerá de quão eficaz e eficiente seja a estratégia adotada em cada mercado para fortalecer a sua posição financeira. Isso significa que a firma buscará adotar uma política de preço estratégico visando, através da sua decisão de preços, aumentar seu fluxo de caixa para financiar seus planos de produção e de investimento.[140] As decisões de investimento, portanto, se relacionam também com a capacidade da firma para contrair dívidas (passivo) e acumular estoques de ativos __ de capital, financeiros e monetários __, com vistas a ampliar sua capacidade de criar e controlar a riqueza.

No caso dos ativos de capital, dada a longa duração dos mesmos, as decisões de investir em ativos fixos são baseadas em expectativas de longo prazo. Nesse sentido, sobressai-se o estado de confiança nas expectativas de longo prazo, como variável relevante para sustentar decisões de investimento baseadas em convenções, dado que as decisões dos empresários são tomadas num ambiente de incerteza.

No entanto, num ambiente de incerteza, a escolha de investir em ativos de menor grau liquidez depende não só do grau de confiança dos agentes nas expectativas de longo prazo, como também da preferência por ativos mais líquidos __ moeda nacional e demais ativos financeiros __ que competem com os ativos fixos numa certa escala de preferência. Assim, dada a preferência pela liquidez, a taxa de investimento em ativos de capital irá depender do estado das expectativas, isto é, das expectativas sobre a eficiência marginal do capital e sobre a taxa de juros preferencial como guias para a implementação de planos de investimento num ambiente de incerteza.[141]

Mas, além das expectativas sobre a lucratividade esperada da aplicação e a preferência pela liquidez, expressa pela taxa de juros, as decisões de investir são afetadas pela disponibilidade de recursos. Assim, dada a disponibilidade de recursos, a escolha da trajetória de crescimento da firma se dará de acordo com sua percepção do ambiente externo. De fato, a pressão competitiva exercida pelas concorrentes estabelecidas e potenciais acaba influenciando a escolha do plano de investimento, isto

---

[140] Ver Feijó, Carmem A. op. cit. p. 89-91.

[141] Ver Keynes, J.M. Teoria Geral. op. cit. p. 104-106 e 122-125. Ver também comentários de Minsky (1986, p. 183-196).

é, se a firma investirá em seu proprio mercado ou em novos mercados — através da integração vertical ou da diversificação — ou ainda em aplicações reais ou financeiras ou mesmo retendo moeda como reserva de valor para fins especulativo.

Nestas condições, a decisão de investir da firma deve ser considerada como uma escolha dentre as várias alternativas de valorização do capital na carteira de ativos. Ora, como as decisões de investimento produtivo são baseadas nas expectativas de longo prazo dos empresários sobre o futuro incerto, pode ocorrer que, no curto prazo, os empresários não estejam dispostos a comprometer as suas disponibilidades financeiras em atividades produtivas devido a recorrência cíclica de mudanças nas expectativas dos empresários resultante do aumento do grau de incerteza.

Neste caso, havendo um mercado financeiro capaz de operar investimentos financeiros, os empresários podem optar pelo deslocamento de investimentos em ativos fixos e reais para investimentos em ativos mais líquidos. O adiamento permitido pela valorização financeira do capital, na esfera do mercado financeiro, pode dar ao empresário um intervalo de tempo necessário para que ele faça uma reavalição dos seus planos de investimento de forma a reorientar suas atividades econômicas.[142]

Mesmo assim, não deve ser esquecido que adiamentos implicam em custos, pois, num contexto em que o tempo histórico é unidirecional e irreversível, quando o empresário voltar a decidir implementar seus planos de investimentos produtivos adiados, então o ambiente econômico já terá mudado. De qualquer modo, para que a firma possa continuar crescendo de forma produtiva, o investimento em atividades produtivas não pode ser adiado indefinidamente.

Como o investimento em ativos fixos, num ambiente de incerteza, é uma das alternativas que os empresários têm para acumular riqueza, interrupções e adiamentos nos planos investimento no curto prazo ou, ao contrário, aumentos dos gasto com investimento fixo via desinvestimento em ativos líquidos, estão relacionados com o grau de confiança que esses agentes têm de suas decisões em relação ao futuro incerto.

Neste sentido, numa economia dominada pela incerteza, o comportamento financeiro dos agentes determina a dinâmica do investimento. Dito de outra forma, as condições financeiras que levam as decisões de produção e investimento se constituem numa relevante variável pelas quais os planos

---

(142) Ver Minsky, H.P. **John Maynard Keynes**. op. cit. p. 106-108.

de investimento se transformam em realidade.Assim,uma vez que o empresário recorra ao financiamento externo para complementar os seus fundos internos, as condições de financiamento,sob as quais o dinheiro é captado,podem estimular ou desestimular os investimentos em ativos fixos."

No entanto,não é apenas o grau de endividamento geral que conta para a firma.Na verdade,pode-se dizer que tanto o perfil da acumulação de ativos quanto da acumulação de passivos,isto é,das obrigações contraídas,são importantes nas decisões dos agentes econômicos.

Neste sentido,o fundamental é que a firma busque compatibilizar o perfil dos fluxos de entrada e saída de caixa de forma a manter um nível desejado de liquidez.Aí a moeda,dada a incerteza,adquire uma taxa de retorno implícita — o prêmio de liquidez — que justifica sua demanda como um ativo. Vejamos,na sequência,as determinações do financiamento numa economia capitalista.

2.3.3.Decisões de Financiamento dos Investimentos

Na medida em que o plano de investimento tenha sido decidido,o empresário terá de escolher um plano de financiamento adequado a realização dos gastos.Para isso,ele pode recorrer,como já foi dito,as fontes internas e/ou externas.Numa economia monetária da produção,tal como pensada por Keynes,a moeda também é criada pelos bancos sempre que essas instituições compram ativos e é destruída quando os devedores dos bancos pagam suas obrigações.[143]Nessa economia,além dos ativos de capital,há uma diversidade de outros ativos e passivos no portfólio e uma complexa e moderna estrutura financeira.

Portanto,uma economia capitalista é antes de tudo um sistema financeiro e de produção integrado e seu desempenho depende da validação financeira das decisões de produção e investimento.Minsky(1971,p.106), partindo de Keynes,percebeu que as decisões de produzir e investir estão associadas às decisões de financiamento.Assim sendo,a relação entre esses dois processos decisórios tem implicações cruciais sobre a forma de acumulação de riqueza numa economia capitalista.[144]

---

[143]Ver Keynes,J.M.A Treatise On Money.op.cit.p.20-23.

[144]Neste particular,Minsky,ao aprofundar a dimensão financeira dos gastos de produção e investimento,indicada mas não desenvolvida por Keynes na TG,foi mais longe do que este último ao estabelecer a conexão entre as decisões de investir e financiar.Sobre o financiamento dos gastos dos empresários ver Minsky(1986).**Stabilizing an Unstable**

Para Minsky(1971,p.107-113)o processo de financiamento numa economia capitalista,na verdade,gira em torno da forma como os investimentos e as posições dos ativos em capital são financiados a partir das mudanças decorrentes das alterações na estrutura do passivo das empresas.Como as inovações financeiras,usadas para financiar a produção e o investimento de ativos de capital,levam os bancos a comprarem ativos e a venderem passivos;a moeda,enquanto ativo de maior liquidez,passa a ser o produto final dos planos de financiamento das empresas em geral.

Nesta ótica,as decisões de investimento e financiamento __e portanto de lucros e compromissos a saldar de dívidas pendentes__ estão relacionados entre si.Daí porque,como sugere Minsky(1984,p.17-18),um esquema teórico para analisar as relações entre compromissos de pagamento oriundos das dívidas a pagar e as receitas das organizações endividadas se faz necessário se as relações financeiras vão ser totalmente integradas na teoria da determinação do emprego,da renda e dos preços.

De fato,o comportamento cíclico da economia capitalista,em qualquer período,está intimamente relacionado com o sucesso ou fracasso presente dos devedores em cumprirem os seus contratos e com a avaliação que os tomadores de empréstimos fazem quanto a capacidade de honrarem os seus compromissos num ambiente dominado pelas incertezas.No entanto,as decisões de financiamento envolvem emprestadores e tomadores de empréstimos que agem e concorrem dentro de uma complexa e sofisticada estrutura financeira.

Nesta estrutura financeira,formada por mercados de capitais,mercados de créditos e mercados financeiros,os agentes comprometem passivos e buscam valorizar os seus capitais na forma de ativos.Mas,quando os contratos se realizam __sob certas condições e margem de segurança__ pressume-se que o negócio satisfaça os interesses de ambos.Para Minsky(1984,p.18),no capitalismo contemporâneo,além da recorrência ao auto-financiamento por parte das empresas,famílias e governos,os financiamentos dos investimento de capital,dos ativos retidos e das transações correntes são financiados por dívidas.

Neste caso,o emprestador de primeira instância,particularmente para os investidores e proprietários de ativos de capital,é uma instituição financeira.[145]Mas,tomar emprestado significa receber dinheiro hoje em

---

Economy.op.cit.p.165-169

[145]As instituições financeiras são tipicamente organizações fortemente alavancadas por poupadores e acionistas.Na verdade,enquanto unidades emprestadoras de primeira instância,

troca de promessas de pagá-lo no futuro.Como resultado,a cada curto período,há um fluxo de pagamentos dos empréstimos tomados no passado e a tomada de novos empréstimos que se tomam promessas de pagamento no futuro.[146]

As instituições financeiras(sistema bancário e intermediários financeiros),fortemente alavancadas,realizam empréstimos com base em várias margens de segurança,pois qualquer perda sobre um ativo possuído significa um prejuízo generalizado para os acionistas.Em geral,os contratos de dívidas são realizados entre empresas não-financeiras, possuidoras de ativos de capital, e as empresas financeiras que detêm principalmente ativos financeiros.Não é à-toa que,no atual estágio do capitalismo financeiro,a moderna sociedade anônima é essencialmente uma organização financeira que busca a valorização do capital em atividades produtivas ou não.

Essas instituições financiam a posição dos seus ativos,qualquer que seja o seu negócio,mediante alguma combinação do patrimônio líquido capital próprio e lucros acumulados__e dívidas.No caso das empresas não-financeiras,os fundos externos necessários para incrementar a compra dos dispendiosos ativos de capital,via de regra, são obtidos mediante uma gama de instrumentos financeiros__tais como ações,debentures,títulos de dívida,empréstimos bancários,hipotecas,arrendamento e aluguéis.

A posição dos ativos das instituições financeiras inclui,além de ações, debentures e demais ativos financeiros,as dívidas das instituições não-financeiras empresas proprietárias de ativos de capital,famílias e governo__e de outras instituições financeiras.

As empresas não-financeiras podem financiar,e de fato o fazem,suas posições em ativos de capital através de complexos arranjos de obrigações financeiras.No entanto,cada instrumento financeiro é criado mediante a confiança na troca de moeda-hoje pela obrigação de pagamento de moeda-amanhã.Assim,os pagamentos dos instrumentos financeiros a pagar são,em qualquer período,as parcelas da moeda-amanhã resultantes dos contratos

---

estão sujeitas a perdas de ativos,que podem se generalizar para os acionistas e poupadores,caso não sejam ressarcidas pelos tomadores.Assim,por causa da alavancagem e do desejo natural dos emprestadores de proteger seu capital,os empréstimos são concretizados com base em várias margens de segurança.Ver Minsky(1984,p.17-18).

[146]Nesse tipo de economia monetária,particularmente se os negócios vão bem,o passado está presente hoje no vencimento das obrigações de pagamento e o futuro está presente hoje nas novas dívidas que estão sendo criadas.Ver Minsky,H.P. op.cit.p.18-19.

assumidos no passado.[147]

Acrescente-se que, se a economia funciona bem em cada curto período, dependendo das expectativas e do estado de confiança dos empresários, novas tomadas de empréstimos no presente se tornam promessas de pagamentos no futuro. Nestas condições, como diz Minsky (1984, p. 18), "a economia tem um passado, que está presente nos vencimentos das obrigações hoje, e tem um futuro, que esta presente hoje nas dívidas que estão sendo criadas". Assim, as obrigações financeiras a pagar acabam determinando, por conseguinte, um fluxo temporal de obrigações de pagamentos em dinheiro.

Com isso, forma-se uma complexa rede de compromissos de pagamentos em dinheiro. Isto porque, como foi dito, tomar emprestado significa receber dinheiro hoje em troca de uma promessa de pagamento no futuro. Por isso, as unidades econômicas que incorrem em tais compromissos têm de possuir fontes de recursos oriundas de renda e/ou do seu patrimônio para fazer face aos seus compromissos assumidos. Porém, convém observar que essas obrigações de pagamento em dinheiro, dependendo do instrumento financeiro, são compromissos contratuais para pagar, por exemplo: (1) no mercado de crédito, os juros e a amortização do principal; (2) no mercado de valores, os dividendos das ações.[148]

Com efeito, as unidades econômicas que possuem tais obrigações têm de possuir fontes de recursos para fazer face a esses compromissos assumidos. Mas, num ambiente marcado por incertezas, quando um contrato financeiro é criado, tanto o comprador (credor) como o vendedor (tomador) imaginam cenários em suas mentes de como o credor adquirirá o dinheiro necessário para cumprir os termos do contrato.

No caso dos empréstimos bancários, por exemplo, a diferença esperada entre as receitas brutas e os custos rotineiros é a fonte primária de dinheiro. A fonte secundária, por sua vez, incluiria o valor dos colaterais, isto é, dos empréstimos ou das receitas resultante da venda de ativos. Ademais, os compromissos podem ser liquidados mediante o uso dos estoques de dinheiro que uma unidade econômica possua.

No caso dos bancos comerciais, enquanto instituições financeiras, os depósitos à vista, que são uma parcela do estoque monetário, são uma das formas de obrigações que eles utilizam para financiar suas posições em

---

[147] Idem, p. 19.

[148] Idem, p. 19-20.

ativos financeiros. Em contrapartida, os ativos financeiros desses bancos são dívidas de outras unidades econômicas que, dependendo dos seus interesses, usam estas dívidas para financiar posições de ativos de capital ou ativos financeiros.[149] Neste sentido, cada transação financeira envolve uma troca de moeda-hoje por moeda-amanhã já que, como diz Minsky (1984, p.20), "as partes que transacionam têm algumas expectativas quanto ao uso que fará o tomador de moeda-hoje com os fundos e de como esse tomador reunirá os fundos para cumprir a sua parte do negócio na forma de moeda-amanhã".

Nessa transação, entretanto, de um lado, o uso dos fundos pelo tomador do empréstimo é conhecido com relativa segurança pelo emprestador; mas, por outro lado, as receitas futuras em dinheiro, que capacitarão o tomador a cumprir o seu contrato, são incertas já que dependem das expectativas sobre o comportamento da economia durante um certo período de tempo. Neste sentido, pode-se dizer que, na base de todo o contrato financeiro, está uma troca de certeza por incerteza na medida em que o emprestador, possuidor de moeda-hoje, abre mão de um comando certo sobre a renda corrente por um incerto de receitas futuras, em moeda-amanhã, por parte do tomador.[150]

Numa economia capitalista, portanto, a estrutura financeira pode ser visualizada como uma divisão entre diversas unidades econômicas com ganhos e perdas efetivas e potenciais, dada a natureza incerta das decisões, decorrentes dos vários empreendimentos cujos resultados efetivados (ex post) tendem a se desviar dos resultados esperados (ex ante). Esses desvios, por conseguinte, conduzem a ganhos e perdas de capital e alteram os preços dos ativos e os instrumentos financeiros na medida em que as expectativas convencionalizadas e o grau de confiança nelas são afetadas pelos acontecimentos.[151]

Cabe agora, portanto, examinar os determinantes dos preços dos ativos numa economia monetária da produção em que a moeda é preferida pela sua plena liquidez.

---

[149] Idem, p.20.

[150] Ibidem.

[151] Idem, p.20-21.

2.3.4.Preferência pela Liquidez e Taxa de Juros

Para Keynes(1983,p.121-122),enquanto a eficiência marginal do capital determina as condições em que os agentes econômicos procuram os seus fundos disponíveis para realizar novos investimentos,a taxa de juros determina os termos em que esses fundos são correntemente oferecidos.Na verdade,para efetivar preferências num mundo de incerteza,cada agente se depara com duas decisões:(1)a primeira,que determina a parte da renda que destina ao consumo e,consequentemente,a parte residual (poupança)que comandará o consumo futuro;(2)a segunda,que se segue a esta,diz respeito à forma que conservará o poder de comando sobre o consumo futuro quer da sua renda corrente quer da sua riqueza acumulada.

Neste último caso,são várias as opções dos agentes para dispor da sua riqueza que vão desde da retenção do dinheiro,passando por empréstimos, compras de títulos de dívidas e de ações,imóveis e commodities,até a aquisição de bens de capital.Contudo,dentre as alternativas existentes de conservação da riqueza,a retenção de moeda poderia parecer absurda já que ela não rende um fluxo explícito de juros.Na verdade,a taxa de juros não deriva de um rendimento de poupança ou da espera como na versão da economia clássica pré-keynesiana.

Em Keynes(1983,p.122),"a taxa de juros é a recompensa da renúncia à liquidez por um período determinado,pois a taxa de juros não é,em si, outra coisa senão o inverso da relação existente entre uma soma de dinheiro e o que se pode obter desistindo,por um período de tempo determinado,do poder de comando da moeda em troca de uma dívida".A taxa de juros,enquanto uma recompensa da renúncia à liquidez,é portanto uma medida da relutância dos que possuem dinheiro e/ou outros ativos líquidos de alienar o seu direito de dispor deles.

Essa relação ao direito de dispor de liquidez,entretanto,é representada na mente dos agentes por uma gradação na preferência pela liquidez expressa por uma escala do volume de recursos,medidos em termos monetários,que desejam conservar na forma de moeda e outros ativos líquidos em distintas circunstâncias.A taxa de juros,portanto,é o "preço" mediante o qual o desejo de manter a riqueza na forma líquida se concilia com a quantidade de moeda disponível.Pode-se dizer,assim, que a quantidade de moeda disponível, juntamente com a preferência pela liquidez,determina a taxa de juros sob certas condições de mercado.[152]

---

[152] A liquidez é o poder de compra generalizado num montante nominal conhecido e disponível a qualquer tempo.Maiores aprofundamentos e esclarecimentos sobre a teoria da preferência

Todavia, a condição necessária à existência da preferência de liquidez pela moeda, como meio de conservação da riqueza na sua forma mais líquida — exceto saldos monetários por motivos transacionais — é a incerteza quanto ao futuro da taxa de juros, ou melhor, quanto ao expectro de taxas de juros para vencimentos variáveis a prevalecer em datas futuras. Mais, além disso, a condição suficiente para a existência da preferência pela liquidez, resultante da incerteza em relação ao futuro, é dada pela presença de mercados organizados para negociar os ativos e passivos do portofólio.[153]

Mas, como observa Possas (1986, p.301), a teoria da taxa de juros de Keynes, exposta simplesmente como limite ao investimento produtivo, representando uma espécie de trade-off do investidor entre ativos de capital produtivo (investimento) e ativos de capital monetário (liquidez), como se houvesse apenas essas duas únicas espécies de ativos, corresponde a uma versão compacta e simplificada de uma teoria de aplicação financeira lato sensu, isto é, de uma teoria do portfólio, onde um ativo de capital produtivo, de grande durabilidade, é apenas a ponta ilíquida do espectro de ativos que contém, na outra ponta, os saldos monetários plenamente líquidos.

Minsky (1975, p.69-73), como um dos pioneiros da teoria financeira do investimento em geral, considera que o paradigma relevante para a análise de uma economia capitalista é a existência de uma "City" ou de uma "Wall Street", onde os negócios com ativos retidos e transações correntes são financiados por dívidas.[154] Isso confere aos mercados organizados uma peculiaridade própria na determinação da preferência pela liquidez, na medida em que a determinação da demanda por moeda, e conseqüentemente da taxa de juros monetária, passa a se dar de forma conjunta à determinação da demanda dos demais ativos e seus respectivos preços.

Pela teoria do portfólio, tal como exposta por Keynes (1983) no capítulo 17, os agentes decidem suas aplicações de capital sob condições de incerteza

---

pela liquidez podem ser encontradas em Shackle (1991, p.198-244) e Wells (1983, p.523-535).

[153] Não dúvida que o método de exposição por etapas de Keynes na Teoria Geral, de um certo modo, obscurece, com seu corte analítico entre investimento (eficiência marginal do capital) e preferência pela liquidez (taxa de juros), a fundamental interdependência teórica entre essas duas variáveis como pertencentes ao mesmo conjunto de decisões capitalistas quanto a forma de manter a riqueza existente e a forma de criar a riqueza nova. Ver a esse respeito Robinson (1979, p.61-76) e Possas (1986, p.301-302).

[154] Ver Minsky, H.P. **John Maynard Keynes**. op. cit. p. 75-80.

que se refletem num determinado estado de confiança.[155] O portfólio dos agentes, por seu turno, é formado por diversas formas de ativos — que Keynes classifica como sendo instrumentais, especulativos e monetários, com rentabilidade (q), custo de manutenção (c), prêmio de liquidez (l) e mais um percentual de apreciação ou depreciação do preço do ativo (a), quando da sua revenda no mercado "spot" — e por diversas formas de passivos de dívidas contraídas pelos agentes econômicos.

Na verdade, numa estrutura complexa de portfólio, pode-se encontrar ativos instrumentais como os ativos de capital fixo (decisões de investimento) e os ativos de capital circulante (decisões de produção); os ativos de especulação de estoques líquidos de commodities, ouro, imóveis, obras de arte, etc; os ativos financeiros representativos de direitos como os ativos em títulos de dívida e ações; e os ativos monetários (moeda nacional e as moedas fortes estrangeiras).[156]

Neste contexto, as decisões das empresas de produzir ou investir se fazem sob as condições de que o processo de produção toma tempo. Logo, como o futuro é incerto, a moeda e os demais ativos líquidos acabam de um certo modo — face a preferência pela liquidez — sendo considerados nas decisões de produzir ou investir, por parte dos agentes, na medida em que a incerteza influencia as decisões de formação de preços ou de determinação de quantidades a serem vendidas, dependendo do mercado.

Numa economia sujeita à incerteza, portanto, o poder de dispor de outros ativos, que não a moeda, é sempre limitado devido esta última ter a vantagem de ser plenamente líquida. De fato, numa economia empresarial, em que os agentes organizam suas atividades econômicas com base em contratos monetários, como uma forma convencionada e legal de se protegerem da incerteza, a moeda passa a ser demandada como um ativo líquido, para retenção como reserva de valor, porque os agentes nunca podem confiar completamente nas suas expectativas.[157]

---

[155] Ver Keynes, J.M. A Teoria Geral. op.cit. cap. 17, p. 159-161.

[156] Há duas importantes classificações dos ativos em geral quanto ao grau de liquidez: (1) a de Hicks (1975, p. 56-59) e a de Davidson (1972, p. 87). Ver comentários didáticos sobre os atributos gerais dos ativos em Macedo e Silva, Antonio Carlos. op.cit. cap. 7, p. 1-4.

[157] Numa economia empresarial dominada pela incerteza, os agentes se defendem criando certas instituições de base legal, como os contratos monetários futuros, isto é, aqueles que especificam uma data futura para entrega e pagamento, como instrumentos atenuadores para que eles possam lidar com o incognoscível de maneira menos traumática possível. Assim, a necessidade destes contratos concatenados, a exemplo dos contratos monetários de trabalho,

Sob condições de estabilidade econômica, portanto, a plena liquidez da moeda nacional, além de suas propriedades intrínsecas, depende também das instituições — como o Estado e os mercados organizados — que asseguram sua plena liquidez como meio pagamento dos contratos, isto é, como padrão monetário nacional com poder liberatório para liquidar contratos. Mas, embora a moeda nacional de curso forçado, possa ser criada pelo governo ou pelo sistema bancário, a sua validação social, enquanto dinheiro, depende da sociedade.

Na teoria do portfólio, as decisões de investir em ativos de capital ptodutivo são tomadas a partir da comparação que os agentes fazem com a alternativa de aplicação em ativos financeiros e de retenção da moeda. A criação de riqueza nova, com base num novo investimento marginal, depende de que seu rendimento provável esperado alcance o nível estabelecido à taxa corrente de juros. Esta, por sua vez, "depende da intensidade do desejo dos agentes em conservá-la respectivamente em forma líquida ou ilíquida, aliada à magnitude da oferta de riqueza, numa dessas formas em relação à sua oferta na outra".[158]

Com efeito, pelo princípio da escassez, a rentabilidade dos ativos irá depender da relação entre a oferta e demanda dos ativos. O impacto da escassez sobre a rentabilidade dos ativos, portanto, variará em função das peculiaridades dos processos de valorização do capital.[159] De qualquer modo, a tendência para que a escala da eficiência marginal do capital seja decrescente com o crescimento do volume do investimento, segundo Possas (1986, p. 302-303), está ligada às expectativas de retornos declinantes com o crescimento do investimento, para um dado tamanho de mercado, e aos crescentes aumentos dos custos de conservação e dos riscos financeiros e de iliquidez associados ao endividamento e aos desembolsos previstos para pagamentos de bens de investimentos a serem adquiridos.

---

amplia a importância da moeda e da liquidez (Ver Lima, p. 125-127). Uma explicação minuciosa sobre a importância da moeda numa economia empresarial pode ser encontrada em Davidson (1978, p. 12 20) e Carvalho (1991, p. 29-38).

[158] Ver Keynes. op. cit. p. cap. 16, p. 150.

[159] O princípio da escassez, segundo Lucha (1989, p. 46), pode ser assim anunciado: "ante aumentos na quantidade de capital a ser aplicado num ativo, os capitalistas esperam que os rendimentos unitário do ativo diminuam e tal diminuição será tanto maior quanto mais ilíquido seja o ativo". Os rendimentos considerados incluem não só os rendimentos monetários líquidos, mas o prêmio de liquidez do ativo. Ver a didática apreciação do "princípio da escassez", formulado por Keynes no cap. 16 da TG, em Lucha, Antonio Luis. op. cit. p. 44-46.

Pode-se dizer, portanto, que o declínio da eficiência marginal do capital produtivo ou alternativamente, como sugere Keynes (1983, p.101-102), do preço de demanda do capital produtivo, decorre de sua escassez decrescente com o crescimento do volume demandado de investimento produtivo, como de resto extensivo aos demais ativos de capital.[160]

Assim, no caso dos bens de capital, suposta uma dada oferta, um aumento da demanda efetiva por uma mercadoria representa um aumento de sua escassez relativa.[161] Isto pode significar, por seu turno, uma elevação dos lucros monetários capaz de recuperar com vantagens a liquidez do capital originalmente imobilizado. No caso dos ativos financeiros, como por exemplo as ações, dado o estoque existente, um aumento da demanda pode elevar as cotações virtuais dos títulos que se efetivará por meio da revenda desses por dinheiro.

Contudo, no caso do dinheiro, um aumento da demanda por moeda, dada a disponibilidade corrente desse ativo, poderá significar mudanças nas condições contratuais do empréstimo resultante do aumento da taxa de juros para que o seu possuidor renuncie à liquidez em troca de um título de dívida. Neste sentido, a escassez esperada pode afetar não só as receitas dos agentes, como também os prêmios de liquidez e de risco estabelecidos ex ante pelos empresários, particularmente quando planejam seus gastos com base em financiamento externo.

Percebe-se, portanto, que a rentabilidade esperada de um ativo, resultante das expectativas entre a oferta e demanda no futuro, depende da escassez esperada ou melhor da escassez expectacional. O princípio da escassez é ex ante, pois é definido a partir das expectativas dos agentes em relação à rentabilidade e o prêmio de liquidez dos ativos.

Entretanto, este princípio não pode ser aplicado à moeda nacional, que possui a propriedade de ter rentabilidade nula, por se tratar de ativo

---

[160] Apesar dos dois conceitos serem intercambiáveis, pelo menos do ponto de vista formal, o emprego da fórmula do preço de demanda do capital, em comparação ao preço de oferta de capital, tem vantagens sobre o uso do conceito de eficiência marginal de capital na medida que evita a ênfase indevida na taxa de juros, embutida como taxa de desconto, e impede que se cometa o engano de tomar a curva da demanda por investimento como negativamente inclinada devido a rendimentos decrescentes como sugerem os manuais neoclássicos. Ver a esse respeito Possas (1986, p.302) e Minsky (1975, p.98-99).

[161] A "escassez" a que Keynes (1983, cap.16, p.151-152) se refere é de natureza expectacional e não produtiva (no sentido físico da produção), tal como suposto pela teoria dos rendimentos decrescentes dos manuais neoclássicos.

monetário plenamente liquido por definição institucional, isto é, por ser um ativo de pronta aceitação social com custo de conversão zero, em termos de tempo e flexibilidade.

É neste sentido que Keynes, no capítulo 17 da Teoria Geral, destaca a importância da moeda no espectro de ativos e sua relação com os ativos reais e financeiros.[162]

Na verdade, os capitalistas ao decidirem suas estratégias de preservação e valorização dos seus estoques de riqueza, buscam comparar as vantagens relativas dos atributos dos ativos com base nas expectativas dos eventos num futuro incerto. Os ativos em geral possuem uma taxa de juros própria, isto é, uma eficiência marginal esperada sempre que os agentes emprestam, mantém ou criam um novo ativo.

Pode-se dizer, portanto, que o preço de demanda de um ativo de capital é o resultado da soma dos rendimentos previstos durante sua vida util descontados à taxa de juros virtual que exprime a preferência pela liquidez do agente.[163] Na verdade, trata-se de um valor subjetivo imputado ao ativo em função das expectativas do agente quanto aos rendimentos esperados. Portanto, o preço de demanda corresponde ao valor máximo que o agente estaria disposto a pagar por um ativo qualquer.[164]

O preço de oferta de uma ativo de capital, por seu turno, é dado pelo resultado da soma dos rendimentos esperados durante a vida útil descontados a eficiência marginal do capital. O preço de oferta, portanto, corresponde ao valor mínimo que seu possuidor considera necessário receber para se desfazer dele, isto é, o menor preço capaz de induzir o agente a produzir uma unidade adicional de bem de capital com

---

[162] Keynes, ao atribuir uma significação especial a taxa monetária de juros, supôs algumas características específicas da moeda: (1) elasticidade de produção igual a zero ou negligenciável, no sentido de que os empresários não podem deslocar a vontade trabalho para produzir dinheiro em quantidades crescentes sempre que seu preço sobe em unidades de salários; (2) elasticidade de substituição igual a zero, ou próxima de zero, no sentido de que quando seu valor de troca sobe ela não é substituída por nenhum outro valor de troca. (3) a moeda tem liquidez absoluta e por causa disso tem custo de manutenção negligenciável podendo realizar qualquer ativo imediatamente sem custo de transação em termos de tempo (rapidez) e valor (variabilidade). Ver a esse respeito Keynes, J.M.A Teoria Geral... op.cit. p. 161-162. Ver também Davidson, Paul. op.cit. p. 221-223.

[163] Ver a esse respeito Keynes (1985, p. 101-105).

[164] Ver Macedo e Silva, Antonio Carlos. op.cit. cap. 7, p. 4-8.

lucro normal.[165]

Na determinação dos preços de demanda e oferta dos ativo, por certo, deve ser incorporado, além do fluxo das quase-rendas (q), os fluxos dos custo de manutenção (c), de liquidez (l) e de apreciação do preço do ativo (a), ou seja, o fluxo líquido total esperado é dado por Fi=a+q-c+l. Esse fluxo (Fi) será descontado pela taxa de liquidez do dinheiro, caso se queira obter o preço de demanda do ativo ou descontado pela eficiência marginal do capital, no caso do preço de oferta do ativo.[166]

Mas, para que ocorra a transação de um ativo qualquer, é necessário que os agentes envolvidos cheguem a um acordo expresso no preço de mercado do ativo (Pmi). Este preço de mercado, sancionador do negócio entre as partes envolvidas, está contido entre o preço de oferta (Poi), por parte do vendedor do ativo, e o preço de demanda (Pdi), por parte do comprador do ativo.[167] Assim, se o preço de demanda for inferior ao preço de oferta, o possuidor do ativo líquido poderá optar pela sua retenção na carteira de ativos. A moeda, por exemplo, é demandada como ativo, para retenção, sempre que os agentes não confiam plenamente nas suas expectativas sobre os rendimentos esperados dos ativos de capital. Pode-se dizer, portanto, que o prêmio de liquidez de um ativo (l) é dado pelo poder de conversão desse ativo em outro, com menor custo possível, em termos de tempo (rapidez da conversão) e valor (flexibilidade da valorização).

Enquanto isso, a taxa de apreciação (ou depreciação) do preço do ativo (a) no mercado à vista, em termos monetários, é determinada pelas expectativas dos agentes entre o ato de decisão e o fim do período considerado. Numa carteira de ativos, portanto, a escala de liquidez vai da moeda nacional, como um ativo plenamente líquido, passando pelos ativos financeiros, até os ativos de capital produtivo como os de menor grau de liquidez.

Mas, além do prêmio de liquidez, enquanto um valor imputado, há o prêmio de risco, uma espécie de quarto atributo dos ativos a ser considerado pelos agentes quando tomam decisões de valorização de capital. O prêmio de risco

---

[165] Idem, p.9-10.

[166] Ver Macedo e Silva, Antonio Carlos. op.cit.p. cap.7, p.23-35.

[167] Há que se observar que, embora a decisão do comprador seja autônoma no sentido kastorendia, o preço de mercado do ativo (Pmi) só se concretizará se o preço de demanda do ativo (Pdi) for igual ou superior ao preço de oferta do ativo (Poi), de tal forma que Poi < Pmi < Pdi. Ver a esse respeito Lacha, Antonio Luis. op.cit.p.40-43.

é também um fluxo imputado, em geral negativo ou nulo, associado a cada ativo do portfólio. Computado esse fluxo implícito do prêmio de risco (r), o preço de demanda de ativo resultaria na seguinte equação, $Pdi=\sum Ci(a+q-c+l+r)$, sendo $Ci=1/(1+j)$ a taxa de capitalização do ativo que incide sobre o fluxo do rendimento líquido esperado.[166]

Com isso, ficam incorporados na equação de valorização dos ativos, além da taxa de depreciação ou apreciação (a), dos fluxos de rendimentos (q), dos fluxos dos custo de manutenção (c) e do prêmio de liquidez (l), o prêmio de risco (r). Sendo que os dois últimos representam os fluxos implícitos relacionados, respectivamente, à liquidez e ao risco de cada ativo quanto ao grau de confiança dos agentes de que as expectativas deles sobre a rentabilidade esperada do ativo possam não ser confirmadas.

Como se vê, na teoria do portfólio, a avaliação da rentabilidade de uma aplicação resulta da comparação entre os rendimentos esperados e a liquidez de que é possuidor um dado ativo. Neste sentido, para que um investimento produtivo se realize, o rendimento esperado pela posse do ativo deve superar a preferência pela liquidez dada pela taxa de juros virtual a partir da qual o agente abriria mão da liquidez. Esta comparação ex ante, por parte do agente, pressupõe sempre que os rendimentos esperados do ativo sejam convertidos em valores presentes.

Cabe observar, aqui, que a determinação do preço de um ativo qualquer, entretanto, se dá dentro das condições de concorrência dos mercados específicos em que os mesmos são produzidos e negociados. É portanto na concorrência que os agentes, ao confrontarem os preços de demanda e oferta, expressam suas expectativas de ganhos ou prejuízos. Mas, apesar disso, como se determinam genericamente os preços dos ativos?

Minsky (1975, p.89) destaca que, dada a natureza especulativa das decisões no capitalismo face a incerteza, existe um vínculo entre o preço de aquisição dos ativos de capital e o pagamento em dinheiro das dívidas contraídas através do financiamento para a compra destes ativos. Ora, o preço de demanda de ativo em geral, pelo lado do comprador, é definido como o valor presente de seus rendimentos futuros, descontados a uma taxa de juros virtual, portanto subjetiva, definida pelo agente, ou seja, trata-se de um

---

[166] Para Lima (1989, p.54-57), o prêmio de risco mostra a iliquidez do ativo, por parte do agente, resultante da comparação do grau de confiança e segurança do ativo em questão com o dinheiro que tem liquidez plena. Assim, o prêmio de risco representa um custo potencial do ativo por ser ele ilíquido em relação ao dinheiro. Neste sentido, o prêmio de risco é o oposto do prêmio de liquidez. Sobre este assunto ver também Macedo e Silva (1990, p.35-36).

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

valor equivalente a somatoria dos valores presentes das quase-rendas futuras a ela associada.

No entanto, caso a compra do ativo de capital venha a ser financiada por empréstimos de terceiros, por exemplo, há que se compatibilizar os fluxos dos rendimento esperados do ativo de menor liquidez como os fluxos de pagamentos em dinheiro dos empréstimos contratados.[169] Sendo assim, como as decisões dos agentes acarretam uma reestruturação na composição do portfólio, sempre haverá uma possibilidade de redução dos recursos acumulados sob a forma de dinheiro ou de ativos imediatamente líquidos.

Com efeito, esta decisão só será efetivada se o rendimento esperado superar as desvantagens da perda da liquidez. Isto porque, o rendimento imputado derivado da retenção do dinheiro, por proporcionar flexibilidade plena do agente, é o seu prêmio de liquidez. Assim, enquanto o prêmio de liquidez do dinheiro superar a rentabilidade esperada do ativo de capital ou os ganhos dos ativos financeiros menos líquidos, o agente preferirá reter o dinheiro a comprar outro ativo.

Na verdade, pela teoria da preferência pela liquidez, a volatilidade da demanda por moeda para fins especulativos estabelece uma inter-relação entre o mercado monetário (liquidez monetária) e os demais mercados organizados dos ativos financeiros (liquidez financeira). [170] Assim, dada a

---

[169] Tomando-se emprestado as equações de Minsky (1975, p. 100-106), sob condições de auto-financiamento, tem-se que o valor presente do preço de demanda de um ativo de capital (Pd) é dado por $Pd=\Sigma Cl(a+q-c+l-r)$, sendo o fator de capitalização do ativo de capital, $Cl=1/(1+j)$, uma função inversa da taxa subjetiva de juros (j) associada à posse do ativo. Mas, na hipótese de que o ativo de capital venha ser financiado total ou parcialmente por empréstimos, títulos ou ações, há que se considerar o fluxo de pagamento em dinheiro compromissado no contrato do débito contraído, isto é, $(CC=a+q-c+l-r)$. Assim, se os rendimentos esperados dos ativos de capital estiverem comprometidos com o pagamento em dinheiro dos empréstimos contraídos, então o preço de demanda deste passivo contratado é dado por $Pdl=\Sigma Cl(a+q-c+l-r)$, onde $Cl=1/(1+i)$ é a taxa de capitalização do dinheiro emprestado, i a taxa de juros do dinheiro emprestado e CC é o fluxo de pagamento em dinheiro requerido pelo contrato. A razão entre a taxa de capitalização do ativo de capital (Cl) e a taxa de capitalização do dinheiro do empréstimo contraído (Cl) é μ, ou seja, é um coeficiente que mede o grau da confiança ou inversamente o grau de incerteza dos agentes sobre as expectativas dos rendimentos esperados dos ativos de capital vis-à-vis os ativos financeiros e monetários. Assim, $Ci=\mu.Cl$, tal que $0 < \mu < 1$. Portanto, se há uma redução do grau de incerteza expresso por μ, e conseqüentemente aumenta o grau de confiança nas expectativas de retorno dos ativos de capital de menor liquidez, então os seus preços de demanda e seus preços de mercado tenderão a elevar-se.

[170] A distinção entre liquidez monetária (moeda como meio de pagamento) e liquidez

oferta de moeda, através das autoridades monetárias e do sistema bancário, a preferência pela liquidez é o principal determinante da taxa de juros.

A demanda por especulação, portanto, apenas espelha as expectativas inerentemente instáveis dos agentes nos mercados organizados dos ativos. Destarte, a estabilidade da moeda depende de uma frágil convergência entre as diversas opiniões dos agentes que, uma vez rompida, afeta as expectativas dos agentes por ativos mais ou menos líquidos, seja por rendimentos seja por liquidez. A volatilidade potencial dos ativos negociados nos mercados organizados, primários e secundários, se deve portanto à própria forma de funcionamento e a natureza imanentemente especulativa dos mercados financeiros.

Numa perspectiva institucional, os mercados organizados de títulos de dívida (por exemplo, de debêntures) e os de propriedade (por exemplo, de ações) estão segmentados em dois mercados: (1) o mercado primário, em que os os "novos" ativos são inicialmente emitidos, e o mercado secundário onde os ativos "velhos" são negociados.[171] No entanto, apesar dos financiamentos das empresas poderem ser levantados no mercados primários, os mercados secundários são relevantes devido pelo menos as seguintes funções: "(1) provêem liquidez aos ativos financeiros negociados, o que permite aos investidores disporem do capital aplicado quando precisarem de liquidez; (2) tornam o underwriting por parte das instituições especializadas um risco suportável; (3) sinalizam os preços dos ativos para possíveis novas emissões das empresas; 4) aumentam o fluxo de informações de forma que os investidores possam melhor avaliar a rentabilidade prospectiva dos ativos emitidos no mercado primário".[172]

Para que os mercados secundários possam exercer as funções de prover liquidez e reduzir o risco dos investidores, é necessário que a multiplicidade das transações se faça a partir dos compradores para diversos preços possíveis. Isto significa que a existência de expectativas individuais divergentes e potencialmente voláteis é fundamental para que os preços oscilem ao sabor das expectativas dos agentes altistas e baixistas.

---

financeira (moeda como reserva de valor) pode ser encontrada em Tavares (1985, p. 113-114).

[171] Uma tentativa de classificação das diversas variedades de ativos existentes nos mercados financeiros (money market e capital market) pode ser encontrada em Eugênio da Silva (1991, p. 68-83).

[172] Ver comentários de Studart (1995, p. 108-109).

Assim sendo, a taxa de juros, longe de ser o resultado da interação entre demanda e oferta de capital ou, o que dá no mesmo, entre poupança e investimento, é um fenômeno estritamente monetário. Com efeito, se a taxa de juros é capaz de afetar as decisões de investimento, a principal variável na determinação da eficiência marginal do capital ainda é a expectativa empresarial de longo prazo.

Isto significa que as taxas de juros, por si só, não estimulam a poupança que aliás depende residualmente da renda e muito menos de fundos disponíveis para viabilizar investimentos produtivos. De qualquer maneira, os juros, além de impactar os custos financeiros dos projetos de investimentos, podem desestimular as decisões de investimentos.

De fato, como observa Possas (1986, p.301), na relação básica entre a eficiência marginal do capital e taxa de juros, esta última "não surge aí trivialmente como como um item de custo seja como um custo de empréstimo ou de financiamento, seja mesmo como um "custo de oportunidade", correspondente à taxa de retorno alternativa ao investimento produtivo, oferecida pelo mercado financeiro". De fato, a taxa de juros, como limite ao investimento produtivo, apenas sinaliza e representa, de forma condensada, a alternativa do investidor, enquanto aplicador de capital numa ampla carteira de ativos, entre o investimento produtivo (ativos de capital produtivo) e a preferência pela liquidez (ativos de capital financeiro e monetário).

No plano teórico, portanto, há uma fundamental interdependência entre investimento e liquidez na medida em que a dimensão financeira de ambos pertence ao mesmo conjunto de decisões capitalistas no portfólio quanto a forma de manter a riqueza existente e a forma que deve se dar a riqueza nova.[173] Essa é a razão porque pode se manifestar o desemprego involuntário sempre que os possuidores de riqueza optarem pela preferência pela liquidez.

2.4.0 COMPORTAMENTO DOS AGENTES NO MERCADO FINANCEIRO

As decisões de aplicação de capital no portfólio, para Minsky (1984, p.18-19), significam a busca pela compatibilização dos fluxos de entrada e saída de recursos monetários para saldar compromissos. Esses dois fluxos são gerados a partir de expectativas fundadas em contratos monetários. No entanto, enquanto os retornos esperados dos ativos são incertos, os pagamentos dos passivos são dados como relativamente certos na medida em

[173] Ver Possas (1986, p.301-302).

que certas cláusulas contratuais preveem penalidades, inclusive com o risco da solvência, caso o tomador não cumpra os seus compromissos.

Na base de todo contrato financeiro está uma troca de certeza por incerteza, isto é, o possuidor de moeda-hoje abre mão de um comando certo sobre a renda atual por um incerto fluxo de receitas futuras em moeda-amanhã. Assim, por força da incerteza, os resultados esperados (ex ante) provavelmente se desviarão dos resultados efetivados (ex post).

Tais desvios, por conseguinte, conduzirão a perdas e ganhos de capital os quais acabam afetando os preços dos ativos de capital e os instrumentos financeiros e, portanto, o grau de confiança sobre as expectativas em que as decisões se fundaram. Como já foi dito, para a firma elevar sua taxa de acumulação, ela pode tomar dinheiro emprestado de bancos e de outras instituições financeiras, isto é, elas podem usar o seu "borrowing power".[174]

Porem, a capacidade do empresário de financiar novos investimentos depende das expectativas quanto à lucratividade do empreendimento e da avaliação do emprestador sobre os riscos envolvidos do tomador e do credor e das margens de segurança oferecidas pelo tomador. Essa lucratividade pode ser medida pelo fluxo de receitas esperadas no futuro que, no mínimo, deverá ser suficiente para cobrir os pagamentos das dívidas contraídas pelos agentes econômicos __ famílias, empresas, governo e instituições financeiras __ que emitem obrigações financeiras.[175]

De fato, cada emissor possui uma fonte principal de dinheiro que ele espera ser capaz de produzir rendimentos para liquidar suas obrigações financeiras. Mas, como lembra Minsky (1984, p.20), além das fontes primárias resultantes de renda, há as fontes secundárias ou de reservas de dinheiro resultantes da venda de ativos e/ou de tomadas de empréstimos. De qualquer modo, o fluxo primário de dinheiro que valida as dívidas das famílias, empresas, governo e instituições financeiras depende do nível e da distribuição da renda nominal.

Para o tomador, a decisão de assumir novas dívidas significa comprometer receitas futuras e incertas contra um volume certo de pagamento num certo período de tempo. Ora, isto envolve um alto grau de confiança sobre as expectativas dos negócios, no futuro, tanto para o tomador como para o

---

(174) Ver Minsky (1975, p.120).

(175) Ver Minsky (1984, p. 19-20).

emprestador.Esse grau de confiança que as instituições de crédito concedem às pessoas que nelas procuram empréstimos se manifesta nas condições de crédito impostas ao tomador.[176]

Enquanto nos cenários dos agentes,a eficiência marginal do capital superar a taxa de juros,de forma que os retornos esperados dos investimentos sejam suficientes para assegurar uma margem excedente sobre o pagamento dos juros e do principal,então o negócio terá possibilidade de se efetivar. Entretanto,quando a eficiência marginal do capital for igual a taxa de juros,os rendimentos esperados só cobrirão os pagamentos do credor.

Neste caso,havendo financiamento,o risco do tomador é maior que nos demais casos,porque,num futuro incerto,se os preços esperados não são confirmados,o fluxo de caixa esperado pode não ser suficinte para cobrir os contratos de dívidas.Por outro lado,o financiamento a devedores de maior risco implica na necessidade de compensação adequada ao risco do emprestador que passa ser imbutido nos termos dos contratos firmados.[177]Para Minsky(1975,p.110),"o risco do emprestador se manifesta nos contratos financeiros de várias formas:através das "taxas de juros altas,prazos mais curtos de maturação,requesitos para exigir ativos específicos como colaterais e restrições no pagamento de dividendos e outros empréstimos".

Na verdade,quando a firma decide optar pelo endividamento,seu passivo fica sujeito à avaliação dos emprestadores.Essa avaliação,dada a

---

[176]Ver Keynes(1983,p.115).O termo especulação é empregado à atividade que consiste em prever a psicologia do mercado e o termo empreendimento à atividade que consiste em prever a renda provável dos bens durante toda sua vida útil.Mas,de modo algum,se pode dizer que a especulação sempre prevaleça sobre o empreendimento.

[177]Para Keynes(1983,p.106),o risco do tomador surge das dúvidas que o empresário tem quanto a expectativa de conseguir,realmente,o rendimento esperado se emprega o seu próprio dinheiro.Mas,quando há um mercado financeiro,tem-se também o risco do emprestador que leva em conta a possibilidade do não-cumprimento voluntário da obrigação ou involuntário que causado por uma expectativa malograda.Há ainda um terceiro risco relativo ao emprestador decorrente da inflação que torna o empréstimo em dinheiro menos seguro que um ativo real,por exemplo imóveis,na medida que qualquer variação no padrão monetario provoca tambem desvalorização do crédito concedido.Ver a esse respeito a análise detalhada das condições de financiamento do investimento sob condições de risco do tomador(empresário) e de risco do emprestador(bancos e instituições financeiras)em Minsky(1975,p.122-128).Ver também comentários de Almeida(1988,p.5-9) sobre este tema para o caso brasileiro nos anos 80.

incerteza que preside os planos para o futuro do empreendedor, é influenciada pela visão subjetiva dos bancos e instituições financeiras. De fato, num ambiente incerto, o limite para financiar gastos de investimento, com base no processo de endividamento, é subjetivamente determinado pelas expectativas que tomadores e emprestadores fazem sobre o desempenho futuro da economia e, particularmente, do grau de confiança sobre as expectativas dos seus negocios serem bem sucedidos no futuro. Daí porque, talvez, a estratégia mais realista para financiar um novo ativo fixo fosse combinar auto-financiamento com financiamento externo.

Na concepção de Minsky(1984,p.20-21), esta decisão de portfólio implica na capacidade dos agentes compatibilizarem fluxos de entrada de caixa, isto é, em termos de dinheiro, com fluxos de saída de recursos para liquidar compromissos assumidos. Esses fluxos de entrada e saída constituem expectativas dos agentes sob certas condições contratuais em que os retornos dos ativos são incertos, enquanto os pagamentos dos passivos são previamente dados como certos na medida em que a não liquidação dos mesmos implica em penalidades e multas ou até mesmo em insolvência do agente devedor.

Como reconhece Minsky(1984,p.20), uma variável chave para medir a fragilidade financeira de uma empresa, através do seu balanço, é dada pelo perfil de suas receitas em face aos pagamentos assumidos ao longo do tempo. A fragilidade financeira, portanto, se refere ao grau de prudência do endividamento dos agentes econômicos, por critérios de liquidez ou de solvência que atuam no sistema financeiro. Há três posturas financeiras que os agentes podem adotar em relação às suas estratégias de portfólio: a hedge, especulativa e Ponzi.

As decisões de composição de portfólio dos agentes hedges, numa data específica, visam sempre a manutenção da solvência prudentemente dada pelos valores patrimoniais do ativo superiores aos do passivo e pela expectativa das receitas esperadas se manterem acima dos pagamentos devidos às dívidas contraídas em qualquer período relevante e aos empréstimos que devem ser feitos se a renda bruta de capital esperada estiver para ser obtida.

De modo geral, as necessidades financeiras de um agente hedge são supridas no início do período de produção e/ou do investimento. Isto os mantém a salvo das flutuações futuras no mercado financeiro, caso as suas expectativas em relação ao mercado de bens sejam desapontadas. Essa postura conservadora do agente hedge, relacionada a margem de segurança, predispõe esse agente a reter reservas líquidas — na forma de moeda e ativos líquidos — porque agindo assim, na hipótese de erro de cálculo, a

sua solvência é mantida.Contudo,uma economia dominada por agentes hedges, embora estável,corre risco de estagnação.[178]

O comportamento dos agentes especulativos é também de manter uma posição de solvência,desde que os valores patrimoniais do ativo excedam os do passivo.Contudo,pode ocorrer que,para alguns períodos do contrato,seus compromissos financeiros excedam suas receitas esperadas de forma que a unidade especulativa acaba tendo de recorrer ao refinanciamento junto ao sistema bancário para superar os seus momentos de déficits.

Esses períodos de insolvências temporárias resultam do fato de que as receitas esperadas não cobrem a amortização do principal,mas apenas os juros.Mas,desde que as receitas esperadas sejam suficientes para pagar os juros devidos,os agentes especulativos serão capazes de refinanciar suas posições sem aumentar suas dívidas desde que não ocorram mudanças adversas no mercado financeiro.[179]

De qualquer maneira,no longo prazo,há uma possibilidade da unidade especulativa se tornar solvente desde que,nos períodos mais à frente,as receitas esperadas excedam os compromissos de pagamentos que resultaram em situações iniciais de déficits.Assim,normalmente,as unidades especulativas têm déficits de recursos nos períodos iniciais e superávits nos períodos terminais.[180]

Os agentes Ponzi,finalmente,possuem um comportamento extremamente especulativo e,por meios legais ou não,não se comprometem com o pagamento nem do principal e nem dos juros devidos.Como,no futuro imediato,as receitas líquidas desses agentes são insuficientes para cobrir até mesmo os juros devidos,suas dívidas crescem sem a contrapartida de aumento de patrimônio.Vulneráveis as flutuações do mercado financeiro,os recursos para os agentes Ponzi só são ofertados se os emprestadores esperam que,no final do período,as receitas líquidas desses agentes receitas correntes menos pagamentos correntes compensem o aumento da dívida.[181]

No entanto,essa estratégia torna os agentes Ponzi vulneráveis as

---

[178] Sobre a postura do agente hedge ver Minsky(1984,p.22-26).

[179] Ver Minsky(1984,p.26-27).

[180] Idem,p.27-28.

[181] Idem,p.28-29.

mudanças na disponibilidade e condições dos empréstimos.De certo modo, dependendo do grau de predomínio de cada uma dessas posturas financeiras,define-se uma trajetória particular de crescimento da economia.Não obstante,mudanças no ambiente externo que resulte em declínio na renda bruta de capital esperada ou nas condições de financiamento,podem afetar os agentes num processo que transforma a postura de uma unidade hedge em especulativa e desta na Ponzi, de acordo com as fases do ciclo econômico.[162]

Nesta caracterização dos agentes econômicos,as unidades hedges são mais vulneráveis ao que ocorrem nos seus mercados de produtos e as unidades especulativas e Ponzi ao que acontece nos mercados financeiros.De fato, se a taxa de juros do mercado financeiro sobe,e por conseguinte os preços dos ativos caem,não só as unidades especulativas tentam se refinanciar,vendendo os seus ativos,como as demais unidades são induzidas a se refinanciarem e portanto a venderem também os seus ativos.Mais ainda,se os agentes especulativos e Ponzi tornam-se inviáveis,as unidades hedges podem ser atingidas indiretamente devido a queda da demanda dos agentes especulativos e Ponzi.De qualquer maneira,quanto maior o predomínio dos agentes especulativos e Ponzi numa economia,tanto maior é seu risco à fragilidade financeira.

É evidente que,para mostrar o processo de instabilidade da economia,além do comportamento dos agentes econômicos,há que se incorporar as instituições financeiras no seu papel de .

2.5.AS FONTES ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO

Já vimos que algumas empresas produtivas financiam suas atividades de produção e/ou de investimento sem recorrerem a intermediação financeira,e sim ao auto-financiamento com base nos seus próprios recursos.É também conhecida a prática do crédito comercial cuja relação entre credor(o fornecedor) e devedor(o receptor)dispensa a intermediação financeira.Mesmo assim,muitas das vezes é de interesse do fornecedor da mercadoria receber em troca o título do devedor idôneo para,no momento oportuno,antecipar o seu recebimento descontando-o junto a alguma instituição financeira.Na verdade,no capitalismo moderno,vem crescendo a proporção das operações de financiamento que envolvem a emissão de títulos por intermédio de empresas especializadas para tal fim as

---

(162) Idem,p. 29.

instituições financeiras.[183]

Do conjunto das instituições financeiras, nos interessa mais de perto os OS Bancos. Como se sabe, o papel do sistema bancário se tornou mais complexo e crucial do que um mero agente intermediador de empréstimos entre poupadores e investidores.[184] Portanto, vejamos, agora, a importância que assume o sistema bancário numa economia capitalista, onde tanto a demanda por crédito de curto prazo (para capital de giro) quanto a demanda por crédito de longo prazo (para capital fixo) são essenciais para as decisões do financiamento das atividades de produção e investimento das firmas.

2.5.1. A Intermediação Financeira

Os bancos em geral, enquanto instituições financeiras, desenvolvem atividades de intermediação financeira. A evolução do sistema monetário, como já vimos, transformou os bancos, de simples "cofres privados" e intermediários de depósitos prévios, num dos principais agentes supridores de meios de pagamento — através da criação da moeda bancária — inclusive com a capacidade de criar crédito independentemente de poupanças prévias. Os bancos atuam tomando recursos líquidos dos agentes superavitários para emprestá-los aos agentes deficitários. Como intermediários, os bancos também emitem e vendem obrigações para os aplicadores e, com os recursos obtidos, compram obrigações emitidas por outros tomadores. Neste sentido, os bancos lucram com as operações de intermediação financeira.

A atividade de intermediação, por outro lado, é reforçada pela assimetria da informação dos aplicadores em relação aos tomadores[185]. Assim, a

---

[183] Há diversos tipos de instituições financeiras: os bancos comerciais, os bancos de investimento, as intermediárias financeiras, as seguradoras, os fundos de pensão os leasing, etc. Entretanto, todas estão sujeitas as ações reguladoras do Banco Central.

[184] Sobre este assunto, Chick (1983, p. 236-239) apresenta uma interessante discussão em torno dos estágios de desenvolvimento do sistema bancário e a teoria monetária da produção de Keynes.

[185] Algumas instituições financeiras, por outro lado, procuram estabelecer vínculos duradouros com os seus principais clientes tomadores. Com isso, acabam dispondo de um amplo e detalhado cadastro de informações. O "cadastro" privilegiado da informação acerca dos tomadores, permite que esses bancos assumam os riscos e incertezas associados à aquisição dos seus ativos de dívida, a despeito da liquidez relativamente baixa. Ver sobre o assunto Goodhart, C.A.E. (1975). Money, Information and Uncertainty. London, Macmillan, 1989. p. 188-189.

experiência acumulada dos bancos, adquirida através das operações financeiras, permite que o agente da intermediação possa avaliar, com eficiência e segurança, as perspectivas dos projetos dos tomadores. É preciso acrescentar, porém, que as instituições financeiras, ao contrário do que possa parecer, não exercem a função de intermediação como simples agentes passivos entre tomadores e aplicadores. Na verdade, essas instituições também desenvolvem estratégias concorrenciais específicas que, dependendo do ambiente em que atuam, podem ser tão agressivas quanto das empresas produtivas.[106]

Como já vimos, uma unidade produtiva pode também financiar seus gastos de produção ou investimento através da emissão e venda dos seus ativos. Da mesma forma pode comprar obrigações de terceiros e assim alterar a estrutura do seu portfólio. Desta maneira, as obrigações emitidas se tornam passivos para o vendedor e ativos para o comprador que pode dispor delas para financiar os seus gastos.

Os bancos, além de exercerem a função de intermediários financeiros, podem também criar moeda escritural. Isto é possível devido a não convergência dos prazos de pagamentos a terceiros, permitir uma relativa estabilidade na rotatividade dos depósitos bancários. Esta estabilidade, por sua vez, permite aos bancos não só o controle dos seus fluxos de caixa, como o gerenciamento de suas estruturas patrimoniais com horizontes de maturação distintos. De qualquer modo, a conversão da moeda escritural dos bancos (cheques) em moeda manual (papel-moeda) é garantida pelo Banco Central que atua como emprestador de última instância.

O gerenciamento financeiro, por parte dos bancos comerciais, se faz sobre certas condições e margens de segurança que se manifestam na forma de reservas líquidas — voluntárias e compulsórias — e que dependem do grau de concentração do sistema bancário, do nível de aceitação social das

---

[106] As empresas financeiras desenvolvem estratégias competitivas tanto incorporando inovações tecnológicas — uso da informática e do computador em suas atividades — e inovações financeiras — a exemplo da criação de novos tipos de ativos e passivos — quanto estratégias de formulação de preços — taxas de juros pagas aos tomadores e taxas de juros oferecidas aos emprestadores — e quantidades, a exemplo dos diversos tipos de créditos. Ademais, essas instituições desenvolvem mecanismos para atrair tomadores, a exemplo da propaganda na mídia, ao mesmo tempo que tentam captar os recursos dos aplicadores. Mais ainda, essas empresas financeiras podem também atuar como corretoras, assumindo a responsabilidade pela venda dos passivos emitidos por outros agentes. Seus lucros provêm das "comissões" e não da posse de ativos. Ver a esse respeito Macedo e Silva, Antônio. Uma Introdução à Teoria Macroeconômica. Campinas, IE/UNICAMP, 1994. p. 10-13.

notas bancárias como meio de pagamento no mercado e da aversão ao risco por parte dos banqueiros. A flexibilização dessas margens e a velocidade de sua recomposição pelos bancos comerciais, por conseguinte, são possibilitadas pela interpenetração institucional do sistema bancário a uma variedade de outras instituições financeiras em que se destacam o banco central, os mercados organizados de ativos e os mercados interbancários.

A percepção sobre o estágio de evolução do sistema bancário, juntamente com a teoria do investimento de Keynes, permite que se forme uma visão alternativa sobre o financiamento dos investimentos e sobre o papel do sistema financeiro numa economia monetária. Ou seja, com o advento do sistema financeiro moderno, este deixou de ser um simples intermediador de poupanças individuais e o crédito se converteu numa operação contábil de criação simultânea de ativos (empréstimos) e passivos (depósitos).[167]

Portanto, numa economia empresarial, possuidora de um amplo e moderno sistema bancário, o financiamento do investimento independe das poupanças prévias individuais, ou seja de "fundos emprestáveis", pois é o financiamento do investimento pelo sistema bancário que possibilita a criação posterior da renda e, residualmente, da poupança através do efeito multiplicador da renda.[168]

Com isto não se quer dizer que, do ponto de vista microeconômico, a firma não possa autofinanciar seu investimento, por exemplo através de seus lucros retidos, mas sim que, numa visão macroeconômica, o nível de financiamento do investimento independe de poupanças prévias já que a decisão de investir (ex ante) precede logicamente a criação da renda (ex post) e, portanto, a poupança agregada é determinada e não determinante do investimento. Na verdade, é a capacidade do sistema bancário de gerar crédito, inclusive independente de poupança prévia, que proporciona aos empresários dos setores produtivos a flexibilidade na alavancagem financeira dos seus investimentos.

---

[167] Há pelo menos duas posições teóricas a respeito do primado da relação entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento financeiro: (1) As teorias do financiamento do desenvolvimento de Gurley & Shaw (1955) e Gray (1961) e a de (2) Tavares (1976, 1979). Um confronto crítico sobre essas duas posições teóricas pode ser encontrado em Costa (1988, V.1, p.21-30).

[168] Ver a esse respeito os comentários críticos sobre a teoria convencional dos fundos emprestáveis em Studart (1993, p.102-104).

2.5.2. Formas Alternativas de Crédito

No verdade, os banqueiros não emprestam aos tomadores apenas o dinheiro que os depositantes previamente emprestaram a eles. Keynes (1979, p.21-23) observa que o sistema bancário moderno pode criar moeda bancária pela **expansão passiva** do crédito, via entrada prévia de depósitos à vista ou a prazo, e pela **expansão ativa**, através de débitos que cria contra si em favor de uma promessa de reembolso, por parte do tomador, do principal emprestado e dos juros correspondentes.[189] Ademais, como já vimos, os bancos negociam com seus ativos e passivos para elevar o grau de alavancagem financeira.

Na perspectiva do tomador, sua capacidade de pagamento do empréstimo depende do lucro esperado e do grau de endividamento dado pela taxa de juros a que se submete. Neste particular, para Keynes, o nível efetivo do investimento é levado ao ponto em que não haja mais qualquer ativo de capital cuja eficiência marginal exceda a taxa de juros corrente. No entanto, embora a taxa de juros seja capaz de afetar o nível dos investimentos, é a expectativa empresarial de longo prazo a principal variável na determinação da eficiência marginal do capital e, portanto, das decisões de investimentos.

Na verdade, para Keynes, a taxa de juros não representa apenas uma variável de ajuste entre poupadores e investidores, conforme apregoa o pensamento neo-clássico, mas sim o resultado das forças que afetam a oferta e demanda de moeda, a preferência pela liquidez e as decisões do Banco Central e dos demais bancos do sistema financeiro. Ademais, e ainda de acordo com Keynes, dadas as políticas das autoridades monetárias e do sistema bancário pelo lado da oferta, é a preferência pela liquidez a principal determinante da taxa de juros.

Numa economia monetária de futuro incerto, dentre os determinantes da preferência pela liquidez, o de maior volatibilidade potencial é a demanda especulativa gerada pela inter-relação entre o mercado monetário e os mercados organizados dos demais ativos financeiros que espelha as espectativas instáveis e divergentes dos agentes nos mercados organizados de ativos.

Na visão de Keynes, além das demandas de transação, precaução e especulação, pode ocorrer uma demanda por financiamento decorrente do fato

---

[189] Este aspecto do sistema moderno de crédito foi pertinentemente explorado por Delgado (1985, p.67-68).

de que uma decisão de investimento pode ocasionar uma demanda temporária de dinheiro ___isto é, aquela demanda por liquidez que surge entre a decisão de investir e a sua efetivação___antes mesmo de serem realizadas as encomendas dos equipamentos de capital.[190]

Esta provisão antecipada de dinheiro, requerida para as decisões correntes do investimento planejado(ex ante), é denominada por Keynes de "finance". O motivo "finance", portanto, refere-se a quantidade de dinheiro exigida entre a decisão de investir e o início da construção do projeto.([191])

Esta pressão por dinheiro, além dos níveis habituais, pode também afetar a taxa de juros pela influência exercida sobre a demanda por dinheiro. A teoria neo-clássica dos "fundos emprestáveis", identifica as políticas de crédito seletivo e de taxas de juros subsidiadas, adotadas por alguns países em desenvolvimento, como um problema de financiamento do investimento e propõe como sugestão a liberalização financeira como solução.

Na concepção pos-keynesiana, o financiamento dos agentes produtivos tem como parâmetro uma estrutura financeira baseada em dois sistemas básicos: (1) um sistema bancário desenvolvido para o "finance"; (2) e um sistema financeiro de mercados organizados de ativos para o

---

[190] Pelo princípio da liquidez, constata-se que a liquidez em si não induz ex ante a decisão de gasto, mas, ao contrário, é a decisão de gasto que leva efetivação da liquidez. De fato, são as decisões de gastos ___em investimento e consumo___e de formação de preços dos agentes econômicos que determinam a demanda por dinheiro para sua efetivação. Neste sentido, há uma condição de liquidez monetária para a efetivação da decisão do gasto. Assim, o gasto planejado(ex ante) só se realiza(ex post)se o agente possuir o comando da massa monetária necessária de poder de compra. Portanto, para a efetivação da decisão de gasto, o agente tem de recorrer ou ao seu estoque de liquidez monetária disponível no seu portfólio, juntamente com o seu fluxo de renda monetária, ou a criação de liquidez monetária, via venda de ativos do seu portfólio, ou ainda ao financiamento externo, via mercado de crédito e/ou mercado de capitais, para suprir sua necessidade de recurso monetário para realizar o seu gastos programados. Maiores detalhes sobre o "Princípio da Liquidez", podem ser encontrados em Costa(1991, p.41-43)

[191] Keynes(1987, p.166-172) formula o conceito de "finance motive" em seu debate sobre a teoria dos juros. O ponto fundamental de sua argumentação sobre a demanda de financiamento para investimento está associado ao papel desempenhado pelo sistema financeiro no processo de antecipação da provisão de recursos financeiros para o empreendedor. Assim, a provisão de recursos financeiros para a realização de gastos de investimento, que Keynes denomina de "finance motive", depende do sistema financeiro e não propriamente da poupança prévia. Este tema foi abordado recentemente, entre outros, por Amadeo & Franco(1989, p.379-396); Torres Filho(1988, p.8-25) e Costa(1992, p.122-141).

"funding". Embora essa divisão não seja rigida, porque algumas instituições financeiras podem atuar nos dois sistemas, ainda assim há que se considerar o problema do adiantamento do poder de compra (finance) e o da compatibilização de estruturas ativas e passivas entre os diversos agentes deficitários e superavitários (funding) no processo de financiamento das atividades de produção e investimento de uma economia monetária.[192]

Zysman (1983), por exemplo, classifica as estruturas financeiras das economias capitalistas em dois sistemas básicos: (1) sistemas com base em mercado de capitais e (2) sistemas com base no crédito.[193] Nos sistemas baseados no mercado de capitais, enquanto uma das formas institucionais possíveis para o financiamento da acumulação, a emissão de ações e debentures de longo prazo torna-se uma fonte importante de financiamento da formação de capital. Neste caso, portanto, há não só uma gama de instrumentos monetários e de capitais, como as instituições financeiras guardam uma relação próxima com as empresas produtivas.

Nos sistemas com base no mercado de crédito, além do mercado de capitais ser frágil, as firmas dependem fortemente de crédito e dos seus próprios lucros retidos. Por seu turno, os bancos comerciais dependem das autoridades monetárias que assim exercem sua influência financeira sobre os níveis e direção dos investimentos. Neste sistema, haveria uma certa tendência ao crescimento do endividamento das firmas investidoras nas fases de expansão.

Combinando a postura pós-keynesiana aos padrões institucionais de Zysman (1983), pode-se inserir certas características financeiras desses sistemas. Assim, por exemplo, nos sistemas financeiros baseados exclusivamente no crédito, a estabilidade da taxa de juros nominais de curto prazo é essencial para as empresas investidoras que, não raro, são levadas a rolar suas dívidas sob taxas de juros flutuantes. Enquanto isso, nos sistemas baseados nos mercados de capitais, os agentes são se mostram mais sensíveis às flutuações cíclicas e às especulações nos mercados de ativos.

Agora é possível se entender porque, nos países onde a consolidação

---

[192] Maiores esclarecimentos sobre o "Motive Finance" podem ser encontrados entre outros em Simonsen da Silva (1989, p. 134-136); Amadeo & Branco (1989, p. 379-396) e Davidson (1986, p. 102-105).

[193] Ver comentários de Studart (1993, p. 112-113)

financeira não se desenvolveu significativamente, a dinâmica da acumulação capitalista exigiu uma aproximação entre bancos e empresas produtivas e/ou uma maior intervenção governamental, a exemplo da criação de bancos de desenvolvimento e da ação das políticas de crédito seletivo nos países de industrialização tardia, como no Brasil.

Numa economia dominada por incertezas, esses arranjos institucionais são funcionais ao desenvolvimento porque atenuam os surtos de instabilidade financeira que poderiam estancar o processo de desenvolvimento. Nos países onde predominam os sistemas financeiros com base em crédito, exclusivamente, as políticas neo-liberais de flexibilização de taxas de juros ou de desregulamentação financeira não são vistas com bons olhos pelos pós-keynesianos.

No primeiro caso, por exemplo, nada indica que uma elevação da taxa de juros nominais, por si só, implique num aumento dos fundos de financiamento para o investimento, já que a taxa de juros não determina só nível de poupança agregada, mas sim a distribuição da riqueza na forma financeira. Mais ainda, um aumento da taxa de juros pode desestimular os investimentos produtivos e afetar os custos financeiros dos projetos de investimentos em andamento.

No segundo caso, de desregulamentação financeira, nada assegura que a segmentação do mercado de capitais e as políticas seletivas de crédito surtam o necessário efeito de repressão financeira sobre os agentes tomadores de empréstimos. Na verdade, esses arranjos institucionais, a exemplo do crédito rural, foram criados exatamente para cobrir fontes privadas de financiamento de longo prazo. De fato, a desregulamentação financeira por si mesma não garante que o sistema financeiro privado venha expandir o volume de fundos disponíveis para o financiamento do crescimento econômico.[194]

O risco de uma política de liberalização financeira, portanto, é a possibilidade de rompimento do padrão de financiamento institucional existente sem a criação de um outro que o substitua com vantagens. Com

---

[194] O enfoque da liberalização financeira só enfatiza o mercado de crédito, mas desconsidera o papel dos ativos no mercado financeiro. A idéia central é de que é possível expandir o crédito bancário pela liberação do aumento da taxa de juros do mercado. Com isso, não só os depósitos bancários se expandiriam como se liberaria a poupança para ampliar os fundos de empréstimos. Além disso, taxas de juros mais elevadas desestimulam o excesso de gasto em investimento e a especulação em ativos e insumos reais. Ver a esse respeito os comentários de Zoninsein (1988, p. 17-20).

isso não se que dizer que uma politica de crédito seletivo e sua estrutura financeira, a exemplo do sistema nacional de crédito rural do Brasil, devam continuar intocáveis, mas apenas apontar para o risco da visão neo-liberal de que a simples "liberalização financeira" e a, conseqüente flutuação da taxa de juros possam servir de panacéia para o aumento do volume do financiamento e para a melhoria da eficiência alocativa dos recursos numa economia monetária de desenvolvimento tardio.

Na verdade, dada a maior instabilidade dos lucros brutos na agricultura em relação as indústrias oligopólicas adjacentes, situadas tanto a montante quanto a jusante, tem-se uma instabilidade financeira sempre presente nas condições da liquidez monetária via apenas o autofinanciamento das empresas rurais produtivas. Com efeito, isto condiciona que, no caso da agricultura, vigore um padrão de financiamento mais instável, do que em outras atividades produtivas, que acaba induzindo a freqüentes intervenções do poder publico para alavancar financeiramente a produção e o investimento naquele setor.

CAPITULO III: O PADRÃO DE FINANCIAMENTO RURAL NA FASE DE EXPANSÃO DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: 1969/1979

3.1. INTRODUÇÃO

Não se desconhece que a história do financiamento rural no Brasil, remonta aos primórdios do período colonial. Mas é somente a partir de 1937, com a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI), é que se tem a primeira tentativa de sistematização do financiamento à agricultura. A CREAI visava proporcionar os recursos necessários para suprir, sob condições de prazo e juros subsidiados, as operações de crédito à agricultura. Mesmo assim, apesar da preocupação do governo federal, visando a ampliação e difusão do crédito rural a um maior número de produtores rurais, a CREAI não dispunha de recursos próprios suficientes para atender a crescente demanda por crédito rural, pelo menos até 1953.[106]

A partir desta data, com a criação da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil, através da lei No. 2.145, de 29/12/53, foi introduzido o sistema de taxas múltiplas de câmbio e o regime de ágios e bonificações. Esta nova fonte de financiamento rural, constituída dos saldos das operações de venda de letras de câmbios em leilões públicos, veio ampliar substancialmente os suprimentos dos recursos necessários as operações de crédito rural.[107] A partir de 1957, o governo federal passou a utilizar, com maior frequência, a política aduaneira de proteção tarifária como forma de incentivo a indústria nascente.

---

[106] Pode-se dizer que a lei No. 454, de 09/07/37, que definiu as normas e as condições necessárias para a expansão do crédito rural de forma sistematizada no Brasil, marca o primeiro esforço de institucionalização do financiamento à agricultura. Maiores detalhes sobre a história do crédito rural no Brasil podem ser encontrados em BACEN (1969, p. 1-10) e Nóbrega (1985, p. 37-45).

[107] A política de sobrevalorização cambial, que teve maior ênfase no período de 1946 a 1957, era realizada por intermédio do regime de licenças de importação a câmbio fixo. A partir de 1953, sem operar mudanças substanciais nessa política de sobrevalorização do cruzeiro, foi introduzida a política do regime de taxas múltiplas de câmbio que visava a transferência das cambiais de exportação do setor agropecuária (com preponderância de mais de 70% do café) para a importação de insumos e bens de capital e outros produtos considerados como essenciais e, portanto, beneficiados pelas licenças de câmbio favorecidos. Este sistema de taxa de câmbio sobrevalorizada, convivendo com taxas múltiplas de câmbio, se exaure com a resolução No. 204/ 1961 da SUMOC. Ver a esse respeito os comentários de Delgado (1985, p. 64); Guedes (1981, p. 1-3) e Munhoz (1982, p. 20-25).

Entretanto, apesar da expansão do crédito rural ter contribuído para as elevadas taxas de crescimento da produção agrícola até 1961, a difusão do crédito rural não foi satisfatória. A rede bancária privada manteve-se um tanto desinteressada por esse tipo de operação creditícia e os bancos oficiais ainda operavam com um número limitado de agências para atender à crescente demanda por crédito rural em todo o território nacional.

Ademais, embora alguns bancos estaduais já mantivessem suas carteiras especializadas às operações de crédito rural, estas ainda não eram suficientemente representativas dentro da rede. Nesse período, portanto, o setor agropecuário, ao ficar sujeito ao monopólio da assistência creditícia do Banco do Brasil, padeceu da escassez de recursos, por depender dessa única fonte de financiamento, e da falta de penetração do crédito rural para todas as regiões do País. De fato, o Banco do Brasil contava à época apenas com algumas agências do CREAI que, apesar de sua expansão pelo interior, ainda eram pouco expressivas diante da dimensão territorial do setor agrário brasileiro.[188] As mudanças operadas na política cambial, particularmente a partir da Instrução No. 204/1961, da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) — uma espécie de embrião de Banco Central — conduziram a desmontagem do sistema de taxas múltiplas de câmbio e, consequentemente, do sistema de ágio e bonificações, gestando assim um desequilíbrio entre as fontes de suprimentos e aplicações do crédito rural.

A partir de 1961, com o esgotamento desse padrão de financiamento rural, baseado na Política de Ágios e Bonificações Cambiais, tem início a fase de estudos, realizados por grupos e comissões de especialistas, com vistas a ampliação e democratização do aporte de recursos à agropecuária através da sistematização de uma política nacional de crédito rural.[189] Como resultado desses estudos, foi criada, através do decreto No. 801, de 23/03/64, a Comissão Nacional de Crédito Rural, vinculada ao Conselho da SUMOC, como instância encarregada da parte normativa da política de crédito rural. Logo a seguir, o Decreto No. 54.019, de 14/06/64, criou o Fundo Nacional de Refinanciamento Rural (FNRR) e a Coordenação Nacional de Crédito Rural (CNCR), vinculada ao Ministério de Agricultura, como órgão

---

[188] Ver a esse respeito, Malan & et alli (1980, p. 245-246). Segundo o Relatório Anual do Banco Central (1970), o Banco do Brasil possuía cerca de 284 agências espalhadas pelo território nacional, em 1951, o que representava apenas 8,7% das 3261 (1951) agências existentes no País. Em 1970, aquele número sobe para 740 agências, ou seja, para 9,2% de um total de 8078 (1970) entre agências nacionais e estrangeiras.

[189] Ver Nóbrega (1985). op. cit. p. 42-45.

oficial incumbido do planejamento e da coordenação da aplicação do crédito rural.

Em seguida, pelo Decreto No.56.835, de 03/09/65, o CNCR foi incorporado ao Banco Central do Brasil que tinha melhores condições de sistematizar e fiscalizar a ação do sistema bancário. Pelo mesmo Decreto foi também criado o Fundo Geral para a Agricultura e Indústria (FUNAGRI) e, posteriormente, o FNRR (Fundo Nacional de Refinanciamento Rural) foi transformado numa sub-conta do FUNAGRI.[190]

Esses antecedentes gerais, sobre a evolução do crédito rural no Brasil até 1965, são suficientes para se ter uma idéia da trajetória histórica desse instrumento de política agrícola em direção à sua institucionalização a nível nacional. Assim, para fins desta tese, toma-se a reforma institucional do sistema tributário e financeiro, realizada em meados dos anos 60, juntamente com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), como ponto de partida para a periodização da análise da política de crédito rural. Neste sentido, a hipótese assumida é de que, a partir do período da industrialização pesada, a política de crédito rural esteve associada a dinâmica cíclica da economia brasileira e subordinada a manipulação das políticas macroeconômicas.

Com o objetivo de estabelecer esta conexão, há que se delinear, ainda que em seus traços gerais, as características da formação desse novo padrão de desenvolvimento da agropecuária brasileira, a partir da especialização do departamento produtor de bens de produção (D1) da indústria em geral voltada para atender a demanda de bens de capital e insumos agroquímicos à industrialização da agricultura e da modernização e implantação das novas agroindústrias processadoras modernas .

Neste capítulo, busca-se destacar os fatores determinantes do esgotamento do padrão de financiamento rural assentado na política cambial e a sua substituição por um novo padrão de financiamento rural que surge com as reformas do sistema financeiro-creditício dos anos 60. Com esta intenção, tenta-se dar conta, na primeira seção deste capítulo, dos condicionantes que induziram a estruturação do novo padrão de financiamento rural e do seu modelo institucional vinculado ao sistema financeiro-creditício oriundo daquelas reformas. Na segunda e terceira seções, pretende-se analisar a evolução do crédito rural, como instrumento promotor da

---

[190] Idem, p. 45-50.

modernização da agricultura, no período de expansão e declínio do ciclo econômico.

Cabe antecipar, para evitar dubiedades, os esclarecimentos necessários sobre alguns conceitos que serão utilizados nesta tese. Neste sentido, por exemplo, emprego o termo modernização da agricultura ao processo de mudança da base técnica da produção agropecuária nacional que toma curso no II pós guerra, com a importação de tratores e fertilizantes, num esforço da política econômica visando aumentar a produtividade da agricultura. Trata-se de uma mudança da base técnica da produção agropecuária que, além de introduzir novas culturas e/ou novos cultivares, transforma a agricultura extensiva de base artesanal numa agricultura intensiva de base mecanizada.[191]

Este lento processo de modernização restringida, como se verá a seguir, culmina na própria industrialização da agricultura no período pós-65. A partir daí, esse novo padrão de modernização da agricultura brasileira passa a ser determinado endogenamente com a internalização do DI voltado para a produção de máquinas e insumos agroquímicos para a agricultura.

A industrialização da agricultura, por sua vez, deve ser entendida como um momento específico do processo de modernização capitalista no campo, com uma dinâmica e singularidade próprias, que acaba não só intensificando e generalizando a modernização da base técnica para o conjunto do processo produtivo da agricultura brasileira, inclusive alterando as suas relações sociais de produção, como transformando a própria agricultura, até então um setor com um certo grau de autonomia, num singular ramo de produção integrado à cadeia produtiva de certos segmentos da industria.[192]

Essa solidaueem técno-econômica completa-se, nos anos 70, na medida em que a agricultura moderna passa a comprar máquinas e insumos químicos do setor industrial, a montante, e a vender matérias-primas e alimentos para as agroindustrias processadoras, a jusante.[193] A partir de meados dos anos 70, com o surgimento de uma gama de modernas agroindústrias processadoras de matérias-primas e alimentos do setor agropecuário, estruturou-se um novo

---

[191] Os conceitos de modernização da agricultura e industrialização da agricultura podem ser vistos, principalmente, em Kageyama et alli (1987, p.1-3).

[192] Ver Kageyama et alli. op.cit. p.7-15. Ainda sobre o processo de industrialização da agricultura, ver também Guimarães (1979, p.81-112).

[193] Ver Guimarães (1979) op.cit. p.113-149).

padrão tecnoeconômico de organização empresarial e de trabalho entre as atividades industriais e agropecuárias __ fortemente interdependentes e assimétricas entre si na cadeia produtiva de certos produtos de base rural __ que passou a ser designado de Complexo Agroindustrial.[194]

A partir da constituição dos Complexos Agroindustriais (CAI,s), não só o corte analítico estrutural do tipo agricultura-indústria se tornou insuficiente para captar a dinâmica cíclica do novo padrão agrário brasileiro, como a presença dos capitais industriais e financeiros, num conjunto de atividades agropecuárias, reduziram a autonomia da agricultura em termos de uma regulação geral baseada na dicotomia mercado interno versus mercado externo[195]. Neste sentido, pode-se dizer, como sugere Graziano da Silva (1989, p.318), que os "CAIS representam a própria superação desse corte analítico de modo que, como tendência, poder-se-ia imaginar de que não existiria mais um setor agrícola ou um setor industrial".

Mas, da mesma forma como não se pode compreender a estrutura e a dinâmica da agricultura moderna brasileira, sem deixar de considerar sua articulação com os setores industriais e financeiros e a presença mediadora do Estado, também não se pode substituir, sem se fazer as devidas mediações teóricas e históricas, o setor agropecuário por um suposto CAI genérico como um novo paradigma de análise.[196]

---

*[194] Para Müller (1982, p.48), por complexo agroindustrial (CAI) deve ser entendido o "conjunto de processos tecno-econômicos e sócio-políticos que envolve a produção agrícola, o beneficiamento e sua transformação, a produção de bens industriais para agricultura e os serviços financeiros e comerciais". Em trabalho mais recente, Müller (1989, p.45-67) aprofunda as nuances dos aspectos formais e históricos da definição do CAI não só como uma unidade econômica de análise da acumulação de capital do novo e dominante padrão agrário brasileiro, mas também como uma unidade sociológica dos grupos e classes sociais que têm suas bases materiais nos complexos agroindustriais, onde a presença dos capitais industriais e financeiros e a intervenção reguladora do Estado são um fato. Ressalta, porém, que a perda do antigo caráter autônomo da agricultura e da capacidade decisória dos grupos econômicos rurais anterior a industrialização do agro brasileiro, não significa a inexistência atual de novas formas de poder de decisão e de participação econômica e sócio-política por parte dos atores agropecuários.

[195] Cabe ressaltar que o conceito de complexo agroindustrial, enquanto uma unidade de análise capaz de captar a estrutura e dinâmica do padrão agrário moderno da agricultura brasileira, além dos problemas de natureza teórica, apresenta dificuldades de operacionalização metodológica. A esse respeito sugiro a leitura de Possas (1989); Goodman et alli (1987); Montagner (1989); Graziano (1992) e Carvalho (1993).

[196] Ver a esse respeito Graziano da Silva (1989, p.319).

Na verdade, hoje, pode-se pensar o padrão agrário moderno brasileiro como determinado muito menos por uma agricultura em geral e sim a partir de uma diversidade de CAIS específicos articulados em torno de um produto básico — por exemplo, soja e cana-de-açucar — com uma estrutura e dinâmica próprias. Nesses complexos agroindustriais, com maior ou menor grau de integração, as políticas econômicas e agrícolas do Estado buscam aglutinar os interesses divergentes dos agentes econômicos.[197]

De fato, na década de 70, o desenvolvimento e a consolidação dos Complexos Agroindustriais modernos acabaram articulando novos interesses econômicos entre grupos sociais comprometidos com a modernização da agricultura. Conformava-se, assim, um novo bloco de poder em torno da modernização da agricultura e da agroindústria em que se destaca a participação do grande capital agrário, industrial, comercial e financeiro. A articulação desses interesses rurais, entretanto, foi mediada pelo Estado através de suas múltiplas políticas macroeconômicas, tecnológicas, agrícolas e fundiárias. Mas, sem dúvida, foram os aparelhos financeiros do Estado que exerceram um papel estratégico nesse processo de modernização da agricultura.[198]

3.2. O SISTEMA FINANCEIRO RURAL PARA A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

A dinâmica do padrão agropecuário dos anos 80 é, por certo, o resultado de um amplo e longo processo histórico que consistiu na passagem de um padrão de desenvolvimento capitalista mercantil, dado pelos complexos rurais e posteriormente pelo complexo cafeeiro — cuja dinâmica interna era exogenamente determinada pela flutuação de demanda externa — para um padrão de desenvolvimento capitalista industrial e financeiro cuja estrutura e dinâmica passaram a ser dadas endogenamente pelos Complexos Agroindustriais (CAIS).[199] As mudanças substanciais ocorridas ao longo dessa transição histórica na agricultura, no âmbito da formação econômica brasileira, quase sempre contou com o apoio do Estado (Sorj, 1980, p. 66-67).

---

[197] Apesar dos movimentos de modernização e industrialização da agricultura, não há uma homogeneização regional de todas as formas de produzir na agricultura e nem uma completa integração intersetorial de todos os tipos de atividades rurais. Ao contrário, ainda há amplos segmentos da agricultura fora dos CAIs. Ver Kageyama et alli (1987, p. 80-83) e Delgado (1985, p. 42-43).

[198] Ver a esse respeito a análise de Delgado (1985, p. 41).

[199] Sobre a dinâmica do novo padrão agropecuário, dado a partir dos complexos agroindustriais, ver principalmente Guimarães (1979, op. cit, p. 3-14 e p. 80-109) e Sorj (1980, p. 29-77) e Kageyama & Graziano da Silva (1987, p. 31-61).

Constata-se pois, seguindo-se os passos de Kageyama & Graziano da Silva (1987, p.9-31), que tudo começou com a crise dos Complexos Rurais — a partir da lei de terras e a proibição do tráfico negreiro — que resultou numa decomposição interna da base produtiva artesanal e na emergência de uma nova divisão regional do trabalho que se manifestou pela separação de certas atividades que estavam internalizadas no âmbito dos Complexos Rurais.

Com as crises dos complexos rurais regionais economia amazônica, complexo nordestino, economia do extremo sul e o complexo cafeeiro escravista paulista — emergiu o complexo cafeeiro mercantil baseado no trabalho livre, entre 1850 a 1890, com algumas atividades autônomas em contraposição a rígida estrutura autárquica dos decadentes complexos rurais das outras regiões.[200]

Nos anos de 1890 a 1930, compreendido pela fase de expansão e declínio do complexo cafeeiro capitalista, além do movimento de ampliação e diversificação de um conjunto de atividades urbanas e rurais, da emergência do segmento de produção artesanal de máquinas e implementos agrícolas, do estabelecimento das primeiras agroindústrias processadoras e da consolidação da grande indústria têxtil nacional, tem início a substituição de importações de um conjunto de bens de consumo duráveis.

No período subsequente a 1930/1965, tem-se a fase de integração nacional dos mercados agropecuários regionais particularmente os de alimentos, matérias primas e de mão-de-obra como decorrência do processo de industrialização de economia brasileira. Esse período recente, que a rigor compreende os ciclos da industrialização restringida e pesada, merece ser revisitado, do ponto de vista das interpretações de Mello (1982) e Tavares (1986), no que concerne aos interesses desta tese, ou seja, a busca dos determinantes que conduziram a crise do padrão de financiamento dos anos 50 e 60 e a emergência de um novo padrão de financiamento geral — e com ele do sub-sistema de financiamento rural brasileiro — criado com as reformas financeiras e tributárias instituídas em meados dos anos 60.

---

[200] A noção histórica de complexos rurais, usada pioneiramente por Ignácio Rangel, foi posteriormente ampliada por Paim (1957, p.15-44); Cano (1981, p.17-20) e Kageyama et alli (1987, op.cit, p.3-6).

3.2.1.A Dinâmica da Modernização da Agricultura no Ciclo da Industrialização Tardia

O esforço de síntese aqui pretendido, busca apenas caracterizar, em seus traços gerais, os problemas de acumulação e financiamento da dinâmica cíclica da industrialização tardia brasileira. Na verdade, esse período recente da industrialização brasileira, a rigor, pode ser desdobrado em duas fases: a da industrialização restringida e a da industrialização pesada. Vejamos, para o que nos interessa, as características gerais desse modelo de industrialização tardia e seus desdobramentos sobre as condições de financiamento para a modernização da agricultura.

A fase da industrialização restringida, que vai de 1933 a 1955, marca um novo padrão de crescimento econômico em que a dinâmica da acumulação de capital, baseada na expansão industrial, movimenta-se endogenamente produzindo e reproduzindo em seu conjunto o capital variável e parte do capital constante. No entanto, nessa nova dinâmica de crescimento econômico, embora a expansão industrial comande a dinâmica de acumulação de capital, tendo a renda urbana como principal determinante da demanda efetiva para a realização dos lucros, a capacidade de importação ainda dependia do saldo líquido das exportações.

Pode-se dizer que, nesta fase, o desenvolvimento endógeno das forças produtivas em formação e os suportes internos da acumulação urbana, ainda não eram suficientes para implantar definitivamente o segmento da grande indústria pesada do departamento produtor de bens de capital (DI), por certo, tão necessário para fazer crescer a capacidade produtiva acima da demanda.

Há uma industrialização restringida, porque, de acordo com Mello (1982, p.110), as estruturas técnicas e financeiras da acumulação do capital industrial continuaram dando os limites endógenos a autodeterminação da lógica da reprodução ampliada. Mesmo assim, durante esse período, há um desenvolvimento mais que proporcional do DI, mas que, ainda assim, não se impõe como setor dominante da acumulação industrial porque, segundo Tavares (1986, p.104), "sua capacidade produtiva, nos principais ramos de bens de produção, é insuficiente para atender se quer as necessidades de funcionamento da economia a uma taxa de acumulação mais alta. Muito menos é capaz de manter a capacidade produtiva crescendo a um ritmo sustentado na frente da demanda final".

Nesta etapa da industrialização restringida, o desenvolvimento da agricultura brasileira não só tinha se expandido, como alcançado um certo grau de diversificação na produção de alimentos e de exportáveis. De fato,

ao lado da industrialização e urbanização em curso, corria paralelamente o processo de modernização da agricultura brasileira. Apesar disso, os cafeicultores se posicionaram firmemente contrários ao confisco de café__com um discurso contra os falsos industriais que importavam indústrias artificiais obsoletas com o dinheiro da própria agricultura__como fonte para financiar a industrialização urbana, enquanto a agricultura se encontrava abandonada. Na realidade, segundo Stolcke (1986, p. 135-136), o que os setores agrários queriam era mesmo uma industrialização geral que incorporasse também a agricultura.

Como resultado desse embate, tem curso, a partir do II pós-guerra, a política nacional de modernização da agricultura, através de importações de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas, sob a tutela do Estado. No entanto, tratava-se ainda de uma modernização restringida da agricultura, pois, embora os fatores determinantes da produção agropecuária estivessem sendo deslocados para o mercado doméstico, o processo de transformação da base técnica da produção agrícola dependia, também, tal como na indústria, da capacidade de importação gerada pelas divisas do setor exportador agropecuário no mercado externo.

Esse modelo de modernização da agricultura brasileira, doravante designado de modernização restringida da agricultura, embora implicasse num maior grau de mercantilização da agricultura e promovesse em certo grau uma integração inter-setorial para trás, substituindo meios de produção de base artesanal por meios de produção mecanizados, ainda assim esse modelo limitava o pleno desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no campo numa a uma agricultura moderna capaz de estabelecer intensas "linkages" para trás, como demandante da indústria de tratores e insumos químicos, e para frente, numa dada escala de produção concentrada__como fornecedora de alimentos aos consumidores e de matérias-primas à agroindústria.

Mesmo assim, essa política de modernização restringida da agricultura, baseada na importação de máquinas, equipamentos e insumos agropecuários do exterior, permitiu a criação de um mercado cativo promissor às indústrias de bens de capital e insumos químicos agrícolas que, posteriormente, vieram se instalar no País. A mudança do padrão do consumo produtivo da agricultura, ocorrida nas três últimas décadas, pode ser percebida pela evolução da participação relativa do valor dos insumos agrícolas de origem industrial no valor da produção agropecuária que, conforme tabela No. 3.1, passou de 21,1% (1965) para 42,2% (1980).

Esse aumento da participação do consumo intermediário no valor da produção agropecuária, enquanto indicador síntese do grau de modernização

da agricultura, traduz principalmente o crescente aumento da demanda da agricultura moderna por insumos industriais no período mais recente da industrialização da agricultura.[201] A partir da década de 80, entretanto, nota-se uma queda no ritmo de crescimento do consumo intermediário da agricultura de 4,5%a.a. (1980) para 2,4%a.a (1985) e 1,8%a.a. (1990), como consequência da crise econômica brasileira e da redução do volume de crédito rural.

Como se sabe, com a industrialização pesada, entre 1956 a 1961, constituiu-se um novo padrão de industrialização brasileiro. Este se inicia com a implantação do núcleo pesado do D1 — configurado por um amplo bloco de investimentos altamente complementares nos setores produtivos e de capital social básico — o qual vem possibilitar não só que o aumento da capacidade produtiva cresça a frente da demanda, como também uma onda de inovações tecnológicas que acaba transformando radicalmente a estrutura produtiva da economia brasileira.

As características desse novo padrão de acumulação ampliada do capital, resultante da industrialização pesada, são dadas pela ampla e acelerada expansão da capacidade produtiva dos departamentos de bens de produção (D1) e de bens de consumo para capitalistas (D2) — particularmente dos seus segmentos pesados — que passam a impulsionar o crescimento da economia brasileira de forma a surpreender qualquer previsibilidade de seus mercados. (Mello, 1982, p. 117).

Nesse esquema de acumulação de capital, segundo Mello (1982, p. 112-118), os investimentos autônomos em capital social básico levados a cabo pelo Estado, juntamente com os investimentos autônomos articulados pela iniciativa privada nos setores produtivos da indústria pesada, formam uma demanda endógena e autônoma aos diversos setores do D1 e D2, de modo a gerar, nas matrizes das cadeias produtivas, os efeitos propulsores de retorno e retroalimentação capazes de impulsionar o crescimento das atividades industriais e agropecuárias do departamento produtor de bens

---

[201] O consumo intermediário é dado pelo valor de todos os insumos materiais, com exceção da força de trabalho, que entram no processo de produção agropecuário. O aumento da participação do consumo intermediário no valor da produção significa apenas uma maior integração intra e inter-setoriais da produção agropecuária ao resto da economia; a qual se manifesta pelo uso mais intensivo de capital fixo e circulante. No caso brasileiro, a participação do consumo intermediário no valor da produção, enquanto indicador sintese do processo de modernização da agricultura, saltou de 10% (1939) para quase 40% (1980). Ver Kageyama et alli (1987, p. 8-9)

de consumo para os assalariados. Vejamos a seguir, e "en passant", essa dinâmica e seus reflexos financeiros no setor rural.

3.2.2. A Dinâmica do Ciclo Econômico e a Crise Financeira Rural

Na verdade, a industrialização pesada, mais que uma fase de constituição do DI, configura-se também num ciclo de acumulação envolvendo dois sub-ciclos: (1) o de expansão, entre 1956 a 1961, e (2) o de depressão, entre 1962 a 1967. Assim, para o que nos interessa, vejamos agora os fatores determinantes da crise desse padrão de acumulação, e a consequente ruptura do sistema de financiamento que lhe dava sustentação, com os seus naturais desdobramentos para a agricultura.

De saída pode-se dizer que, na fase de expansão do ciclo, tinha-se uma profunda e virtuosa articulação inter-setorial — sustentada pela tríplice aliança entre o Estado, o capital transnacional e o capital nacional — promovendo a acumulação ampliada do capital em geral sem que isso significasse a eliminação da concorrência intercapitalista ao nível da pluralidade dos capitais concretos. (Mello, 1982, p. 121).

Nesse esquema de acumulação ampliada, foi fundamental a presença do Estado e a participação do capital estrangeiro no comando do ciclo expansivo da industrialização pesada. A ação do Estado foi decisiva não só pela montagem de um engenhoso esquema de financiamento público, baseado em poupança forçada — particularmente emissões de moeda e confisco cambial — como pelos maciços investimentos autônomos em capital social básico e em indústrias de base que, além de proporcionarem amplas economias externas redutoras de custos e novas demandas derivadas, funcionavam como indutores dos novos investimentos privados. Coube ao Estado, também, a incumbência de estabelecer as bases da associação compartilhada com o grande capital estrangeiro, sem que isso implicasse em prejuízo à empresa nacional, dentro de um estratégico esquema de acumulação sustentado por uma política econômica generosa de incentivos fiscais e de estímulos creditícios e financeiros. [(Mello, 1982, p. 117-119); (Tavares, 1986, p. 118-119); e (Lessa, 1982, p. 55-85)].

Não menos importante foi o papel do grande capital transnacional, não apenas pela sua estratégica capacidade empresarial para acessar estruturas tecnológicas avançadas, mas também porque ele permitiu que fosse superada a limitada capacidade de importação pela mobilização e concentração de capitais — via transferência de financiamentos e investimentos de capital de risco — provenientes de suas matrizes no exterior (Tavares, 1986, p. 113-114). Contudo, se os investimentos públicos e privados desses agentes autônomos impactavam positivamente, via efeito

multiplicador, o nível de renda, emprego e produto da economia brasileira; de outro lado, o efeito acelerador desses investimentos acabava ampliando em demasia a capacidade produtiva das grandes empresas — gestando posteriores desproporções departamentais entre as estruturas de oferta e demanda — que assim antecipavam as próprias contradições e limites à expansão desse esquema de acumulação e financiamento da industrialização pesada.

De fato, depois que esse padrão de industrialização tardia passou a ser endógeno e autonomamente determinado pela expansão e diversificação dos departamentos de bens de produção e bens de consumo duráveis, o regime de acumulação da economia brasileira ficou sujeito à dinâmica cíclica própria dos países capitalistas desenvolvidos.[202] Contudo, diferentemente desses países e de outros de menor grau de integração industrial, os determinantes do volume e da distribuição estratégica dos investimentos autônomos, capazes de estimular os investimentos privados induzidos, passaram a ser dados fundamentalmente pela capacidade de financiamento do Estado e do Capital Transnacional.

Mas, como observam Tavares (1986, p. 125-140) e Mello (1982, p. 122), são as profundas descontinuidades tecnológicas, o insuficiente padrão de financiamento e os problemas dinâmicos de demanda efetiva da economia brasileira — que acompanharam as bruscas mudanças na estrutura da produção industrial e agrícola do país — que dão ao padrão do desenvolvimento econômico brasileiro uma especificidade própria a sua dinâmica cíclica. Nesse regime de acumulação, a configuração descendente da dinâmica cíclica começa com uma crise de demanda efetiva — quase sempre após uma aceleração inflacionária — que se manifesta pela redução do ritmo das atividades industriais e agrícolas, particularmente aquelas financeiramente mais frágeis, como também pela queda do nível dos gastos públicos e do poder aquisitivo da classe trabalhadora.

Configura-se, deste modo, as crises de estabilização econômica que, antes de serem superadas, desencadeiam um conjunto de medidas de política econômica de combate à inflação, por parte do governo federal, destinado a interromper a espiral preços-salários e os mecanismos de propagação do déficit público e do balanço de pagamentos que acabam projetando os seus efeitos na agricultura. (Tavares, 1986, p. 143-152).

---

[202] Sobre o conceito de regime de acumulação e outros usados pela teoria da regulação, ver Lipietz (1988, p. 45-49).

Estas características gerais desse padrão de desenvolvimento econômico, repassadas até aqui, são suficientes para dar uma idéia da dinâmica do modelo brasileiro de industrialização tardia gestado a partir do ciclo da industrialização pesada. Não obstante, para completar este quadro de referência histórica, cabe adicionar alguns elementos sobre o processo de modernização e industrialização da agricultura brasileira.

De início, pode-se dizer que, no período da industrialização pesada, embora já estivessem maduras as condições materiais para a produção doméstica de máquinas e equipamentos agropecuários, a agricultura manteve uma razoável taxa de crescimento de 4,5% — próxima a sua taxa histórica do II pós-guerra — em grande parte devido à expansão da fronteira agrícola e ainda sem as modificações profundas do padrão extensivo da exploração da terra.

De fato, como observam Stolcke (1986, p.77) e Lessa (1987, p.54-55), a ênfase dada pelo Plano de Metas ao desenvolvimento industrial, deixou a agricultura brasileira num segundo plano. Nesse período, o desempenho da agricultura não só foi considerado insatisfatório, por parte de alguns setores técnicos e políticos, como acabou reforçando as pressões em favor da reforma agrária no começo dos anos 60.

Na verdade, apesar do alto grau de industrialização alcançado pela economia brasileira, com a expansão da indústria de bens de capital, o avanço obtido ainda estava longe de promover a completa de internalização do DI capaz de produzir, a partir de si mesmo e na exata proporção, o espectro de todos os bens econômicos demandados. (Serra, 1982, p.77).

Mesmo assim, o intenso processo de internalização e diferenciação da estrutura produtiva, em curso em todos os níveis da economia brasileira, promoveu a implatação da indústria doméstica de máquinas e equipamentos agrícolas de importância estratégica para a modernização da agricultura em outras bases. Ademais, o bloco de investimentos realizados para a implantação do DI da indústria em geral, dada a sua complementariedade, também criou as condições técnicas para a internalização do departamento produtor de bens de produção à agricultura.

No plano da política econômica, desta feita, houve também convergência dos interesses das classes dominantes dos setores agrários e industriais pela modernização da agricultura, não só como uma forma de neutralizar os movimentos de reforma agrária, como também pela manifestada preocupação da elite dirigente com os problemas de abastecimento de alimentos e matérias-primas para o setor urbano-industrial. [(Graziano da Silva, 1981, p.27-32); (Martins, 1989, p.6-7)].

Não obstante essas condições favoráveis ao projeto nacional de modernização da agricultura, o padrão de financiamento rural do Plano de Metas, por ser excessivamente dependente de emissão monetária e dos ágios e bonificações cambiais, tinha esgotado os seus instrumentos de captação de recursos financeiros devido ao recrudescimento da aceleração inflacionária. [(Serra, 1982, p.75); (Stolcke, 1986, p.48-150)].

Ademais, a política agrícola desse período, por ser viabilizada através do planejamento por produto a exemplo do Instituto Brasileiro do Café (IBC), do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) e da Comissão Executiva do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) de interesse das oligarquias rurais dos setores ligados ao modelo exportador, tinha pouca chance de comandar um amplo e complexo projeto nacional de modernização da agricultura.[20]

Na verdade, esse padrão de financiamento rural era basicamente mantido pelos recursos provenientes da cobrança das sobretaxas cambiais. No entanto, com a instrução No.204 da SUMOC, de março de 1961, tem início a desmontagem desse sistema de financiamento agrícola sustentado pelo mecanismo de taxas múltiplas de câmbio e consequentemente da fonte de suprimentos de recursos que assegurava os fluxos seletivos de crédito rural à disposição do Banco do Brasil. Como resultado, a partir de 1962, amplia-se o déficit de recursos para o atendimento das operações de crédito rural devido à rápida exaustão dessa fonte de empréstimos rurais, conforme se pode ver na tabela No.3.2.

Para responder a crescente demanda por crédito rural, a SUMOC passou a transferir suas disponibilidades ao Banco do Brasil para atendimento de empréstimos aos produtores rurais (Munhoz, 1982, p.20-25). No entanto, com o aprofundamento da crise econômica brasileira, no período de 1962 a 1967, essa fonte de recursos do crédito rural se torna definitivamente insuficiente para promover qualquer projeto nacional de modernização da agricultura em função dos novos interesses dos setores urbanos e rurais.

Daí, portanto, a necessidade de uma ampla reforma institucional do sistema financeiro capaz gestar um novo sistema de financiamento rural para promover a modernização da agricultura, como veremos a seguir.

---

[20] Após em 1965, com a criação da política de crédito rural, a política agrícola regional por produtos cedeu lugar a política agrícola nacional para todo o setor agropecuário. Com isso, as tradicionais fontes usurárias de financiamento rural, ligadas ao capital comercial, foram substituídas pelo sistema bancário privado e oficial. Ver Delgado (1985, p.20-21).

3.2.3.A Institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural

Como se viu até aqui, os interesses dos setores agrários, industriais e financeiros em torno do projeto nacional de modernização da agricultura, não podiam mais ser articulados apenas com base na política de taxas múltiplas de câmbio, como principal fonte de financiamento rural.[29] Na verdade, não se tratava mais de favorecer certas importações seletivas, mas, ao contrário, visava-se coibí-las de modo a criar um mercado cativo às indústrias que aqui se instalavam, sob o pretexto de serem indústrias nascentes, apesar da maioria delas pertencerem a grupos oligopólicos internacionais com vasta experiência no mercado mundial de tratores e insumos agrícolas.

Era preciso, portanto, que fosse criado um novo sistema de crédito rural, capaz de dar sustentação financeira ao projeto nacional de modernização da agricultura sobre outras bases e novas condições de financiamento para atender as demandas de investimento, custeio e comercialização. Esse novo sistema de financiamento rural, produto da "imaginação reformista", surge com a reforma do sistema financeiro-creditício promulgado pela lei No.4.595, de 31/12/64. Este instituto legal, além de redefinir as funções do Banco do Brasil (BB) e dos demais Bancos Comerciais, também criou o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil (BACEN).

Nesse mesmo ano, com a lei No.4380, de 21/08/64, foi criado o Sistema Financeiro Habitacional (SFH) e as Sociedades de Crédito Imobiliário (SCI). Mais tarde, com lei n.4720, de 14/07/65 que estabeleceu as principais diretrizes para o funcionamento do mercado de capitais e a lei No.4829, de 29/11/65, que criou o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), completava-se o ciclo de modernização do sistema financeiro brasileiro que serviu de base para a retomada do crescimento econômico no período do "Milagre". Com a criação do SNCR em 1965 __ posteriormente regulamentado pelo decreto No.58.380, de 10/05/66 __ organiza-se um novo padrão de financiamento rural em substituição ao superado sistema de

---

[29] A política econômica dirigida para a atenuação da aceleração inflacionária, reconhecida oficialmente como o principal problema da economia brasileira, acabou por impedir a montagem de esquemas alternativos de financiamentos das empresas e do governo necessários à retomada do crescimento econômico. Ver a esse respeito Singer (1976, p.99—111) e Serra (1982, p.80-87).

taxas multiplas de câmbio e consequentemente do fundo de ágios e bonificações.[205]

Esse sistema financeiro rural,daí em diante,passou a operar dentro dos novos arranjos institucionais entre o Banco Central,Tesouro Nacional, Banco do Brasil e Bancos Comerciais do SNCR.A politica monetária, definida ao nível do Conselho Monetário Nacional,passou a normatizar e viabilizar a aglutinação e transferência dos excedentes financeiros necessários a modernização da agricultura brasileira.

Nesse SNCR,cabia ao CMN a função de formular as diretrizes básicas do crédito rural,bem como a determinação das diretrizes e dotações de recursos,e ao BACEN a responsabilidade de executar e fiscalizar as ações da politica de crédito rural.[206]Entre os demais agentes do sistema,além do Banco do Brasil e dos Bancos Regionais e Estaduais,há os Bancos Privados,os Intermediários Financeiros, as Cooperativas e os órgãos de Pesquisa e de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Esse aparato institucional financeiro,de inicio,operou com um esquema híbrido de dupla autoridade monetária.Isto porque,apesar da criação do BACEN,o Banco do Brasil,além de banco comercial,continuou com algumas funções caixa do Tesouro Nacional(TN),depositário das reservas voluntárias dos bancos comerciais e distribuidor de numerário de Autoridade Monetária(AM).Com a criação do SNCR,o BACEN também incorporou funções estranhas às suas atribuições típicas ao se tornar o gestor de uma série de fundos públicos e programas de apoio ao setor agropecuário. A percepção de que esse esquema híbrido de dupla AM,poderia inibir a

---

[205]Ver Banco do Brasil.Relatório Anual do Banco do Brasil(1965,p.7-11) e Simonsen & Campos(1979,p.119-150).

[206]Para regular e administrar o SNCR,foi estabelecido um complexo mecanismo institucional,com a participação dos Ministérios da Fazenda e Agricultura, Secretaria de Planejamento(SEPLAN),Banco Central e Banco do Brasil,como orgãos responsáveis pela formulação das propostas de politica de credito rural no Conselho Monetário Nacional(CMN).As propostas consensuais,após aprovadas pelo CMN,são encaminhadas na forma de "voto",que é um documento que contém as determinações expositivas das mudanças nas regras operacionais do credito rural,os Banco Central e Banco do Brasil.O BACEN depois que recebe o "voto" o transforma numa "resolução" que,após publicada no Diário Oficial da União(DOU),é decodificada junto os bancos operadores os quais distribuem às suas agências na forma de "circulares internas".Ver Amaral(1987,p.3-4).Os agentes e procedimentos operacionais do credito rural encontram-se no Manual de Crédito Rural(MCR),cap.I.

eficácia da política econômica, levou os legisladores a instituirem o Orçamento Monetário.[207]

A lei No.4829, que criou o SNCR, definiu também, em seu art.3, os seguintes objetivos específicos da política de crédito rural: "(I) estimular o incremento ordenado dos investimentos, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado por cooperativa ou pelo produtor na sua propriedade; (II) favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários; (III) possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente os pequenos e médios; e (IV) incentivar a produção de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade e a melhoria do padrão de vida das populações rurais, e a adequada defesa do solo".

Quanto às fontes de financiamento rural, embora abrangentes, estas foram resumidas em três grupos: 1) a proporção compulsória dos depósitos à vista dos bancos comerciais aplicável em crédito; 2) os excedentes para-fiscais e de financiamento externo reunidos na conta fundos e programas de desenvolvimento rural; e 3) a expansão da base monetária.[208]

Com a institucionalização desse novo padrão de financiamento rural, caracterizado pelo crédito rural farto e barato à taxas de juros preferenciais, tornou-se necessário o uso de fontes alternativas de financiamentos estatal e compulsória em grau significativo. Para o primeiro caso, além dos recursos da conta movimento, foi criado, através do decreto No.58.935, de 03/09/65, o Fundo Geral para a Indústria e a Agricultura (FUNAGRI), com a finalidade de prover os recursos necessários para o financiamento das demandas da indústria e da agricultura moderna. No segundo caso, a resolução do BACEN de No.69, de 22/09/67,

---

[207] Uma análise crítica sobre os interesses políticos que rondavam o Conselho Monetário Nacional, enquanto importante instância burocrática de decisão do aparelho de Estado, pode ser encontrada em Teixeira (1967, p.89-148). Ver também os comentários críticos sobre o modelo de programação orçamentária adotado pelo BACEN em Pedrosa (1980, p.37-51).

[208] Pode-se dizer que o SNCR compõe-se de duas grandes linhas de financiamento rural: (1) os programas normais de crédito rural cujas fontes são os fundos públicos (Banco do Brasil e Tesouro Nacional) e os fundos compulsórios dos bancos comerciais destinados a suprir de financiamento os investimentos de capital fixo, de capital de giro às operações de custeio agrícola (VBC) e às operações de comercialização da produção agrícola (EGF); (2) e os programas especiais de crédito rural, a exemplo do PROÁLCOOL, PROINE, POLONORDESTE, etc, são financiados por fundos administrados pelo BACEN de origens diversas (transferências fiscais, adiantamentos do BACEN e fontes externas especialmente do Banco Mundial).

instituiu a obrigatoriedade dos bancos comerciais privados e oficiais de emprestarem 10% dos seus depósitos à vista em crédito rural ou de recolherem o correspondente a esse valor no BACEN na conta FUNAGRI caso esses depósitos não fossem aplicados ou não atingissem o limite do percentual fixado por lei.

A legislação básica também dotou a política de crédito rural de uma nova característica quanto à finalidade crédito de custeio, investimento e comercialização e quanto à modalidade crédito corrente, educativo e especial dos financiamentos rurais.[209] A instituição desse novo padrão financiamento rural, por certo, inseria-se dentro da ampla reforma geral do sistema tributário-financeiro-creditício, levado a cabo pelo Estado em meados dos anos 60.

No conjunto dessas reformas institucionais, de um lado, a reforma fiscal e a criação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) um novo título da dívida pública viabilizaram os gastos do governo sem que fosse preciso a emissão de moeda; de outro, a reforma financeira, ao criar novas instituições e instrumentos de mobilização financeira e introduzir a inovação da correção monetária, não só viabilizou a criação de um mercado de títulos da dívida pública, até então inexistente no País, como possibilitou o florescimento de outros e a regularização das operações do mercado de "open".

O projeto reformista, como ficou conhecido, tinha como objetivo construir as bases de um moderno sistema financeiro-creditício, capaz de viabilizar as atividades produtivas e de consumo, de natureza predominantemente privada e de ampla versatilidade e eficiência quanto as formas disponíveis de aplicação e das linhas de financiamento as empresas e famílias. Com essa figuração original, os seus idealizadores buscaram dotar o sistema financeiro em geral de uma determinada especialização funcional, com cada instituição financeira-creditícia possuindo certas atribuições específicas. (Tavares et alli, 1982, p.1-8).

Essa reforma financeira-creditícia, além de buscar uma melhoria das formas de intermediação interna e resolver o problema criado pela lei de usura, procurou promover um maior estreitamento do sistema financeiro doméstico ao internacional, através da lei No.4.131(1962) que passou a permitir a contratação direta por parte das empresas produtivas de empréstimos externos e da resolução No.63(1967) do CMN que possibilitou

---

[209] Ver Manual de Crédito Rural (MCR-68).

aos bancos domésticos a captação no exterior de recursos em moeda estrangeira para empréstimos mediante operações em moeda nacional com correção cambial a tomadores localizados no País.

Esse sistema financeiro-creditício, entretanto, desviou-se de alguns dos seus propósitos e rumos na medida em que a diversificação do sistema financeiro se deu de forma limitada e insuficiente para promover, como fontes alternativas privadas de capitalização das empresas, isto é, o pleno desenvolvimento dos mercados de capital e de crédito privados de longo prazo. Com isso, o financiamento externo à acumulação privada ficou a depender das fontes públicas particularmente do FINDES e do Banco do Brasil e dos empréstimos de exterior no caso dos grandes projetos de investimento em capital social básico.

No verdade, a reforma financeira, da forma como foi conduzida pelo Estado, acabou não engendrando as condições objetivas à emergência do capital financeiro no comando dos investimentos privados, como resultado da fusão do capital bancário com o industrial, mas sim aprofundando a especialização funcional do sistema financeiro-creditício, via fusões e incorporações de grupos financeiros, em direção à formação dos conglomerados financeiros movimento de centralização do capital bancário mediante a criação e agrupamento de instituições financeiras especializadas em cada mercado financeiro sob a liderança dos bancos comerciais privados. [(Almeida, 1984, p.38-66); Teixeira (1985, p.42-88)].

Mas, apesar da fragilidade desse sistema, esse padrão de financiamento geral avançou em sua constituição desdobrando-se em três sub-sistemas: 1) o sub-sistema orientado para o financiamento corrente das empresas e famílias; 2) o sub-sistema de financiamento dirigido a investimentos imobiliários urbanos; e, 3) o sub-sistema de financiamento à agropecuária e à agroindústria.

Assim, se os dois primeiros foram essenciais à expansão acelerada das indústrias de bens de consumo duráveis e de construção civil, enquanto setores líderes da expansão da demanda urbana no período do "milagre econômico", o terceiro sub-sistema, particularmente o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), foi fundamental para instrumentalizar o dinamismo da industrialização da agricultura no ciclo de expansão recente que se segue após as reformas institucionais dos anos 60.

Nesta segmentação, o sub-sistema de intermediação financeira para a agricultura se caracterizou, inicialmente, por taxas de juros pré-fixadas e diferenciadas do resto do sistema financeiro em geral. No entanto, apesar de abertas várias fontes alternativas, nenhuma delas teve o caráter

exclusivo e permanente, particularmente para bancar os investimentos nas áreas de capital social básico à agricultura. Neste sentido, pode-se dizer que, desde à criação do SNCR, a política de crédito rural esteve fortemente associada a dinâmica cíclica da economia brasileira. Esta vinculação, por certo, decorreu da relevância que o fundo público teve e ainda tem no desempenho da política de financiamento rural — sob o controle do Banco do Brasil — visando a transformação de uma agricultura de base artesanal para uma agricultura capitalista moderna.

É no desdobramento da ação da política macroeconômica sobre ciclo econômico, em suas fases de aceleração e declínio, que se pretende situar, no próximo item, a flexibilidade e sujeição desse padrão de financiamento rural, enquanto suporte financeiro do projeto nacional de modernização da agricultura, à política monetária dos anos 70. Mas é importante destacar, desde já, como o faz Sorj (1980, p.89), que a política nacional de crédito rural, embora subordinada à política macroeconômica, visava modernizar as forças produtivas do campo e do complexo agroindustrial.

Neste sentido, o crédito rural subsidiado, de certo modo, além de favorecer na maioria das vezes mais os complexos agroindustriais do que o próprio setor agropecuário, acabou também compensando a política de controle de preços e proporcionando aos médios e grandes produtores rurais uma maior transferência de renda e da riqueza.

3.3. A POLÍTICA DE FINANCIAMENTO RURAL PARA A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: 1969/1979

Após 1965, com a experiência negativa de contingenciamento dos recursos destinados à auricultura, dentro dos limites do Orçamento Monetário (OM) e da elevação das taxas de juros de algumas operações do crédito rural, o governo deixou de adotar medidas restritivas traumatizantes à expansão do volume do crédito rural (Munhoz, 1982, p.26-29). A partir de 1967, com a mudança de ênfase para a política crescimento econômico — em detrimento da política econômica de estabilização — o governo federal passou a adotar uma política de expansão de crédito ao setor privado para reativar a economia. Não obstante, essa expansão do crédito ficou subordinada à política monetária — que desde o início foi orientada para proporcionar liquidez ao sistema e promover reduções no custo do crédito — via certas metas monetárias previamente fixadas no Orçamento Monetário (OM).[210]

---

[210] Ver a esse respeito o Relatório Anual do BACEN (1967, p.15-20 e p.91-125).

Como observa Tavares(1982,p.17-20),o Orçamento Monetário se constituía num mecanismo da programação monetária que,dependendo dos efeitos da política monetária sobre a economia,facultava ao BACEN a regulação do volume adequado de meios de pagamentos às reais necessidades da economia, de forma a manter,sob controle,a expansão do crédito em geral em nível compatível com a programação monetária do BACEN.Vejamos,na seção seguinte,alguns aspectos da ação dessa política monetária conduzida pelo BACEN sobre a política de crédito rural.

3.3.1.A Política Monetária e a Regulação do Crédito Rural:1969/1979

A capacidade de regulação do crédito rural,pelo BACEN,foi exercida mais intensamente,num primeiro momento,através dos instrumentos clássicos de política monetária de controle direto do crédito:1)as operações de crédito seletivo,particularmente às de crédito rural;2)as operações de redescontos; e,3)o mecanismo dos depósitos compulsórios junto aos bancos comerciais (BACEN,1965.p.7-10).

Para se ter uma idéia da manipulação desses instrumentos,em 1968,as operações de redesconto com caráter seletivo,voltadas para uma gama de refinanciamentos de custeio e comercialização,cresceram cerca de 74%.Os recolhimentos compulsórios,nesse mesmo período,giraram em torno de 10% sobre o total dos empréstimos rurais especiais e compra de bônus agrícola de emissão do Banco Central(BACEN,1968,p.34).Essas operações de empréstimos rurais do Banco do Brasil,realizadas pela Carteira de Crédito Geral(CREGE) que chegou a crescer apenas 0,50% e pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial(CREAI) que acusou um aumento de 50,24% foram essenciais para o desempenho da produção agrícola no período que vai de 1965 a 1969.De fato,como se pode ver pela tabela No.3.3,a participação do crédito rural no CREAI subiu de 13,5%(1965) para 25,3%(1969).

Entretanto,com as mudanças realizadas no regime monetário,a partir das reformas de meados dos anos 60,configuram-se novas relações entre o Banco Central,o Tesouro Nacional e o Sistema Bancário.(211)A partir de 1969,os objetivos de crescimento econômico e do combate à inflação,simultâneamente, já forçavam o BACEN para a adoção de uma política monetária de controle gradualista da base monetária e dos meios de pagamento em função do impacto provocado pelos superávits da balança comercial.No período de 1969/1973,a política monetária,conduzida em

---

(211)Ver Relatorio Anual do BACEN(1969,p.17-20 e 33-60).

coordenação com as políticas fiscal e cambial, permitiu que as Autoridades Monetárias (AM) pudessem atender as metas prioritárias de controle da inflação, sem contudo comprometerem a liquidez necessária à expansão das atividades produtivas.

A partir de 1970, com o surgimento da ORTN, a política de controle monetário moderado, por parte das AM, passou a ser realizada não só através do controle quantitativo das operações ativas de crédito do Banco do Brasil como, e principalmente, pela gradual substituição dos instrumentos clássicos de política monetária pelo dinâmico e flexível mercado de "open". Em 1971, a dívida pública já revelava-se como um instrumento auxiliar da política macroeconômica — na execução combinada das políticas fiscal e monetária — na medida em que a colocação de títulos públicos no mercado aberto excedia as necessidades do déficit do Tesouro Nacional e permitia que o BACEN realizasse assistência financeira ao sistema bancário dirigidas para as operações de crédito rural em condições mais flexíveis.[212]

A política monetária expansionista, que foi mantida entre 1972/1973, começa a ser revista com o primeiro choque de petróleo em 1973. Já aqui o governo, através da resolução No.265, do BACEN, procurou, dado o impacto do superávit comercial sobre os meios de pagamento, reter cerca de 40% do contra valor em cruzeiros dos empréstimos externos em moeda estrangeira, amparados pela lei No.4.131 e resolução No.63 do BACEN.[213] No período que vai de 1974/1976, apesar dos riscos face ao agravamento das pressões externas, o governo manteve sua política expansionista visando compatibilizar o esforço de desenvolvimento com as metas de controle da inflação e de equilíbrio do balanço de pagamentos.

Nota-se pela tabela No.3.4 que, entre 1969/1976, o volume do crédito rural cresceu vertiginosamente a uma taxa média real de 24,54% a.a. Enquanto isso, o número de contratos com os produtores rurais também expandia-se a uma taxa média de 7,30% a.a. Nesse período, o crescimento da oferta do crédito rural se realizava tanto pela expansão passiva do crédito, geralmente precedida da entrada dos depósitos à vista e outras fontes disponíveis das Autoridades Monetárias, quanto pela expansão ativa, quando os bancos emprestadores do SNCR, principalmente o Banco do Brasil, criavam débitos contra si em favor dos tomadores de crédito rural, sob a expectativa de reembolso com o devido retorno esperado.

---

[212] Ver Relatórios Anuais do BACEN [(1970, p.37-60) e (1971, p.21)].

[213] Ver Relatórios Anuais do BACEN [(1972, p.47-73) e (1973, p.7-108)].

Essa expansão ativa de crédito rural, sem base prévia de depósitos à vista, era executada pelo Banco do Brasil que, através do mecanismo da "conta movimento", debitava contra o Banco Central do Brasil os recursos necessários e complementares aos seus depósitos à vista para atender a crescente demanda por crédito rural. Mas, dado o retorno desvalorizado dos empréstimos realizados por esse mecanismo, em razão das altas taxas de inflação e dos juros negativos, a defasagem dessa demanda por crédito rural era atendida pelas emissões primárias de moeda. Note-se que esquema de expansão do crédito rural subsidiado, também, concorria pela mesma oferta de recursos que financia a aplicação de recursos favorecidos aos programas de Exportação, PROÁLCOOL e de Apoio à Pequena e média Empresas.

A viabilidade desse esquema de financiamento rural se sustentou, nesse período, devido à ocorrência de certas determinações próprias do ciclo expansivo da economia brasileira correspondente à fase do "Milagre". Em primeiro lugar, tem-se uma expressiva liquidez monetária a partir dos depósitos à vista não remunerados e, portanto, com custo de captação para o SNCR praticamente nulo. Em segundo lugar, há excedentes de fontes fiscais e para-fiscais, oriundos da manipulação de diversas contas do comércio exterior, que se constituem em "fundos públicos" para atender os programas prioritários do governo federal sob o controle do Banco Central. Por último, o próprio crescimento do produto nacional, acompanhado por uma política monetária expansiva de crédito e da oferta monetária, tornava viável a transferência de recursos aos bancos comerciais que estivessem expandindo ativamente o crédito favorecido.[214]

A partir de 1974, entretanto, observa-se uma paulatina reversão dessas condições que sustentaram a política de crédito subsidiado até 1973. De fato, com a retomada do processo inflacionário, nota-se uma mudança no comportamento dos agentes econômicos em direção ao mercado financeiro. Esse comportamento dos agentes se reflete numa clara alteração da composição dos ativos financeiros em poder do público. Há um nítido processo de desmonetização da economia que se manifesta pela opção de substituição dos depósitos à vista nos bancos comerciais e Banco do Brasil __ que não pagam juros e/ou correção monetária __ por aplicações remuneradas dos depósitos a prazo __ a exemplo das cadernetas de poupanças e outros ativos do mercado financeiro __ nas instituições financeiras.

De fato, como mostra a tabela No. 3.5, a participação dos depósitos a vista no total dos haveres financeiros em poder do público cai sensivelmente de

---

[214] Ver a esse respeito a análise de Delgado (1985, p. 70-71)

55,7% (1969) para 29,5% (1976). É provável, portanto, que desde 1974, quando se inicia a reversão do ciclo econômico do 'Milagre", os agentes financeiros do SNCR tenham recorrido, mais intensivamente, aos mecanismos de expansão ativa da oferta de crédito rural, haja vista que a expansão do crédito rural, com exceção dos anos de 1977/1979, se manteve em ascenção a uma taxa média de crescimento real de 18,73%a.a., entre 1969/1979, como se vê na tabela No.3.4.

Nesse período, apesar da política de crédito rural ter contribuído, em parte, pela emissão primária de moeda, ainda assim a expansão do volume de crédito não chegou a promover pressões inflacionárias significativas para o conjunto da economia. Isto porque, num contexto de crescimento da economia, a expansão primária de moeda, que se infiltrasse sob a forma de expensão ativa do crédito rural, não necessariamente teria que exercer pressões inflacionárias ao conjunto da economia. Ademais, como o volume real de crédito rural começa a declinar a partir de 1977, não se pode atribuir aos "subsídios" do SNCR a responsabilidade pelas altas taxas de inflação.

A partir de 1976, com a redução da entrada de novos recursos do mercado financeiro internacional para os projetos do II PND, a política monetária se torna restritiva, visando o controle do excesso de liquidez da economia decorrente da expansão crédito e dos meios de pagamentos, com vista ao combate da inflação pela via monetarista de contenção da demanda agregada.[215] No período de 1977/1979, o efeito dessa política contracionista, sobre o crédito rural, se manifestou numa queda da taxa média de crescimento real de 24,54%a.a (1969/1976), no período anterior, para cerca 5,18%a.a (1977/1979) no período subsequente. (Ver tabela No.3.4).

Enquanto isso, nesse mesmo período, conforme se observa na mesma tabela, a demanda por crédito rural aumentava, com o número de contratos crescendo a uma taxa média anual de cerca 9,76% (1977/1979) contra os 7,30% (1969/1976) do período de expansão e auge da política de crédito rural, sem que houvesse a necessária cobertura, pelo lado oferta, do aumento real do volume de crédito rural, como indica a tabela No.3.4.

---

[215] Sobre as medidas de política econômica tomadas pelas Autoridade Monetária, nesse período, ver os Relatórios Anuais do BACEN (1974, p.62-70); (1975, p.58-90) e (1976, p.62-80).

Na verdade, entre 1977/1979, em face do agravamento da crise financeira do setor público face a dívida externa, o governo oscilou entre uma ativa política monetária contracionista, mais apertada nos anos de 1977/1978, e expansionista, em 1979, com graves consequências sobre a política de crédito rural. Vejamos, agora, como a condução da política monetária acabou afetando o financiamento rural no período 1969/1979.[216]

No âmbito da política de crédito rural, a partir da criação do SNCR em 1965, juntamente com o FUNAGRI, as aplicações de crédito rural, operando com taxas de juros negativas, ficaram sujeitas a política monetária através das novas fontes provenientes dos bancos comerciais e das Autoridades Monetárias, segundo as seguintes disponibilidades: 1) saldos dos depósitos à vista dos bancos comerciais privados; 2) fundos públicos dos programas agropecuários administrados pelo BACEN; 3) saldos públicos dos depósitos em moeda dos bancos comerciais e do Tesouro Nacional junto ao BB e BACEN; e saldos dos depositos à vista no Banco do Brasil.

Essas fontes disponíveis, eram abrangentes o suficiente para conter vários canais de transferência de recursos públicos e privados para atender a demanda da agricultura por empréstimos rurais. Mas, são as fontes de financiamento com base nos depósitos compulsórios ___ fixado em 10% sobre os depósitos à vista líquidos dos bancos comerciais ___ e nos fundos públicos ___ provenientes do Banco do Brasil e dos programas agropecuários administrados pelo BACEN ___ os canais efetivos de transferência de recursos financeiros à modernização da agricultura.

Mesmo assim, entre 1969/1973, o sistema bancário privado, embora com suas operações de empréstimos ao setor privado crescendo em termos correntes, teve sua participação reduzida de 39,8% (1969) para 28,3% (1973), como se nota na tabela No. 3.6. Verifica-se, na mesma tabela, que o mesmo aconteceu com o Banco do Brasil que também viu sua participação no volume de empréstimos totais cair de 20,8%, em 1969, para 16,3,%, em 1973. Logo em seguida, porém, os bancos comerciais foram favorecidos pela resolução No. 134, de 18/02/70, que permitiu o acesso mais satisfatório dos bancos comerciais aos depositos financeiros a prazo.

Por essa mesma resolução, foram liberadas as taxas de juros cobradas em operações de empréstimos com particulares, medida essa que deu ao sistema bancário comercial melhores condições de remuneração dos depósitos a prazo em nível capaz de atrair um volume mais significativo desse tipo de

---

[216] Ver as ações de política macroeconômica desse período nos Relatórios Anuais do BACEN [(1977, p.59-60); (1978, p.63-70) e (1979, p.39-45)].

recurso.Como resultado dessas medidas,e sem prejuizo dos depósitos à vista que cresceram em termos reais cerca de 96,27%,entre 1969/1976,os depósitos a prazo nos bancos comerciais __e particularmente os depósitos de poupança___ tiveram um incremento real de cerca de 423,85% no periodo 1969/ 1976,como indica a tabela No.3.5.Pela mesma tabela,percebe-se que a participação dos depositos a prazo e das cadernetas de poupança,no total dos ativos financeiros,subiu de 4,7%(1969)para 10,7%(1976) e de 2,0% (1969)para 15,7%(1976).

Tudo indica que as medidas adotadas,realmente,elevaram o nível de atividade das instituições bancárias que voltaram a realizar mais empréstimos à agropecuária.Posteriormente,com a vinculação da conta FUNAGRI ao SNCR,os saldos dos depósitos em moeda dos bancos comerciais à disposição do Banco Central,em principio sem destinação especifica para fins de aplicação em crédito rural,passaram a ser usados pelo Banco do Brasil e pelo BACEN como suporte as certas linhas especiais de crédito para a agroindústria.[217]As Autoridades Monetárias procuraram,deste modo,orientar suas atividades de assistência financeira à agricultura e a agroindústria através do crédito especializado com base no programa de desenvolvimento agroindustrial.

Para isso,a resolução No.69,de 22/09/67,fixou a remuneração dos bancos comerciais para aplicação em crédito rural numa faixa de 10% a 15%a.a.Mas,pela mesma resolução,tiou também estabelecido que o percentual sobre os depósitos à vista não aplicados em crédito rural, dentro do limite da exigibilidade fixada pelo CMN,seria recolhido ao Banco Central na conta FUNAGRI.A partir dai,há uma fragmentação do FUNAGRI,resultante da criação de vários fundos vinculados a programas especificos de alguns setores da agricultura e agroindústria.De fato,como se pode ver pela tabela No.3.7,o repasse de recursos ao FUNAGRI,de origem interna e externa,através das sub-contas administradas pelo BACEN___ FNRR,FUNDEFE e FUNDAG __dinamizou o atendimento da demanda de recursos creditícios aos investimentos rurais nas áreas prioritárias do governo.[218]

---

[217]Ver a esse respeito Belik(1987,p.30).

[218]O Fundo Nacional de Refinanciamento Rural(FNRR),o Fundo de Desenvolvimento da Pequena(FUNDEFE) e o Fundo Especial de Desenvolvimento Agricola(FUNDAG),visavam promover os recursos creditícios a agricultura.Enquanto isso,o Fundo de Democratização do Capital das Empresas(FUNDECE) e o Fundo de Financiamento de Importações de Bens de Capital(FIBEP), destinavam-se a prover capital de giro para as empresas agroindustrias(FUNDECE) e as importações de tratores,máquinas e implementos agricolas sem similar nacional(FIBEP).Ainda no âmbito do BACEN,mas fora da alçada do FUNAGRI,há o Fundo

Mercê deste fato, a política monetária de expansão do montante de recursos monetários necessários para o atendimento da crescente demanda de crédito rural continuou a depender, fundamentalmente, da retomada do crescimento econômico e da capacidade do sistema bancário em aumentar seu poder de captação dos depósitos à vista a baixo custo. Esta forma de captação, pelo menos até meados dos anos 70, não só permitiu um acelerado crescimento do volume de crédito rural, como possibilitou que as taxas de juros e as condições de pagamento favorecidas não comprometesse a disponibilidade de recursos e a rentabilidade do sistema financeiro rural em direção à integração agricultura-indústria.

De fato, a composição das fontes de financiamento rural, baseada em recursos oriundos das fontes compulsórias e dos fundos públicos, permitiu que as Autoridades Monetárias praticassem uma política expansionista de crédito rural sem grandes pressões sobre a base monetária. Como resultado, entre 1969/1976, há uma expansão vertiginosa das aplicações reais de crédito rural a uma taxa média de crescimento de 24,5%a.a, portanto, superior aos 15,2%a.a da taxa média de crescimento do produto agrícola. (Ver Tabela No.3.8). Entre 1977/1979, a política de contração gradual do crédito rural, provoca uma acentuada queda na taxa média de crescimento real do crédito rural para 5,13%a.a., a qual é acompanhada por um declínio ainda maior da taxa de crescimento do produto agrícola para cerca de 2,96%a.a. .

Há, pelo menos, duas razões básicas para a expansão do volume de crédito rural em todo esse período: pelo lado da oferta, as políticas de indução à modernização da agricultura e de ocupação da fronteira agropecuária, em direção as regiões norte e centro-oeste, ao vincularem a oferta do crédito subsidiado aos programas de abrangência nacional de desenvolvimento regional do setor agropecuário, sem dúvida, contribuiram para o crescimento do financiamento rural; pelo lado da demanda, o ciclo econômico expansivo da economia, e o próprio aumento da produção do setor agropecuário, face as condições favoráveis do mercado doméstico e internacional, ampliaram ainda mais a demanda por crédito rural.

Para atender essa crescente pressão da demanda por crédito rural, além da significativa participação do capital bancário privado, foi decisiva a presença do fundo público, através da crescente participação dos Bancos oficiais federais, no volume total dos empréstimos rurais entre 1969/1976. Neste período, conforme se pode observar na tabela No.3.9, enquanto a

---

de Estímulos Financeiros ao uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais (FUNFERTIL) que logo é extinto pelo governo.

participação relativa dos bancos comerciais privados,no total dos financiamentos rurais,declinava de 34,36%(1969) para 23,19%(1976),a dos bancos oficiais federais,saltava de 47,9%(1969)para 64,97%(1976).No período entre 1977/1979,há praticamente um processo de "estatização" do crédito rural,com a participação relativa dos bancos oficiais federais aumentando de 66,62%(1977) para 69,12%(1979) e a dos bancos privados caindo de 23,27% (1977)para 22,53%(1979).

Não há dúvida de que a participação Banco do Brasil,enquanto principal agente financeiro do SNCR,foi decisiva para a sustentação do processo de modernização da agricultura no período em análise.De fato,verifica-se pela Tabela No.3.10,que os saldos dos empréstimos rurais desse banco oficial cresceu,entre 1969/1979,a uma taxa média de 17,94%a.a.,contra os 8,21%a.a. dos financiamentos rurais concedidos pelos bancos comerciais privados.Na verdade,os empréstimos rurais concedidos pelo Banco do Brasil,entre 1969/ 1979,praticamente sustentaram o crescimento da demanda por crédito rural.

Essa política expansionista de crédito rural desse período,poderia parecer,a primeira vista,incompatível com a política monetária de controle da liquidez monetária do Banco Central.No entanto,esta aparente contradição pode ser explicada se se tem em conta a diferença entre os fluxos de recursos que alimentavam a política de crédito rural.

No caso dos recursos monetários que constituem o fundo público, administrado principalmente pelo Banco do Brasil,o Estado os captura compulsoriamente dos capitais privados de praticamente toda a economia e depois os devolve a setores selecionados de acordo com os critérios balizadores da política econômica.No caso dos recursos provenientes das fontes compulsórias dos Bancos Comerciais privados,baseados nos depósitos à vista,a captação dos recursos se circunscreve à própria esfera do capital bancário privado e sua aplicação está sujeita parcialmente ao volume dos depósitos à vista e aos saques dos tomadores de crédito junto ao sistema de bancos comerciais.

Nestas condições,e na perspectiva microeconômica do tomador de empréstimos rurais,tanto faz tomar empréstimos junto aos bancos comerciais privados quanto nos bancos comerciais públicos___a exemplo do Banco do Brasil___já que as taxas de juros e as condições de concessão do crédito são praticamente idênticas a todo o SNCR.Mas,sob a ótica macroeconômica,os empréstimos rurais tomados junto aos bancos comerciais privados,oriundos da parcela dos depósitos à vista para aplicação compulsória em crédito rural, se constituíam num desvio de recursos

creditícios do mercado de crédito em geral para os privilegiados beneficiários do SNCR.

Como resultado desse desvio, como observam Comim & Müller (1985, p.28-29), há uma tendência de aumento da taxa de juros para os tomadores de crédito fora do SNCR devido a redução da oferta de crédito bancário. Mas, uma vez que os recursos creditícios dessa fonte compulsória são captados junto ao público a custo zero, os bancos emprestadores do SNCR, ao realizarem ganhos adicionais, se tornam os principais beneficiários dessa política econômica.

À primeira vista, essa política expansiva de crédito rural à modernização da agricultura, poderia dar a impressão de ser incompatível com a política monetária de expansão da liquidez para os setores dinâmicos da economia. Isto porque, como sugere Munhoz (1982, p.27), se a intenção do governo federal, ao incorporar os bancos comerciais privados ao SNCR, era reduzir a crescente pressão da demanda por crédito rural sobre os seus recursos disponíveis, a política de liberação dos compulsórios junto ao Banco Central, para cobrir os empréstimos rurais dos bancos comerciais privados do SNCR, se constituia, em princípio, num contra-senso em relação a política de expansão da liquidez monetária para o resto da economia.

Essa política expansiva de crédito rural, entretanto, visava muito mais beneficiar os bancos comerciais privados do SNCR, em detrimento dos bancos comerciais públicos, do que resolver os problemas de escassez de recursos da AM para fins de crédito rural. Na verdade, as transferências dos recursos não aplicados dos fundos públicos, sob o controle do Banco do Brasil e do DACEN, que iam para os bancos privados do SNCR, não aliviaram a tão propalada escassez de recursos das AM.

Não obstante, as transferências do excedente do fundo público do Banco do Brasil aos bancos comerciais privados, por força da resolução No. 69/1967, não implicaram numa subtração da oferta de recursos monetários, mas, ao contrário, num acréscimo da liquidez monetária do sistema bancário, via efeito multiplicador, já que os valores dos empréstimos rurais oriundos dos repasses do fundo público, embora fossem de imediato canalizados para os tomadores rurais, acabavam retornando em grande parte ao sistema bancário, realimentando assim a expansão dos meios de pagamento.

Portanto, mesmo que a incorporação dos bancos privados ao SNCR possa ser considerada um "contra-senso", como afirma Munhoz (1982), ainda assim, a política de expansão de crédito rural, da forma como foi conduzida nesse período, não foi nem contraditória com os objetivos da política monetária expansionista e nem tampouco se mostrou contrária aos interesses do

capital bancário. De fato, de acordo com a tabela No.3.10, a vigorosa expansão do crédito rural a uma taxa média real de 24,54%a.a, entre 1969/1976, não foi acompanhada por nenhuma explosão do ritmo de crescimento do crédito privado em geral que, nesse período, cresceu a uma taxa média anual menor de 23,69%a.a. Caso acontecesse o contrário, haveria, aí sim, uma ampliação em demasia da base monetária sob o controle da AM.

Em suma, pode-se dizer que, nessa fase ascendente do ciclo econômico, o sistema financeiro nacional se ajustou à crescente demanda por crédito em geral, de parte dos setores dinâmicos da economia, sem que isso significasse prejuízo ao atendimento também crescente da demanda por crédito rural para viabilizar a industrialização da agricultura brasileira. Essas considerações introdutórias sobre a política monetária, desse período, tiveram apenas a intenção de mostrar não só a subordinação da política de crédito rural a essa política macroeconômica, como também destacar o esforço do governo federal para integrar a agricultura ao mercado financeiro.

Vejamos, a seguir, a evolução da política de crédito rural em suas fases de expansão e declínio.

3.3.2. A Política de Financiamento Rural na Fase de Expansão e Auge da Modernização da Agricultura: 1969/1976

A partir dos anos 60, o processo de modernização da agricultura atinge o seu estágio mais avançado em direção à industrialização da agricultura. Tratava-se, na verdade, de um momento específico da modernização rumo à integração da agricultura à matriz da cadeia produtiva da indústria — que passava a comandar, de forma irreversível, as mudanças técnicas e sociais do processo de trabalho das unidades produtivas da agricultura moderna — voltada para a produção de máquinas e insumos agroquímicos ao setor agropecuário.

Este processo de transformação e articulação da produção agrícola, como um elo da cadeia produtiva dessa indústria voltada para a agricultura, acabou desembocando na constituição dos complexos agroindustriais — como resultado da implantação do DI para a agricultura e da reestruturação da agroindústria processadora — durante os anos 70. Mas, para a consolidação dos complexos agroindustriais, além da ligações técnicas e sócio-econômicas entre as diversas unidades do capital agrário e industrial, sobrepunha-se a necessidade de um novo padrão de financiamento rural para promover a integração financeira da agricultura à dinâmica da acumulação geral da economia sob o comando do capital financeiro.

Para tal, era preciso que o novo padrão de desenvolvimento agropecuário passasse a incorporar o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), enquanto um sistema financeiro específico, capaz de conformar, do ponto de vista da integração dos capitais concretos, o elo do capital financeiro com a agricultura moderna. De fato, para Delgado (1985, p.130-134), esta integração de capitais concretos sob diversas formas de organização societária — resultante do processo de centralização de capitais agrários, industriais, comerciais e bancários — conjugada ao suporte financeiro do Estado, sob a regulação da política econômica, representou uma forma singular de articulação do capital financeiro com a agricultura moderna.[219]

A presença do capital financeiro na agricultura brasileira, por certo, permitiu e ampliou as possibilidades dos agentes rurais direcionarem a valorização do capital à diferentes mercados de ativos. De fato, sob o impulso de uma política de crédito rural especificamente dirigida ao capital agrário, as alternativas financeiras de investimentos na carteira de ativos — particularmente em terra, gado e "commodities" — passaram a ser ótimas opções à aplicação do grande capital.[220]

Essa penetração do capital financeiro na agricultura, além de transformar a propriedade fundiária numa mercadoria negociada no mercado de terras e no mercado de crédito, onde a terra podia ser hipotecada como garantia à

---

[219]Não há dúvida de que, no caso brasileiro, o Estado buscou aglutinar e gerir grandes massas de recursos financeiros, através de seus fundos públicos e programas de desenvolvimento de setores e regiões, via suas agências financeiras de desenvolvimento: a exemplo do BNDES, Banco do Brasil, BNCC e Bancos Regionais (BASA e BNB). Todavia, essas instituições financeiras públicas apenas cumpriram, e cumprem ainda, a função passiva do capital financeiro autônomo, isto é, a de aportar recursos financeiros ao setor privado sob diversas formas, inclusive a de crédito subsidiado. Porém, estas instituições financeiras públicas, ao contrário do capital financeiro privado, não participam do comando do processo de monopolização do capital, isto é, não buscam centralizar sob o seu comando e controle acionário as diversas formas de capitais concentrados como capitais próprios sobre uma direção financeira única. É neste sentido, como sugere Tavares (1983, p.111), que se pode dizer que o Estado brasileiro, na sua função de aglutinar e financiar os empreendimentos privados, cumpre apenas a função passiva do capital financeiro, mas não realiza, neste ato de financiar, a função autônoma do capital financeiro privado como agente ativo do processo de centralização do capital.

[220]Sobre a importância da terra rural, como um ativo alternativo, para aplicações de valorização do grande capital, por permitir ganhos de fundação e especulativos, particularmente nas áreas de fronteira agrícola onde o processo de ocupação desses territórios se dá por métodos de apropriação burguesa da propriedade da terra — processo conhecido por territorialização do capital — sugere-se a leitura de Delgado (1985, p.191-228) e Nevdon (1992, p.86-123).

tomada do emprestimo rural, predispõe o Estado a desempenhar funções regulatórias na medida em que passa a financiar e administrar a retenção das margens de lucro na agricultura — via manipulação das política de preços mínimos e de crédito rural — com a finalidade de assegurar a valorização dos capitais integrados na agricultura.

No período de 1969/1976, este poder de regulação do Estado sobre a economia agrícola, envolvendo diversas instituições públicas e privadas e unificando as demais políticas agrícolas sob o comando da política de crédito rural, visava a industrialização da agricultura e a integração da agricultura moderna ao mercado financeiro em geral.[22] Para tal, não bastava simplesmente aumentar o volume do crédito rural à taxas de juros subsidiadas e facilitar as condições de pagamento em termos de prazos e carências para amortização do capital emprestado pelos bancos do SNCR; era preciso, também, sujeitar a concessão do crédito rural à utilização dos insumos modernos por parte dos produtores rurais — em particular de sementes selecionadas, fertilizantes, defensivos agrícolas e tratores e implementos agrícolas — de acordo com as práticas modernas estabelecidas pelos orgãos oficiais de pesquisa e extensão.

Essas "condicionalidades" impostas aos tomadores de crédito rural, nesse período, definem as características do projeto nacional de "modernização compulsória" que o "Estado Autoritário" implementou, diga-se de passagem "por cima das leis do mercado", ao intervir e alterar as condições de funcionamento dos mercados agropecuários de trabalho, de insumos, de produtos e do crédito rural. Não é à-toa que a política de crédito de juros negativos aos tomadores rurais, como subsídio direto ao consumo produtivo de insumos agroindustriais, se ajustou plenamente à estratégia do governo federal de propiciar demanda efetiva ao mercado doméstico de bens industriais com vistas a fortalecer a indústria especializada de bens de produção à agricultura (Sorj, 1982, p.90).

Ademais, a exigência institucional para adoção de insumos modernos pelo produtores rurais, em substituição aos insumos tradicionais (terra e mão-de-obra), impôs uma nova dinâmica de difusão tecnológica na agricultura na medida em que os preços e a escassez relativa dos fatores de produção deixaram de ser os determinantes primários do processo de adoção e difusão do progresso técnico. De fato, como observam Comim & Müller (1985,

---

[22] Emprego o termo "Regulação" de acordo com o sentido dado pela Escola Francesa da Teoria da Regulação. Para Lipietz (1988, p.49), a regulação de uma dada relação social é forma institucionalizada pela qual essa relação se reproduz, apesar de sua natureza conflitual e contraditória, no sistema capitalista.

p.30-35), na verdade foi o processo de difusão da inovação tecnológica na agricultura, compulsoriamente induzido pelo Estado, que condicionou o comportamento das variáveis do mercado.

Essa estratégia de modernização compulsória da agricultura brasileira, de certa forma, encontra-se refletida na própria composição da aplicação do crédito rural por finalidade. Para captá-la, há que se partir da hipótese, tal como sugere Comim & Müller (1985, p.33), de que a aquisição dos insumos agroquímicos, pela sua renovada utilização a cada período de produção das safras, está correlacionada com o crédito de custeio; e que a aquisição dos insumos mecânicos, pela sua utilização permanentemente ao longo de intermitentes períodos de produção de várias safras, esteja relacionada com o crédito de investimento. Assim, admitindo-se essas variáveis como proxy, é possível analisar o desempenho da política de crédito rural, em suas diversas finalidades, como instrumento de regulação das inovações induzidas pelo Estado.

Apesar do desencontro entre o número de estabelecimentos rurais do IBGE, em princípio potencialmente aptos a receberem crédito rural, e o número de contratos de créditos rurais efetivados segundo o DACEN, Guedes (1981, p.12) estima em 1.200.000 o número de estabelecimentos rurais beneficiados pelo SNCR, ou seja, aproximadamente 20% do total dos estabelecimentos rurais.[222] Mesmo com esse baixo percentual, ainda assim, como veremos a seguir, a política de crédito rural subsidiado foi um instrumento poderoso para a modernização da agricultura ao atuar tanto pelo lado da demanda como da oferta. Com se percebe, pela tabela No.3.11, houve uma expansão do volume de financiamento para todas as finalidades de crédito rural __ com destaque para o crédito de investimento que cresceu a uma taxa de 27,28%a.a. __ no período entre 1969/1976.

Na verdade, os recursos financeiros destinados à modernização da agricultura, particularmente entre 1969/1976, cresceram substancialmente para todas as finalidades do crédito rural. No entanto, como se percebe na tabela No.3.12, o sub-setor agrícola foi o principal beneficiado pela

---

[222] A partir de 1969, tem-se as estatísticas anuais sobre o crédito rural publicadas sistematicamente pelo Banco Central. Cabe observar, entretanto, que o número de contratos realizados, segundo as informações do DACEN, não necessariamente coincide com o número de estabelecimentos rurais, em princípio potencialmente aptos a receberem crédito do SNCR, do IBGE. Outro problema que surge, quando se deseja estimar o número de estabelecimentos rurais que recebeu efetivamente crédito rural do SNCR, é dado pela dificuldade de se identificar o número de produtores rurais beneficiados indiretamente com crédito rural via repasses das cooperativas. Ver a esse respeito Guedes (1981, p.11-12).

política de crédito rural, tendo sua participação relativa aumentada de 59,30% (1969) para 71,38% (1976), enquanto, no mesmo período, o sub-setor pecuário perdia posição caindo de 30,70% (1969) para 28,62% (1976).

Mas, para melhor percebermos a importância do financiamento rural nesse período, passemos à análise do desempenho das modalidades do crédito rural em função da demanda por máquinas agrícolas e insumos agroquímicos e dos resultados sobre a produção agropecuária. Não cabe, nesta tese, rever a discussão em torno do desperdício no uso e abuso dos fertilizantes e defensivos agrícolas e seus impactos perversos ao solo e à saúde humana.[223]

3.3.2.1.0 Crédito de Investimento e a Mecanização da Agricultura

As primeiras práticas de mecanização da agricultura brasileira, segundo Kageyama (1987, p.41), ocorreram em meados dos anos 20. Daí até o final dos anos 50, a demanda interna por máquinas e equipamentos agrícolas foi predominantemente atendida por importações dos países europeus e dos EUA. Em decorrência disso, havia uma série de problemas operacionais que iam desde a ausência de padronização das máquinas agrícolas, passando pela falta de assistência técnica, até o desconhecimento, por parte dos operadores, do manejo e manutenção dos tratores e implementos rurais.[224]

Foram várias as tentativas governamentais, desde 1952, no sentido reduzir a dependência da agricultura da importação de máquinas agrícolas do exterior.[225] Porém, somente com o Plano de Metas, que abre espaço para a implantação e expansão das indústrias automobilísticas e de autopeças, é

---

[223] Sobre este aspecto sugiro a leitura do Relatório de Pliegg, Elza Flores et alli. Impacto dos Agrotóxicos Sobre o Ambiente e a Saúde: Repercussões Sociais. Brasília, PNUD/OIT/BRA/82/024, 1985.

[224] Ver melhores detalhes sobre as origens e evolução da indústria de máquinas agrícolas no Brasil em Neto (1985, p.58-59). Um estudo mais amplo sobre as origens e evolução da indústria de máquinas agrícolas e seus mercados nos países desenvolvidos pode ser encontrado em Fonseca (1980, p.54-134).

[225] A frustada tentativa da fabricação do trator nacional, através da Fábrica Nacional de Motores (FNM) em consórcio com a FIAT italiana, em 1952, bem como o esforço do governo federal de disciplinar e limitar as importações de tratores estrangeiros, através do Decreto n.40.260, em 1955, são reveladores da preocupação do Estado com os problemas da agricultura brasileira. Em 1959, os representantes dos diversos setores industriais e agrícolas, preocupados com a dependência da mecanização da agricultura brasileira, se mobilizaram para reivindicar do governo uma solução para o problema. Ver ainda Neto (1985, p.134).

que ficam criadas as condições técnicas para a implantação de uma indústria de tratores no Brasil.

Com a instituição do Plano Nacional da Indústria de tratores de Rodas e a fixação das normas técnicas para produção dos primeiros tratores de rodas pelo Grupo Executivo da Indústria Automobilística(GEIA), através da resolução No.224, tem início a fase autônoma e endógena da mecanização agrícola brasileira com a instalação, em 1959, da indústria de tratores no País.[226] A partir de 1966, tem início a implantação das primeiras indústrias de colheitadeiras no Sul do Brasil. Da mesma forma como a indústria de tratores, a indústria de colheitadeiras nasce como um oligopólio diferenciado sob o controle de algumas empresas líderes no mercado. Esta indústria nacional, atualmente, é composta por sete empresas com 80% do mercado sendo controlado pelas filiais estrangeiras.[227] Porém, o grande impulso dessa indústria vai coincidir com o "boom" da produção de soja e a com possibilidade do uso combinado da colheitadeira na cultura do trigo e de outros cereais nessa região.[228]

Pelo Decreto No.60.056/1967, ficaram criadas as condições institucionais para a internalização da fabricação de colheitadeiras no País. Assim, além da reserva de mercado, garantida pela proibição de importação, o Estado assegurou aos fabricantes dessa indústria os mesmos incentivos dados a indústria de tratores agrícolas.

Quanto à indústria de implementos agrícolas, esta desenvolveu-se num espaço regional que lhe serviu de proteção natural. Sem um forte apoio governamental, essa indústria cresceu com uma ampla diversidade de produtos e das firmas que as fabricam. Com um mercado próximo de um oligopólio competitivo, a indústria produtora de implementos agrícolas, principalmente daqueles mais sofisticados, tem sua produção e venda

---

[226] Em 1962, dado o grau de desenvolvimento da indústria nacional de tratores, foi criado, pelo decreto n.50.519, o GEIA foi substituído pelo GEIMAR(Grupo Executivo de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias).

[227] São seis as firmas que hoje fabricam colheitadeiras nessa indústria: a Massion, que ainda oferece a linha Massey-Ferguson, Schneider-Logemann(SLC), New-Holland, recentemente adquirida pela Ford, Ideal, Lavrale, Santa Matilde e a Jacto. Uma análise mais detalhada das formas de concorrência da indústria de tratores e colheitadeiras pode ser encontrada em Fonseca(1990, p.166-204).

[228] As colheitadeiras deferenciam-se das colhedeiras em geral pelo fato de possuirem força automotriz própria segundo sua finalidade de uso e capacidade de colheita. Ver a esse respeito os comentários de Kageyama et alli(1987, p.43) e Fonseca(1990, p.193-195).

vinculadas ao desempenho do mercado de tratores agrícolas. Assim, embora a produção desses produtos seja preponderantemente destinada ao mercado doméstico, o mercado de implementos agrícolas não tem uma dinâmica própria por ser dependente do comportamento do mercado de tratores agrícolas.[229]

No entanto, apesar da implantação da indústria de máquinas e equipamentos para a agricultura — tratores, colheitadeiras e implementos agrícolas — o seu impulso inicial se deu via mercado doméstico. Assim, para o caso da indústria de tratores, já em 1960, para um total de 12.702 tratores importados, as primeiras firmas produtoras de tratores de rodas, quase todas subsidiárias estrangeiras, começaram a produzir 37 unidades, de potência média variando de 36 a 45 cv, sendo 32 pela Ford e 5 pela Valmet.[230]

Em 1969, como mostra a tabela No. 3.13, a produção nacional de tratores de rodas já atingia o volume de 9.882 unidades contra a importação de apenas 420 unidades. Da mesma forma a indústria de colheitadeiras saltou de uma produção de apenas 12 colheitadeiras automotrizes, em 1966, para 282 unidades, em 1969.[231] Mesmo assim, a indústria nascente, apesar da política de proteção, ressentia-se de um mercado organizado e de um plano de financiamento para as vendas da produção nacional que, nos seus primórdios, atuou com capacidade ociosa. Para resolver esse problema, foi fundamental a participação do Estado — coordenando a expansão do setor e acionando diversos incentivos fiscais e creditícios — na criação e regulação de mecanismos e instrumentos estimuladores da oferta e da demanda efetiva.

De fato, entre 1969/1976, o crédito rural subsidiado atuou pelo lado da demanda sustentando o bom desempenho das vendas das máquinas agrícolas para os produtores rurais. Pelo lado da oferta, a manutenção da isenção do

---

[229] Sobre as características da evolução da indústria de implementos agrícolas, ver Kageyama et alli (1987, p. 44-47) e Nelo (1985, p. 61-65).

[230] As primeiras empresas brasileiras oligopolistas da indústria nascente de tratores de rodas foram a Massey-Ferguson, depois Massey-Perkins, Ford, Valmet, CBT, Fendt e Dembosa. Há, atualmente, sete empresas na indústria de tratores: a Maxion, ex-Massey-Perkings, Ford, Valmet, Agrale, Santa Matilde, CBT e Yanmar. Pela resolução n. 224, os tratores de rodas ficaram classificados em leves (de 25 a 35 CV na barra de tração); médios (de 36 a 45 CV na barra de tração) e pesados (mais de 45 CV na barra de tração). Ver maiores detalhes em Fonseca (1990, p. 135-162).

[231] Sobre as estratégias e padrões de concorrência na indústria de tratores agrícolas e colheitadeiras no Brasil, ver Fonseca (1990, p. 165-221).

ICM desde 1970 e a suspensão da cobrança do IPI a partir de 1974, acabaram reduzindo os custos e preços finais dos bens de capital para a agricultura. No caso do crédito de investimento, além da amortização em média de 5 anos com carência de 3 anos, é a taxa de juros negativa a variável chave capaz de alterar os preços relativos em favor da aquisição de máquinas agrícolas de forma a substituir mão-de-obra por tratores, colheitadeiras e implementos agropecuários.[232]

Através da tabela No.3.11., pode-se ter uma idéia do volume de recursos do crédito de investimento destinado a dar suporte a venda de máquinas agrícolas.[233] Constata-se que, no período de intensa modernização da agricultura, a participação do crédito de investimento no crédito total evoluiu de 28,08% (1969) para 32,42% (1976). Ademais, tomando-se os tratores de rodas e colheitadeiras, que representam mais de 70% do valor da produção dessa indústria de máquinas para a agricultura, observa-se a significativa expansão da produção deste setor industrial no período de maior crescimento real do crédito de investimento.

De fato, pela tabela No.3.13, percebe-se que a indústria de tratores que de rodas, que vendia apenas 9.982 unidades em 1969, atinge o seu nível máximo, em 1976, com a venda de 63.776 tratores de rodas. Do mesmo modo, a indústria de colheitadeira automotrizes passou de uma produção de 282 unidades, em 1969, para 7289 em 1976. Nesse período, fica destacado a importância do crédito rural de investimento, com uma taxa de real crescimento médio anual de 27,28%a.a., não só para a mecanização da Agricultura, por parte dos produtores rurais, como também para o dinamismo da indústria de máquinas agrícolas cujas vendas foram induzidas muito

---

[232] A política de crédito de investimento subsidiado, reforçada pelas metas do II PND para a indústria de máquinas e equipamentos agrícolas, buscou a integração agricultura-indústria. Atuando pelo lado da demanda, o crédito para investimento ampliou o mercado para os seus produtos; enquanto do lado da oferta, a política fiscal de reduções e isenções de impostos indiretos (ICM e IPI), ao reduzir os custos e preços desses bens industriais, permitiu que as unidades econômicas rurais acessassem a base tecnológica mínima para capacitá-las ao consumo produtivo de tratores e insumos agrícolas da indústria.

[233] Há que se observar que, além das dificuldades da comparação entre o valor do crédito rural e o valor da vendas das máquinas agrícolas, devido a variação temporal dos preços e a variedade de modelos de máquinas agrícolas com preços distintos, as estatísticas do BACEN não só incluem outras rubricas de investimentos agrícolas, como não especificam os diversos tipos de máquinas agrícolas. Ver a esse respeito Guedes (1981, p.65-67).

mais pelo crédito rural do que pelas tentativas de redução do preço real.[234]

3.3.2.2.0 Crédito de Custeio e a Quimificação da Agricultura

Os fertilizantes e defensivos são insumos agroquímicos que formam a base do processo de quimificação da agricultura.Nos seus primórdios,a demanda agrícola desses insumos químicos era atendida através de importações realizadas sob a condução de uma política liberal com cambiais favorecidas.Muito embora,nos idos dos anos 40,a indústria química nacional tenha iniciado a produção de fertilizantes inorgânicos,a implantação da indústria nacional de fertilizantes só vai ocorrer com o Plano de Metas.

Mas,sem dúvida,a indústria de agroquímicos__fertilizantes e defensivos__vai ganhar grande impulso com o II PND.Aqui,mais uma vez,foi fundamental a presença do Estado,coordenando e articulando uma parceria com as empresas estatal,transnacional e nacional,para garantir a implantação da indústria nacional de insumos básicos nos anos 70.Para o desenvolvimento da indústria nacional de agroquímicos,foi criado o Plano de Fertilizantes e Calcário Agrícola(PNFCA) e o Plano Nacional de Defensivos Agrícolas(PNDA).

Também foi criado,através do Decreto No.58.193,de 14/04/66,o Fundo de Estímulo ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais(FUNFERTIL)que tinha por característica a cobertura dos encargos financeiros em financiamentos destinados à compra de fertilizantes.No início do programa,a cobertura financeira era total,porém,posteriormente,os agricultores passaram a arcar com uma taxa de juros de 3%a.a.Pela resolução No.143,de 20/03/70,do BACEN,o FUNFERTIL foi substituído pelo Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola (FUNDAG),uma sub-conta do FUNAGRI,que passou a financiar todos os insumos modernos a juros de 7%a.a.[235]

---

[234]Guedes(1981,p.81-83) comenta que era tal a dependência da indústria de máquinas agrícolas em relação ao crédito rural,sob o controle das AM,que os empresários desse setor não só acompanhavam as liberações de crédito de investimento,como por vezes seus lucros eram afetados pela política de crédito rural.

[235]Maiores detalhes sobre as condições específicas de financiamento dos produtos da indústria de agroquímicos podem ser encontrados em Contador & Ferreira (1984,p.71-77).

Não há dúvida que o crédito de custeio, também, teve um papel importante e complementar ao crédito de investimento na medida em que contribuiu para sustentar a demanda corrente dos insumos modernos para a agricultura fertilizantes, corretivos, defensivos e sementes melhoradas imposta pela própria necessidade de expansão da nova estrutura tecno-produtiva da agricultura brasileira entre 1969/1976. Neste período, a política de crédito de custeio para financiar o capital de giro dos estabelecimentos rurais, além das vantagens dos subsídios implícitos e das condições especiais de pagamento, condicionou a concessão do crédito de custeio à destinação de pelo menos 15% do empréstimo rural concedido à compra de insumos modernos para garantir um mínimo de consumo corrente. Pela resolução No.311/1974, o Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola (FUNDAG), sob o controle do BACEN, realizava um repasse de subsídio de 17% para a aquisição de insumos modernos às instituições financeiras.[236]

Essas medidas determinaram uma expansão no volume de crédito de custeio, conforme se observa na tabela No.3.11., da ordem de 23,0%a.a. Mesmo assim, a participação do crédito de custeio, em relação ao total de crédito rural, decresceu de 46,66% (1969) para 42,29% (1976). Como resultado dessa expansão do crédito de custeio, face as condições favoráveis à ampliação do mercado de produtos agrícolas, há um crescimento substancial nas vendas dos fertilizantes (NPK) e defensivos agrícolas fungicidas, inseticidas e herbicidas no período 1969/1976, conforme mostra a tabela No.3.14.

3.3.2.3.O Crédito de Comercialização e a Produção Agrícola

Maluf (1990, p.391-392) observa que a política crédito de comercialização, baseada na garantia de preços mínimos e créditos de EGF/AGF, ficou também subordinada a política de modernização da agricultura, através do condicionamento do financiamento (EGF) à quitação integral pelo agricultor do crédito de custeio, já que não podia haver dois financiamentos com o mesmo penhor de produção.[237]

---

[236] Ver comentários de Comun & Müller (1985, p.32-33).

[237] A política de preços mínimos no Brasil surgiu formalmente com a criação da Comissão de Financiamento da Produção (CFP), através do Decreto n.5.212, de 21/01/1943. Entretanto, a fixação dos preços mínimos só começa a ser realizada a partir da Lei n.1.506, de 19/12/1951. Posteriormente, a Lei Delegada n.2, de 26/09/1962, introduziu diversas modificações na política de preços mínimos, com destaque para exclusividade dos beneficiários (produtores e cooperativas rurais), e o Decreto n.57.391, de 07/07/1965, ampliou as categorias de beneficiários com a inclusão das indústrias de beneficiamento e dos intermediários da comercialização de produtos agrícolas.

Assim,embora não se pretenda realizar uma análise do comportamento da Política de Garantia Preços Mínimos(PGPM),há que se adiantar que a operacionalização dessa política agrícola se fazia e ainda se faz através de dois instrumentos básicos:as Aquisições do Governo Federal (AGF),quando é adquirido o produto do interessado,e os Empréstimos do Governo Federal (EGF),quando o governo financia o interessado,com base no valor de seu produto,para que ele possa esperar melhores condições de comercialização do seu produto no mercado.[238]

Não obstante,enquanto o EGF funciona como uma espécie de crédito de comercialização que visa fornecer liquidez aos agentes rurais para que eles possam transportar no tempo os seus produtos,o AGF funciona muito mais como um tipo de "seguro de preço" para o agricultor.De qualquer modo,caso o tomador de EGF não consiga melhores condições para vender o seu produto no mercado,até o vencimento do seu empréstimo,então ele pode transformar o seu EGF em AGF.

Não resta dúvida,pelo acima exposto,que há uma vinculação entre a política de preços mínimos e a política de crédito rural no sentido da modernização da agricultura brasileira.De fato,como observa Guedes(1981, p.108),o EGF,embora vinculado a PGPM,sob a coordenação da CFP/MA,ainda hoje é um instrumento complementar do crédito rural executado pelo Banco do Brasil.Mais ainda,o fato da determinação dos níveis de financiamento, para as atividades de custeio,está relacionada direta ou indiretamente com a política de fixação dos preços mínimos,só reafirma este vínculo.[239]

---

[238]Os contratos de AGF podiam ser realizados direta__via aquisição do produto pelos agentes financeiros autorizados pelo Banco Central(em particular o Banco do Brasil)ao preço mínimo fixado mediante a emissão da nota fiscal e pagamento ao vendedor em ato de contra entrega do produto classificado e armazenado__e indiretamente__via transformaçãoe dos EGF,s em AGF,s pelo Banco do Brasil__para liquidação parcial ou total dos débitos contraídos pelos mutuários de EGF para cada produto específico.Os contrato de EGF,que tinham com garantia de penhor os produtos estocados,podiam ser realizados na forma de AGF/COV(com opção de venda), em que é facultado ao tomador o direito de transformar o EGF em AGF,e na forma de EGF/SOV(sem opção de venda),em que o tomador libera recursos financeiros para estocagem e conservação do seu produto para venda futura em melhores condições de mercado.Além disso, foram criadas duas outras modalidades de crédito:(1)o EGF para preparo do produto em época de colheita(secagem,limpeza e ensacagem) e o Pré-EGF para fornecer capital de giro às cooperativas com vista a adiantar o preço mínimo aos pequenos produtores cooperados.Maiores informações sobre a política de preços mínimos,ver Delgado(1978,p.22-75) e Mollo(1983,p.12-45).

[239]Ver a esse respeito os comentários de Guedes(1981,p.108-110).

É fato que o crédito de comercialização, embora com uma participação minoritária, em média de 25% em relação ao total do crédito rural entre 1969/1976, também apresentou um bom desempenho crescendo a uma taxa média de 24,64%a.a., conforme acusa a tabela No.3.11. Neste sentido, o crédito de comercialização foi complementar ao crédito de custeio, particularmente através dos Empréstimos do Governo Federal (EGF), ao destinar recursos financeiros para a agropecuária e agroindústrias, contribuindo assim para o escoamento das safras agrícolas. (Ver tabela No.3.15).

Vejamos, na sequência, os efeitos da política de crédito rural na produção e produtividade agrícola.

3.3.2.4. Financiamento Rural e Produção Agrícola

Não se pretende realizar, aqui, uma análise exaustiva sobre o desempenho da agricultura brasileira em termos de produção e produtividade, uma vez que este tema já foi o suficientemente explorado por outros autores.[240] Deseja-se apenas destacar a importância que o crédito rural teve para o crescimento da produção e produtividade agrícola neste período. Entre 1969/1976, os recursos destinados ao financiamento das atividades agrícolas cresceram a um ritmo superior ao produto agrícola. Apesar das dificuldades existentes para fins de comparação, quando se toma os dados agregados de crédito rural, ainda assim é um fato notório que o volume de financiamento rural cresceu mais que o produto agrícola. (Ver tabela No.3.8).

No entanto, apesar da importância do financiamento rural à intensa monetização e tecnificação da agricultura, nota-se uma certa defasagem entre o aumento do produto da agropecuária e o aumento no volume do crédito rural. Na verdade, o efeito positivo da política de crédito rural, em relação à modernização da agricultura brasileira, se manifestou muito mais através do aumento da produção de alguns produtos agrícolas exportáveis do que em relação aos produtos de consumo doméstico, conforme se pode observar na tabela No.3.16. No tocante ao aumento da produtividade agrícola, com exceção de alguns produtos voltados ao consumo doméstico, percebe-se que a produção da agricultura brasileira apresentou um razoável desempenho na década de 70. De fato, pela tabela No.3.17, percebe-se que, no período de 1970/1980, a produtividade do trabalho da agricultura brasileira cresceu a uma taxa de 1,0%a.a; a "produtividade da terra"

---

[240] Uma análise dos resultados da modernização agropecuária nos 70, pode ser encontrada em Kageyama & Graziano da Silva (1983, p.1-13).

expandiu-se a uma taxa de 2,7%a.a;e a área explorada/força de trabalho a 0,2%a.a.

Não obstante,o menor crescimento da produção agrícola dos produtos de consumo doméstico,juntamente com a contração da demanda efetiva devido a política de arrocho salarial,acabaram afetando a disponibilidade "per capita" para o consumo urbano nos anos 70.Assim,apesar da expansão do crédito rural para quase todos os produtos,o efeito dessa expansão impactou o crescimento da produção agrícola de forma diferenciada por produtos.

Mesmo assim,a produção agrícola,no geral,cresceu.A produção de cana-de-açucar,por exemplo,cresceu 85%,saltando de 75,2 milhões de toneladas,em 1969,para 138,9 milhões,em 1979;a produção de soja cresceu 827%,pulando de 1,1 milhões de toneladas,em 1969,para 10,2 milhões em 1979;e a produção laranja aumentou cerca de 191%,indo de 14,5 mil milhões de frutos,1969,para 42,2 mil milhões,em 1979.Mas,em compensação,a produção de arroz cresceu apenas 19%,saltando de 6,4 milhões de toneladas, 1969, para 7,6 milhões,em 1979;a produção de milho cresceu apenas 29,3%, elevando-se de 12,7 milhões de toneladas,1969,para 16,3 milhões em 1979;a produção de feijão decresceu menos 4,5%,caindo de 2,2 milhões de toneladas,1969,para 2,1 milhões,em 1979;e a produção de mandioca declinou de menos 17,3%,indo de 30,1 milhões de toneladas,em 1969,para 24,9 milhões em 1979.(Ver tabela 3.18).

Há um novo padrão de crescimento agropecuário,entre 1970/80,com a área de lavouras permanentes crescendo cerca 32%,passando de 7,9 milhões de hectares,1970,para 9,8 milhões,em 1980;e a área de lavouras temporárias crescendo 64%,saltando de 25,9 milhões ha,1970,para 38,6 milhões,1980. Neste mesmo período,a população bovina aumentou de 78 milhões de cabeças, em 1970,para 118 milhões,em 1980;a suína de 31,4 milhões,1970, para 36,1, em 1975,voltando a cair para 32,6 milhões em 1980.Mas foi a população de aves que teve um crescimento extraordinário,passando de 203,9 milhões,em 1970,para 413,2 milhões em 1980.(Ver tabela No.3.19).

Entretanto,esse novo padrão de crescimento agropecuário se deu de forma diferenciada regionalmente.De fato,pela tabela No.3.19,nota-se que, entre 1970/80,enquanto a expansão da fronteira agrícola do Norte se fazia com base na pecuária e nas lavouras permanentes;no Centro-Oeste, apesar do crescimento do rebanho bovino,a expansão da área das lavouras temporárias fez a diferença.A base tecnológica dessa expansão,tendo como suporte a mecanização,foi significativa,principalmente entre 1970/75,para todas as regiões,com destaque ao Sul-Sudeste.Nas regiões Norte e Nordeste, apesar do uso mais intenso da mecanização,a presença da mão-de-obra é ainda

forte nas atividades agropecuárias.Nas regiões Sul e Sudeste,além do elevado grau de mecanização,nota-se uma tendência à substituição de lavouras permanentes por temporárias.

Como se vê,a política de modernização da agricultura brasileira ganhou forte impulso na década de 70.O fator responsável por esta aceleração, por certo,foi sem dúvida o crédito rural subsidiado que permitiu a aquisição de insumos agroquímicos e de máquinas e implementos agrícola. Como resultado dessa política agrícola,a produção agropecuária acabou se beneficiando dos aumentos da produtividade da terra e do trabalho.

Mas,ao longo desse período,os principais beneficiários de todas as modalidades de crédito rural foram as regiões Sul e Sudeste e os grande produtores rurais,como demonstra a tabela No.3.20.Na realidade,na perspectiva dos bancos comerciais privados,era mais vantajoso concentrar os empréstimos compulsórios em contratos de grande monta__a tomadores rurais atacadistas__do que pulverizá-los em milhares de pequenos contratos a tomadores varejistas__uma vez que essa opção permitia uma redução dos custos financeiros operacionais dos contratos realizados.

Talvez seja essa uma das razões porque as AM,preocupadas com essa racionalidade bancária desde o início,estiveram sempre dispostas a obrigarem os bancos privados do SNCR,através da res.No.97/1968 do BACEN, a destinarem parcela do crédito rural aos pequenos produtores.[241] Posteriormente,com a revogação parcial dessa resolução pelo BACEN, reabriu-se o canal para que os grandes bancos voltassem a praticar essa racionalidade bancária que,juntamente com o maior poder patrimonial dos grandes produtores rurais,em termos de garantias em terras,benfeitorias e semoventes,acabaram induzindo uma forte concentração do crédito rural em benefício dos grandes produtores rurais integrados aos complexos agroindustriais.Este aspecto da concentração do crédito rural será abordado no próximo capítulo.

---

[241] Esse mecanismo de controle da oferta de crédito rural,impôs aos bancos comerciais que no mínimo 10% de todas as modalidades de crédito fossem aplicados em financiamentos equivalentes a 500 SM e que pelo menos 10% do total das aplicações fossem destinadas aos contratos de até 50 SM.Mas,logo a seguir,a pressão dos grandes bancos forçou o Banco Central,através da resolução n.140/1970,a revogar a primeira parte das restrições e conservar apenas a última.Ver a esse respeito Costa(1978,p.41-48).

3.3.3.Mudanças na Política de Financiamento Rural e seus Reflexos na Modernização da agricultura:1977/1979

O período de 1977/1979,demarca a etapa de transição da política de crédito rural à modernização da agricultura.De fato,as mudanças nas condições e regras de financiamento rural sujeitas agora a política monetária contracionista dos meios de pagamento passaram a afetar a expansão do volume do crédito disponível à agropecuária.Nesse período,a taxa de crescimento do volume de crédito rural,que entre 1969/1976 situou-se em torno de 24,54%a.a,caiu para 5,18%a.a interrompendo assim a fase de expansão do crédito rural.(Ver tabela No.3.11).

Na verdade,o recrudescimento da aceleração inflacionária,os problemas do endividamento externo e a natureza pró-ciclica da componente fiscal do Estado,sob sucessivos choques externos,foram aos poucos fragilizando a capacidade financeira do setor público e,consequentemente,as bases de sustentação do padrão de financiamento rural centrado no SNCR.Mais ainda,a aceleração inflacionária,por seu turno,provavelmente forçou o desvio dos recursos compulsórios oriundos dos depósitos à vista para o mercado financeiro.De fato,como revela a tabela No.3.21,a posição do crédito rural dos Bancos Comerciais,no total dos depósitos à vista do sistema bancário, declina de cerca de 22,55%(1976) para 15,46%(1979).

Na realidade,desde 1974,a reaceleração inflacionária e os choques externos,resultantes dos aumentos dos juros e preços do petróleo,já preocupavam as AM no sentido de mudanças na política expansionista do crédito rural.Não obstante,nenhuma medida radical,por parte da AM,foi tomada de imediato.Como observa Munhoz(1982,p.29),devido ao surgimento, em 1975,de novas fontes de recursos não remuneradas em poder da Autoridade Monetária,oriundas dos recolhimentos compulsórios sobre as importações e viagens ao exterior,foi possível uma recomposição dos fundos de financiamento das linhas especiais de crédito rural.

No entanto,a partir de 1976,com a desaceleração do ritmo dos investimentos de alguns projetos do II PND,pela interrupção de novos recursos do mercado financeiro internacional,tem início o processo de desaceleração do crescimento da economia brasileira.Na verdade,a redução do nível dos investimentos públicos,e seus efeitos sobre os investimentos privados,era o era o resultado,de um lado,do aumento da pressão da balança comercial em decorrência dos altos custos do petróleo e de outras matérias-primas no mercado externo;e,de outro,em face do recrudescimento da inflação cujo efeito se manifesta através da fragilização da capacidade financeira do governo.A partir de 1977,com o acirramento do processo inflacionário e o agravamento dos problemas ligados ao balanço de pagamentos,a oferta de

crédito rural passou a ficar sujeita a política econômica do "stop and go" desse período. Tinha início, assim, a crise do padrão de financiamento rural criado em meados dos anos 60.

A partir daí, a política de financiamento rural, cuja demanda por crédito era elástica a taxa de juros da AM, passou a sofrer restrições quantitativas através da fixação de limites máximos de expansão do volume de crédito rural. Mais ainda, com o aumentos dos preços dos combustíveis e das matérias-primas importadas, as altas taxas de inflação e dos juros domésticos passaram a pressionar a demanda pelo crédito rural subsidiado.

No caso das linhas especiais de crédito subsidiado, constantes das contas de crédito em aberto do Orçamento Monetário (OM), isto é, contas de crédito subsidiadas com o intuito de alavancar setores prioritários, via FUNAGRI (agropecuário) e FINEX (exportador), mas sem fontes estáveis de recursos financeiros — ocorreram déficits ocasionais que foram cobertos por emissões de moeda e/ou lançamentos de títulos públicos no mercado financeiro cujos efeitos se manifestavam por novos aumentos das taxas de juros do mercado de crédito.

A partir de 1977, a política macroeconômica de combate a inflação, via controle monetário do M1, não só conduziu à expansão da dívida pública interna como alterou o seu perfil devido ao lançamento dos títulos de curto prazo (LTN) em detrimento dos títulos de longo prazo (ORTN). Na verdade, os requerimentos de financiamento aos projetos de investimento do II PND, acabaram forçando o Estado a uma ampla mobilização de recursos junto ao mercado financeiro, tanto pela via do endividamento externo como interno, que resultou numa desmonetização da economia expressa no aumento da participação relativa dos ativos não-monetários em detrimento dos ativos monetários. (Ver tabela No. 3.5).

Numa economia com taxas de juros altas, sob rígido controle dos meios de pagamento, era de se esperar que os agentes econômicos passassem a retirar seus depósitos à vista dos bancos comerciais para aplicarem em ativos financeiros indexados. Com isso, o custo do saldo médio dos ativos monetários em poder dos bancos, ao crescer com a inflação, não só forçou o sistema bancário a operar com um nível de demanda por moeda mais baixo, como induziu a diversidade de inovações financeiras — como estratégia do setor bancário para fugir ao controle do BACEN — em direção as operações com ativos não-monetários.

De fato, com o desenvolvimento do sistema financeiro, há uma queda dos depósitos à vista nos bancos comerciais e, consequentemente, uma redução substancial dos recursos não-inflacionários da fonte compulsória do

SNCR.Para compensar essa queda dos depósitos à vista,o BACEN passou a elevar o percentual das exigibilidades sobre os depósitos à vista líquidos.Mas,a íntima conjugação dos processos de desmonetização dado pela queda da participação dos ativos monetários no total de ativos e de intensa preferência pela liquidez financeira, acabaram ampliando ainda mais a queda dos depósitos à vista dos bancos comerciais do SNCR.A persistência dessa tendência de redução das exigibilidades bancárias,para o crédito rural, acentuou-se ainda mais entre os anos de 1977/1979.

Nesse período,como se pode constatar na tabela No.3.10,a retração dos recursos da fonte compulsória do crédito rural,pela fuga dos depósitos à vista para ativos indexados,ampliou ainda mais a queda na participação dos empréstimos rurais dos bancos comerciais no total dos empréstimos do sistema bancário de 8,29%(1977) para 5,98%(1979).A política monetária de contração do crédito subsidiado,por outro lado,provocou uma retração dos recursos do fundo público,via Banco do Brasil,de 24,40%(1977) para 20,68%(1979).Nesse período de transição da política de crédito rural,a taxa real média de crescimento dos empréstimos rurais do SNCR caiu para 5,13%a.a. enquanto a taxa de crescimento da renda nacional do setor agropecuário também declinava para 2,96%a.a. denotando a perda do dinamismo da expansão do crédito rural,em relação ao período anterior, conforme pode ser visto na tabela No.3.8.

A redução do ritmo de crescimento do crédito rural,por certo,não se deveu apenas a política monetária de restrição moderada desse período, mas,sobretudo,a menor prioridade que o governo federal passou a conferir à modernização da agricultura.A partir de 1977,nota-se o abandono dos mecanismos de estímulo direto à propagação das inovações tecnológicas em direção ao campo.Essa tendência começa a se manifestar com as mudanças nas regras operacionais do financiamento rural.Com a desativação dos gastos de investimentos do II PND à modernização da agricultura,há uma redução para 1,39%a.a.(1977/1979)da taxa média de crescimento real do crédito de investimento.Com isso,como se observa na tabela No.3.11,a participação relativa do crédito de investimento,no total do crédito rural,declina de 44,00%(1977) para 24,98%(1979).

Essa mudança de ênfase na política de mecanização da agricultura,baseada no uso intensivo do crédito de investimento,se manifesta duplamente:do lado oferta,pela redução do volume real do crédito rural de investimento e,do lado da demanda,pelas medidas de contenção através da diferenciação das taxas de juros e da fixação de "tetos" percentuais por categoria de produtor rural.A intenção do governo federal era elevar a participação do capital próprio dos mutuários de empréstimos rurais,particularmente os

grandes produtores, segundo as novas regras fixadas pela resolução No.416/77 do BACEN.

As mudanças operadas nas condições da política de concessão do crédito rural de investimento aos produtores rurais, que implicaram numa redução do volume dessa modalidade de crédito, acabaram realmente afetando o mercado de tratores e implementos agrícolas desse período. De fato, pela tabela No.3.13, constata-se um declínio da venda de tratores de rodas de 63.776(1976) para 49.523(1979), o que confirma a relativa dependência da demanda desse mercado de bens de produção ao crédito de investimento.

No caso dos créditos de custeio e comercialização, apesar da queda no volume dos recursos dessas finalidades, eles continuaram estimulando a demanda por insumos agrícolas, já que nem a agricultura moderna e nem tampouco a indústria agroquímica se encontravam suficientemente maduras para promoverem e sustentarem por si sós a dinâmica deste mercado. Neste sentido, como observam Kageyama et alli (1987, p.60), apesar da redução da taxa de crescimento do crédito rural nesse período, a continuidade do projeto de modernização foi parcialmente mantida não só pela manutenção do crédito de custeio, para o financiamento dos insumos modernos, como pela reorientação do crédito de investimento para certas culturas específicas, a exemplo da soja e cana-de açucar (PRÓ-ALCOOL).

Entre 1977/1979, como se nota na tabela No.3.12, apesar da taxa real média de expansão do crédito de custeio ter caído para 11,32%a.a., em razão da política monetária concentracionista praticada pelo BACEN, essa redução não afetou tanto o crédito de custeio cuja participação relativa variou de 47,29% (1977) para 50,30% (1979). Ainda assim, essa modalidade de crédito rural, destinada a estimular as safras agrícolas, também ficou sujeita aos limites da parcela financiável para forçar os mutuários a comprometerem seus recursos próprios.

Na sequência, o BACEN, via resolução No.402/76 e circular No.329/77, retirou os subsídios diretos dos preços dos fertilizantes e defensivos e as isenções dos encargos bancários dos empréstimos rurais que incidiam na compra dos insumos modernos. No entanto, para compensar essa medida geral, o governo resolveu manter as isenções dos encargos à parcela do crédito destinada a aquisição dos fertilizantes.

De fato, a exceção dos fertilizantes, a política de modernização química deixou de contar com os subsídios diretos capazes de alterar os preços relativos dos insumos modernos. Não obstante, ainda permaneceu a exigência

de gasto de 15% dos empréstimos de custeio em insumos modernos, só que sem qualquer imposição quanto ao uso de tecnologias específicas.[242] Com isso, o produtor rural, podendo optar entre as diversas alternativas tecnológicas, pôde melhor comparar os seus ganhos de produtividade com os preços dos insumos que agora embutiam preços em bases mais realistas.

De qualquer maneira, a retirada dos subsídios da taxa de juros, juntamente com as restrições quantitativas do volume de crédito de custeio, acabaram provocando um desaquecimento na demanda por insumos agroquímicos com reflexos na indústria oligopólica de insumos modernos, conforme pode se vê na tabela No.3.14. Com o agravamento da pressão da demanda por crédito de custeio — já que a crescente redução dos recursos dos compulsórios dos bancos privados pressionava o fundo público do Banco do Brasil — o BACEN, através da resolução No.556, de 12/06/79, resolveu elevar de 15% a 17% o percentual das exigibilidades sobre os depósitos à vista dos bancos comerciais para atender a safra de 1979/80.

O crédito de comercialização, por sua vez, teve sua taxa real média reduzida para 3,48%a.a., entre 1977/79, portanto aquém do crescimento real do período anterior. Isto significou uma queda da participação percentual do crédito de comercialização em relação ao crédito total de 28,45% (1977) para 24,72% (1979), como aponta a tabela No.3.11. Esta modalidade de crédito rural também foi atingida pela resolução No.416, de 26/01/77, do Banco Central que visava aumentar a participação do capital próprio dos tomadores rurais.[243]

Mesmo assim, o crédito rural de comercialização continuou atuando como importante fonte complementar de recursos para a consolidação das cooperativas e agroindústrias, via política de EGF, na medida em que fornecia o capital de giro necessário as atividades de comercialização e estocagem a um custo mais baixo do que no mercado financeiro geral. Mesmo assim, além das adversidades climáticas, as medidas restritivas do BACEN afetaram a taxa de expansão do produto agrícola que caiu para 2,98%a.a. entre 1977/1979. (Ver tabela No.3.8).

---

[242] A esse respeito conferir Comin & Müller (1985, p.48)

[243] O Banco Central buscou alterar os encargos financeiros dos créditos de comercialização de três maneiras: (1) nos descontos de promissórias e duplicatas rurais as taxas passaram a ser de 23% a.a; nos empréstimos da política de preços mínimos (EGF) de 18% a.a; e na pré-comercialização em cerca de 15% a.a.

Neste período de transição, as mudanças nas condições de concessão da política de financiamento também tinham a intenção de alterar a tendência concentracionista da distribuição do crédito rural aos agricultores. Havia uma tendência, por parte da AM, no sentido de melhorar as condições de acesso dos pequenos produtores ao financiamento rural. A criação de Postos Avançados de Crédito Rural do Banco do Brasil (PACRES) em regiões de difícil acesso, juntamente com o esforço de simplificação burocrática, se constituíram as primeiras tentativas de melhorar o atendimento dos pequenos produtores. Através da resolução No.548, de 30/05/1979, do BACEN, tornou-se obrigatória a adesão ao PROAGRO dos tomadores de financiamentos de custeio agropecuário.[244]

Um outro esforço de reversão da tendência concentracionista do crédito rural, foi levado a cabo pelo BACEN através da resolução No.540, de 08/05/79. Por esta resolução, a categoria dos pequenos produtores rurais não só foi reclassificada, em mini e pequenos, de acordo com o Maior Valor de Referência (MVR) fixado pela AM, como passou a gozar do benefícios da resolução No.546 que obrigava os bancos do SNCR a emprestarem no mínimo 25% para ambas as categorias. No entanto, essas medidas, embora deslocassem recursos das outras categorias de produtores, não chegaram a reverter a alta concentração do crédito rural dos grandes produtores em face da forma varejista da distribuição dos empréstimos rurais aos pequenos produtores e de sua insignificante participação macroeconômica.

Na verdade, a política de crédito rural não só contribuiu para aprofundar a diferenciação social do campesinato brasileiro, como serviu de instrumento de acumulação de capital da burguesia agrária. Apesar da falta de base estatística mais precisa e abrangente, pretende-se dirigir alguns comentários sobre o problema da concentração do crédito rural no próximo capítulo.

3.3.4. Taxas de Juros e Subsídios dos Financiamentos Rurais: 1969/1979

A política de financiamento rural, durante a década de 70, foi sustentada por juros negativos face as altas taxas de inflação. Mas, além dos subsídios embutidos nas taxas de juros negativas do crédito rural, o governo federal proporcionou subsídios diretos às atividades agropecuárias. Estes subsídios eram dirigidos para a aquisição de insumos agroquímicos e de máquinas e equipamentos. Esses subsídios diretos,

---

[244] Ver o conjunto de medidas levadas a cabo pelas AM no sentido de aperfeiçoar o SNCR no Relatório Anual do BACEN (1979, p.40).

associados ao crédito rural, estavam sujeitos a regulamentação do Banco Central do Brasil.

Analisando-se a evolução da política de juros do crédito rural, entre 1969/1979, verifica-se que, em função do comportamento da inflação, o BACEN passou a regular as taxas de juros nominais do crédito rural. O hiato entre as taxas de juros nominais e as taxas de inflação define o montante financeiro dos subsídios implícitos transferidos, via ao credito rural, à modernização da agricultura nesse período.[245]

Já em 1967, via resolução No. 67, de 22/09/67, o BACEN fixava a taxa de juros de 12%a.a. aos financiamentos rurais oriundos das aplicações compulsórias de 10% sobre os saldos dos depósitos líquidos à vista dos bancos comerciais.[246] Em 1970, essa mesma AM, através da resolução No. 140, de 22/03/70, reajustou os juros de financiamento do crédito de custeio, com prazos de até um ano, para 17% ao tomador final. Para as operações de investimento, com prazos superiores a um ano, os juros foram fixados em 7%a.a. mais correção monetária de até 10%, sujeita a reajuste pelo CMN.

Essa mesma resolução, estipulou uma taxa de juros preferencial de 7%a.a. para aquisição de insumos modernos. Para tal, o FUNDAG – Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola – e o FUNFERTIL – Fundo Financeiro para o Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais – se encarregariam de pagar os 10% restantes aos agentes financeiros.

A resolução No. 209, de 02/02/72, alterou as normas da resolução No. 140 e fixou a taxa de juros em 15%a.a., para as operações bancárias de até um ano, e em 7%a.a. mais correção monetária de 8%a.a para os contratos com

---

[245] A resolução No. 05, de 26/08/65, se constituiu no primeiro normativo do BACEN a estipular uma taxa de juros de 12%a.a. mais um "spread" de 3% sobre o valor do empréstimo rural concedido aos agricultores. No mesmo ano, através da resolução No. 08, de 13/11/65, o BACEN alterava as taxas e comissões e outras despesas, para até 12%a.a., visando estimular a demanda por máquinas e equipamentos agrícolas.

[246] Os saldos dos depósitos líquidos à vista refere-se aos saldos dos bancos do SNCR sobre os quais são aplicados as taxas de exigibilidades em cumprimento a resolução No. 69. Esse saldo, de acordo com a resolução No. 69, é dado pelo valor total dos depósitos dos bancos comerciais, excluídos: (1) os depósitos a prazo fixo com correção monetária; (2) os depósitos vinculantes as operações de câmbio; (3) os depositos transitórios das entidades públicas, destinados aos pagamento dos vencimentos do funcionalismo público ou oriundos de recolhimento de tributos e contribuições à previdência social transferíveis os bancos oficiais de crédito; (4) os depósitos dos governos Estaduais e Municipais, e suas Autarquias, nos respectivos bancos oficiais.

prazos superiores a um ano.No final de 1974,o BACEN,através da resolução No.331,de 11/12/74,isentou todos os encargos financeiros das operações de crédito rural à compra de insumos modernos que,como vimos, já vinha sendo parcialmente subsidiada.Em compensação,o FUNDAG passou a pagar uma taxa de 15%a.a.aos agentes financeiros a título de juros e correção monetária.

Posteriormente,através das Circulares No.249,de 14/04/75,e No.257,de 17/06 /75,o Banco Central do Brasil estipulou um desconto de 40% sobre o valor dos empréstimos para aquisição de fertilizantes.Para compensar,o Banco Central eliminou a isenção dos juros subsidiados e equalizou às taxas normais de 15%a.a. do crédito rural.Mesmo assim,os financiamentos para os demais insumos modernos continuaram sendo subsidiados com a isenção de juros.

Em 1976,O BACEN,através da Resolução No.402,de 22/12/76,extinguiu a bonificação de 40% sobre os financimentos destinados a aquisição de fertilizantes e eliminou a vantagem da isenção dos encargos financeiros nos créditos para a compra dos demais insumos modernos.As pressões dos "grupos de interesses" dos setores agrícolas,industrias e financeiros foram tão "penetrantes",junto a burocracia do Banco Central,que,dois meses depois,o BACEN,através da Resolução No.419,de 16/02/77,acabou voltando atrás em sua decisão e instituiu novamente a isenção dos juros para aqusição de fertilizantes.Com isso,mais uma vez,o FUNDAG voltou a pagar,para as instituições financeiras do SNCR,os juros de 15%a.a.Ainda em 1977,o BACEN, através da resolução No.416,de 26/01/77,manteve a taxa de juros de 15%a.a, para o crèdito de custeio,e reescalonou a taxa de juros das operações de crédito de investimento,entre 13% a 21%a.a.,em função das faixas do MVR (Maior Valor de Referência).

Em meados de 1979,o Banco Central,através da Resolução No.547,de 26/06/ 79, voltou a estabelecer,exceto para o crédito de custeio,as novas taxas de juros nominais e os limites de adiantamento para as demais operações de financiamento.No final desse mesmo ano,em função das altas taxas de inflação,o BACEN,através de Resolução No.590,de 07/12/79,resolveu indexar parcialmente o credito rural em termos de OTN mais uma taxa de juros real que variava entre 3 a 5%a.a.De nada adiantou essa indexação parcial, não só porque os percentuais incidentes sobre a correção monetária eram muito reduzidos,como porque a defasagem temporal para o cálculo da correção monetária não acompanhou o ritmo de crescimento da inflação desse período.

Como conseqüência,O BACEN,através da Resolução No.671,de 17/12/80, voltou a fixar os juros nominais do credito rural em 45%a.a.,para o custeio, investimento e comercialização.O aumento da carga de subsídio para o

governo, acabou forçando o BACEN, através da circular No.603, de 10/02/81, a eliminar os subsídios explícitos, via isenção de juros, para a aquisição de fertilizantes.

Para se ter uma idéia da evolução da política de juros nominais, levada a cabo durante a década de 70, para os créditos de custeio, investimento e comercialização, ver tabela No.3.22. Tomando-se as taxas de inflação, juntamente com as taxas de juros nominais das diversas finalidades de crédito rural, prevalecentes na região centro-sul para os médios e grandes produtores, foi possível calcular as taxas reais de juros incidentes sobre as diferentes linhas de financiamento rural, conforme se pode ver na tabela 3.23.

Como se sabe, os subsídios creditícios na forma de juros à agricultura sempre foram defendidos por vários autores e por várias razões [(Sayad (1979); Mata (1982) e Munhoz (1982)]. O tratamento preferencial à agricultura é apresentado como forma de compensar as adversidades do setor agrícola face aos riscos e incertezas. Mas, de outro lado, é também questionada a forma concessão dos subsídios para a agricultura através de fontes inflacionárias. Ademais, como o crédito rural é distribuído de forma desigual, entre regiões, produtos e produtores, esse instrumento passou a ser também criticado por contribuir para ampliar as desigualdades de renda e da riqueza.

Portanto, dada a importância dos subsídios à agricultura, entre 1969/1979, resolveu-se calcular os subsídios implícitos, expressos nos diferenciais das taxas médias dos juros nominais em relação as taxas de inflação, transferidos à agricultura através das diversas modalidades de crédito rural. Assim, partindo-se da metodologia já utilizada por Shirota (1988), buscou-se corrigir as taxas de juros reais em função dos prazos médios das operações dos créditos de custeio, investimento, comercialização e de aquisição dos insumos modernos, como mostra a tabela No.3.23. A aplicação dessas taxas de juros reais corrigidas sobre os volumes dos recursos das linhas de crédito rural, resultou na estimativa do montante dos subsídios concedidos a agricultura, conforme aponta tabela No.3.24.

Pode-se verificar, também, através da tabela No.3.23, que, entre 1969/1973, quando as taxas de inflação giravam em torno de 20% a.a., as transferências dos subsídios à agricultura eram pequenas se comparadas com o total dos financiamentos rurais ou mesmo com o PIBcf do setor agropecuário. Mesmo em 1971, ano em que a proporção dos subsídios creditícios atinge sua maior magnitude, a participação deste em relação ao PIBcf do setor agropecuário não alcança 1,0%. Entretanto, a partir de 1974, com o aumento do volume dos recursos do crédito rural, acompanhado por altas taxas de inflação e pela

ajustar as taxas de juros nominais, tem-se um substancial aumento no volume dos subsídios implícitos transferidos aos agricultores tomadores de crédito rural.

Esse expressivo incremento dos subsídios à agricultura, entre 1974/1976, pode ser percebido pelo aumento da participação relativa dos subsídios concedidos em relação ao FIBcf do setor agropecuário que, neste período, oscilou entre 0,66%(1969) a 13,02%(1976). Daí em diante, nota-se uma tendência de queda dos subsídios implícitos, nos dois anos seguintes, seguido de novo aumento de cerca de 22,55%(1979), como mostra tabela No.3.24. Na verdade, pode-se dizer que, neste período, apenas 20% dos 5.000.000 dos estabelecimentos tiveram acesso ao crédito rural. Deste milhão, dada a forte concentração do crédito rural, estima-se que cerca de 1% dos grandes mutuários sacaram 40% do total dos financiamentos rurais, isto é, aproximadamente 10.000 grandes produtores rurais — cerca de 1% de 1.000.000 — foram beneficiados com 40% dos subsídios transferidos ao setor agropecuário.[247]

---

[247] Esses subsídios à agricultura, apenas confirmam as observações de Quedes(1981, p.9) de que a política de juros subsidiados, defendida por alguns segmentos agrários, como uma forma de compensar os riscos e "penalidades" impostas pelo Estado à agricultura, revelou-se, nesse período, um poderoso instrumento indutor da concentração da renda e da riqueza agrícola

CAPÍTULO IV: A CRISE DO PADRÃO DE FINANCIAMENTO RURAL NA FASE DE DESACELERAÇÃO DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: 1980/1985

4.1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo, pretende-se analisar os fatores determinantes da crise do padrão de financiamento rural nos anos oitenta. Assim sendo, procurar-se-á examinar como a política macroeconômica de ajustamento, posta em prática nesse período, impôs um racionamento quantitativo e seletivo ao crédito rural e afetou o ritmo de modernização da agricultura.

Parte-se da hipótese de que há, pelo menos, duas razões para o arrefecimento do ritmo da modernização da agricultura nos anos 80. A primeira delas, pode ser discutida a luz da própria crise financeira do setor público que acabou precipitando uma recessão econômica durante a metade dos anos oitenta. A segunda, vinculada a política de ajustamento macroeconômico, decorreu tanto da redução do crédito subsidiado para a modernização da agricultura, particularmente do crédito de investimento, quanto das mudanças gerais operadas na política de crédito rural do que resultou a eliminação das taxas de juros reais negativas.

Com esta intenção, busca-se, no item seguinte, traçar os contornos da crise financeira do setor público e seus efeitos sobre a política de crédito rural. Na sequência, tenta-se reconstruir a trajetória da política de financiamento rural do período do ajustamento recessivo, entre 1980/83, e da fase seguinte dos primeiros ensaios da retomada do crescimento econômico entre 1984/85. No item seguinte, procura-se examinar o impacto da política de racionamento do crédito rural sobre a modernização da agricultura. Finalmente, no último item deste capítulo, analisa-se alguns aspectos da política de concentração do crédito rural.

4.2. O DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO DO SETOR PÚBLICO E A CRISE DO MERCADO DE CRÉDITO RURAL: 1980/1985

A crise do padrão de financiamento do setor público, gestada a partir de 1973 com o primeiro choque de petróleo e a elevação das taxas de juros internacional, explicita-se em sua plenitude nos anos 80. Após o segundo choque do petróleo em 1979, há um aprofundamento da crise financeira do setor público que vem culminar, em 1982, com a ruptura do padrão de financiamento da economia brasileira como consequência da crise do

mercado voluntário de crédito para os países em desenvolvimento e da política econômica de ajustamento levada a cabo pelo Estado.[231]

Na verdade, o sistema financeiro nacional, criado em meados dos anos 60, já nasceu articulado ao sistema financeiro internacional através da lei No.4.131, que permitia o endividamento direto das empresas não-financeiras no exterior, e da resolução No.63 que facultava às instituições financeiras domésticas a captação e repasses de fundos em moeda estrangeira. Até 1978, os empréstimos diretos do setor privado, sobretudo das empresas estrangeiras, e do setor público em geral, e em particular das empresas estatais, se constituíram nos principais veículos do endividamento externo. As operações bancárias de repasses de crédito em moeda estrangeira, realizadas pelos bancos privados, tiveram um papel secundário.[232]

Com o segundo choque do petróleo, a alta das taxas de juros internacional e a queda dos preços das "commodities", em 1979, o governo federal se viu forçado a abandonar sua política de crescimento econômico, gestada desde do IIPND, em favor de uma estratégia recessiva mais adequada às exigências do FMI. No entanto, o aumento das necessidades de captação de recursos, para fazer face ao serviço da dívida externa, numa época em que as empresas estatais e o próprio setor público em geral estavam sobre-endividados — e as empresas privadas revelavam pouco interesse na ampliação dos seus investimentos via endividamento externo — acabou reorientando a política econômica do governo federal.[233]

*De fato, com a queda do Ministro Simonsen no segundo semestre de 1979, é anunciada, pelo Ministro Delfim Neto, uma nova política econômica

---

[231]No período de 1977/1979, sem dúvida, o impulso ao endividamento externo brasileiro resultou do transbordamento do euromercado de moeda e da deliberada política econômica indutora da tomada de recursos externos pelo setor privado e pelas estatais no mercado financeiro. Ver a esse respeito Davidoff Cruz (1984, p.13-27).

[232]Uma análise detalhada dos tomadores de recursos externos, via lei n.4.131, resolução n.69 e financiamentos de importações, pode ser vista em Davidoff Cruz (1984, p.93-165).

[233]O desequilíbrio da estrutura produtiva advindo do II PND, marcado pelo superdimensionamento da indústria de bens de capital e pela falta de coordenação dos investimentos públicos e privados, e a política econômica de ajustamento do setor externo não foram suficientes para definir um novo padrão de crescimento econômico baseado no eixo dinâmico dos departamentos da indústria de bens de produção (DI) e na indústria de bens de consumo capitalista (DII). Uma análise dos fatores determinantes da crise e desaceleração entre 1974/1980 pode ser vista em Carneiro (1991, p.8-30).

expansionista de natureza heterodoxa. Este "experimento heterodoxo", como ficou conhecido, visava a um só tempo a retomada do crescimento econômico, o controle da aceleração inflacionária e a geração de superávits na balança comercial.

Para alcançar esses objetivos, num ambiente de descontrole das finanças públicas, o Min. Delfim anunciou um "pacote de medidas" consubstanciado numa reforma fiscal, aumentos dos preços das tarifas públicas e uma maxidesvalorização cambial de 30%, que quebrou a sequência da política de "minidesvalorizações", com propósitos de eliminar o pêso dos fartos subsídios dos setores agropecuário e de exportação. A pré-fixação da correção monetária e cambial em 45% e 40%, respectivamente, juntamente com a abertura dos mercados financeiros de ativos para a dívida pública e a adoção do controle dos preços pelo CIP, completavam as medidas de política macroeconômica para o ano de 1980.[234]

No entanto, essa estratégia, como é sabido, malogrou. Isto porque, enquanto no âmbito interno da economia brasileira, a aceleração inflacionária, a especulação com estoques de produtos e o processo de desintermediação financeira, devido ao retardo das correções monetárias e cambiais, potencializavam a instabilidade da economia; no "front" externo, a tendência de elevação das taxas de juros internacional, a persistência da alta dos preços do petróleo, a queda dos preços das "commodities" e a resistência dos bancos credores internacionais, para refinaciar a dívida externa brasileira, forçavam a mudança de rumo da política econômica desse período.

No primeiro semestre de 1980, as diversas medidas tomadas em relação ao crédito em geral, e a própria condução das políticas monetária e fiscal, já configuravam o abandono do "pragmatismo heterodoxo" em direção a uma política de ajustamento ortodoxo. Já em abril, o Banco Central do Brasil, através da resolução No. 605, de 02/04/80, promovia uma forte contração da oferta de crédito — limitando a expansão do crédito do sistema bancário em 45% para 1980 — visando a subida da taxa de juros do mercado doméstico. Ao lado dessa medida de política monetária, o aumento do Imposto

---

[234] Esta prefixação se configurou num grande equívoco para os condutores da política econômica, nesse período, na medida em que a ampliação do diferencial entre as taxas de inflação observadas e a das prefixações iam desestimulando a poupança, estimulando a antecipação do consumo e reduzindo a desvalorização real do cruzeiro, que se pretendera com a maxidesvalorização, levando a perda progressiva da credibilidade do governo e agravando ainda mais o processo inflacionário. Ver a esse respeito os comentários de Biasoto Jr (1988, p. 78-83) e de Malan (1983, p. 71-75).

sobre as Operações Financeiras(IOF) e outros mecanismos criados para induzir os agentes a tomada de empréstimos externos, tinham como finalidade elevar o custo do crédito interno para forçar os agentes econômicos à captação de recursos de fontes externas.[235]

Não obstante, a dinâmica da aceleração inflacionária, rumo a um patamar de 100%a.a, e o "pacote econômico heterodoxo" adotado só contribuiram para desestabilizar ainda mais as expectativas dos agentes econômicos privados. Esta desestabilização, por sua vez, passou a se manifestar numa aversão dos agentes privados à tomada de novos empréstimos externos frente ao risco de uma nova "maxidesvalorização".[236] De fato, a política econômica de ampliação do endividamento externo, para financiar o desequilíbrio das contas externas, e a ruptura da regra de indexação cambial, em 1979, só agravavam o frágil estado de confiança dos agentes na estabilidade dos seus contratos e, consequentemente, nas novas regras de indexação cambial.[237]

Num ambiente de incerteza, agravado pelo risco de expansão de novos empréstimos externos, para cobrir ao profundo desequilíbrio corrente do balanço de pagamentos, os agentes econômicos privados reagiram não só paralisando a tomada de empréstimos no exterior para novos investimentos, como buscaram liquidar o estoque de suas dívidas contraídas no passado. Diante dessa reação do setor privado, o setor público se viu forçado a prosseguir sozinho com a política de endividamento externo. Como consequência, os novos fluxos dos empréstimos e os estoques das dívidas

---

[235] Permaneceram fora desse limite apenas os repasses de recursos oficiais e os repasses de captações externas via resolução n.63. A partir de junho, outras medidas no campo das políticas financeira e monetária foram tomadas visando a elevação da taxa de juros interna. Ver maiores detalhes em Blasoto Jr(1988, p.78-79).

[236] Não bastou o esforço do Banco Central que, através das resolução n.432 e circular n.230, tentou algumas salvaguardas ao permitir aos tomadores (empresas e bancos) de recursos externos a possibilidade de depositar um contravalor em cruzeiros numa conta especial junto ao BACEN — esse contravalor era enxugado por meio da colocação de títulos públicos no mercado financeito doméstico — o qual ficava responsável pelos encargos financeiros (juros externos, spreads e comissões) e pelo risco cambial. Os recursos depositados acabavam também por financiar as operações ativas de crédito e subsídios — subsídios ao trigo, PGPM, política de crédito rural, Proagro e outros — do BACEN. (Ver a esse respeito Davidoff Cruz(1984, p.58-59).

[237] Uma análise crítica do impacto sobre as expectativas dos agentes privados, resultante da tentativa de reestabelecimento da regra de que a correção cambial deveria ser igual a correção monetária, pode ser vista em Tavares & Assis(1985, p.69-74).

contraídas no passado foram, paulatinamente, sendo assumidos pelo Estado num processo conhecido como "estatização da dívida externa".[238] De fato, como mostra a tabela No.4.1, verifica-se que, a partir de 1980, enquanto a participação da dívida pública na dívida total subia de 69,33% (1980) para 82,15% (1985); a da dívida privada caía, neste mesmo período, de 30,67% para 17,85%.

Em 1980, como resultado do fracasso dessa política econômica heterodoxa, a balança comercial registrava um déficit de US$2,8 bilhões e a balança de serviços um desequilíbrio superior a US$10,0 bilhões. Com efeito, apesar do espasmo de crescimento do produto em 9,3%, o déficit em transações correntes de US$12,8 bilhões foi financiado com muita dificuldade.[239] Neste ano, o setor agropecuário cresceu a uma taxa real de 9,6% a.a contra 9,2% a.a. da indústria, conforme se pode ver na tabela No.4.2.

Esse desequilíbrio na conta de transações correntes do balanço de pagamentos, sem nenhuma possibilidade de ser coberto através da tomada de empréstimos e financiamentos de longo prazo no mercado financeiro internacional, levou o governo a adotar uma política indutora de captação de crédito de curto prazo e a queimar cerca de US$3,5 bilhões de suas reservas cambiais.[240]

No final de 1980, ao progressivo estreitamento das fontes internas de financiamento do setor público em geral, agregava-se o racionamento das

---

[238] A progressiva "estatização da dívida externa brasileira", que começa a se manifestar em meados dos anos 70 e se intensifica a partir do final da década, resulta da ação combinada das necessidades crescentes de recursos externos por parte do setor público — primeiramente em função dos desequilíbrios nas balanças comerciais de mercadorias e serviços produtivos e depois como consequência das necessidades de recursos financeiros para fazer face ao crescente pagamento dos juros e amortizações da dívida externa acumulada — e da ausência de tomadores privados dispostos a continuar realizando, no volume requerido, novos empréstimos junto ao sistema financeiro internacional. Essa assimétria, agravada pela recessão econômica acoplada a uma política de ajustamento, determina o processo de estatização da dívida externa. Ver Davidoff Cruz (1984, p.108-123) e Biasoto Jr (1988, p.168-213).

[239] Ver Relatório Anual do Banco Central (1981).

[240] Ao mesmo tempo que as AM tentavam estimular a captação de recursos externos, as condições da liquidez internacional se alteravam velozmente, com a subida dos juros e spreads, que ampliavam o serviço da dívida, em prejuízo da capacidade de pagamento do País que assim foi forçado a recorrer ao levantamento de um "Jumbo-Loan" de US 1,2 bilhão junto ao governo americano e a queimar parte das suas reservas cambiais. Ver Malan (1983, p.73); Biasoto Jr (1988, p.26) e Belluzzo & Almeida (1992, p.37).

fontes externas na medida em que o fluxo de recursos do exterior só dava para atender o refinanciamento dos compromissos que estavam vencidos. Neste contexto, de fragilidade financeira do setor público, face ao crescente acúmulo da dívida externa, tem curso a política econômica ortodoxa de "ajustamento voluntário" que, embora sem um acordo formal com o FMI, passou a incorporar o receituário desta instituição como pré-condição à concessão de financiamento externo pelo sistema financeiro internacional.

Essa política de "ajustamento voluntário", levada a cabo em 1981, visava adequar o déficit em transações correntes do balanço de pagamentos à menor disponibilidade de fontes externas, de modo a aliviar a perda das reservas cambiais. A estratégia utilizada pelo governo federal foi a drástica redução da demanda agregada doméstica, através da manipulação das tradicionais políticas cambial, fiscal, monetária, creditícia e de rendas, extremamente restritivas, acompanhada de uma forte contração das importações e da liberação de parcela crescente do produto interno às exportações que acabaram transferindo recursos reais ao exterior.[241]

No conjunto das medidas do ajuste para 1981, visando a reversão do desequilíbrio da balança comercial, merecem destaque as políticas restritivas da moeda e do crédito. Num ambiente de retração da oferta externa de crédito, e de aversão dos agentes econômicos ao endividamento externo em moeda estrangeira, o governo federal buscou induzir a captação de recursos externos através do controle quantitativo do crédito e da moeda — fixando a expansão do crédito, da base monetária e dos meios de pagamento em 50% — da elevação das taxas de juros internas, do abandono do mecanismo de pré-fixação diferenciada das correções monetária e cambial, da elevação a 25% do IOF sobre os empréstimos domésticos e do limite à expansão dos investimentos das estatais em 66%.[242]

A intenção do governo, de elevar a taxa de juros interna, em detrimento da externa, e de limitar a oferta de crédito doméstica, de forma a manter um diferencial entre as taxas de juros interna e externa em favor das

---

[241] Segundo Carneiro (1991, p. 38-52), a década de 80 se caracterizaria por um período de estagnação, particularmente da indústria, com alternância de breves ciclos de recessão e expansão marcados pela desarticulação entre os investimentos produtivos — que apresenta retração entre 1981/1983, expansão em 1984/1986 e nova retração em 1987/1989 — e a geração dos superávits comerciais. Ver os comentários de Carneiro (1991, p. 38-51).

[242] Uma análise mais ampla das demais medidas tomadas pela política de "ajustamento voluntário" pode ser encontrada em Blasoto Jr (1988, p. 81-82).

últimas, ao mesmo tempo em que flexibilizava as normas relativas a resolução No.63, visava empurrar os agentes econômicos à captação de crédito junto ao sistema financeiro internacional.

Essa política de natureza recessiva, juntamente com a negociação de novos financiamentos de médio e longo prazos, conseguiram reverter o déficit na balança comercial de US$ 2,8 bilhões (1980), para um superávit de US$1,2 bilhão (1981), como mostra a tabela No.4.3. Porém, essa política recessiva trouxe consequências danosas para a economia do País. O produto interno bruto, após anos de expansão, caiu 4,4%, arrastando consigo o nível de emprego da economia, o salário real dos trabalhadores e as receitas fiscais do governo. Mas, essa tentativa de ajustamento voluntário, não só não conteve o ímpeto da aceleração da inflação, como aprofundou o déficit público que chegou a atingir 6,2% do PIB em 1981.[243]

Como se vê, o governo, ao invés de criar um novo padrão de financiamento para economia brasileira e para o setor público em geral, que assegurasse um mínimo de crescimento econômico, acabou enveredando pelo caminho da recessão, ao optar por medidas emergenciais e de curto prazo, como forma de ganhar tempo na expectativa da normalização do mercado financeiro internacional.

Em 1982, apesar do fracasso da estratégia recessiva, a política econômica de ajustamento foi mantida em função dos "bons resultados" alcançados no "front externo" — o que realmente importava para os condutores dessa política econômica — devido o saldo positivo na balança comercial de US$ 1,2 bilhão em 1981 e US$ 0,8 bilhão em 1982. Mesmo assim, dava para se notar algumas sensíveis mudanças.

No que tange ao setor externo, as exportações, marcadas pela recessão e os juros internacionais elevados, perdiam dinamismo. No plano interno, as promessas de combate à inflação e de redução do déficit público e do crédito subsidiado não se cumpriam — aumentando o grau de perda de credibilidade nas medidas do governo — devido a incapacidade do governo de aumentar suas receitas fiscais e reduzir os seus gastos num ambiente recessivo e de proximidade de eleições.[244]

---

[243] Ver a esse respeito Teixeira (1990, p.26-30).

[244] O crédito subsidiado, apesar da gradual redução, ainda era um fator de pressão sobre a expansão monetária. Admitia-se que os subsídios de CR$ 1,5 trilhão em 1982 ainda eram excessivamente elevado, ver Relatório Anual do BACEN (1982, p.17).

Entre as políticas econômicas recessivas, a creditícia mereceu maiores atenções por parte da AM. As resoluções Nos. 717 e 718, de 21/12/81, fixaram os limites de expansão do crédito em 60% (bancos de investimentos), 80% (intermediários financeiros) e 50% (bancos comerciais) para o ano de 1982. Note-se que, apesar da importância decisiva do Banco do Brasil no crédito rural e no crédito ao setor exportador, dois segmentos cruciais na estratégia do ajuste macroeconômico, ainda assim as AM planejaram a restrição quantitativa.

Mesmo assim de nada adiantou. A severa crise do sistema financeiro internacional e as suas altas taxas de juros, acabaram rompendo o instável equilíbrio das contas externas consequido no ano anterior. Com efeito, o ano de 1982 marcava assim a ruptura definitiva do padrão de financiamento externo que vigorou na década de 70.[245] Confirma-se, pela tabela No. 4.4, que a dívida externa líquida registrada, a esta altura, tinha sido aumentada de US$46,9 bilhões, em 1980, para US$ 66,2 bilhões, em 1982.

A partir de 1983, com a ruptura definitiva do padrão de financiamento externo da economia brasileira, o governo federal, sob pressão do FMI, passou a adotar uma política de ajustamento macroeconômico visando atender os compromissos assumidos decorrentes da dívida externa. Essa política econômica tinha como objetivo básico viabilizar o superávit na balança comercial de US$ 6,0 bilhões, como forma de reduzir o déficit em transações correntes a um nível condizente com o novo patamar da disponibilidade do crédito externo.[246]

Para atingir esta meta, o governo federal adotaria um conjunto de políticas fiscais, monetárias, creditícias e cambiais, visando a redução da demanda agregada, para conter a aceleração inflacionária e elevar o saldo da balança comercial. Porém, a necessidade de transferir recursos reais para o exterior, acabou atingindo as finanças públicas já potencialmente deterioradas pela política anticíclica praticada nos anos anteriores.[247]

---

[245] A esse respeito o leitor deve consultar os trabalhos de Biasoto Júnior (1988, p. 26-37 e 83-99) e Malan (1983, p. 71-80).

[246] A despeito dos altos custos sociais e do desequilíbrio das contas públicas, esta meta foi alcançada com um superávit comercial de U$6,47 bilhões em 1983. Ver Relatório Anual do Bacen do CMN (1983, p. 5-7) e Biasoto Jr (1988, p. 100-125).

[247] O complexo processo de administração da negociação da dívida externa, para o pagamento dos juros e amortizações, dentro de certas condicionalidades impostas pelo FMI, pode ser encontrado em Biasoto Jr (1988, p. 37-75).

Para enfrentar o problema do desequilíbrio das finanças públicas, agravado pelo esgotamento do financiamento externo, o governo federal buscou viabilizar uma política de comércio exterior baseada na ampliação de incentivos e subsídios as exportações capaz de gerar um superávit na balança comercial para fazer face aos encargos da dívida externa. No entanto, como o governo tinha se tornado o principal devedor em moeda estrangeira, ele também passou a arcar com uma sobrecarga de juros elevados.

Com a maxidesvalorização cambial, em 1983, amplia-se ainda mais o desequilíbrio financeiro estatal, como resultado do excessivo crescimento dos encargos da dívida externa e interna, e deprime-se a capacidade financeira de pagamento do governo em relação às suas receitas fiscais. Como se vê, além do problema orçamentário para fazer face aos gastos domésticos, o governo federal tinha um outro ligado à geração de divisas necessárias ao serviço da dívida externa. Assim, para financiar os seus gastos públicos, o governo fez uso dos instrumentos de política econômica à sua disposição: o ajuste fiscal, a emissão de moeda e a emissão de títulos da dívida interna.[248]

No caso do ajuste fiscal, apesar das medidas tributárias destinadas a elevar a carga de impostos diretos, através do aumento das alíquotas dos impostos sobre pessoas físicas e jurídicas, particularmente sobre o mercado financeiro, ainda assim a carga tributária se manteve no patamar médio de 24% do PIB no período que vai de 1981/1984.[249] Isto porque, além da recessão e da aceleração inflacionária, o ajuste fiscal foi insuficiente para compensar a queda da arrecadação advinda dos subsídios e incentivos fiscais aos setores agropecuário e exportador, os quais acabaram impondo uma redução substancial nos impostos indiretos.

Ademais, os subsídios indiretos, representados pela deterioração dos preços e tarifas públicas, também foram cruciais para o ajustamento do setor privado e para a geração do superávit comercial em detrimento ao setor

---

[248] A regra de desvalorizar o câmbio no mesmo ritmo da correção monetária foi substituída, entre 1981/1983, pela política de correção cambial superior a correção monetária. Ver os comentários de Teixeira & Biasoto Jr (1988, p.8-9).

[249] Segundo Biasoto Jr (1988, p.124), o aumento dos impostos federais em relação ao PIB foi muito modesto, já que se fez em cima da mesma base tributária herdada das reformas dos anos 60, evoluindo de 8,8% (1981) para 9,3% (1983). Sobre o desequilíbrio financeiro do setor público e as origens da crise fiscal, ver Bresser Pereira (1989, p.19-26) e Oliveira & Biasoto Jr (1986. p.143-146).

público na medida que possibilitou que a maior parcela do ônus do ajustamento externo fosse arcado pelo governo federal, particularmente pelas empresas estatais. Os efeitos da defasagem de preços e tarifas, juntamente com o aumento dos custos financeiros do endividamento externo, tornaram várias estatais insolventes as quais passaram a exigir crescentes transferências do Tesouro Nacional, via emissões de moeda, contribuindo ainda mais para a fragilização das finanças públicas.

Certamente que a política de ajustamento recessivo, entre 1981/83, muito contribuiu para isso. A política financeira, por exemplo, ao induzir a recomposição dos ativos das grandes empresas privadas em direção as aplicações de maior liquidez e remuneração real garantida, permitiu que elas se transformassem em credoras líquidas do sistema financeiro doméstico. Enquanto isso, os bancos comerciais privados, em face dos riscos e incertezas de uma economia instável, rapidamente contraíram os seus fluxos de empréstimos aos setores produtivos mais frageis e processaram profundas mudanças administrativas e patrimoniais, concentrando seus ativos em dívidas de empresas estatais e títulos da dívida pública.[250]

Quanto as despesas, o esforço de cortar gastos governamentais, de forma generalizada, reduziu os investimentos públicos particularmente das empresas estatais em cerca de 50% no período de 1980/84. Porém, dado o caráter estratégico dos investimentos das estatais, particularmente nos setores de bens intermediários e insumos básicos, a adoção dessa política serviu para confirmar as dificuldades do governo para compatibilizar o ajuste com o crescimento econômico.

Apesar da política fiscal contracionista de gastos, a redução de déficit público não foi suficiente para reverter de vez a crise de financiamento do setor público, haja visto que a cobertura do déficit passou a ser financiada pela emissão de títulos da dívida interna. Por sua vez, a rápida elevação da dívida interna, neste período, foi determinada pela política monetária restritiva e o conseqüente aumento dos juros internos.[251]

---

[250] Neste período, os agentes privados mais ágeis as grandes empresas nacionais e estrangeiras e os grandes bancos promoveram uma profunda recomposição patrimonial, saindo de uma posição de devedores para a de credores concentrando seus ativos no sistema financeiro nacional. Ver a esse respeito Teixera & Costa (1986, p.178-181); Belluzzo & Almeida (1992, p.40-42) e Lundberg & Castro (1987, p.74-98).

[251] As dívidas em depósitos registrados em moeda estrangeira e em depósitos de projetos no Banco Central, impactando o pagamento dos juros, e a cobertura por parte do BACEN da inadimplência externa de certas entidades públicas, acabaram agravando a situação

No caso da dívida externa, além do crescente processo de estatização da dívida externa do setor privado, o aumento da taxa de juros internacional e a maxidesvalorização contribuíram para elevar os encargos da dívida externa do setor público. Com o esgotamento dos financiamentos externos, necessários à rolagem da dívida, a transferência da dívida externa do setor privado para o setor público — via depósitos registrados em moeda estrangeira (1979) e em depósitos de projetos (1983) para a renegociação da dívida sob o controle do FMI — de certo modo foi essencial ao financiamento externo da dívida pública no período de 1981 a 1983.

Mesmo assim, a insuficiência da oferta de recursos para cobrir toda a demanda do setor público, inclusive devido à insolvência das empresas estatais, levou o Banco Central do Brasil a acessar novos recursos através do crédito-ponte (Aviso MF-30) e das operações de "relending". Mas, como o volume do crédito-ponte (conta ativa) era superior à disponibilidade das operações de "relending", o BACEN, para fugir a emissão de moeda (passivo monetário), passou a recorrer ao mercado financeiro doméstico através da compra e venda de títulos da dívida pública.

Como resultado, como mostra a tabela No. 4.5., a própria rolagem da dívida externa do setor público, entre 1982/1983, possibilitou o crescimento da dívida interna do setor público de 12,8% do PIB (1982) para 17,1% do PIB (1983). Além disso, o ritmo de crescimento da dívida interna ficou sujeito à ação da política monetária restritiva — com a conseqüente elevação da taxa de juros interna — que visava a um só tempo reduzir a demanda doméstica e gerar superávits comerciais para fazer face aos encargos da dívida externa.

O financiamento do déficit público, via expansão da dívida interna a altas taxas de juros, manifestou-se contraditória em relação ao ajuste fiscal que não chegou a resolver o problema do elevado volume dos subsídios e da renúncia fiscal. A elevação deliberada das taxas de juros por parte do governo, para contrair a demanda agregada, além de inibir os investimentos produtivos, pressionava à manutenção dos subsídios creditícios aos setores prioritários — agropecuário e exportador — aprofundando ainda mais a crise financeira o setor público.

Em 1984, apesar de praticamente nada ter sido alterado, em termos da política econômica do ano anterior, a persistência do processo

---

financeira do setor público na medida em que os encargos do endividamento externo passaram a pressionar as contas públicas a um nível superior ao próprio custo da dívida interna. Ver a esse respeito Muniz (1983, p. 42-48) e Biasoto Jr (1988, p. 2-8).

inflacionário e a crescente fragilidade financeira do setor público, acabaram prejudicando a eficiência das políticas macro-econômicas. Em face disso, o governo promoveu alguns ajustes na política monetária, a exemplo da contração da base monetária e dos meios de pagamento, que passaram de 60% (1983) para 50% (1984), e da contração dos empréstimos do Banco do Brasil com claros reflexos sobre o crédito rural subsidiado. De fato, de acordo com a tabela No. 4.6, o volume do financiamento rural, neste período, teve um crescimento real negativo de menos 38,92%.

Daí em diante, a agricultura ficou parcialmente indexada ao pagar juros nominais de 3% ao ano mais 85% da correção monetária. Por seu turno, os setores exportadores de manufaturados ficaram sujeitos a juros de 3% a.a. mais 70% da correção monetária. O acordo com FMI, também, fixou um déficit nominal em 9% do PIB. Isto seria conseguido com elevação das receitas do governo federal em 0,6% do PIB, eliminação dos subsídios e redução dos gastos públicos em 1% do PIB. A meta do superávit comercial ficou em US$9,0 bilhões.[252]

Apesar dessas metas comprometidas com o FMI, a inflação brasileira saltou de um patamar de 100% (1981/1982) para 230% (1983/1984). Mas, o crescimento do produto interno bruto em 5,7%, o mega-superávit da balança comercial, conseguido com o substancial aumento líquido das exportações, permitiu que o governo federal honrasse os compromissos dos juros com os credores externos.

Mas isso em nada melhorou o desequilíbrio financeiro do setor público, já que este superávit comercial, associado ao pagamento dos juros externo, era fonte do endividamento interno em moeda nacional, através do mercado financeiro de títulos públicos. De qualquer maneira, a retração do crédito rural, em 1984, foi ainda maior do que no ano anterior, conforme pode ser visto na tabela No. 4.6.

A partir de 1985, com a redução adicional de novos financiamentos e do ritmo da estatização da dívida externa, o setor público passou também a se financiar adicionalmente com aumento das reservas internacionais, conseguido tanto pela redução da taxa de juros internacional, quanto pela manutenção de um elevado saldo na balança comercial em cerca de US$12,5 bilhões.

---

[252] Ver comentários da política econômica de 1984 em Biasoto Jr (1988, p. 140-146).

Há uma mudança de rumo na política econômica com vistas à recuperação gradual da demanda interna. Num primeiro momento, partindo de um diagnóstico falso sobre a natureza do déficit público, o governo buscou cortar gastos e elevar o grau de endividamento interno. Para isso, adotou uma política monetária de juros livres e de controle da expansão da moeda com o claro propósito de facilitar a colocação de títulos públicos no mercado financeiro.

De fato, além das restrições às operações de fomento do BACEN e do BB por 60 dias, o governo federal ampliou de 20% para 40% o valor das reservas compulsórias dos bancos comerciais depositado junto ao BACEN, via resolução No.1.000, de 23/03/85, e alterou na mesma data, através da mesma resolução, o critério de cálculo das correções monetárias e cambiais que passou a ser realizado pela média dos três últimos meses do IGP-DI.

A préfixação pela média do IGP-DI, tinha o duplo propósito de possibilitar a ampliação da dívida pública, via colocação de títulos públicos de curto LTN de 35 a 91 dias e ORTN de 12 meses e reduzir os riscos operacionais das instituições financeiras pela antecipação da taxa de juros do "open market". Essa política econômica do Ministro Dornelles, entretanto, foi desastrosa porque ampliou o grau de instabilidade dos agentes e afetou perversamente os agregados monetários, a dívida pública e o mercado financeiro, fazendo subir a taxa de inflação. O retorno da aceleração inflacionária, no final do primeiro semestre de 1985, acabou intensificando os desequilíbrios do sistema financeiro do setor público.[253]

É nesse contexto de crise de financiamento do setor público em geral, que procurou-se reconstituir em seus traços gerais, que se situa a crise do padrão de financiamento rural num ambiente de aceleração inflacionária e de fragilização financeira do setor público, como veremos a seguir.

4.2.1.A Política de Restrição Creditícia e as Mudanças no Padrão de Financiamento Rural: 1980/1984.

Como vimos, a crise financeira da agricultura se agrava com o ajuste macroeconômico. Isto porque, das fontes institucionais do crédito rural, parcela crescente dos recursos oficiais do SNCR, gerada dentro do orçamento monetário, era oriunda do setor público que perdera a capacidade de gerar recursos não-inflacionários, através de superávits fiscais, para

---

[253] Ver análise dos efeitos dessa política econômica sobre o mercado monetário e financeiro em Almeida et alli (1988, p.11-17).

atender à crescente demanda dos seus gastos e em particular para o SNCR. Ademais, como os bancos privados nunca tiveram uma participação voluntária no SNCR, a queda da contribuição do compulsório sobre os depósitos à vista, devido à inflação, apenas revelava a crise financeira rural como um desdobramento da crise financeira do setor público.

A partir de 1980, o aprofundamento da crise do padrão de financiamento rural, em face da acentuada queda da participação do fundo público e das fontes compulsórias nos empréstimos à agropecuária, se circunscreve ao desequilíbrio financeiro do setor público, decorrente do agravamento da expansão do endividamento externo e da aceleração inflacionária, com os seus naturais desdobramentos vinculados à dívida interna. Como resultado desse desequilíbrio financeiro, como mostra a tabela No. 4.7, acentua-se a queda do valor real do crédito rural para todas as modalidades .

Ainda em 1980, o governo, para fugir à simples emissão de moeda, passou a adotar uma política financeira com vista a redução do crédito e do déficit público. Na área monetária, o governo buscou instrumentalizar uma política econômica de controle da expansão dos meios de pagamento, para o cumprimento das correções dos desequilíbrios interno e externo, visando compensar os desvios do orçamento monetário originados das contas em aberto que atendiam os segmentos prioritários da agricultura e setor exportador. Para tal, os maiores estorços se fizeram em cima da eliminação dos subsídios creditícios e do aumento das taxas de juros nominais.

No caso do financiamento rural, o governo federal procurou adotar uma estratégia restritiva do crédito rural capaz de manter um patamar mínimo de modernização da agropecuária. Isto é, o governo buscou administrar a crise do sistema financeiro rural, via uma política monetária moderada para agricultura, de forma a impedir que ela se manifestasse com toda a sua virulência no setor agropecuário, tal como acontecia com o resto da economia.[254]

Essa crise do padrão de financiamento rural, que se instaura definitivamente a partir de 1980, passa a se manifestar não só por uma redução no volume de crédito rural e elevação das taxas de juros em todas as suas modalidades, mas principalmente pelas mudanças operadas nas regras e condições do financiamento, do que resultou a perda do tratamento

---

[254] Além das políticas agrícolas (de preços mínimos, seguro rural e crédito subsidiado), as políticas macroeconômicas (de salários, câmbio, tarifas, juros, gastos públicos, controle monetário e endividamentos interno e externo) também afetam indiretamente o setor agrícola. Ver a esse respeito Lopes (1989, p. 17-23).

diferenciado do mercado de crédito rural em relação ao mercado financeiro em geral. A partir daí, a valorização do capital produtivo aplicado na agropecuária passou a se defrontar com os mesmos problemas enfrentados pelos investidores dos demais setores econômicos, cuja valorização do capital produtivo em geral, particularmente da indústria, competia com as formas de valorização de capital no mercado financeiro.

Como vimos, na década de 70, dada a forte intervenção do Estado no mercado de crédito rural, a valorização do capital aplicado na agricultura era praticamente descolada das condições de risco e incerteza a que se submetem os agentes econômicos que atuam no mercado financeiro.[255] Isto porque, as condições privilegiadas de remuneração dos empréstimos e a disponibilidade do volume de recursos financeiros a disposição da agricultura se constituíam, na prática, numa verdadeira doação de capital para os produtores rurais.

Esta "doação" de capital financeiro, através da interveniência do "Estado Autoritário", significou não só uma transferência do risco do investidor rural para o resto da sociedade, como liberou o capital próprio dos produtores rurais, particularmente dos grandes, para aplicação no mercado financeiro e/ou no mercado de terras. Neste contexto, o papel da terra, como fonte e reserva de valor, transformou este ativo real num sucedâneo imediato do mercado financeiro ao oferecer aos agentes econômicos liquidez, segurança e rentabilidade.

No começo dos anos 80, entretanto, essa política de financiamento rural entrou em crise como uma consequência do endividamento externo e da política de ajustamento macroeconômico do que resultou tanto uma substancial redução dos recursos disponíveis, quanto profundas mudanças nas operações do crédito rural como principal suporte da modernização da agricultura.

Na verdade, desde a época da "Ciranda Financeira", dos anos de 1977/1979, que já tinha sido observado que o governo federal, como pesado tomador de recursos monetários no mercado financeiro quer pela venda de títulos públicos no mercado aberto, quer sob a forma de emissão de moeda podia

---

[255] A valorização do capital aplicado no setor agrícola era descolada do mercado financeiro em geral. As condições privilegiadas de remuneração dos empréstimos rurais e o volume de crédito rural disponível, cobrindo praticamente todos os gastos de investimento, custeio e comercialização dos agentes rurais, tornavam desnecessários os gastos produtivos a partir do auto-financiamento. Ver os comentários de Buainain (1988, p. 28-29).

afetar o mercado financeiro rural de diversas formas. Num ambiente com inflação em alta e um sistema financeiro com três unidades de conta — o cruzeiro, o dólar e a correção monetária — os recursos monetários captados pelo governo geravam um "spread" negativo à medida em que eram emprestados a juros subsidiados e financiados via emissão e/ou venda de títulos da dívida pública.[256]

Isso ocorria por duas razões: (1) em primeiro lugar, porque, pela compra e venda de títulos da dívida pública, o governo acabava pressionando para cima as taxas de juros do mercado financeiro, onerando assim os custos operacionais das empresas privadas tomadoras de empréstimos; (2) em segundo, porque, como os recursos captados pelo governo, mesmo os de fontes não-inflacionárias, eram reciclados para realimentar o complexo de subsídios do setor privado, o resultado se manifestava numa expansão dos meios de pagamentos via conta movimento. O governo federal, porém, não se dava conta desse mecanismo e atribuia à política monetária de expansão ativa e descontrolada, como a causa primária da inflação de demanda e do superaquecimento da economia.

Em 1980, após as frustadas tentativas do controle monetário através das operações de "open market" e "overnight" — compra e venda das LTN e OBTN nos mercados de curto e curtíssimo prazos — o governo se apercebe que não só acabava elevando ainda mais as taxas de juros, como quanto era ineficaz o controle da base monetária, via operações de compra e venda de títulos públicos no mercado aberto, quando há focos endógenos de criação de moeda pelos mecanismos de transferências que elevavam a carga de subsídios.

O diagnóstico daí decorrente sugeria, para a retomada do controle da base monetária, uma redução drástica dos subsídios dos setores agropecuário e exportador. Entretanto, como tal medida poderia acelerar ainda mais o ritmo inflacionário, o então Ministro Mario Simonsen resolveu não enfrentar esse dilema. Com a posse do Ministro Delfim, em 15/08/1979, a condução da política monetária-creditícia ganhou um novo rumo. Partindo de um diagnóstico oposto ao do seu antecessor, o Ministro Delfim passou a admitir que a inflação era provocada pela crise das finanças públicas e

---

[256] A "ciranda financeira" se constituia na criação de circuitos financeiros especulativos fundados na troca de posições ativas e passivas entre o setor público e privado, constantemente viabilizada pelo "spread" negativo que se ampliava com a inflação, do que resultava a reciclagem financeira do endividamento público interno e externo. Ver a esse respeito Almeida et alli (1988, p. 14-25) e Tavares, Maria da Conceição et alli. (1985, p. 34-83).

pela forma como se dava o seu financiamento através da dívida pública interna nos mercados especulativos do "open" e "overnight".

Por esse diagnóstico, a hipertrofia da dívida pública interna, via mecanismos especulativos, estava não só gestando uma inflação de custos, pela elevação dos juros nominais, que impactava os custos operacionais das empresas, como agravando a capacidade ociosa da economia, uma vez que era mais lucrativo especular no mercado financeiro do que investir em atividades produtivas. A política macroeconômica anunciada, para evitar a ameaça de uma profunda recessão, foi de retomada do crescimento econômico e a disposição de restaurar as finanças públicas através de um conjunto de medidas visando uma "política de inflação corretiva".[257] Para "corrigir" artificialmente os preços básicos, o governo chegou a expurgar alguns componentes do indexador financeiro, até então usado, iniciando uma série de "casuísmos legais" que só contribuiu para aumentar a perda de credibilidade dos agentes na política econômica.[258]

A partir de 1980, o governo buscou uma política monetária, adequadamente restritiva, visando as necessidades de ajustamento dos desequilíbrios externo e interno de modo a evitar as crises de liquidez que pudessem inviabilizar as metas fixadas de aumento da produção e emprego da economia brasileira. Para isso, as AM instrumentalizaram uma política de controle da expansão monetária — fixando em 50% a meta de expansão dos meios de pagamento — com vistas a antecipar as formas de compensação dos desvios na execução do orçamento monetário, particularmente das "contas em aberto" que atendiam as áreas prioritárias dos setores agropecuário e exportador.[259]

A política creditícia do BACEN, através da resolução No. 605, de 02/04/1980, limitou em 45% o crescimento da aplicação do sistema financeiro. Entretanto, ficaram de fora desse teto, além das operações decorrentes dos programas governamentais com repasses externos ou de instituições oficiais de empréstimos, os setores agropecuário e exportador. A

---

[257] A idéia era corrigir, em bases realistas, os preços administrativos dos insumos básicos, das tarifas públicas e do petróleo para recompor a capacidade financeira das empresas públicas. Além dessas medidas, buscou-se reduzir artificialmente em 10% a taxa de juros sobre aplicações financeiras e um acordo com os banqueiros procurou fixar um teto máximo para as taxas de captação. Ver Relatório Anual do BACEN (1979, p. 17-18).

[258] Ver a esse respeito Costa (1989, p. 1-6).

[259] Ver Relatório Anual do BACEN (1980, p. 21-22).

flexibilização gradual da taxas de juros e a eliminação do redutor de 10%, que vinha sendo aplicado pelos bancos aos níveis das taxas de juros, passaram a refletir a nova orientação da política creditícia desse período. Porém, apesar da progressiva liberação das taxas de juros nominais dos empréstimos bancários, não houve nenhum afrouxamento da política de controle do volume e composição do crédito privado.[260]

O resultado dessa política econômica, que misturava ingredientes ortodoxos e heterodoxos, foi uma expansão da base monetária e dos meios de pagamento em níveis inferiores à taxa de inflação num período em que esta saltou de 77,2% para 110,2% e a economia cresceu a 9,1%. O aparente paradoxo dessa política econômica, levada a cabo pelo Ministro Delfim em 1980, se manifestou tanto nos resultados monetários positivos — dados pela contração da base monetária e dos meios de pagamento — quanto pelos negativos resultante da desaceleração da taxa real de crescimento econômico e de aceleração da inflação. (Ver tabela No. 4.2).

O fato das instituições financeiras terem o crescimento de suas aplicações e captações abaixo da taxa da inflação — num verdadeiro processo de encolhimento real de suas atividades provocado pela desintermediação financeira devido a desindexação parcial da economia — impossibilitou que esse setor pudesse contribuir com o desaquecimento da demanda, através da elevação da captação financeira, em 1980.

De qualquer maneira, a transferência de recursos do mercado financeiro para o mercado consumidor de bens e serviços resultou num incentivo ao consumo corrente. Com efeito, a desintermediação financeira, deflagrada pela política de prefixação das correções monetária e cambial, forçou a empresa produtiva, sob condições restritivas de crédito, a reduzir suas aplicações financeiras e a aumentar seus estoques e preços para se autofinanciar via lucros retidos. Com isso diversificou-se o rumo da especulação, até então fortemente limitada às aplicações nas instituições financeiras.

No caso da política de crédito rural, apesar de subordinada à política econômica, há algumas características singulares que merecem ser analisadas. De fato, dada a prioridade atribuída pelo governo à agricultura, haja visto a elevada participação do Banco do Brasil nos empréstimos rurais, a política de crédito rural foi orientada visando a redução dos subsídios creditícios e uma maior participação dos bancos

---

[260] Ver Relatório Anual do BACEN (1980, p. 40-41).

comerciais com vistas a compatibilizar a demanda de recursos do setor rural com a política monetária de menor expansão do crédito pelas AM.[261]

A idéia era reverter a política de crédito rural baseada em altos subsídios para uma outra com menores subsídios de tal forma que fosse factível alterar gradualmente a disponibilidade do crédito rural sem os efeitos negativos sobre a oferta sustentada no autofinanciamento, na maior participação do sistema bancário privado nos empréstimos rurais, na elevação gradual das taxas de juros reais e na criação de novas fontes de captação de recursos. Essa proposta visava, em última análise, substituir a política monetária de racionamento direto do crédito rural via restrições quantitativas pelo racionamento indireto do crédito rural via elevação da taxa de juros.[262]

Ainda em 1980, o crédito rural foi orientado, fundamentalmente, para elevar a produção de alimentos e expandir as áreas destinadas à geração de energia de fontes renováveis, a exemplo da cana-de-açucar. Com esses objetivos, buscava-se incentivar a expansão da fronteira agrícola e a modernização da agricultura em bases moderadas.[263] Para tal, o Orçamento Monetário passou a contar com uma dotação de recursos para o crédito rural que passou a envolver uma expansão monetária superior ao conjunto das operações das AM. Ademais, a implementação do Sistema Especial de Crédito à Comercialização agropecuária (EGF), através do bônus colheita, apesar de buscar a diminuição da dependência dos agricultores à ação dos intermediários das colheitas, também contribuia para expansão do crédito rural.

A partir de 1980, o governo federal também rompeu com o monopólio do Banco do Brasil, que até então tinha a exclusividade no atendimento do crédito de comercialização (EGF), ao autorizar que todos os bancos dos SNCR pudessem realizar o financiamento dessa modalidade de crédito rural

---

[261] O Banco Central, através da resolução n.698, de 17/12/80, buscou compensar a escassez de recursos pelo aumento da exigibilidade de 15% para 20% sobre os depósitos à vista dos bancos comerciais em 1980.

[262] Ver a esse respeito a proposta de reformulação da política de crédito rural, para os anos 80, em Dias, G.L.S., Lopes, M. & Montezano, R.M.S. (1980, p.1-13).

[263] O BACEN, através da Res.No.604, de 05/03/80, determinou que os recursos originários da Res.No.69 fossem aplicados na mesma região onde tivessem sido captados. Também proibiu, através da Res.No.614, de 08/05/80, que a taxa de correção monetária fosse elevada na vigência das operações de crédito rural destinados a investimentos. Ver Relatório Anual do Banco Central (1980, p.46-47).

vinculada a Política de Garantia de Preços Mínimos(EGEM).Esta política agrícola,por seu turno,sofreu duas importantes alterações:(1)a primeira ocorre com a criação do Valor Básico de Custeio(VBC) que desvinculou o crédito rural do preço mínimo e deu ao governo uma maior flexibilidade na sua fixação;a segunda resulta do instituto da correção monetária do preço mínimo entre o momento de sua decretação(preço base) e o início da colheita do produto(preço mínimo propriamente dito).Com esse novo modelo institucional,e dentro de uma visão de longo prazo,o governo tentou implementar uma política agrícola mais eficiente abarcando,além do crédito de custeio,o financiamento dos EGF e AGF.

Na fase mais crítica da política de ajustamento da economia brasileira, correspondente as safras de 1980/1981 e 1982/1983,a contenção do crédito de custeio e de comercialização(EGF),foi compensada pelas maciças aquisições do governo federal(AGF),conforme mostra a tabela No.4.10.No entanto,logo essa política agrícola de expansão desordenada das AGF,s entrou em conflito com a meta de controle do déficit público.

No período seguinte de 1983/1984, com a aceleração das taxas de inflação, o governo federal,para evitar pressões sobre suas contas,passou a postergar a correção monetária do preço mínimo para os meses posteriores ao início da safra agrícola.Com isso,o governo federal buscava evitar que os agricultores,apressadamente,vendessem suas produções diretamente ao governo federal,via AGF,em vez de esperar a melhoria dos preços agrícolas no mercado.Aprendida a dura lição de que não se deve cortar o crédito rural de comercialização nos anos de safras abundantes__particularmente quando se tem uma política macroeconômica de combate a inflação__o governo federal voltou atrás e,na safra 1983/1984,impôs um austero controle da conta AGF, sem que isso implicasse numa liberação do crédito de comercialização(EGF), porquanto essa safra foi fraca e os preços elevados.[264]

Quanto a política de crédito rural,o governo buscou uma redução gradual dos subsídios,mas,ainda assim,foi elevada a taxa de subsídio para a agricultura entre 1980/1981.De fato,pela resolução No.671,de 17/12/80,foi fixada a taxa de juros de 35%a.a. para as áreas favorecidas da SUDAM e SUDENE e em 45%a.a para as demais regiões.Isto tudo acontecia quando, paradoxalmente,o nível da inflação variava de 100,2%(1980) para 109,9%(1981).Os financiamentos rurais destinados ao custeio,investimento e pré-comercialização,também ficaram sujeitos aos limites máximos de

---

[264]Ver a esse respeito os comentários de Lopes(1989,p.168-169).

adiantamento de até 100%, 80% e 60%, respectivamente, para os pequenos, médios e grandes produtores.[265]

Num esforço de neutralizar os efeitos da política monetária restritiva, a Autoridade Monetária, através de resolução No.698, de 17/06/81, não só buscou elevar a participação dos bancos privados e estaduais nas operações do crédito rural, que passou para um teto de 70%, como elevou de 20% para 25% a exigibilidade sobre os depósitos líquidos à vista para o custeio das safras agrícolas. Em 1981, os Valores Básicos de Custeio (VBC, s) passaram a refletir apenas a parcela dos custos variáveis e a cobertura do seguro rural foi reduzida para 80% do valor financiado.[266]

Essas medidas não chegaram a prejudicar, de imediato, a expansão dos empréstimos rurais que registraram uma variação de 72,6%, entre 1980/1981. Mas, de qualquer modo, essas medidas contribuiram para que a participação relativa dos empréstimos do bancos oficiais federais à agropecuária fosse reduzida de 71,76% (1980) para 56,33% (1983), como mostra a tabela No.4.8. De fato, pela tabela No.4.9, verifica se que o saldo real dos empréstimos do Banco do Brasil para o setor rural caiu de Cr$ 25,2 milhões, em 1980, para Cr$ 13,2 milhões, em 1983. Para tal, o Banco do Brasil contou apenas com as contas em aberto e os repasses do Banco Central que envolviam os setores prioritários, inclusive a agricultura, eleitos pelo governo.

Nesse período, das finalidades dos empréstimos rurais, apenas o crédito de custeio teve a sua participação relativa aumentada de 56,58% (1980) para 64,33% (1982), enquanto as demais modalidades de crédito rural caiam, conforme demonstra a tabela No.4.7. No entanto, nota-se, como se mostrará adiante, uma redução do dinamismo da modernização da agricultura, como consequência da política de ajustamento agrícola marcada pela elevação da taxa de juros e pela imposição de limites ao financiamento rural. De fato, as mudanças nas regras do crédito rural, por parte das Autoridades Monetárias, visavam a um só tempo manter elevada a participação dos pequenos e médios produtores, viabilizar o aproveitamento do potencial de serviços da vasta rede de agências dos bancos incorporados ao SNCR e reduzir a excessiva pressão sobre as fontes oficiais de crédito rural, particularmente do Banco do Brasil, com vistas a melhorar as condições de administração do orçamento monetário.

---

[265] Ver Relatório Anual do BACEN (1981, p.34-35).

[266] Idem, p.35-39.

Na verdade, a mudança na estratégia da política econômica da gestão do Min. Delfin, que resultou na eliminação da prefixação das correções monetária e cambial, liberação das taxas de juros internas e no controle de preços pelo CIP, não visava só buscar uma suposta substituição direta da poupança interna pela poupança externa, mas sim desaquecer a demanda do mercado de bens e serviços, inibir os especuladores de estoques de mercadorias e desviar recursos para o mercado financeiro doméstico.

A pretensão era de que, através da redução do ritmo da produção interna corrente, se pudesse diminuir as importações e elevar as exportações para gerar saldos positivos na balança comercial capazes de compesar o declínio da entrada de recursos externos. Para tal, o aumento dos custos financeiros, pela elevação das taxas interna e pela imposição de limites quantitativos aos empréstimos domésticos, passou a se constituir num instrumento de incentivo a entrada de recursos externos para fazer face ao refinanciamento da dívida externa e o equilíbrio do balanço de pagamento.

Essa política econômica de alta dos juros internos, mesmo com o colapso do financiamento externo em 1982, continuou atrelada às flutuações dos juros do mercado financeiro internacional. Com efeito, a instabilidade propagada pelas flutuações da taxa de juros do mercado financeiro internacional e pela política econômica de desvalorização cambial acabava influenciando o comportamento dos agentes do mercado financeiro doméstico. Por sua vez, os subsídios creditícios, o déficit público e a política de juros altos condicionavam a ação da política monetária em 1982.

No caso do crédito rural subsidiado, muito embora estivesse sendo gradativamente reduzido, ainda representava para a AM importante fator de pressão sobre a base monetária. Estimava-se que os subsídios creditícios em geral, estimados em Cr$1,5trilhão em 1982, ainda eram excessivamente elevados para os objetivos da política monetária do BACEN. (267)

A estratégia adotada pela AM, para reverter essa situação, foi a redução dos subsídios para os grandes e médios produtores rurais sem alteração nas taxas de juros nominais. Além disso, com o objetivo de reduzir a dependência dos tomadores de crédito rural pelos fundos públicos, particularmente do Banco do Brasil, foram tomadas medidas visando induzir uma maior participação de recursos próprios nos financiamentos rurais dos

---

267 Ver Relatório Anual do BACEN (1982, p. 17).

grandes e médios produtores e uma maior presença das instituições financeiras privadas na concessão do crédito rural.[268]

A partir de 1982, através da resolução No.784, de 16/12/82, a remuneração dos empréstimos rurais passou a ser pré-fixada com base na variação do INPC em 55% a 60%, para as áreas favorecidas da Sudam, Sudene, Espírito Santo e Vale do Jequitinhonha(MG), e em 70% a 80%, para as demais regiões do País. Além dos percentuais da variação estimados do INPC, para cada semestre civil subsequente, as operações de crédito rural ficaram sujeitas a juros nominais de 5%a.a.[269]

Como se vê, a política creditícia adotada pela AM, para a redução dos subsídios, foi a de não provocar uma elevação abrupta da taxa nominal dos encargos financeiros sobre as operações dos empréstimos rurais. Assim, pela resolução No.720, de 22/12/81, foram mantidos os mesmos encargos financeiros de 35% para custeio, investimento e pré-comercialização agropecuária nas regiões da SUDAM, SUDENE, ESPÍRITO SANTO e VALE DO JEQUITINHONHA(MG) e 45% às demais regiões econômicas incidentes sobre as operações de crédito rural em 1981.

Também ficou estabelecido, pela resolução No.754, de 12/08/1982, que os bancos comerciais e de investimento mantivessem aplicados em crédito rural pelo menos 10% e 15%, respectivamente, do total de suas operações de crédito sujeitas a contingenciamento a uma taxa de juros de 12% mais a correção monetária. O montante dos recursos não repassado pelos bancos comerciais aos agricultores, seria transferido ao BACEN que o aplicaria, através do FUNAGRI, a juros de 4% mais correção monetária.

Essas medidas visavam assegurar aos grandes e médios produtores, cujos limites de atendimento pelo crédito subsidiado vinham sendo gradualmente reduzidos, os recursos complementares de que necessitavam para o custeio e/ou investimento agrícola. Com a limitação da taxa de juros em 12%a.a.

---

[268] A deterioração dos termos de troca entre a agricultura e indústria e o aperto do crédito rural, certamente, contribuíram para uma reversão da liquidez monetária num momento de declínio da rentabilidade do setor produtivo agropecuário. Com o aperto do crédito rural, a política de preços mínimos só melhora a liquidez do setor se promovesse o aumento da rentabilidade e, conseqüentemente, a capacidade de autofinanciamento dos agentes rurais, o que certamente não ocorreu nesse período que vai de 1980/1983. Ver a esse respeito a análise de Dall'Acqua & Blumenschein. (1985). Agricultura, Liquidez e Recessão: Estudos Econômicos. São Paulo, 15(1):5-24, jan-abr.

[269] Ver Relatório Anual do BACEN (1982, p.35).

mais correção monetária, buscava-se eximir o produtor rural do pagamento da taxa de juros de mercado, ainda situada em patamar muito elevado.

Mas, para compatibilizar a pressão da demanda por crédito rural com a disponibilidade de recursos do SNCR, as AM buscaram inibir a procura por empréstimo através da indução ao uso mais intenso das fontes próprias dos grandes e médios mutuários. Para tal, foram reajustados pelo BACEN, através da resolução No.720, de 22/12/81, os limites dos financiamentos concedidos aos grandes e médios produtores rurais, respectivamente, em 50% e 70%.[270]

Complementarmente, pela circular No.674, de 19/01/82, o Conselho Monetário Nacional (CMN) suspendeu os repasses e refinanciamentos do Banco Central para integralização de cotas de cooperativas rurais, para exposições agropecuárias e para uma série de programas de desenvolvimento do setor agropecuário. O CMN, também, através da resolução No.739, de 16/06/82, eliminou a alíquota do IOF sobre as operações de AGF e EGF vinculadas à Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).[271]

De certo modo, essas medidas, tomadas no período de 1980/82, contribuiram para aliviar a pressão dos tomadores de crédito rural sobre Banco do Brasil. Mesmo assim, nesse período, a participação desse banco oficial, sobre o total do crédito rural, foi reduzida de 80,02% (1980) para 77,74% (1982). Enquanto isso, a posição relativa dos bancos comerciais privados crescia de 19,18% (1980) para 22,26% (1982), como aponta a tabela No.4.9.

A partir de 1983, face a ruptura do financiamento externo, a política econômica voltou-se mais intensivamente para a redução do déficit público e para a correção do desequilíbrio financeiro das contas externas. Com a maxidesvalorização cambial de 30%, as empresas que fizeram "hedge" contra a desvalorização cambial saíram lucrando. No entanto, como mesmo os "hedges" com as ORTN cambiais não asseguravam garantia plena a estas operações, a economia foi paulatinamente se dolarizando.[272]

---

[270] As demais operações abrangidas pelo SNCR permaneceram com limite de 100%, inclusive as realizadas com cooperativas em que o quadro social ativo tivesse no mínimo 70% de mini e pequenos produtores rurais. Ver Relatório Anual do BACEN (1982, p.43).

[271] Ibidem.

[272] Ver excelente análise do chamado 1983: "O ano da dolarização" em Costa & Goldenstein (1988, p.54-61).

Ora, numa economia indexada como a brasileira, a alta dispersão entre as diversas taxas de variação de preços dificultava a manipulação eficiente da política macroeconômica para combater a inflação. Um exemplo dessa dificuldade podia ser visto no impacto que os preços agrícolas provocavam na composição da inflação brasileira durante alguns meses de 1983. De fato, no período em que a correção monetária fixada pelo governo não acompanhava a inflação, a enorme dispersão da inflação agrícola em relação aos outros setores, que se manifestava no espectro das taxas de juros do mercado, empurrava os agentes econômicos para a especulação com estoques de produtos agrícolas, ouro e dólar que passaram a ser os refúgios contra a incerteza.[273]

Porém, para aqueles setores que reajustavam seus preços abaixo da inflação, a taxa de juros real do mercado era positiva. Mas, para os mutuários do setor agrícola, que financiavam seus gastos de estoques dos produtos agropecuários com o financiamento bancário a juros subsidiados, a taxa de juros real era negativa.[274]

A tentativa da desindexação parcial da economia, já que esta se restringiu apenas à correção monetária, desequilibrou o mercado financeiro doméstico não só porque, com a redução mensal dos prazos dos depósitos das cadernetas de poupança, estas passaram a concorrer com os depósitos à vista dos bancos comerciais, agravando a desmonetização da economia e consequentemente esvaziando uma das fontes do SNCR mas também porque essa medida reaqueceu os mercados especulativos como o paralelo, o ouro e as bolsas de valores.[275]

A política de crédito rural em 1983, não obstante, continuou sendo influenciada pela política monetária restritiva que buscava reduzir os subsídios rurais, visando uma política de preços mais realista, alterar a estrutura das taxas de juros e diminuir ainda mais a participação das AM

---

[273] O impacto dos preços agrícolas foi crucial em 1983. A variação dos preços agropecuários no atacado chegaram a alcançar, durante o trimestre terminado em outubro, cerca de 700% a.a. Ver a esse respeito os comentários de Costa (1988, p. 62). Sobre os problemas causados pela indexação geral da economia sobre a redução da taxa de juros, ver Calabi, Mendonça de Barros & Goldenstein. (1985). **Propósitos de uma Política de Redução das Taxas de Juros**. Brasília, BACEN. p. 1-19. Ver, ainda, os comentários de Mendonça de Barros, Luiz Carlos. (1985). Indexação e Desindexação: debate a ser retomado. Rev. Fund. SEADE. São Paulo, 1(3): 38-45, set-dez.

[274] Ver Costa (1988, p. 62-63).

[275] Idem, p. 63-69.

nos financiamentos rurais.[276] Nesse mesmo ano, as AM buscaram redirecionar os recursos do crédito rural, antes concentrados nas operações de custeio, para os empréstimos de investimentos num esforço de elevar a produtividade agrícola através da melhoria tecnológica.

O Conselho Monetário Nacional (CMN), através da resolução No.782, de 16/12/82, estabeleceu os critérios gerais para a fixação dos juros nominais do crédito rural para 1983. De acordo com esse normativo, que vigorou durante o semestre civil subsequente, os juros dos empréstimos rurais passariam a ser formados pelos percentuais de 55% e 70% respectivamente destinados para as regiões favorecidas e demais regiões do País aplicáveis sobre a variação estimada do INPC acrescido de 5%.

Esse mesmo dispositivo estabeleceu que as aplicações de crédito rural sujeitas à resolução No.784, que fixou os percentuais mínimos para empréstimos rurais, fossem calculadas com base na correção monetária das ORTN, acrescida de juros de até 12%, para os Bancos de Investimentos, e de até 8% às demais instituições financeiras. Pela resolução No.783, de 16/12/82, ficou alterada a base de cálculo das exigibilidades antes quantificada só em relação aos depósitos à vista que passou a ter como referência as aplicações globais das instituições financeiras.[277]

O CMN, através da resolução No.827, de 09/06/83, voltou a alterar os encargos financeiros dos créditos rural e agroindustrial que ficaram sujeitos aos juros de 3% e 5% a.a., respectivamente, acrescidos dos percentuais de 70%, para as regiões favorecidas, e 85%, às demais regiões, sobre a variação da ORTN. No final de 1983, a resolução No.876, de 20/12/83, manteve as mesmas taxas de juros dos créditos rural, porém modificou os percentuais da variação da ORTN em 70% para as regiões favorecidas e 100% para as demais regiões.

A partir daí, os tomadores de crédito para a agricultura perderam o tratamento diferenciado que tinham em relação ao mercado financeiro geral. De fato, com a remuneração pós-fixada dos empréstimos rurais, a taxa de juros cobrada tornou-se positiva pela primeira vez desde a criação do

---

[276] Ver comentários de Almeida et alii (1988, p.61-63).

[277] A resolução n.793, de 11/01/83, voltou a ajustar a base de cálculo das aplicações compulsórias das instituições financeiras determinando que as operações de crédito do MCR-10 ficassem limitadas ao valor da média dos depósitos líquidos à vista das instituições financeiras no trimestre imediatamente anterior ao mês da posição levantada. Ver Relatório Anual do BACEN (1983, p.40-41).

SNCR.[278] Como resultado dessa medida, a taxa de crescimento do crédito rural concedido pelos bancos privados aumentou em 1983. Não obstante, o Banco do Brasil ainda permaneceu sendo o principal agente financiador do setor rural.

O ano de 1984 foi marcado pela tentativa do governo, sob pressão do FMI, de administração da dívida pública. Com o superávit na balança comercial de US$ 13,1 bilhões, o risco cambial se reduziu o suficiente para tornar inexpressiva a diferença entre as taxas de câmbio oficiais e as do mercado paralelo. Com efeito, as taxas de câmbio e juros caíram sem que fosse necessário levar adiante qualquer esforço de uma desdolarização forçada.[279]

O esforço do governo para a mudança do perfil da dívida pública, neste ano, foi marcado pela presença do BACEN recomprando e substituindo grandes lotes de ORTN, com resgate pela correção cambial, por títulos públicos com correção monetária. A política monetária para conter a inflação, cujo patamar já superava os 200%, sob a orientação de Afonso Pastore no BACEN, fixou como meta a expansão dos meios de pagamento e da base monetária em 50%; os empréstimos do sistema financeiro em 84% e os empréstimos das AM em 59%. A política de crédito rural, também, ficou subordinada a essas metas.[280]

---

[278] Ao lado do encarecimento do crédito rural institucional, com redução da parcela financiada a juros subsidiados, a substituição dos valores básicos de custeio (VBC,s) levou os agricultores não só a reduzir os seus custos, como a aumentar a participação de recursos próprios e/ou do crédito rural aos elevados juros do mercado em geral. Ver Buainain & Souza Filho (1986, p. 66-67).

[279] No auge da crise externa, vários economistas, percebendo o vínculo entre os juros e o valor esperado do dólar, propuseram a desdolarização forçada da economia. De fato, o bom desempenho do balanço comercial afetou o mercado de ORTN cambial, reduzindo a liquidez do mercado de títulos privados (AM), e os mercados de capitais e paralelo. Com isso, em 1984, a Autoridade Monetária conseguiu mudar o perfil da dívida pública através da substituição das ORTN,s com correção cambial por ORTN,s com correção monetária. Ver Costa (1988, p. 73-75).

[280] Essas metas foram estouradas várias vezes no primeiro semestre de 1984. No entanto, daí para a frente, a política monetária posta em prática visou o controle da liquidez não mais exclusivamente pelo controle da oferta monetária e pelo arrocho do crédito, mas sim através da administração das taxas de juros da economia e pela redução gradual da participação dos bancos oficiais nos empréstimos em geral, como estratégia para combater a inflação. Ver Almeida (1988, p. 63-68), Costa (1988, p. 75-77) e Biasoto Jr (1988, p. 125-140).

O fracasso das politicas de contração monetária e creditícia do primeiro semestre de 1984,devido ao insucesso da estratégia de combate a inflação, levou o governo a aprofundar o controle creditício em geral no segundo semestre.O setor rural foi o mais penalizado com essa política,já que,além da redução do volume do crédito de custeio dos bancos oficiais e da eliminação dos subsídios ao trigo,os bancos privados foram autorizados a cobrar os juros nominais do mercado financeiro no que excedesse às suas exigibilidades.[281]

Na sequência,além da ênfase à desburocratização das normas e procedimentos das operações dos empréstimos rurais,o Conselho Monetário Nacional deu continuidade ao processo de engajamento das instituições financeiras privadas ao SNCR e buscou a adequação da demanda de crédito as fontes disponíveis mediante o estímulo ao autofinanciamento.Para tal, pela resolução No.904,de 05/04/1984,foi alterada a base de cálculo da exigibilidade de aplicação dos bancos comerciais e de investimentos do SNCR.

Posteriormente,esse normativo voltou a vincular os depósitos à vista ao volume obrigatório de recursos destinados pelo bancos comerciais ao setor rural.Para o cálculo das exigibilidades,foi introduzida uma escala que começava com 10%,para os bancos com operações ativas totais equivalentes até 130.000 vezes o maior valor de referência(MVR),indo até 55%,para os bancos do SNCR com valor de aplicações totais de até 5.500.00 MVR.Com essa medida,não só as AM conseguiram contornar a limitada representatividade dos depósitos à vista sobre a oferta global de crédito rural,como alude a tabela No.4.11,como proporcionaram um considerável alívio às instituições financeiras com a extinção da exigibilidade sobre os ativos.

Buscando ampliar a oferta de crédito rural,o BACEN,através da resolução No.937,de 01/08/1984,determinou que os créditos rurais amparados por recursos proprios livres pudessem ser pactuados às taxas de juros nas operações de crédito do mercado em geral.No mês seguinte,essa AM,através da resolução No.958,de 12/09/1984,também autorizou os bancos de investimentos e as sociedades de crédito,financiamento e investimento a praticarem operações de crédito rural as taxas de juros do mercado em geral,desde que obedecidas as regulamentações especificas do manual de crédito.Para todas essas situações,a taxa de juros do crédito rural passou a ser positiva com 3%a.a.mais a variação integral da ORTN.

---

[281] Ver Blascoto Jr(1988,p.140-148).

Apesar dessas medidas, em 1984, o saldo dos empréstimos rurais só atingiu Cr$ 12,1 milhões, correspondendo a uma queda real de cerca 39% em relação a 1983. Ainda assim, o Brasil do Brasil, com uma participação de 61,92%, continuou sendo o principal suporte financeiro do setor rural. Enquanto isso, a participação relativa dos bancos comerciais privados aumentava de 33,0% (1983) para 38,08% (1984), conforme aponta a tabela No.4.9.

Mesmo assim, a crise do padrão de financiamento rural e a conjuntura agrícola desfavorável, particularmente devido à seca no Nordeste e as enchentes no Sul, propiciaram uma queda no produto agrícola, conforme se pode observar na tabela no.4.2. Mas além disso, devido à inflação, o mercado financeiro em geral passou a drenar os recursos da agricultura para a valorização financeira em detrimento da produtiva.[282]

Neste sentido, o ano de 1984 marca os limites da política de financiamento rural refletidos não só na queda real do volume de todas as modalidades de crédito rural, como também na retirada de praticamente todos subsídios.[283] As mudanças operadas nas regras do financiamento rural, neste período, apenas significaram o reconhecimento explícito do governo da exaustão da política de modernização agropecuária assentada no crédito farto e barato.

Vejamos, agora, o novo ciclo da política de crédito rural e seus efeitos sobre a modernização da agricultura na fase de transição conhecida por "Nova República".

4.2.2. A Política Expansiva de Crédito Rural na Transição à Nova República: 1985

A partir de março de 1985, tem início a política econômica da Nova República que começa sob o signo da austeridade. Na época o Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, identificando o déficit público como o principal problema da economia brasileira, colocou em prática a política de ajustamento interno da economia como meta do governo. Embora houvesse

---

[282] Embora o governo tentasse compensar os cortes dos subsídios rurais, com uma política de garantia de preços-base elevados, ainda assim o conjunto de restrições ao crédito rural e crise dos mercados interno e externo acabaram precipitando uma queda na produção e produtividade agrícola em consequência dos cortes no uso dos insumos modernos. De qualquer modo, a novidade da política agrícola foi o realismo dos VBC,s em relação aos custos de produção da safra agrícola. Ver Buainain & Souza Filho (1986, p.68-71).

[283] Ver a esse respeito Buainain (1988, p.3-7).

um relativo consenso no governo a respeito do papel do déficit público, como mecanismo propagador da inflação, travou-se uma intensa polêmica entre as equipes dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento sobre a natureza e a estratégia de política econômica para combatê-lo.

A discordância básica, entre os dois ministérios públicos, residia no tratamento que deveria ser dado aos juros. No diagnóstico do Ministro Dornelles, as elevadas taxas de juros eram consequência da origem fiscal do déficit público, devido os gastos públicos excessivos, e só cairiam com a redução deste. Para o Ministro da Seplan, João Sayad, ao contrário, os juros altos eram o resultado da origem financeira do déficit público que realimentava as pressões sobre a dívida pública cuja diminuição passava antes pela redução do elevado nível da taxa de juros.[284]

Apesar dos argumentos da Seplan, a política macroeconômica adotada, no primeiro semestre de 1985, consistiu de corte dos gastos públicos, congelamento temporário das tarifas dos serviços públicos e de uma política de juros livres com o propósito de inibir o consumo corrente, elevar a poupança doméstica, controlar a expansão monetária e facilitar a colocação dos títulos públicos no mercado financeiro para a obtenção dos recursos necessários às despesas governamentais.

Na ausência de novos recursos externos, e dada a crise financeira do setor público, o governo federal passou a utilizar-se intensamente das fontes domésticas para o financiamento dos seus compromissos, gerando, como consequência, um sensível crescimento da dívida interna e um desestímulo aos investimentos produtivos. A partir daí, o que passou a orientar a política monetária-creditícia foi o comportamento das taxas de juros e não o rígido controle da base monetária.[285]

No final do primeiro semestre de 1985, com a aceleração da inflação atingindo 14% a.m, o reconhecimento dos efeitos negativos do elevado patamar das taxas de juros sobre o déficit público e de sua reduzida eficácia no controle da base monetaria levou o BACEN a reorientar sua atuação no mercado financeiro visando reduzir as taxas de juros para patamares convenientes. Com a mudança da equipe econômica, em fins de agosto de 1985, o Banco do Brasil passou a ter maior flexibilidade na execução das operações de financiamento para o setor rural. Expressando

---

[284] Sobre a divergência do diagnóstico sobre o déficit público, ver os comentários de Costa (1988, p. 93-96), Almeida (1988, p. 91-102) e Biasoto Jr (1988, p. 155-163).

[285] Ver comentários sobre a política monetária desse período em Costa (1988, p. 100-112)

essa flexibilidade, o saldo dos empréstimos concedidos pelo Banco Brasil ao setor privado cresceu 28% reais no último quadrimestre de 1985.[266]

Essa expansão dos empréstimos do Banco do Brasil, sinalizava a reorientação da política econômica em direção contrária a contração creditícia dos anos anteriores. Neste contexto, a política de crédito rural em 1985, levada a efeito pelo governo, objetivou o atendimento das necessidades de recursos ao setor agrícola prejudicado pelas enchentes e adversidades climáticas nas regiões do Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

A nova política agropecuária delineada para 1985, definiu como meta prioritária a ampliação da produção de alimentos, sem prejuízo dos demais setores voltados para exportação e energia. Na instrumentalização dessa política agrícola, entretanto, nota-se uma clara reorientação de ênfase da política do crédito rural para a política de garantia de preços mínimos. Assim, ao invés de tentar assegurar a rentabilidade das culturas prioritárias ex ante, via crédito subsidiado, o governo federal passou a manipular a política de preços mínimos visando estimular a produção de certos produtos, através de avaliações das condições futuras dos mercados.

A PGEM tornou-se, assim, a nova alternativa de intervenção do governo federal condizente com sua capacidade financeira e as condições de operação da agricultura num ambiente de grande instabilidade e incerteza da economia brasileira. Com isso o crédito rural, que até então atuava um tanto desvinculado da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGEM), tornou se um instrumento de política agrícola complementar à política de preços mínimos que passou a ter um papel mais ativo na alocação dos recursos produtivos.

A partir de 1985, a política de crédito rural volta a ter características notadamente expansiva. Há de fato, nesse ano, um aumento real do financiamento rural em cerca de 20% em relação ao ano anterior. Dentre as medidas adotadas pelo CMN, destacam-se a destinação de uma maior volume de recursos para o crédito de custeio, a atualização da correção monetária dos valores básicos de custeio (VBC) em níveis compatíveis com os custos efetivos de produção e a ampliação do volume do crédito rural à grande maioria dos agricultores.

Neste mesmo ano, também, foi ampliada a margem de financiamento dos produtos agropecuários considerados básicos para 100%, no caso dos mini e

---

[266] Ver Almeida (1988, p. 113).

pequenos produtores rurais, para 30%, no caso dos médios, e para 80% no caso dos grandes produtores. Foi ainda observada a orientação da resolução No. 994, de 05/04/1984, que definiu as exigibilidades dos bancos comerciais privados, com base nos depósitos à vista, fazendo com que o acréscimo dos recursos destinados ao crédito rural se fizesse através da rede bancária oficial.

Quanto à política de preço mínimos, a defasagem verificada entre os preços fixados e os preços de mercado acabou se refletindo na evolução das contas EGF,s e AGF,S, devido ao seu impacto sobre as contas públicas e a escassez de recursos para os financiamentos rurais.

Em 1985, em função do comportamento dos preços da maioria dos produtos agrícolas no mercado não ter acompanhado a correção dos preços de garantia, registrou-se um aumento dos recursos destinados aos EGF e a posterior conversão destes empréstimos em AGF, como mostra a tabela No. 4.10. Como a elevação dos preços mínimos, num contexto de restrição monetária, ficou acima dos preços de mercado, o governo, sob pressão dos "lobistas rurais", foi obrigado a ceder e adquirir grandes quantidades de grãos.[287]

Como resultado desse conjunto de medidas, o saldo dos créditos concedidos ao setor rural, em 1985, alcançou um volume real de Cr$ 17,2 milhões. As aplicações do Banco do Brasil ao setor rural, com uma participação relativa de 71,44% (1985), tiveram um crescimento real de 42,6% em relação ao ano anterior. Quanto aos bancos privados, segunda maior fonte de recursos para o crédito rural, estes apresentaram um aumento real de 2,0% a.a. (ver tabela No. 4.9). A despeito das restrições creditícias, a produção de grãos da safra 1984/85 (59,7 milhões de toneladas) cresceu 12% em relação a safra agrícola de 1983/1984 (53 milhões de toneladas).[288]

4.3. O RACIONAMENTO DO CRÉDITO RURAL E A QUEDA NO RITMO DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: 1980/1985.

Nesse período, o racionamento do crédito rural foi feito de forma exógena com base em critérios de "desejabilidade social" compatíveis com a política econômica de ajustamento. De fato, desde meados dos anos 60, que o modelo institucional de crédito rural conta com a preponderante presença

---

[287] Ver a esse respeito interessante análise de Buainain, A.M. & Souza Filho, H.M. de (1986, p. 78-83).

[288] Ver comentários de Buainain, A.M. & Souza Filho (1986, p. 72-77).

da intermediação financeira do Estado. Um mercado financeiro rural, com forte participação de bancos comerciais e de investimentos privados, captando recursos no mercado de capitais do próprio setor e transferindo esses recursos às atividades carentes de capital, nunca houve no Brasil.[289]

A expansão e modernização da agricultura, juntamente com os seus segmentos industriais a montante e a jusante, foram viabilizadas pelas maciças transferências de recursos financeiros, via crédito rural subsidiado, provenientes principalmente do Banco do Brasil e dos Bancos comerciais privados do SNCR. Entretanto, no primeiro qüinquênio dos anos 80, há uma nítida redução desse dinamismo, como consequência da política de ajustamento agrícola marcada pela elevação da taxa de juros e pela imposição de limites ao financiamento rural.

Na verdade, o receio de que as mudanças na política de crédito rural subsidiado, num quadro recessivo, pudesse gerar uma crise de liquidez monetária na agricultura, capaz de afetar a oferta agrícola com seus reflexos negativos sobre a inflação e balanços pagamentos, foi externado por vários economistas agrícolas.[290] Não obstante, tal não aconteceu porque não só o governo manteve elevado o nível do crédito de custeio subsidiado, como a política de preços mínimos atuou como instrumento amortecedor da queda da renda agrícola devido à redução dos preços e à elevação das taxas de juros reais.[291]

Na década de 80, também, nota-se uma nítida dissociação entre o comportamento cíclico da indústria e da agropecuária. No caso das lavouras, percebe-se um crescimento superior ao da pecuária e uma certa vinculação pro-cíclica a dinâmica industrial, ainda que com crescente autonomia. A pecuária, ao contrário, tem um comportamento anti-cíclico

---

[289] Ver a esse respeito a análise de Lopes & Possa (1980, p. 1-9) sobre os efeitos alocativos e distributivos do SNCR.

[290] Sayad (1984, p. 93-125), por exemplo, sugere que a cobrança de juros reais positivos e a restrição quantitativa no volume do crédito rural, num contexto de uma política monetária de liquidez apertada, poderia afetar negativamente o nível da produção agrícola.

[291] A oferta abundante do crédito custeio, entretanto, só durou até 1982. Entre 1983/1984, o volume dessa modalidade de crédito caiu cerca de 50% e o de investimento em 25% em relação a 1980.

devido a natureza dessa atividade.[292] É dentro desse quadro de crise do financiamento rural e de desarticulação dessas atividades econômicas, durante a metade dos anos 80, que se pretende examinar os efeitos dessa política econômica de regulação do crédito rural sobre o desempenho da agropecuária e dos setores industriais conexos.

Apesar da crise do padrão de financiamento rural, neste período, o governo procurou adotar um conjunto de estratégias visando impedir que a crise atingisse a agricultura da mesma forma e com a mesma intensidade com qual vinha impactando a indústria. Esse esforço se fez no sentido de buscar compatibilizar as restrições do crédito rural, particularmente do fundo público do Banco do Brasil, com a necessidade de desaceleração do projeto nacional de modernização sem prejuízo da produção agropecuária.

O aprofundamento da crise financeira do setor rural, a partir de 1980, pode ser percebido pela queda de volume total do crédito para o setor agropecuário. De fato, no período 1980/1985, a taxa de crescimento real do crédito rural foi de menos 6,9%a.a. Entre 1980/1985, como mostra a tabela No.4.6., a política agrícola de racionamento quantitativo dos empréstimos provocou uma queda no crédito rural em cerca de 38,7% em relação a 1980.

Apesar da crise financeira, as boas safras e a elevação da renda agrícola, entre 1980/1982, permitiram que a agricultura atravessasse os anos de 1983/1984 até com uma certa euforia. Na verdade, os agricultores ficaram suficientemente capitalizados financeiramente para retomada dos investimentos interrompidos com base no auto-financiamento.[293] Com início da retomada do crescimento econômico e a política da prioridade agrícola, em 1985, o volume de crédito rural voltou a crescer em cerca de 42,6% em relação ao ano anterior. (Ver tabela No.4.6).

Mesmo assim, entre 1980/1984, a política macroeconômica de ajustamento acabou afetando as duas principais fontes de recursos do crédito rural.

---

[292] No período recessivo (1980/1983), a queda da demanda, que deprime os preços e a elevação das taxas de juros, que aumenta os custos de manutenção do rebanho, promove um aumento da taxa de abates. No período de recuperação (1984/1986), apesar do crescimento da demanda e dos preços, a queda da taxa de juros aumenta a retenção dos estoques e reduz a produção. No período de 1987/1989, a estagnação da produção, mesmo com o aumento na taxa de juros, é explicada pela preferência por ativos reais face a constante ameaça da hiperinflação. Ver Resende (1989, p.1-6).

[293] Os anos de boas safras e altas rendas agrícolas, entre 1980/1982, juntamente com o farto crédito custeio subsidiado, possibilitaram aos agricultores uma capitalização na forma de ativos líquidos. Ver a esse respeito Resende (1989, p.20-21).

De fato, o esforço do governo federal para reduzir o déficit público, de um lado, acabou limitando as possibilidades do financiamento rural via recursos do Tesouro Nacional; de outro lado, as elevada taxas de inflação e a política de juros altos acabaram concorrendo para redução dos depósitos à vista do sistema bancário. (Ver tabela No.4.11).

Essa retratação dos depósitos à vista, principal fonte não-inflacionária do financiamento rural, acabou afetando a oferta de crédito, por parte do sistema bancário comercial privado, para o setor agrícola. Como resultado, entre 1980/1984, o volume de recursos disponíveis para todas as modalidades de crédito rural foi sensivelmente reduzido em relação ao período anterior. No período entre 1980/1984, o número de contratos caiu em cerca de 42,7% e o valor real do saldo do crédito rural em 60,7%. (Ver tabela No.4.6)

Neste período, a política de crédito rural esteve voltada para a produção imediata. Assim, não é à-toa que a participação relativa do crédito de custeio, diretamente vinculado ao capital de giro para fazer face aos custos variáveis das safras agrícolas, saltou de 56,58% (1980) para 70,49% (1984); enquanto as demais finalidades do crédito rural tiveram as suas participações relativas reduzidas, conforme demostra a tabela No.4.7. A queda do crédito de investimento foi sentida pela indústria de tratores.

De fato, para compensar a queda da demanda por bens de investimentos à agricultura, a indústria de tratores teve que reduzir sua capacidade de produção e aumentar a sua margem de lucro, o que significou um aumento dos custos de produção para agricultura. Nesse período, essa indústria passou por uma restruturação, envolvendo tanto mudanças no grau de concentração quanto na centralização do capital, através da recomposição do controle acionário de importantes empresas do setor. Estas mudanças, juntamente com a queda da demanda interna e externa, acabaram provocando uma redução nas vendas dessa indústria. (Ver tabela No.4.12).

Na verdade, desde 1980, o governo federal, através da resolução No.671/80, buscou reduzir a demanda por crédito de investimento à compra de bens de capital agrícola, excluindo uma parcela significativa dos agricultores do acesso ao crédito rural subsidiado. Mas, apesar da ressalva de que os financiamentos de bens de capital para a agricultura, até o limite de 100 MVRs, poderiam continuar sendo subsidiados via recursos do crédito rural a mesma resolução prescrevia que os financiamentos de investimentos em bens de capital agrícola, acima desse valor, só pudessem ser realizados integralmente se sujeitos à livre taxa de juros do mercado bancário.

Por conseqüência disso, ficava reduzido o estímulo direto à continuidade da mecanização da agropecuária brasileira nos anos 80, comparativamente aos anos da década de 70. Não é de se estranhar, portanto, que, apesar do esforço para o aumento das exportações, tenha ocorrido, entre 1980/1984, uma queda nas vendas de tratores agrícolas no mercado doméstico. (Ver tabela No. 4.12).

No caso da indústria de insumos agroquímicos - fertilizantes e defensivos - a crise de crédito rural atingiu este setor numa fase em que os investimentos ainda não estavam concluídos. Mesmo assim, o efeito da retração da demanda do crédito de custeio, afetou mais o ritmo das importações dessa indústria química do que o nível das suas atividades produtivas. Ademais, é bom frizar que os programas de investimentos conduzidos pelo Estado no setor de não-ferrosos não foram interrompidos. Assim, na medida em que as unidades produtivas dessa indústria agroquímica iam entrando em operação, o País tornava-se auto-suficiente e exportador de fertilizantes.

Mesmo assim, no caso da indústria de fertilizantes, a crise do financiamento rural acabou afetando o crescimento da demanda por fertilizantes. De fato, a resolução No. 671/80 do BACEN, ao igualar os encargos financeiros dos gastos com a compra de fertilizantes a dos demais insumos, acabou eliminando este tipo de subsídio direto.

Por último, a circular No. 706/1982, ao revogar a distinção entre os contratos de custeio singular e integral, possibilitou que o agricultor acessasse ao crédito subsidiado sem ser obrigado a dispender um mínimo de 15% do financiamento de custeio com a aquisição de insumos modernos. Com isso, o agricultor ficava livre para optar pelo padrão técnico que melhor lhe conviesse. Com esta medida, o governo completava a revogação de todos os mecanismos que funcionavam como redutores dos preços relativos para favorecer o consumo de insumos modernos. Não é de se admirar, portanto, que o consumo de fertilizantes tenha caído em cerca de de 46%, entre 1980 a 1984, conforme confirma a tabela No. 4.13. Não bastasse, a tendência a subida dos preços dos agroquímicos também contribuiu para a queda no uso desses insumos agrícolas nesse período.[194]

---

[194] ver esse respeito os comentários de Resende (1989, p. 17-19). Nesse período, tudo indica que os agricultores expandiram substancialmente seus investimentos agrícolas com base no auto-financiamento ou combinando recursos próprios com o crédito de custeio, ver Reinhardt (1988, p. 17-26).

No caso indústria de defensivos, a política de crédito de custeio para agricultura, particularmente a partir do Plano Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA) do II PND, compensou a retração da demanda, principalmente para os acaricidas e herbicidas. Mesmo assim, na fase de maturação dessa indústria, as vendas dos seus produtos no mercado interno, pelas mesmas razões acima apontadas, caíram em cerca de 25,1%. (Ver tabela No.4.13). Isto mostra que a demanda pelos insumos agroquímicos, ainda permanecia dependente da política de crédito rural.

Neste período, pode-se dizer que o arrefecimento do ritmo da modernização da agricultura brasileira, comparativamente à década de 70, deveu-se à recessão econômica, a retirada explícita dos incentivos creditícios à modernização — traduzida pela redução drástica do crédito rural, particularmente para o financiamento dos investimentos agropecuários, e pela eliminação das taxas de juros reais negativas — e ao caráter profundamente desigual da produção agropecuária resultante da forma como se deu a "modernização conservadora" da agricultura brasileira.

Neste último caso, os altos níveis absolutos de produtividade alcançados pelas regiões agrícolas mais desenvolvidas, onde as taxas de crescimento da produção tenderam a ser menores, sugerem que o processo de modernização da agricultura já tinha definido as regiões centrais mais "aptas" — onde estão as modernas empresas capitalistas do centro-sul — em detrimento das demais regiões periféricas, situadas no norte e nordeste, onde se encontram a parcela mais significativa do campesinato brasileiro que deixou de ter um papel produtivo importante na produção de alimentos e matérias-primas agrícolas.

Apesar da agricultura ter perdido o seu tratamento preferencial junto ao mercado financeiro, ainda assim a crise do crédito rural não afetou profundamente a produção agropecuária entre 1980/1985, conforme pode ser visto na tabela No.4.14. A explicação para esse desempenho positivo da agricultura — particularmente notável se comparado com o da indústria que passou por uma intensa recessão — num momento de redução do volume do crédito rural e de sinalização de tendência da queda dos preços das "commodities" no mercado internacional, envolve várias causas.[285]

---

[285] Como mostra Resende (1989, p.6-17), a explicação para esse bom desempenho do setor agrícola nos anos 80 não encontra explicação, ao contrário dos anos 70, só na dinâmica dos produtos exportáveis que, embora tenha representado uma fonte alternativa de crescimento estável à produção agrícola na medida que funcionou como fator de autonomização da agricultura ao ciclo econômico doméstico, cresceu a uma taxa inferior a dos produtos domésticos. Mas, além desse caráter anti-cíclico estrutural da agricultura, proporcionado

Em primeiro lugar, a retirada gradual dos subsidios do crédito rural, além de encontrar um novo padrão agrário com relativa maturidade produtiva, foi paulatinamente sendo compensada por uma política de garantia de preços mínimos que visava assegurar o nível de renda dos agricultores. Em segundo lugar, a expansão produtiva da soja, da laranja e da cana-de-açucar em novas áreas, visando a valorização do capital, inclusive no mercado de terras, também contribuiu para esse bom desempenho.

Há que se observar, ainda, que o crédito rural subsidiado geral, e sem regras de distribuição, foi sendo gradualmente substituído pelo crédito rural subsidiado "dirigido" a certos produtos agrícolas exportáveis e energéticos cultivados pelos grupos rurais mais modernos. Ou seja, na realidade, não houve uma abrupta eliminação do tratamento creditício preferencial de todo o setor agropecuário, mas sim uma maior seletividade dos grupos beneficiários das diversas modalidades do financiamento rural.

De fato, pela tabela No. 4.14, percebe-se que os produtos de maior peso no comportamento positivo da agricultura entre 1980/1985, a exemplo da soja e cana-de-açucar, são exatamente aqueles que dispunham das facilidades dos mecanismos de valorização do capital ___ tais como os incentivos fiscais, o crédito subsidiado "dirigido" e os preços mínimos. Ademais, a redução gradual dos subsidios diretos para a compra de insumos modernos, em particular dos fertilizantes, não afetou tão profundamente a produtividade agrícola, apenas racionalizou a prática do uso dos insumos agroquímicos, por parte dos agricultores, o que permitiu a manutenção de níveis razoáveis do rendimento agropecuário a menores custos.[296]

Mesmo assim, num ambiente de política macroeconômica recessiva, a retirada gradual dos subsídios diretos e indiretos e a redução do volume de crédito rural, particularmente do crédito de investimento, sem dúvida levou ao fim a política de "modernização" da agricultura cujo descobramento manifestou-se pela desaceleração do ritmo das vendas dos tratores e insumos químicos nesse período.

---

pelo mercado externo, há que se considerar o caráter anti-cíclico dado pela queda dos preços dos fatores de produção tradicionais (terra e mão-de-obra) ___ devido a recessão da economia ___ e dos insumos agroquímicos ___ em razão da queda do preço do petróleo ___ que acabou permitindo que a agricultura ampliasse a produção sem comprimir a sua rentabilidade econômica. Isto é, agricultura, ao contrário da indústria, ajustou-se à crise da economia brasileira via preços e não via quantidades.

[296] Ver os comentários críticos sobre o desempenho agrícola desse período em Martine, George (1989, p. 5-15).

Cabe, agora, alguns comentários sobre a política de distribuição do crédito rural no período 1960/1985.

4.4.A POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO RURAL: 1980/1985

As mudanças operadas nas condições de concessão da política de financiamento rural, entre 1980/1985, também tinham como intenção alterar a tendência fortemente concentracionista da distribuição do crédito rural entre os agricultores. Neste particular, embora não se disponha de base estatística segura para avaliar com precisão a tendência do grau de concentração do crédito rural, pode-se inferir pelas alterações na política de concessão do crédito rural __ ao nível dos subsídios fornecidos e do grau de participação dos empréstimos rurais das diversas categorias de produtores __ de que há um movimento, durante os anos 80, no sentido de melhorar as condições de acesso dos pequenos produtores ao crédito rural.

Sabe-se que a análise da distribuição do crédito rural no Brasil foi, pelo menos nos últimos anos, objeto de vários estudos que se caracterizaram pelas críticas ao programa de crédito rural em face da constatação das distorções na distribuição dos recursos em favor de algumas regiões, produtos e produtores rurais.[197] Assim, dentro dos limites desta tese, procurar-se-á apenas mostrar de que forma a política de financiamento desse período afetou a distribuição do crédito rural.

Pode-se dizer, de antemão, que tanto o modo como se deu a expansão do crédito rural subsidiado à modernização da agricultura, quanto as constantes mudanças operadas na política de financiamento rural concorreram para os "desvios" na distribuição do crédito.

Desde 1978, por exemplo, a criação dos Postos Avançados de Crédito Rural do Banco do Brasil (PACRES) para fornecer crédito rural aos pequenos produtores em regiões de difícil acesso, juntamente com outras medidas de natureza burocrática para melhorar o atendimento desse segmento social, apesar da patente intenção da busca pela desconcentração do crédito rural, não se constituíram em ações efetivas capazes de promover a reversão da tendência concentracionista da distribuição do crédito rural, em direção aos pequenos produtores rurais, devido à sua pequena magnitude.

---

[197] Ver Kageyama (1985, p. 1-8).

Um outro esforço de reversão da tendência concentracionista do crédito rural, em prol dos pequenos produtores, foi levado a cabo, através da resolução No.540, de 08/05/79, pelo BACEN. Por esta, além do desdobramento da categoria dos pequenos produtores rurais em mini e pequenos, de acordo com o Maior Valor de Referência (MVR) fixado pelas AM, estes segmentos de produtores passaram a gozar dos benefícios da resolução No.546 que obrigava as instituições bancárias do SNCR a emprestarem no mínimo 25% para ambas as categorias e no mínimo 10% para os mini-produtores.

No entanto, essas medidas desconcentracionistas do crédito rural, além de propiciarem o "desvio" dos recursos de outras categorias de produtores rurais — devido à forma de distribuição varejista e sua insignificante participação macroeconômica — não chegaram a afetar, de forma substancial, a concessão do crédito rural aos grandes produtores. Na verdade, a política de crédito rural não só aprofundou a diferenciação social do campesinato, como serviu de instrumento à acumulação de capital da burguesia agrária.

Ora, partindo-se da hipótese de que os empréstimos se efetivavam para aqueles tomadores rurais que possuíam melhores condições de garantia, era de se esperar que o sistema bancário tivesse dado preferência aos grandes produtores rurais que tinham as melhores garantias. Ademais, tratando-se de empréstimos rurais, sujeitos a altos riscos e incertezas, que tendem a forçar a subida das taxas de juros do mercado financeiro, há uma tendência por parte do agente financeiro em decidir por operações que ofereçam maiores garantias e rendimentos. Portanto, a prevalecer essa racionalidade bancária, é possível se supor o privilegiamento dos grandes produtores rurais em detrimento dos pequenos.

Não há dúvida que a forma de condução da política agrícola, também, provocou distorções na distribuição do crédito rural por região, produtos produtores rurais. Entre os instrumentos diferenciadores da política distributiva do crédito rural, destacam-se:

a) a fixação de limites diferenciados de atendimento do crédito rural;

b) a fixação das taxas de juros diferenciadas pelas distintas modalidades de crédito rural; e

c) a criação de linhas especiais de crédito rural para vários programas nacionais de desenvolvimento específicos, tais como o PROÁLCOOL, PROTERRA, POLONORDESTE, POLAMAZÔNIA, POLOCENTRO e PIN, s.

A imposição de limites diferenciados de financiamento rural para o atendimento de produtores, produtos e regiões, foi o instrumento utilizado pela política econômica tanto para administrar a oferta de crédito rural quanto para corrigir os desvios na sua distribuição. Buscando corrigir esses desvios, a circular No.94 do BACEN, de 09/08/73, já sugeria aos bancos que os preços mínimos dos produtos agrícolas fossem considerados a base dos cálculos para a fixação dos limites máximos de adiantamento do crédito rural e ainda estabelecia os tetos do financiamento por produto — 60% para todos os produtos, 40% para a malva e 50% para o amendoim — em percentuais sobre a produção esperada.

Pela carta circular No.109 do BACEN, de 20/02/74, outras medidas são adotadas como regra geral e o limite do crédito do custeio agrícola passa a ser fixado em 60% sobre a produção esperada. Já em 1975, pela circular No.153, de 23/10/75, este percentual é elevado, respectivamente às regiões Norte e Nordeste, para 80%, no caso das culturas agroindustriais, e 70% para as alimentares. Com a carta circular de No.366, de 27/02/78, o BACEN, visando a contenção da oferta de crédito, fixou uma redução desses percentuais de financiamento rural entre 48% à 60%. Em compensação, através da circular No.263, de 11/04/78, essa AM voltou a fixar para as regiões favorecidas os novos limites para o atendimento do crédito de custeio por tipo de cultura e em função do valor do contrato.

Em 1979, com a criação do VBC, essa diferenciação para o crédito de custeio foi temporiariamente abandonada. Entretanto, com a resolução No.557, de 12/07/ 79, o BACEN não só voltou a política de diferenciação para os produtos não contemplados com o VBC, como estabeleceu os novos tetos de 80% sobre a produção esperada para as regiões favorecidas e 60% para as demais.

A partir de 1980, o VBC voltou a ser utilizado como instrumento seletivo de redução da oferta de crédito rural. Mas, desta feita, a adoção de limites do financiamento rural, ao invés de promover a expansão do crédito para pequenos produtores, regiões especiais e produtos básicos, passou a funcionar muito mais como instrumento de proteção desses segmentos e atividades nessas regiões na fase de declínio do programa de crédito rural. De fato, entre 1975/1985, a política de adoção de taxas de juros diferenciadas entre produtores, produtos e regiões, juntamente com a diversidade das taxas de juros por modalidades de crédito rural, evidenciam uma certa preocupação do governo de proteção aos pequenos produtores e aos produtos básicos.

Na verdade, desde de 1973, quando as taxas de inflação giravam em torno de 20%a.a, o valor dos subsídios, embutidos nas taxas de juros do crédito

rural, não era tão significativo se comparado ao valor total dos contratos de financiamento. A partir de 1975, entretanto, com o crescente aumento da taxa de inflação e do volume real dos financiamentos, para mesma taxa de juros, passou-se a ter um substancial aumento no valor das transferências aos grandes produtores rurais em detrimento dos pequenos e médios. Vejamos, agora, como a política de financiamento rural afetou a distribuição do crédito por região, produtos e produtores.

4.4.1. Distribuição do Crédito Rural Por Região

Nos anos 70, a política de crédito rural funcionou como mais um instrumento concentrador de renda regional. Vários estudos à época apontaram para o elevado grau de concentração do crédito rural favorável às regiões sul e sudeste[198]. Há, entretanto, quem justifique a tendência concentracionista pela lógica neoclássica da racionalidade econômica dos agentes. Há também, por exemplo, quem admita que a lógica da distribuição regional do crédito rural acompanha o desenvolvimento comercial da agricultura.[199]

Assim, do lado da oferta do crédito, a concentração ocorreria nas regiões de agricultura mais dinâmica pelo fato da expansão da capilaridade das instituições do SNCR, para alcançar um número maior de produtores, seguir os critérios básicos da eficiência econômica de máximo retorno e menores custos e riscos por parte do emprestador. Pelo lado da demanda, o tamanho dos estabelecimentos, a escala de produção, a rentabilidade do produto e o grau de capitalização do mercado financeiro definiriam a posição do tomador no mercado de crédito rural. Essa "lógica do mercado", entretanto, logo é substituída pela intervenção governamental que busca reverter a tendência concentracionista.

Entre 1970/1975, as regiões centrais absorviam em média 75% dos empréstimos rurais e as regiões periféricas distribuiam entre si os 25% restantes. No entanto, no período entre 1975/1980, as medidas compensadoras da política de distribuição do crédito rural, em direção as regiões Norte (SUDAM) e Nordeste (SUDENE), começaram a reverter esse alto grau de concentração. De fato, em 1980, nota-se um aumento da participação das regiões Norte (3%), Nordeste (17%) e Centro-Oeste (10%) no total do crédito rural. Mas, a partir de 1985, há uma reversão dessa tendência. Como mostra a tabela No. 4.15, com exceção da região Centro-Oeste, que teve sua posição

---

[198] Ver a análise de Quedes (1981, p. 39-56).

[199] Ver abordagem de Araujo (1981, p. 336-338).

elevada para 16% (1985), as regiões Norte (1,3%) e Nordeste (15%) voltaram a perder posição relativa em 1985..

Essa tendência é confirmada quando se usa como indicador do grau de concentração regional, a razão o entre valor total do crédito rural e o valor bruto da produção agrícola. Por esse indicador, nota-se que, em 1970, as regiões Sul (34,84%) e Sudeste (49,58%) tinham alta participação de crédito rural em relação ao valor da produção, quando comparadas com as demais regiões. Mas, entre 1975/80, há uma tendência de redução desse alto grau de concentração do crédito rural a nível regional. De fato, pela tabela No. 4.16, percebe-se que o alto grau de concentração em 1975 das regiões Sul (66,37%) e Sudeste (68,81%) e Centro-Oeste (75,23%) caiu, respectivamente, para 61,08% e 53,22% e 55,44% em 1980. Enquanto isso, nesse mesmo intervalo de tempo, a posição das regiões Norte (31,44%) e Nordeste (51,50%) subiu para 44,22% e 53,43%, respectivamente. Como se vê, neste período, há de fato uma melhoria na distribuição inter-regional do crédito rural, com as regiões centrais — Sul e Sudeste — cedendo posição em favor das regiões periféricas — Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Mas, com a crise do crédito rural a partir de 1980, nota-se uma reversão dessa tendência desconcentracionista entre 1980/85. Assim, embora todas as regiões tenham sido afetadas com a crise financeira do crédito rural, percebe-se que, nesse período, as regiões periféricas voltaram a perderam posição com a redução do volume do crédito rural em relação ao valor bruto da produção dessas regiões, conforme mostra a tabela No. 4.16.

Há que se indagar, o que teria levado a esse movimento de desconcentração regional do crédito rural no primeiro período? Duas hipóteses podem ser levantadas. A primeira, esboçada por Hoffmann & Kageyama (1987, p.32-33), sugere que esse movimento não se deve à ação deliberada e significativa dos formuladores da política de crédito rural, mas sim à própria expansão horizontal do projeto nacional de modernização da agricultura em direção as fronteiras das regiões periféricas.

Por essa explicação, embora o processo de modernização, particularmente nas regiões centrais, ainda tivesse longe de alcançar o seu limite, os obstáculos próprios da atividade agrícola ao avanço do progresso técnico, juntamente com a "territorialização burguesa" das terras da fronteira sob a ação do Estado Autoritário, acabaram impulsionando o capital financeiro a destinar parte de suas aplicações ao mercado de terras nas regiões periféricas. Como resultado, as diversas unidades de capital que se dirigiram às regiões periféricas — atraídas pelos incentivos fiscais, ganhos patrimoniais e fartos subsídios creditícios — acabaram ampliando o carreamento do crédito rural à periferia.

A segunda explicação desse movimento de desconcentração regional do crédito rural, em favor da periferia regional, pode ser encontrada em Comim & Müller (1985, p.52-55). Estes autores, mais recentemente, destacam a importância da política de distribuição do crédito rural, em direção às categorias dos mini e pequenos produtores, como um instrumento de reversão da tendência concentracionista do período imediatamente anterior.

Na realidade, é provável que as duas explicações sobre esse movimento de desconcentração regional do crédito rural, sejam complementares entre si. Isto porque, se é verdade que a dinâmica da modernização agricultura em direção a fronteira agrícola das regiões periféricas, arrastou consigo um maior número de tomadores de crédito rural; também é certo que isso só foi possível devido os estímulos e subsídios de toda ordem, criados pelo governo federal, visando os produtores dessas regiões periféricas.

De qualquer modo, a expansão do crédito rural subsidiado, particularmente através dos recursos do fundo público, desempenhou um papel importante no desenvolvimento da agropecuária das regiões periféricas ao contribuir para a redução das disparidades inter-regionais.

4.4.2. Distribuição do Crédito Rural Por Setor e Produtos

A política de crédito rural dividiu suas aplicações, entre 1970/75, numa proporção que oscilou entre 70% para as atividades agrícolas e 30% para as de pecuárias. A partir de 1975, entretanto, nota-se uma tendência de redução da destinação do crédito rural para a pecuário, cuja participação chega a 15% contra 85% da agricultura em 1985. (Ver tabela No.4.17).

Do mesmo modo, percebe-se que algumas das matérias-primas e dos produtos de exportação agrícolas, que concentraram os financiamentos rurais durante a década de 70, começaram a perder posição para as culturas alimentares no período subsequente. De fato, pela tabela No.4.18, nota-se que, entre 1980/85, as culturas domésticas — principalmente o arroz, milho, trigo e a mandioca — tiveram elevadas suas posições relativas no total dos empréstimos rurais, respectivamente, de 7,4%, 1,2%, 2,9% e 0,6%, em 1980, para 13,3%, 2,4%, 5,4% e 1,2%, em 1985.

4.4.3. Distribuição do Crédito Rural Por Produtor

Muito embora se saiba da dificuldade de se analisar a distribuição do crédito rural por produtor, ainda assim buscar-se-á fazer uso dos dados disponíveis para inferir alguns comentários a respeito da distribuição do

crédito rural nesse período[300]. A tabela No. 4.19, mostra que, entre 1970/85, o número de estabelecimentos rurais aumentou de 4.924.019 (1970) para 5.801.809 (1985). Contudo, apesar do aumento de 17,82%, o programa de crédito rural ainda deixou de fora 79% dos estabelecimentos rurais em 1985. Pela mesma tabela, percebe-se que a categoria dos mini e pequenos produtores, com menos de 100ha, teve ampliada sua participação, no total do crédito rural, de 17,3% (1975) para 23,0% (1980). Nesse mesmo período, a participação dos grandes e mega-produtores declinou de 2,1% para 1,6%.

É possível que as medidas corretivas de distribuição do crédito rural, visando fortalecer os pequenos produtores, face a crise financeira, tenham sido responsáveis por esse movimento desconcentracionista. De fato, pela tabela No. 4.19, nota-se que a categoria dos mini e pequenos produtores, com menos de 100ha, que recebiam de 78,6% (1975) dos financiamentos rurais tiveram sua participação relativa ampliada para 82,3% (1980).

Mesmo assim, o aumento da participação relativa dos mini e pequenos produtores rurais não foi suficiente para alterar profundamente o padrão de distribuição de crédito rural do período anterior. Melhor dizendo, as medidas corretivas melhoraram o atendimento dos mini, pequenos e médios produtores rurais, porém não foram suficientes para retirar dos grandes e mega-produtores rurais a posição de maiores beneficiários da política de crédito rural na década de 1970. De fato, pela tabela No. 4.19, verifica-se que, entre 1980/85, a participação relativa dos mini e pequenos produtores rurais caiu de 82,3%, em 1980, para 31,2% em 1985. Enquanto isso, os grandes e mega-produtores rurais, com mais de 1000ha, saltavam de 16,4% (1980) para 27,1% em 1985.

Pelos dados do BB e BACEN, que possuem um controle com base no porte do beneficiário em função do valor dos empréstimos concedidos, confirma-se essa tendência. De fato, pela tabela No. 4.20, percebe-se que a participação do segmento dos pequenos produtores, que chegou a deter 35,18% do valor total do crédito rural em 1982, caiu de 26,50% (1985) para 21,7% (1989). Enquanto isso, no mesmo período, a participação dos grandes produtores rurais, que detinham 21,02%, em 1982, subia de 40,68% (1985) para 48,73% em 1989. Como se observa, tudo leva a crer que, a partir de 1985, o problema da concentração do crédito rural, em prejuízo dos pequenos produtores, se agravou ainda mais com a crise do padrão de financiamento rural.

---

[300] A esse respeito, ver os comentários de Guedes (1981, p. 11-13) sobre as dificuldades do uso dos dados estratificados do crédito rural por tamanho do produtor.

CAPÍTULO V: A RUPTURA DO PADRÃO DE FINANCIAMENTO RURAL E SEUS IMPACTOS NA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: 1986/1990

5.1. INTRODUÇÃO

Após o exame dos determinantes da crise do padrão de financiamento rural e da forma com que o governo federal, através das políticas macroeconômica e agrícola, buscou regular o comportamento do setor agropecuário entre 1960/1985, pretende-se, neste capítulo, abordar as determinações que levaram a ruptura do padrão financiamento rural e como as recorrentes mudanças das políticas agrícolas, entre 1986/1990, impactaram o comportamento da evolução e distribuição do crédito rural com seus naturais desdobramentos sobre a modernização da agricultura brasileira.

Antes, porém, é preciso deixar claro que, no período que se segue ao Plano Cruzado, a crise financeira do setor público __que já havia manifestado seu efeito perverso de transferência de recursos reais para o exterior ___agrava-se ainda mais com a queda da carga tributária, como aponta a tabela No.4.2, em decorrência tanto da redução do nível interno da atividade econômica __ombinada com a do "drive" exportador___quanto pela retomada da aceleração inflacionária.[283]

É nesse quadro de instabilidade crescente, pelos motivos acima apontados, que será avaliada a experiência brasileira da política de financiamento rural durante o Plano Cruzado e sua evolução nos anos seguintes sob a ameaça de hiperinflação. Para tal, no item seguinte, busca-se analisar o comportamento da política expansiva de crédito rural que se seguiu nos momentos de euforia e fracasso desse plano de estabilização.

Na sequência, discute-se o problema do endividamento dos pequenos produtores rurais sobre o efeito da política econômica de juros altos frente a ameaça de inflação alta. Por fim, analisa-se a ruptura do padrão de financiamento rural e seu desdobramento sobre a modernização da agricultura do Plano Verão ao Plano Collor.

---

[283] Ver os comentários de Carneiro (1991, p. 167-179) sobre o encilhamento financeiro do setor público entre 1985/89.

5.2.A RETOMADA DA POLÍTICA EXPANSIVA DO CRÉDITO RURAL NO PLANO CRUZADO: 1986

A partir do final de 1985 e começo de 1986, a aceleração inflacionária que acabou elevando o nível da inflação brasileira de 230%a.a para 450%a.a colocou em xeque a política gradualista de estabilização econômica. O diagnóstico era de que as expectativas dos agentes econômicos, nesse ambiente de incerteza, provocadas por uma inflação dessa magnitude, tinham como efeito a inibição dos investimentos produtivos necessários à retomada do crescimento econômico. Por isso que, apesar da recuperação da produção corrente em 1985, os investimentos privados não davam sinais significativos de recuperação.[284]

De fato, no período pré cruzado, devido às altas taxas de inflação, as empresas passaram a adotar um comportamento defensivo visando preservar suas margens de lucro corrente. Ademais, face a incerteza em relação ao futuro, as empresas produtivas buscaram a valorização do capital no mercado financeiro. Nesse ambiente, a possibilidade de desvalorização dos rendimentos esperados das empresas produtivas, face a aceleração da inflação, gerou um comportamento defensivo de permanente remarcação dos preços que, a partir de certo momento, passou a se generalizar a prazos cada vez mais curtos.

Assim, na tentativa de preservar suas rendas reais, as empresas e os agentes econômicos em geral, passaram a adotar como regra a indexação monetária como critério para remarcação dos preços em detrimento de uma política de formação de preços baseada na relação produtividade e custo. Nesse mundo de incerteza, e tendo em vista os elevados riscos dos investimentos produtivos, a valorização do capital no mercado financeiro passou a substituir a valorização produtiva no mercado de bens e serviços. Com esse comportamento, as empresas produtivas superavitárias, não só obtinham ganhos reais com as aplicações de suas reservas e lucros no

---

284 Ver Carneiro (1987, p. 3)

mercado financeiro, como ainda conseguiam elevados rendimentos positivos com aplicações no mercado de overnight.[285]

Esse comportamento, no limite, se constituia numa estratégia defensiva dos agentes economicos, dado o estado de desconfiança, resultante do receio da possibilidade de que uma mudança brusca na politica econômica — que poderia ser provocada pela perda do controle da inflação — pudesse induzir uma profunda recessão. Certamente que, nesse processo, muito embora todos os agentes se comportassem defensivamente, tentando a preservação dos seus capitais, aqueles que possuiam maior poder de mercado, seja pela via da remarcação de preços, seja pela via da realização de contratos em prazos curtos, levavam vantagens e ampliavam sua rentabilidade financeira corrente. Nesse ambiente, portanto, as praticas de valorização financeira de curto prazo, praticamente sem riscos, predominavam em detrimento da valorização do capital nos setores produtivos.

A percepção do governo federal da necessidade de deter o ritmo acelerado da inflação, num momento supostamente favorável, como forma de recompor a estabilidade dos preços para levar a retomada do crescimento economico, induziu a tomada de decisão dos "policy makers" por um "choque heterodoxo" — baseado no diagnóstico inercialista da inflação — como ficou conhecido pela sociedade o Plano Cruzado.

A politica de estabilização do Plano Cruzado consistiu de uma reforma monetária, acompanhada de desindexação da economia, e de um congelamento de preços e salários. O programa de estabilização conseguiu, durante os seis primeiros meses, reduzir e manter baixas as taxas de inflação. De fato, o controle dos preços e tarifas, juntamente com a desindexação generalizada, surtiu efeito forçando a queda da taxa média mensal de inflação de 14% nos três primeiros meses que antecederam o Plano cruzado — para cerca de 4% no período de março a julho.

Adicionalmente, o processo de remonetização de parcela da divida interna do setor publico em poder do setor privado, além de reduzir o estoque da divida, permitiu a ampliação do crédito interno com redução das taxas nominais de

---

[285] Ver interessante análise sobre o ajuste financeiro das empresas produtivas em Costa (1987, p. 151-156).

juros de curto prazo dos empréstimos.[286] Associada à queda das taxas nominais de juros, a acentuada elevação da demanda por moeda, com retenção a baixo custo, promoveu uma profunda alteração no portifólio dos agentes econômicos. De fato, como mostra a tabela No.5.1, a participação dos haveres monetários que, em 1985, representava cerca de 11,22% do total dos haveres financeiros, subiu para 29,48% ao final de 1986.[287]

A partir de 28 de fevereiro de 1986, com a publicação do Plano Cruzado, consubstanciado no Decreto-Lei No.2.284, sensíveis alterações se fizeram sentir no direcionamento dos empréstimos rurais. Para tal, o governo procurou manter as mesmas diretrizes da política de crédito rural do ano anterior. Estas diretrizes estavam voltadas para o atendimento da demanda de crédito rural para os alimentos básicos, através de estímulos aos mini e pequenos produtores e de incentivos às regiões menos favorecidas. Apesar disso, o governo federal tomou outras medidas voltadas muito mais para o estímulo da agricultura de exportação devido à queda do saldo da balança comercial agrícola. (Ver tabela No.4.3).

Neste sentido, através das resoluções de No.1.130 e No.1.131, de 15/05/1986, o governo procurou adaptar a política de crédito rural as condições vigentes na economia após a implantação do Plano Cruzado. Como vimos, até o advento do Decreto Lei No.2.284, os encargos financeiros aplicavéis pela política de crédito rural eram constituídos da correção monetaria, variável conforme o programa e a região geoeconômica, mais 3% de juros ao ano. Com isso, as regiões periféricas acabavam sendo beneficiadas com os subsídios implícitos particularmente o Norte e Nordeste que visavam compensar a baixa produtividade da agropecuária decorrente das condições adversas de clima e solo.

No entanto, com a extinção do instituto da correção monetária para todos os financiamentos rurais, decorrente da desindexação da economia, os empréstimos rurais ficaram regulados apenas pela taxa de juros de 3%.a.a., em 1986, do que resultou a necessidade de uma revisão das taxas

---

[286] Ver a esse respeito, Carneiro (1991, p.209-211).

[287] Consultar o Relatorio Anual do Banco Central (1986, p.17-18).

nominais de juros aplicáveis regionalmente com vistas à correção das distorções do sistema de financiamento rural.

Essa reestruturação financeira, eliminou o risco embutido nos empréstimos rurais pós-fixados e parte significativa dos custos financeiros. É digno de registro, também, o voto No.045/86 do CMN, de 31/01/1986, que extinguiu a Conta Movimento que permitia o nivelamento automático das reservas bancárias do Banco do Brasil no Banco Central — fonte parcial de emissão de moeda. Com isso, a capacidade de empréstimos rurais do Banco do Brasil, até então sem limites, ficou sujeita a um maior controle por parte do BACEN.[288]

Paralelamente, o governo federal buscou o controle do déficit público e a reorganização das suas finanças públicas. De um lado, através do "pacote" fiscal e da "mini"-reforma tributária, expressa na Lei No.7450, de 23/12/85; e, de outro, pela reforma institucional, de há muito reclamada, que visou a unicidade orçamentária da União, via Lei No.7420, de 17/12/85, a qual aprovou o Orçamento Geral da União (OGU) para o ano de 1986.[289]

---

[288] O fim da "conta de movimento" significou a eliminação do mecanismo de nivelamento automático das reservas bancárias do Banco do Brasil no Banco Central. A transferência dos recursos do Tesouro Nacional (TN) do Banco do Brasil (BB) para o BACEN, acabou com o sistema híbrido de Autoridade Monetária e permitiu um melhor controle das contas monetárias. A partir daí, o BB passou a receber os suprimentos específicos do BACEN para a execução das operações de interesse do governo federal, a exemplo do programa de crédito rural, que ainda não estavam alocados no Orçamento Geral da União (OGU). Com isso o BACEN, além de agente financeiro do TN, gestor das políticas monetária, cambial, agrícola e industrial, responsável por operações de fomento, passou a ser depositário dos recursos do TN e das reservas bancárias dos bancos comerciais, inclusive o BB. Este, por sua vez, continuou acumulando a função de agente financeiro do TN, não só mantendo as contas dos Ministérios e demais órgãos da administração direta, como receptor dos recursos do orçamento fiscal, mas também como executor financeiro de certos programas, não vinculados diretamente a órgãos e Ministérios, a exemplo da compra do trigo e da política de preços mínimos. Maiores informações sobre os efeitos do voto CMN No.045/86, ver Paiva, Luis Cesar Pedrosa. (1987). *A Programação Monetária Após o Advento do Voto 045/86*. Brasília, BACEN. p.1-10. Ver ainda os comentários de Dias, Simão Cirineu. (1986). *A Programação Monetária no Brasil*. Brasília, BACEN. p.1-27.

[289] Há que se observar que a Lei Delegada No.12, de 08/11/71, ao dotar o BACEN do poder de emissão de títulos públicos — tanto para a cobertura de déficits orçamentários, quanto para atender aos encargos da própria dívida ou ainda para fins de política monetária — tornou as políticas monetárias e da dívida pública pública meramente acomodativas da

Por seu turno, a nova política de crédito rural, consubstanciada na resolução No.1.131, passou a fixar os juros nominais a partir da taxa anual de captação do sistema bancário para 180 dias, apurada e divulgada pelo BACEN, com desconto de 10%, tendo como piso o nível de 3% anuais. Com efeito, as taxas de juros nominais das modalidades dos créditos de custeio e investimento foram fixadas em 10%a.a para todos os programas de lavouras tendo oscilado entre 3% a 8%a.a, para as áreas favorecidas da SUDAM, SUDENE e Vale do Jequitinhonha (ES). Enquanto isso, as taxas de juros nominais para o crédito de comercialização (EGF), para todas as regiões e todos produtores, foram estipuladas em 10%a.a., para os produtos "in natura", e 15%a.a. para os agroindustrializados.

O voto No.141/86, do CMN, e a resolução No.1.131/86, do BACEN, ao sinalizarem uma substancial elevação da taxa de juros nominal do crédito rural para a safra do ano agrícola de 1986/87, principalmente das regiões do Centro-Sul, não só tornaram insuportáveis os custos financeiros para os tomadores rurais, como também aumentaram os riscos operacionais dos bancos operadores do SNCR. É claro que, numa conjuntura de congelamento de preços, seria muito difícil o produtor rural cobrir todos os custos dos empréstimos de custeio e de comercialização agrícola sem que houvesse o correspondente aumento dos preços dos seus produtos.[490]

Na primeira fase do Plano Cruzado, as Autoridades Monetárias, através da resolução No.1.109, de 06/03/1986, congelaram o montante das operações ativas dos bancos comerciais privados, ao saldo existente em 28/02/86, sobre as quais incidiam os limites mínimos de 10% a 55% sobre os depósitos à vista líquidos para aplicações obrigatórias em crédito rural e agroindustrial.

---

frouxa política fiscal. A Lei delegada acabou criando um "buraco negro" através do qual os grupos de pressão agiam sobre o orçamento público. Sobre este tema sugiro a leitura do interessante trabalho de Oliveira, João do Carmo. (1986). **Reordenamento Financeiro do Governo Federal: Implicações da Lei Complementar No.12**. Brasília, UnB-SEPLAN. p.11-12.

[490] Ver os comentários de Fagundes, Maria Helena. (1986). Crédito Rural E Alguns Dos Seus Problemas. **Carta Mensal da SUNAC**. Brasília. CFP. 1(5):1-6. dez. Ver também Lopes, Mauro Resende. (1986). O Impacto De Curto Prazo Da Reforma Econômica no Setor Agrícola. **Texto para Discussão**. Brasília, CFP. p.1-5.

No entanto, ultrapassada a fase de acelerado crescimento dos depósitos à vista, resultante da remonetização da economia, os novos limites do crédito rural voltaram a ser restabelecidos, pela circular No.1.030, de 16/05/86 , nos percentuais mínimos de aplicação de 10%, 20%, e 30%, respectivamente, para os pequenos, médios e grandes produtores rurais. Pela mesma resolução No.1030, foram redefinidos os critérios de redistribuição dos recursos vinculados às aplicações obrigatórias dos empréstimos rurais.

De fato, para estimular a demanda do setor industrial fornecedor de bens de produção à agricultura, os empréstimos rurais voltados à finalidade de investimentos passaram a ser prioritários. Para tal, o governo fixou em 30% das exigibilidades bancárias os recursos destinados a concessão dessa modalidade de crédito rural. Além disso, a permanência da baixa taxa de juros em 8%a.a., mesmo para uma economia de "inflação zero", estimulava a demanda dos investimentos agropecuários. De outro lado, o limite mínimo de 30% estipulado para as aplicações junto aos mini e pequenos produtores rurais, até então restrito aos bancos oficiais, foi estendido a todos os bancos comerciais privados.

Com a política de preços mínimos, levada a cabo nos primeiros meses do Plano Cruzado, o governo federal visou estimular a produção de alimentos para atender a demanda interna e ainda possibilitar à formação de estoques reguladores. Para os produtos de exportação, a política agrícola orientou-se no sentido de minimizar os efeitos das cotações externas sobre a produção interna. Mesmo assim, a dificuldade de sustentar uma política de preços mínimos ativa ficou patente durante os primeiros meses do Plano Cruzado.

Essa dificuldade não decorria apenas do limitado volume dos gastos oriundo do Tesouro Nacional, mas, sobretudo, da fragilidade e desordem financeira do setor público que acabavam impedindo a hierarquização e distribuição dos gastos públicos do governo em função de uma estratégia de desenvolvimento agropecuário.[29] A politização dos preços mínimos e da

---

[29] Uma excelente análise das propostas para o redirecionamento do padrão do financiamento da economia brasileira pode ser encontrada em Freitas & Braga (1987, p.161-288) e Ferreira et alii (1988, p.6-30).

política agrícola em geral, nesse período, era uma demonstração cabal de que o governo federal havia perdido seu poder de regulação sobre o mercado agrícola e que sua capacidade de fixar os preços tinha se reduzido. De fato, em 1986, os EGF,s cresceram, em termos reais, cerca de 33,89%, enquanto os AGF,s tiveram um declínio de menos 31,86%, como mostra a tabela No.4.10.

Nesse período, o governo, buscando reordenar as diretrizes da política agrícola, com a finalidade de diminuir a participação dos recursos do Tesouro Nacional (TN), bem como tentando avaliar a contrapartida nacional exigida em programas co-financiados pelas instituições financeiras internacionais, atribuiu aos agentes financeiros domésticos a participação de 35% nos financiamentos realizados ao amparo dos programas financiados pelo FUNAGRI, com exceção do PAPP, Probor III e Pronagri, de conformidade com a resolução No. 1.149, de 14/07/86, e circular No.1.084, de 16/07/86.

Mais ainda, com o Decreto No. 93.115, de 14/08/86, o governo federal deu um passo importante no sentido de reestruturar o sistema de financiamento rural criando o Conselho de Crédito Rural e Agroindustrial (CCRA), com a função de assessoramento junto ao Conselho Monetário Nacional (CMN) na elaboração, acompanhamento e execução do Orçamento Consolidado do Crédito Rural. Também foi criado, pelo mesmo decreto, o Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR) que passou a ser administrado e operado pelo Banco do Brasil com o objetivo de reestabelecer as formas de financiamento permanentes e estáveis para as atividades rurais.

Esse conjunto de medidas corretivas, visando a expansão do crédito rural, permitiu que, em 1986, fossem alocados cerca Cr$ 179,9 milhões em crédito rural, ou seja, o correspondente a uma expansão real de 45,19% em relação ao ano anterior, como mostra a tabela No.5.2.0 reforço de caixa ao Banco do Brasil também permitiu que este banco oficial mantivesse, neste ano, a preponderância no financiamento das atividades rurais (52,0%), tendo o saldo de suas aplicações bancárias alcançado Cr$113,2 milhões, contra Cr$ 62,6 milhões dos bancos comerciais privados.

Vejamos a seguir os desdobramentos dessas medidas de política creditícia sobre o setor agropecuário.

5.2.1.Os Momentos de Euforia da Agropecuária Durante o Plano Cruzado

O Plano Cruzado, ao alterar as expectativas dos agentes econômicos do meio rural, reestabeleceu o estado de confiança dos produtores no mercado tanto pelo lado da produção, quanto pelo lado da demanda gestando um clima de euforia em relação ao crescimento do setor agropecuário. A explicação para tal euforia, entretanto, não deve ser buscada apenas no comportamento dos preços agrícolas e no tratamento diferenciado dado a agricultura por parte do governo.[292] Na verdade, a razão principal que levou a esse estado de confiança por parte dos produtores rurais, após a publicação do plano, foi a desindexação do sistema financeiro em geral que acabou extinguindo a correção monetária do crédito rural.

Na realidade, o impacto cíclico das mudanças macroeconômicas sobre as condições financeiras dos agricultores, particularmente para fazer face aos investimentos produtivos de curto prazo na agricultura que definem o grau de utilização da capacidade produtiva do setor depende das condições de acesso dos tomadores rurais ao mercado de crédito, já que a agricultura, diferentemente da indústria, recorre muito mais ao capital de empréstimo, o que predispõe o setor agrícola a uma posição mais "frágil" financeiramente no sentido de Minsky.

---

[292] Sayad (1982, p. 50-54), por exemplo, argumenta que as políticas econômicas de estabilização monetária, cambial e de juros, afetam o comportamento cíclico da agricultura de forma distinta da indústria. Partindo de certos pressupostos sobre a agricultura, o autor sugere que, em períodos de corte de liquidez, a flexibilidade dos preços nominais agrícolas não só não garante o emprego na agricultura, como também determina uma queda no crescimento da área cultivada e conseqüentemente na produção e produtividade agrícola. A combinação da redução de liquidez com desvalorização cambial que provoca o aumento das áreas agrícolas destinadas ao cultivo de exportáveis aumenta a produção dos exportáveis em detrimento da produção de alimentos pela redução dos termos de trocas entre a agricultura de exportação versus de alimentos e entre a agricultura e a indústria pelo aumentos dos preços dos insumos industriais. Resende (1982, p. 106-109), embora aceite parte dos argumentos de Sayad não concorda com essa "paradoxal" conclusão. Para ele, Sayad se esquece que, embora o capital de giro aplicado na produção agrícola represente investimento financeiro mais arriscado e menos líquido que na indústria, esse investimento de curto prazo na agricultura que define o grau de utilização da capacidade produtiva do setor se contenta com uma taxa de rentabilidade menor, já que tem que remunerar apenas a si próprio, do que na indústria que tem de gerar uma margem de lucro (mark-up) suficiente para cobrir o custo fixo e a taxa de lucro sobre o capital imobilizado.

É inegável que, na fase de euforia do ciclo, há uma tendência do aumento do grau de endividamento por parte dos agricultores, inclusive devido ao efeito positivo da valorização da terra, no sentido do aumento da capacidade produtiva do setor.[293] Enquanto na fase recessiva, além do sistema financeiro reduzir a liquidez e forçar a liquidação dos débitos contraídos, a queda dos preços da terra e a redução da demanda de estoques agrícolas por parte do comércio e da agroindústria, aumentam as dificuldades financeiras dos produtores rurais para a retenção dos seus produtos. Assim, com o aumento dos custos de estocagem, os produtores se tornam uma "presa" fácil para os "intermediários" que passaram a especular com as margens de comercialização dos preços da safra e entressafra.[294]

Nesse ambiente de alta incerteza, em relação à inflação futura, a correção monetária dos empréstimos rurais deixava os produtores num "beco sem saída" — entre a aceleração inflacionária e a possibilidade da quebra de safra — como já tinha ocorrido em 1985. Conquanto a reforma financeira que acompanhou o Plano Cruzado, ao promover a desindexação financeira, eliminou de uma única vez a incerteza embutida nos empréstimos rurais pós-fixados e também parte dos elevados encargos financeiros que incidiam sobre os custos operacionais das empresas rurais.[295]

* Com o fim do mecanismo de indexação, que promovia ganhos especulativos no mercado de ativos financeiros, os recursos dos circuitos financeiros, aplicados em cadernetas de poupança e no "overnight" e outros ativos de renda fixa, foram redirecionados para aplicações em ativos reais — terras, tratores e gado — e investimentos em atividades produtivas.[296] Mais

---

[293] Como já tinha observado Resende (1990, p. 27-29), a alta do preço da terra não só torna os tomadores de crédito mais propensos a enfrentar riscos e contrair mais financiamentos no sistema bancário, como age em favor da modernização e expansão territorial da agricultura.

[294] Ver a esse respeito os comentários de Resende (1992, p. 109-112).

[295] Buainain (1987, p. 75-76), estima que, na safra de 1985/86, os custos financeiros chegaram a alcançar até 60% dos custos operacionais.

[296] O congelamento de preços e a política monetária expansiva do Plano Cruzado, juntamente com o fim da correção monetária dos ativos públicos com prazos inferiores a um ano (as OTN transformadas em LTN), ao romperem com a capacidade dos ativos financeiros servirem

ainda, em 1986, ao lado da desindexação financeira, a política expansiva de crédito rural, acompanhada pela queda da taxa de juros reais, contribuiu para que os agentes econômicos do setor migrassem do mercado financeiro para o mercado de ativos reais e voltassem a realizar aplicações em novos investimentos agrícolas produtivos.

De fato, para a agricultura, o aumento da demanda por ativos reais por parte dos agentes rurais, embora em alguns casos com fins um tanto especulativos, constituiu-se nesse período em investimentos produtivos para o setor agropecuário, particularmente aqueles resultantes das aplicações em bens de capital, terra e gado.[297] Nesse sentido, a política de crédito rural de 1986, explicitada através da pré-fixação nominal da taxa de juros em 10% para o crédito de custeio e do aumento do volume do crédito para investimento a uma taxa de juros nominal de 3%a.a, acabou cumprindo um papel de instrumento coadjuvante da política macroeconômica.

No caso da pecuária, o aumento da rentabilidade das atividades de cria, recria e engorda de bovinos que resultou numa redução da taxa de abates deixou a pecuária de um dos setores líderes do crescimento da agricultura brasileira. Na verdade, a alta valorização das terras rurais, manifestada pela alta de preços desse ativo, tornou os agricultores subitamente mais ricos não só mais seguros para enfrentar os investimento de riscos exigidos pela produção agropecuária, como também os tomadores mais atraentes para a realização de empréstimos rurais junto ao sistema bancário.

No ano do Plano Cruzado, portanto, tudo leva a crer que, além do forte endividamento dos pequenos agricultores junto ao sistema bancário, os grandes produtores rurais tenham recorrido ao autofinanciamento, através da retirada de recursos monetários de seus próprios fundos antes

---

de "hedge" contra a inflação, desencadearam uma desintermediação financeira sem precedentes do que resultou uma subida dos preços dos ativos não-financeiros. Ver Resende (1992, p. 116-118).

[297] No caso da pecuária, o tradicional ciclo do gado, de períodos mais longos em função do tempo de cria, recria e engorda do bezerro, passou a ficar sujeitos a instabilidade cíclica da economia, reproduzindo ciclos mais curtos e instáveis, em função do grau de atratividade dos ativos financeiros. Ver a esse respeito a análise de Resende (1992, p. 113-116).

aplicados no mercado financeiro, para bancar os seus gastos de produção e investimento.

Nos meses subsequentes à publicação do Plano Cruzado, a política agrícola, mesmo atuando de forma um tanto atabalhoada, sancionava as perspectivas otimistas dos agricultores. O realismo da política agrícola de fixação dos novos VBC,s, e os estímulos à adoção de técnicas modernas para algumas culturas da safra de inverno, a exemplo do trigo, sem dúvida contribuíram para formar um clima favorável em torno das perspectivas da agricultura.

Esse clima de euforia dos agricultores, para realizar gastos no setor, repercutiu favoravelmente no conjunto da indústria voltada à produção de bens para a agricultura. Como consequência, há um surto de expansão da demanda interna por máquinas, tratores e insumos agroquímicos em geral. Em 1986, portanto, apesar dos problemas de oferta para o suprimento da demanda corrente, a indústria de máquinas e implementos agrícolas registrou seu melhor desempenho, desde de 1980, com uma produção de 51 mil tratores de rodas da qual cerca de 84,1% foram vendidos no mercado doméstico, como demonstra a tabela No.4.11).

O consumo aparente de fertilizantes também apresentou uma notável recuperação, com um crescimento de 23,15% em relação ao ano anterior. No total, as importações de insumos agroquímicos cresceram cerca de 39,9% e a produção nacional em 12,1%. (Ver tabela No.4.12). Esses dados confirmam a recuperação dos investimentos agropecuários, em 1986, tendo como suporte financeiro o crédito rural.

5.2.2. A Política de Crédito Rural do Plano de Metas e o Pacote Verde

Na ausência de uma política agrícola de médio e longo prazos, capaz de evitar surpresas e reestabelecer o estado de confiança dos agentes da produção rural, o governo procurou acalmar os descontentes divulgando as diretrizes da nova política agrícola que seriam introduzidas pelo Plano de Metas e pelo "Pacote Verde", como ficou conhecido a política agrícola implementada a partir do segundo semestre de 1986.

O diagnóstico implícito do Plano de Metas, de inspiração neo-liberal, é o da insuficiência da oferta dos produtos agropecuários e o da lógica do mercado, como instância soberana à solução dos problemas da agropecuária

brasileira.[296] Ao Estado não é permitido nenhuma regulação que afete as regras do mercado, ficando restrita a sua ação apenas à criação das condições para a expansão da produção e dos investimentos agropecuários através do financiamento rural e do provimento da infraestrutura agrícola e de medidas capazes de assegurar a valorização dos capitais agrários aplicados na produção e comercialização agrícola.

A partir de um amplo e articulado conjunto de ações de política agrícola, envolvendo inclusive reformas administrativas e institucionais, pretendia-se definir uma nova estratégia de política econômica para o setor agrícola, objetivando: a) a expansão da produção agropecuária em geral; b) a correção dos desvios entre o crescimento da produção voltada para o mercado externo e interno; c) a alteração das condições de financiamento de acordo com as especificidades do produto, da diversidade regional e do porte do produtor rural; d) a implementação da infraestrutura agropecuária necessária às regiões menos favorecidas das fronteiras.[297]

No caso da política de crédito rural, além da previsão do aumento real do volume do crédito agrícola em geral, o plano reforçava a necessidade de ampliar o volume de financiamento para a retomada dos investimentos agropecuários. A partir do segundo semestre de 1986, o CMN estabeleceu as condições gerais de remuneração dos empréstimos rurais. Ficava assim criado o sistema de juros flutuantes, repactuados a cada seis meses de acordo com a taxa média de juros do mercado e um desconto de 10%. Apesar de engenhoso, a eficácia desse mecanismo ficava sujeito às mudanças na política monetária e ao controle da inflação. Assim, quanto maior a taxa de inflação maior seria o estímulo aos agricultores para tomar crédito, junto

---

[296] Na verdade, o diagnóstico da insuficiência da oferta não se dava conta que o escoamento da produção agrícola era muito mais um problema de demanda efetiva determinado pelas condições estruturais da desigualdade funcional, setorial, regional e pessoal na distribuição da renda, agravado pelas condições conjunturais da política de "arrocho salarial" levado a cabo pelos sucessivos planos de estabilização. Ver a esse respeito os comentários de Graziano da Silva (1986).

[297] Para a safra de 1986/87, segundo Brandão (1987, p.3), o Plano de Metas estabeleceu um volume de crédito da ordem de Cr$ 90 bilhões de cruzados e uma meta de produção de 72 milhões de toneladas de grãos.

ao sistema bancário, para realizar investimentos produtivos no setor agropecuário.

No período do Cruzado, a política de crédito de custeio visou favorecer, independente do tipo de produtor, alguns produtos agrícolas considerados básicos — arroz, feijão, milho e mandioca — os quais passaram a ter 100% do VBC financiado a taxa de juros de 3% para as regiões do Norte e Nordeste e 10% para as demais regiões. Os mini e pequenos produtores foram beneficiados com 100% do VBC para quaisquer de suas culturas. Mais ainda, para garantir essas operações bancárias a esses produtores rurais, na escala desejada, o governo fixou em 30% das exigibilidades dos bancos privados o montante de crédito rural destinado a estes agricultores. No entanto, ainda assim, os bancos passaram a recolher parcela desse montante junto ao BACEN, justificando insuficiência de demanda por parte desse segmento social para absorver a totalidade dos recursos disponíveis.

As mudanças institucionais no padrão de financiamento rural continuaram com a transferência dos recursos da extinta Conta Movimento para o recém criado Fundo Rural de Desenvolvimento (FRD). Também foi anunciada a criação da Caderneta de Poupança Verde — posteriormente regulamentada em fevereiro de 1987 — como uma nova fonte de recursos para financiar os investimentos rurais.[300] Apesar desse esforço, a política nacional de crédito rural permaneceu dependente dos recursos do Tesouro Nacional e da alternância da expansão e contração da política monetária do governo federal.

Com a crise financeira do setor público, há uma queda generalizada da participação dos recursos oficiais na oferta de crédito rural. Mesmo no caso do FUNAGRI que na década de 70 tinha sido importante fonte de

---

[300] A intenção do governo federal era de ampliar a participação do setor privado em aplicações agropecuárias no médio prazo. Mas, além desses recursos, os recursos do FRD seriam constituídos pelas seguintes fontes: a) retornos dos investimentos agropecuários feitos pelo Banco do Brasil, com recursos da extinta conta-movimento; b) retornos dos investimentos agropecuários de 1986; c) saldo das vendas dos produtos importados financiados pelo governo. No caso da Poupança Rural, esta ficava a depender da disposição dos depositantes potenciais em reduzir a liquidez de seus ativos financeiros em favor de depósitos bancários, cuja incorporação dos juros ao capital depositado só se efetiva no curto prazo a cada 3 meses.

recursos para o setor agropecuário___nota-se uma acentuada queda real nos recursos e aplicações dessa fonte, como pode ser observado na tabela No.5.3.Os recursos dessa fonte, até 1987, eram oriundos das dotações do Orçamento Monetário e provinham das operações de colocação de títulos públicos e repasses do Tesouro Nacional(TN).A partir de 1987, o FUNAGRI passou para o controle da Secretaria do Tesouro Nacional.

Quanto aos recursos orçamentários para o SNCR__isto é, os recursos oficiais supridos pelo BACEN por conta do Tesouro Nacional___que participavam em média com 20%(1975/84) no total do crédito rural, tiveram uma retração, em 1985, caindo para 10% do total da oferta do crédito rural.[301]Com isso, o Banco do Brasil, principal caixa do Tesouro Nacional, foi obrigado a competir ativamente por novos recursos no mercado financeiro, principalmente através da poupança rural, para se sustentar na linha de financiamento rural. Entretanto, essa situação é logo alterada, em 1986, com o Tesouro Nacional(TN) voltando a aportar o equivalente a 35,4% dos recursos totais do crédito rural para que o Banco do Brasil emprestasse ao setor rural.

Essa tentativa de elevar a oferta de recursos financeiros do fundo público, não obstante, ficou ainda aquém das necessidades do setor agropecuário.Com a perda da capacidade do governo federal de fazer intermediação financeira para emprestar à agricultura, agravada pela retração dos recursos das fontes compulsórias, só restou aos agentes rurais o auto-financiamento, através do mercado de bens, e o financiamento externo no mercado financeiro de difícil acesso ao segmento formado pelos pequenos tomadores.[302]

À esta altura, pensar numa reforma institucional, para recompor as fontes do financiamento rural___oficial e privada___era pouco realista dentro do quadro de fragilidade financeira do setor público___dada a insuficiência de

---

[301]Ver, para estes dados básicos, BACEN:Avaliação Prospectiva do Crédito Rural. Brasília, Bacen, 1989. Este trabalho foi apresentado no Encontro Anual da SOBER, em Piracicaba(julho de 1989).

[302]Uma análise da capacidade de pagamento da agricultura numa economia indexada pode ser encontrada em Homem de Melo(1988, p.399-405)

recursos para atender as necessidades de crédito rural tanto no Orçamento Fiscal quanto no Orçamento das Operações Oficiais de Crédito — e da falta de vontade do comprometimento de recursos financeiros, por parte dos bancos comerciais privados, para o crédito agropecuário. (303)

Com efeito, o agravamento da crise do padrão de financiamento rural, juntamente com a instabilidade dos mercados interno e externo dos produtos agropecuários, acabaram servindo para reforçar o papel da política de preços mínimos como instrumento balizador para orientar as decisões dos agentes do setor agrícola durante o Plano Cruzado.

Na verdade, os preços de "mercado" tornaram-se secundários, face à administração dos preços pelo governo federal, na medida em que estes passaram a garantir os preços mínimos, como se fossem preços mínimos remuneradores, via reajustes mensais pela variação da ORTN, com vistas a assegurar uma boa rentabilidade aos investidores rurais.

A política de congelamento dos preços na ponta do varejo, por sua vez, ao reduzir a margem de lucro dos comerciantes, desestimulou os especuladores à formação de grandes estoques, deprimindo assim os preços de mercado na fase da colheita, quando os agricultores, particularmente os mini e pequenos, realizam suas vendas. Com o Pacote Verde, o preço mínimo passou a substituir o preço de mercado, para os produtores rurais, na medida em que passou a servir de referência para as decisões de produção da safra de 1986/1987.

Nesta safra, a grande novidade, visando a paridade de preços, foi a política de preços mínimos plurianuais para os cinco produtos — arroz, feijão, milho, mandioca e sorgo — considerados prioritários. De acordo com o Pacote Verde, os preços mínimos fixados para essa safra valeriam para um período de três anos e seriam corrigidos, anualmente, em pelo menos 80% da variação do Índice de Preços Pagos (IPP). Além disso, sempre que o IPP atingisse uma variação de 20%, a partir da data base, previa-se o disparo do "gatilho" corretivo. A intenção do governo, com essa medida, era ampliar o seu raio de

---

(303) Ver a esse respeito a interessante análise de Lopes (1989, p. 164-166)

mendida para corrigir as distorções que pudessem implicar na formação de grandes estoques indesejáveis.

Apesar dessa precaução, há alguns problemas a considerar nessa política de preços mínimos plurianuais. Pode-se dizer, de início, que esse reajuste dos preços mínimos daqueles produtos em apenas 80% do IPP, acabou anulando as possibilidades do produtor rural de orientar sua decisão de produção para um período de tempo mais longo, particularmente devido aos ganhos de produtividade permanente que, como previsto no Plano de Metas, ocorreriam lentamente como resultado da incorporação das inovações tecnológicas (irrigação) e dos investimentos básicos na melhoria da infraestrutura de abastecimento e transporte.

Na verdade, o Plano de Metas, que acabou não prosperando, tinha como principal instrumento de elevação da produtividade o aumento da área irrigada do País — através do PROINE (Programa de Irrigação do Nordeste) e do PRONI (Programa Nacional de Irrigação) — com investimentos previstos da ordem de Cr$ 62,0 bilhões. Isso significa dizer que, com exceção daqueles produtores com áreas potencialmente irrigáveis, havia a probabilidade da maioria dos produtores não poderem contar com aumentos significativos de produtividade do trabalho ou de rendimentos físicos no curto prazo.[304]

Por isso mesmo, reinvindicava-se que o disparo do "gatilho" em 20% sobre o IPP, que ficou em aberto, deveria ser incorporado, como regra geral, para compensar as desvantagens dos agricultores mais frageis. Isto porque, dependendo da evolução passada do IPP em relação à inflação e do momento do disparo do "gatilho", poderiam ocorrer estímulos à formação de grandes estoques especulativos e/ou a retenção de produção, até o momento do disparo, ambos prejudiciais a oferta em plena época de safra.[305]

Um outro problema da política de preços mínimos desse período, e de maior gravidade, diz respeito ao impacto que a componente inflacionária, contida na indexação do IPP, poderia trazer para a demanda efetiva dos grupos sociais de renda mais baixa, para os quais, em princípio, se destinava o

---

[304] Ver a esse respeito a análise de Brandão (1987, p.10-17).

[305] Ver o que diz Bualnan (1987, p.87-89) sobre esse problema.

programa de incentivo a produção de alimentos. Isto porque, na ausência de uma política mais eficaz de preços, o reajuste via "gatilho" sancionaria a alta dos custos e sua imediata transmissão para os preços dos alimentos básicos.

A concepção liberal do Plano de Metas da Agricultura, parcialmente implementada no Pacote Verde, fica mais evidente na política de formação de estoques e abastecimento. A estratégia adotada foi a da privatização da comercialização das safras, reservando-se ao governo federal apenas o espaço mínimo para atuar no sentido de formar estoques reguladores, para os produtos de consumo doméstico, afim de evitar choques de oferta. A dinâmica dos preços e quantidades da produção agrícola, nesse período, seguiu uma lógica perversa, particularmente para aqueles produtores que não dispunham de condições para estocarem as safras dos seus produtos. Como se vê, este problema estrutural do setor agrícola, portanto, não poderia ser solucionado através dos princípios liberais contidos no Plano de Metas.

Como se sabe, nos mercados agrícolas, onde predominam preços flexíveis, a formação dos estoques, por parte do setor privado, é necessariamente uma atividade especulativa na medida em que os agentes econômicos estão sempre apostando na alta dos preços no futuro. Ora, como os maiores beneficiados do crédito de comercialização agrícola são, principalmente, os grandes comerciantes e a agroindústria processadora, que possuem grandes armazéns, fica evidente que uma política liberal de preços mínimos, por si só, não poderia resolver os problemas de estabilidade da produção e dos preços dos alimentos no mercado agrícola. Na verdade, os empréstimos de comercialização agrícola ___ através dos EGF e das AGF ___ se constituíram em capital de giro barato, para fins de especulação, nas mãos do grande capital comercial.[306]

Deve-se dizer que, embora a formação de estoques reguladores seja uma condição necessária para a estabilidade dos preços agrícolas no mercado, essa estabilidade depende da interrupção das expectativas inflacionárias e dos ganhos especulativos dos intermediários, particularmente na

---

[306] Ver análise dessa questão em Buainain (1987, p. 90-92).

agricultura, o que não se consegue sempre de uma safra agrícola para outra.

Com isso, não se quer dizer que não se deva deixar a comercialização das safras agrícolas com o setor privado, como propunha o Plano de Metas, mas sim que é necessário também dotar o Estado das condições técnicas e financeiras para, em benefício dos pequenos produtores e dos consumidores em geral, se formar os estoques estratégicos para se contrapor ao poder de mercado do grande capital comercial. O resultado da política agrícola adotada nesse período, além de aumentar o grau de endividamento do setor, conduziu a uma forte descapitalização do segmento dos pequenos produtores que forçou o governo federal ao perdão generalizado das dívidas financeiras da safra de 1986/1987.

As mudanças operadas na política agrícola do Plano Verde, visando aumentar a oferta agrícola da safra 1986/1987, não foram suficientes para melhorar, de forma significativa, o desempenho da produção agropecuária, inclusive devido aos problemas climáticos. Pela tabela No.4.2, verifica-se uma queda de 0,5% do PIB agropecuário em 1986. A safra de grãos, neste período, caiu de cerca 57.539 mil toneladas (1985) para 53.303 mil (1986), conforme mostra a tabela No.5.5.

Ainda em 1986, o governo federal, preocupado com a elevação dos preços agrícolas, promoveu uma precipitada importação de alimentos básicos. A liberação dessas importações no mercado doméstico, deprimiram os preços internos, de tal forma que os agricultores, particularmente os pequenos, se viram a beira da insolvência para cumprir os seus encargos financeiros dos empréstimos de custeio, investimento e comercialização. Isso ocorreu porque o governo, ao reduzir os subsídios, não renunciou à prática de interferir nos preços de mercado sem regras pré-fixadas.

O desfecho pós-safra, dado pela elevação da dívida dos agricultores, serviu para mostrar que não basta uma política agrícola expansionista de crédito rural, com vistas a expansão da produção, para se ter como resultados preços estáveis e eficiente abastecimento. É preciso, também, contemplar os recursos necessários para investimentos nos setores de transportes e armazenagem com vistas a reduzir as perdas, rebaixar os custos e agilizar o abastecimento agropecuário. É necessário também, além de uma política de

distribuição de renda, realizar os investimento públicos necessários em pesquisa, extensão rural e assistência técnica, produção de mudas e sementes selecionadas e outras atividades, para se elevar a produtividade e a rentabilidade do setor agropecuário.

Por fim, é preciso dispor de uma política industrial para a agricultura visando a regulação da oferta e a redução dos custos dos insumos agrícolas em geral. Sem essas medidas complementares, qualquer esforço de política agrícola, que vise aumentar a produção e a produtividade para rebaixar os preços dos alimentos, resultará em fracasso sempre que os possíveis ganhos venham a ser apropriados pela indústria a montante, e pelos intermediários, e não pelos produtores e consumidores em geral.

De quaquer maneira, no período que vai de 1980 a 1985, o total do volume de crédito rural declinou em cerca de menos 7,45%. Apesar dessa queda, o governo federal buscou compensar a agricultura com o aumento da oferta do crédito de custeio, com vistas a atender as necessidades de capital de giro do setor agropecuário. Como mostra a tabela No. 4.6, dentro as modalidades do crédito rural, a mais atingida pela política econômica foi o credito de investimento que, neste período, teve um crescimento negativo de menos 13,85%.

Vejamos, no item seguinte, o comportamento da política de financiamento rural no período pós-cruzado.

5.3. A POLÍTICA DE FINANCIAMENTO RURAL NO PÓS-CRUZADO: 1987/1990

A redução drástica e expressiva dos juros nominais, ocorrida a partir da adoção do Plano Cruzado, acabou provocando um rápido declínio na poupança financeira e nas reservas cambiais — do que resultou um aumento no consumo — mas sem a equivalente contrapartida no nível de investimentos do setor privado. Ademais, embora as necessidades de financiamento do setor público tenham se contraído, em relação a 1985, ainda assim a questão do déficit público não estava suficientemente resolvida para desencorajar as expectativas inflacionárias.

Com o término do congelamento de preços e salários, em fins de 1986, a economia brasileira passou a conviver com a ameaça da hiperinflação, particularmente a partir do segundo trimestre de 1987, quando a taxa de

inflação registrou uma média superior a 20% ao mês e alcançou o piso de 26% em junho, nível recorde do ano. O desequilíbrio dos preços relativos, associado à redução das reservas cambiais, levou o País a suspender temporariamente, a partir de fevereiro de 1987, o pagamento do serviço da dívida aos bancos comerciais estrangeiros.

Em 1987, portanto, há uma nova política macroeconômica de ajuste frente à crise cambial. Nota-se uma desaceleração do crescimento econômico, que se manifesta numa mudança na composição da demanda agregada, caracterizada por uma redução do nível de consumo e investimento e uma recuperação das exportações líquidas de US$11,2 bilhões. Mesmo assim, há uma queda no ritmo de crescimento da economia que foi acompanhada pelo recrudescimento da taxa de inflação, como demonstra a tabela No. 4.2.[307]

A estratégia macroeconômica assumida, para reverter essa conjuntura agravada pela moratória, foi delineada no Plano Bresser. A nova política consistia de medidas estabilizadoras de curto prazo consubstanciadas num congelamento temporário dos preços, seguida por uma gradual e controlada flexibilização dos mesmos, mídidesvalorizações cambiais e de uma reforma institucional das finanças públicas. Adicionalmente, foram pensadas outras medidas visando mudanças estruturais a médio prazo que permitissem a elevação da capacidade de financiamento do setor público e a redução da transferência de recursos para o exterior.[308]

No plano interno, a estratégia de combate à inflação buscou a redução da demanda agregada mediante o retorno da política monetária restritiva, de medidas para a contenção do déficit público e da revisão da política salarial baseada em escala móvel com "gatilho". A política monetária procurou se orientar no sentido de conciliar o controle do processo inflacionário com a devida recuperação gradual das atividades econômicas produtivas.

---

307 Uma análise crítica da política econômica desse período pode ser encontrada em Carneiro (1991, p. 209-216)

308 Uma análise dessa política econômica "heterodoxa conservadora" pode ser encontrada em Carneiro & Modiano (1988, p. 1-25)

De fato, o recrudescimento das pressões inflacionárias ensejou à prática generalizada da indexação, sequida da desmonetização e da elevação das taxas de juros da economia. Com isso, o controle da liquidez passou a ser influenciado pelos movimentos de ajustes dos estoques de ativos monetários e não monetários, por parte do público. A desmonetização da economia foi acompanhada pela ascendência da taxa nominal da LEC que saltou de 11%a.m, em janeiro, para 24,6% em maio de 1987.[309]

Com a desmonetização da economia, como mostra a tabela No.5.1, percebe-se que a participação relativa dos haveres monetários do Banco do Brasil, principal banco oficial responsável pelos empréstimos rurais, caem de 4,37% (1986) para 2,31% (1987). Mesmo assim, para não deixar o Banco do Brasil (BB) a descoberto, o Tesouro Nacional, através do Banco Central, repassou em 1987 o equivalente a 48,3% do volume total do crédito rural, como aponta a tabela No.5.4. Neste ano, como mostra a mesma tabela, o financiamento rural passou a depender dos recursos compulsórios do MCR-18 ___ intensamente erodidos pela aceleração da inflação ___ e da caderneta de poupança rural, até então restrita ao controle do BB, que passou a representar 17,8% das fontes de financiamento rural.

A partir daí, como mostra a tabela No.5.4, os recursos do crédito rural ficaram limitados as fontes compulsórias e governamentais, já que a fonte competitiva do MCR-37 ___ fonte de recursos captados livremente no mercado financeiro ___ se retraiu com as anistias creditícias.[310]

---

[309] Ver Carneiro & Romano (1988, p.26-36)

[310] A retirada do governo na intermediação e transferência financeira de recursos oficiais para o financiamento rural, visava transferir para o sistema bancário privado o ônus da intermediação financeira rural. Contudo, os bancos, temerosos com as constantes intervenções do governo nas taxas de juros e nas alíquotas das exigibilidades, em função da anistia da correção monetária (1987) e, posteriormente, com a anistia aos pequenos e médios produtores, dada pela disposições transitórias da constituição de 1988, não assumem esse encargo. Ver Dias & Amaral (1990, p.108-109). Os grupos de interesses em conflito em torno da política de crédito rural, cuja arena era o poder executivo, deslocam os seus representantes "ldhistas" para o Congresso na disputa dos fundos agrícolas. Ver Lopes, Mauro Resende. (1990). Os Grupos de Interesse e a Política Agrícola no Brasil. Carta Mensal da SUPEC. Brasília, CEF. p.1-7.

Não obstante, a esta altura, os efeitos positivos da política agrícola do Plano Cruzado dados pela eliminação da correção monetária e pela fixação da taxa nominal de juros em 10%a.a para o crédito de custeio se manifestaram numa nova expansão dos investimentos que veio dar lugar a uma produção de grãos recorde, em 1987, como mostra a tabela No.5.5. Contudo, com a elevação do grau de endividamento dos agricultores, provocada pela explosão dos juros dos empréstimos rurais e também pela queda dos preços agrícolas, o governo se viu obrigado a antecipar-se à crise financeira promovendo uma anistia creditícia em 1987.[211]

É dentro deste quadro mais geral que se manifesta numa crise de intermediação financeira do Estado que o governo tentou, como veremos a seguir, conduzir a política de financiamento rural em 1987.

5.3.1.O Endividamento dos Agricultores e a Busca de Fontes Alternativas de Financiamento Rural

Com o gradual esgotamento das fontes tradicionais de financiamento rural, o governo federal buscou o ajustamento financeiro do setor agrícola por meio da suplementação de recursos à taxa de juros livres gerando, assim, um complicado conjunto de regras expressas em diferentes índices de correção monetária e taxas de juros fixas e variáveis sujeitas as mudanças das pressões dos produtores rurais e/ou das contigências do ajustamento macroeconômico.

Assim, na medida em que os financiamentos rurais incorporavam a correção monetária, e os preços agrícolas ficavam defasadamente em relação ao indexador de preços de garantia agrícola(IPP), essa política agrícola só contribuia para aumentar o número de inadimplentes e a oferta de crédito rural passava a ser mais seletiva, por parte dos bancos, abrindo espaço para os protestos e "lobbies" dos agricultores.

Nesse contexto de incerteza, que caracterizou a economia brasileira em 1987, a política agrícola visou eliminar os subsídios implícitos, reduzir a participação do governo federal na comercialização da safra e contrair o

---

[211]Uma interessante abordagem dessa crise financeira que se abate sobre a agricultura brasileira pode ser encontrada em Bainain & Souza Filho(1988,p.37-49)

volume do crédito rural oficial. A conciliação desses objetivos passou pela reindexação do crédito rural e da política de preços mínimos — tanto na liberação quanto no pagamento — através do uso da OTN, conforme fora iniciado no Cruzado II.

Para eliminar os subsídios, os encargos financeiros do crédito rural passaram a ser plenamente indexados em OTN. Enquanto isso, com a otenização do VBC, buscava-se minimizar as defasagens entre os preços medidos em VBC e os reais custos de produção agrícola, de forma a forçar que qualquer diferença fosse coberta com recursos próprios e/ou empréstimos a juros de mercado.[312] Na verdade, com a otenização das operações de crédito rural, cujos encargos financeiros passaram a ser pós-fixados e corrigidos pela variação da OTN, buscava-se reduzir o grau de intranquilidade que permeava os agentes econômicos rurais.

Em 1987, a política de crédito rural, portanto, buscou a redução do subsídio implícito no financiamento rural do que resultou uma profunda mudança em relação às taxas de juros fixas de 3,8% e 10%, dadas pela resolução No. 1.131, de 15/05/86, que prevaleceram de maio de 1986 a fevereiro de 1987. A partir de março de 1987, com a indexação da economia, a taxa máxima de juros, para a maior parte das operações, foi reajustada para 215%a.a. e, em setembro, para 469%. Pela ótica do governo, esses reajustes visavam evitar o ônus excessivo dos empréstimos rurais às contas públicas.

Cabe ressaltar que, com o agravamento da crise financeira do setor rural, o governo — sob pressão dos grupos lobistas — procurou administar a postergação dos vencimentos e a dispensa parcial ou total da correção monetária, decorrentes das dificuldades conjunturais porque passava o setor, em virtude não só das adversidades climáticas, como do alto grau de endividamento e da queda da rentabilidade enfrentada pelos agricultores.

Em consequência, para minimizar o impacto da falta de recursos para a safra de 1987/88, o governo regulamentou a Caderneta de Poupança Rural, mecanismo pelo qual os bancos comerciais, controlados pelo BACEN, passaram a recolher os depósitos dos agentes econômicos nas mesmas

---

[312] Ver Buainain & Souza (1998, p. 49-53)

condições das cadernetas de poupança tradicionais.No caso dos bancos oficiais,esta inovação financeira ___destinada à captação de recursos líquidos para o financiamento dos gastos agrícolas___ficou sujeita às regras constantes da Circular No.1.130, de 12/02/87,para o caso do Banco do Brasil,e pela Circular No.1.255,de 17/ 11/87,para o BASA,BNB e BNCC.

A diferença existente entre os dois sistemas ficava por conta da aplicação dos recursos captados,já que os bancos estatais eram obrigados a destinar cerca de 60% da captação da poupança rural em crédito para a agricultura. Com isso,os bancos oficiais federais tornavam-se,pelo grande potencial dessas instituições,poderosas alavancas financeiras.Cabe destacar também que,através da resolução No.1.255,os bancos oficiais eram também obrigados a destinar 10% das aplicações em projetos de irrigação.

Em compensação,com a acentuada queda do saldo dos depósitos à vista do sistema bancário,como mostra a tabela No.4.9,a disponibilidade do volume de recursos financeiros dessa fonte ficou insuficiente para atender a necessidade do setor agropecuário.Para reverter essa situação,o Banco Central do Brasil,através da resolução No.1.349,de 01/07/87,elevou para 20%,40% e 60%,respectivamente para os bancos pequenos,médios e grandes,as exigibilidades sobre os depósitos líquidos à vista que essas instituições deveriam alocar no setor rural.

Ainda em 1987,no que tange aos encargos financeiros,para fins de empréstimos rurais,a Autoridade Monetária,mais uma vez,realizou duas mudanças importantes na política de crédito rural.Pela resolução No.1.266,de 24/04/87,complementada pelas resoluções No.1.131,de 24/04/87, e No.1.327,de 29/05/87,o governo buscou compatibilizar a disponibilidade de recursos creditícios com o fim do período de congelamento dos preços e salários.Para tal,além das taxas de juros passarem a variar de 3% a 15%a.a,em função da finalidade do crédito,do porte do produtor e das características da região geo-econômica,foi estabelecido um fator de atualização financeira para o saldo devedor.

Entretanto,já no segundo semestre de 1987,com o agravamento do processo inflacionário,o BACEN voltou a expedir duas resoluções Nos. 1.350 e 1.351,ambas em 01/07/87,atualizando as taxas de juros nominais entre 7% a

123a.a mais a correção monetária.Quanto à fixação dos encargos financeiros,a novidade introduzida ficou por conta da eliminação da diferenciação regional,permanecendo apenas o critério do tamanho do produtor rural dividido em dois grupos para identificar os mini e pequenos produtores dos demais segmentos.Mesmo assim,pela resolução No.1.350,ficou assegurado que as condições financeiras,anteriormente fixadas ao tomador do crédito de custeio agrícola,continuaria em vigor até 01/07/1987.

No entanto,em face das dificuldades financeiras por que passavam alguns agricultores,foi permitido pelo Conselho Monetário Nacional(CMN),através da resolução No.1.352,não só a plena isenção da correção monetária de determinadas operações de crédito rural aquelas viabilizadas com recursos compulsórios ou refinanciadas pelo BACEN durante um certo prazo como também a revisão dos contratos dos agricultores endividados e seu reenquadramento ao novo esquema de financiamento rural.Posteriormente,o governo federal,através da resolução No.1.377,de 02/08/87,e No.1.412,de 29/10/87,estendeu esses benefícios às operações de crédito para os investimentos dirigidos á pecuária,desde que os mutários fossem pequenos produtores localizados na área da Sudene e Vale do Jequitinhonha.

Também foram modificadas,pela resolução No.1.253,de 01/07/87,as condições para a liquidação das operações de crédito rural destinadas a investimentos rurais.Assim,para o capital fixo,o prazo limite passou a ser de dose anos;e,para o capital semi-fixo,ficou estabelecido o prazo de seis anos.Com o agravamento dos problemas da produção agropecuária no Nordeste,devido a prolongada estiagem,as operações de crédito rural vinculadas ao Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural(Papp) foram alvo de uma redefinição,através da resolução No.1.329,de 02/06/87,visando a compatibilização da assistência financeira com as necessidades de crédito ao pequeno produtor rural.

Para tal,a renda máxima do produtor do Papp não poderia exceder a 230 OTN.Também ficou estabelecido que o limite do crédito rural,fixado em 500 OTN pelo BACEN,poderia ser elevado para 1000 OTN desde que o tomador aplicasse os recursos em projetos de irrigação.Mais ainda,pela resolução No.1.367,de 30/07/87,o pequeno produtor foi beneficiado com a isenção do pagamento da metade do valor devido ao reembolso.

Outra importante medida de apoio aos pequenos produtores rurais e às culturas de produtos básicos, em particular, foi fixada pela resolução No.1.385, de 03/07/87, que estipulou em 100% o limite de financiamento às operações de custeio dos mini e pequenos produtores, liberando esses segmentos de alocar recursos próprios no seu trabalho. Os mini e pequenos produtores rurais também foram beneficiados pela resoluções No.1.306, de 10/04/87, e No.1.323, de 24/04/87, que permitiram a recomposição dos saldos devedores das operações formalizadas em até 28/02/86.

O setor sucro-alcooleiro, dada a sua importância no comercio exterior e na produção de energia, com grande contigente de mão-de-obra empregada, também foi beneficiado, através da resolução No.1.403, de 02/10/87, com uma linha especial de refinanciamento das dívidas com prazos de até 12 anos e carência de 2 anos-safra. Os encargos financeiros foram estipulados em 10% a.a mais correção monetária. Outros produtos de exportações, como o cacau e o café, também foram beneficiados com a prorrogação dos prazos de pagamentos dos créditos de custeio e investimento e com liberações de eventuais saldos do crédito de custeio da safra 1987/88, segundo os critérios constantes das resoluções No.1.405, de 29/10/87 e No.1.314, de 24/04/87.

Com todas essas medidas, ao final de 1987, estavam alocados em crédito rural cerca de Cr$ 597,8 milhões, sendo a participação relativa do Banco do Brasil nesse total de cerca de 76%. (Ver tabela No.5.2). Deste total, Cr$ 498 bilhões foram direcionados para agricultura, notando-se também uma sensível elevação do volume de crédito via operações EGF e AGF. (Ver Tabela No.4.10). Mesmo assim, em 1987, o volume de recursos financeiros alocados ao setor agropecuário, em termos reais, foi menor que o aplicado no ano anterior pelo SNCR, como mostra a tabela No.4.6. Das finalidades de crédito rural, a modalidade mais afetada foi o crédito de investimento, cuja participação relativa, em relação ao total dos empréstimos rurais, caiu de 32,% (1986) para 17,1% (1987), como mostra a tabela No.4.7.

Apesar da política de crédito rural ter sido conduzida neste ano com mais flexibilidade, visando minimizar os prejuízos financeiros dos agricultores, a volta da correção monetária e da política monetária ativa de elevação dos encargos financeiros, sem dúvida contribuíram para a redução real do saldo de recursos do crédito rural à disposição dos

produtores. Por outro lado, o decréscimo nas aplicações efetuadas pelos bancos comerciais deveu-se, antes de tudo, à redução do volume dos depósitos à vista que contingenciou as aplicações compulsórias dos bancos privados.

5.3.2. A Política de Juros Altos e o Refinanciamento Rural

A partir de 1980, o agravamento do processo inflacionário, juntamente com a queda do nível da atividade econômica, agravou ainda mais as condições de financiamento do setor agropecuário. A escassez de crédito rural e a política de comercialização inadequada, num ambiente de alta inflação, deixaram os produtores sujeitos às elevadas taxas de juros do mercado e a elevados custos de manutenção dos seus produtos junto ao sistema privado de estocagem e abastecimento. Na ausência de um planejamento agrícola de longo prazo, a sequência de medidas erráticas de política agrícola veio coincidir com o esvaziamento de recursos livres para aplicação em financiamento rural. Ademais, a defasagem dos preços mínimos e a falta de recurso do Tesouro Nacional, para financiar a comercialização da safra, precipitou a ruptura do modelo de política agrícola centrado no crédito rural.

A partir de 1988, com o fracasso dos planos de estabilização de natureza heterodoxa — Cruzado e Bresser — tem-se outra vez o retorno da política macroeconômica ortodoxa de combate à inflação. A perda do controle da inflação, por parte do governo federal, acelerou o ritmo da inflação ao ponto de instaurar uma permanente intranquilidade, junto aos agentes econômicos, da possibilidade de eclosão de uma hiperinflação. O diagnóstico pragmático da equipe do Ministro Mailson da Nóbrega, apontava para o déficit público como a causa primária da inflação brasileira.[33]

A terapia ortodoxa preconizou o ataque ao déficit público, através do uso dos clássicos instrumentos de políticas fiscais e monetárias ativas, e o reestabelecimento das condições de normalidade do mercado como instância institucional definidora dos preços. Na ótica oficial, essa estratégia seria suficiente para estancar o crescimento da inflação, na faixa entre

---

[33] Uma análise da "política econômica ortodoxa" desse período pode ser encontrada em Carneiro & Buainain (1989, p. 11-26)

16% a 10%a.m,via medidas de política monetária restritivas,para,daí em diante,a política fiscal atuar no sentido da queda da inflação.[314]

A crescente perda de credibilidade na política econômica,induziu o governo a desenvolver uma estratégia de combate à inflação voltada para o controle da demanda agregada,centrada nas seguintes ações:[315]

a)Uma política fiscal,de natureza contracionista,com vistas a reduzir o déficit público e,por conseguinte a pressão exercida pelo crédito sobre o déficit via emissão primária da moeda.Com efeito,esperava-se que a dupla ação de aumento da receita fiscal e redução dos gastos públicos,via controle orçamentário,pudesse restringir o papel do déficit público como fonte adicional da demanda agregada a pressionar a oferta do mercado de bens e serviços.

b)Uma política monetária restritiva com vistas a controlar a liquidez monetária da economia e,por conseguinte,a taxa de juros real.Esperava-se com isso que,sob tais condições,as disponibilidades líquidas dos agentes econômicos permanecessem no mercado financeiro de forma a evitar eventuais reaquecimentos inflacionários pelo lado da demanda agregada.

c)Uma política de juros altos,via controle da oferta monetária,visando a elevação dos preços dos produtos acabados e estocados,induzindo assim a desova dos estoques especulativos dessas mercadorias.

d)Uma política de liberação de preços e o desaparelhamento dos órgãos controladores de preços — na forma como vinha sendo exercido pelo CIP — por se acreditar que esse policiamento dos preços teria mais um papel de indexador e sancionador dos preços industriais.Assim,para evitar que a ação dos órgãos controladores de preços viesse impedir que a contração da

---

[314]A tentativa de combate a inflação através de simples manipulação dos instrumentos clássicos de política econômica pelo Ministro Mailson da Nóbrega,num ambiente de aguda incerteza inflacionária,só contribuiu para elevar ainda mais a instabilidade dos agentes face ao risco de um hiperinflação.Ver a esse respeito a análise de Carneiro & Wainman(1989, p.28-32)

[315]Ver análise dos desdobramentos da política econômica praticada durante a vigência do Plano Verão em Oliveira & Biasoto Jr(1990, p.21-28)

demanda agregada exercesse plenamente os seus efeitos estabilizadores sobre a inflação, via mercado, nenhuma medida de regulação de preços foi adotada.

Na verdade, a perspectiva da ortodoxia era de que a combinação dessas medidas, ao contrair a demanda agregada e estimular a desova dos estoques especulativos, forçaria a queda inevitável da inflação. Ora, numa economia oligopolizada, como a brasileira, medidas restritivas da demanda agregada não afetam diretamente os preços dos produtos industriais e agrícolas.

De fato, mesmo no mercado de preços flexíveis, como na agricultura, ao contrário do que esperavam os formuladores da política do "feijão com arroz", os preços das matérias-primas agrícolas e dos alimentos subiram em 1988 apesar da queda da demanda e da boa safra obtida nesse ano. No caso da indústria, onde predominam os mercados de preços rígidos, o comportamento diferenciado dos preços dos bens entre o comércio varejista e a indústria oligopolista apenas sinalizava que os preços praticados pela indústria não estavam sendo integralmente repassados pelo comércio ao consumidor final na medida que este ainda liberava os seus estoques anteriormente acumulados.

Esses resultados apenas confirmavam que a influência da contração da demanda agregada, que se fez sentir sobre os preços do comércio varejista nesse período, não tinha afetado os preços industriais, mas sim a programação do volume da produção em função das expectativas da continuidade da tendência da contração do mercado com provável ampliação dos estoques involuntários no curto prazo como é próprio da lógica dos mercados oligopolistas. Ademais, dado o peso do setor público na economia brasileira, a desastrosa política fiscal de reajustes de alíquotas de subsídios e tarifas de serviços e insumos industriais estratégicos, pelo lado da receita fiscal, acabou trazendo consigo fortes impactos inflacionários.

Na impossibilidade de uma reforma fiscal de maior profundidade, restou ao governo federal esperar que a política monetária de elevação da taxa de juros real fosse capaz de desestimular o gasto em consumo e a formação de estoques especulativos. Não obstante, com a retomada do pagamento dos juros da dívida externa ao sistema financeiro internacional, o setor público

fragilizado financeiramente com o endividamento interno e externo teve aumentada sua necessidade de recursos financeiros via emissões de títulos.

Nesse ambiente de incerteza, a política monetária foi conduzida no sentido de manter as taxas de juros reais positivas num contexto de alta inflação visando as colocações líquidas dos títulos públicos no mercado para evitar a eclosão de uma hiperinflação. A política de crédito rural, embora subordinada a essa política monetária, foi conduzida de modo a garantir um volume mínimo de recursos suficiente para atender à demanda por financiamento de custeio dos produtores rurais. (Ver tabela No.4.7).

Para tal, algumas medidas foram tomadas pelas Autoridades Monetárias. Por exemplo, a fonte tradicional dos recursos dos bancos comerciais privados, que é a exigibilidade de que um percentual dos depósitos líquidos à vista seja aplicado na agricultura, foi reforçada pela criação de um piso de aplicação, fixado pela resolução No.1.349, de 01/07/88, para a vigorar entre agosto de 1988 a julho de 1989. A resolução de No.1.505, de 04/08/88, por sua vez, definiu os pisos das aplicações tanto das operações bancárias sujeitas as taxas de juros administradas pelo SNCR, quanto aquelas determinadas pelas taxas livres do mercado financeiro. Afora isso, e a fim de dar maior flexibilidade para que as instituições financeiras pudessem compatibilizar as suas disponibilidades de recursos com a demanda por credito rural, os ajustes nos saldos líquidos das exigibilidades passaram de mensais para quadrimestrais.[316]

A política de crédito rural, no tocante aos custos dos financiamentos rurais, foi orientada no sentido da suspensão das taxas de subsídios para todos os produtores, produtos e regiões. Mesmo assim, como mostra a tabela No.5.6, as taxas de juros reais, praticadas para todos os segmentos sociais demandantes de credito rural, ainda eram relativamente baixas como ocorre normalmente com as atividades agropecuárias. No entanto, como aponta a tabela No.5.7, a política agrícola de redução gradual dos subsídios implícitos no crédito rural, consegue, praticamente, eliminar essa forma de recursos financeiros transferidos à agricultura.

---

[316] Ver Relatório Anual do Banco Central (1988, p.43-44)

Apesar dessas medidas, a queda dos depósitos à vista no sistema bancário, como mostra a tabela No.4.11, limitou as possibilidades dos produtores rurais, particularmente dos mini e pequenos, de acessarem ao financiamento rural dos bancos comerciais privados. A partir de 1988, entretanto, tem-se a consolidação da poupança rural que, diferentemente da poupança geral, destinou compulsoriamente a maior parcela dos seus recursos para o crédito rural. Neste ano, além do Banco do Brasil, que já operava com a poupança rural desde de 1987, o BASA, o BNB e BNCC passaram também a atuar nesse segmento do mercado financeiro rural.

Essa nova fonte de recursos foi relevante para o financiamento rural em 1988. De fato, como mostra a tabela No.5.4, a poupança rural se tornou uma importante fonte supridora de recursos para os créditos concedidos ao setor agropecuário com uma participação relativa de 44,0% do total das fontes de crédito rural. Ao final do ano de 1988, as aplicações do sistema financeiro geral à agricultura atingiram o valor real de Cr$30,2 milhões. O crédito de custeio continuou sendo predominante nos financiamentos ao setor agropecuário, ao passo que o crédito de investimento teve pouca ênfase, como indica a tabela 4.7.

Como se observa na tabela No.5.2, o Banco do Brasil aumentou sua participação no crédito rural para cerca de 79,1%, em 1988, como consequência dos recursos provenientes da poupança rural e da intermediação financeira da PGPM. Neste sentido, cabe destacar também as mudanças operadas na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) que, neste ano, fixou os preços mínimos de forma mais realista em relação aos do mercado doméstico ao vincular a remuneração deles com a correção monetária mensal dos valores de custeio estipulados.

Também houve mudanças na política de intervenção do governo no mercado agrícola, com vistas a equacionar os problemas das vendas dos estoques reguladores e liberar o comércio exterior para os produtos agrícolas sob controle administrativo, inclusive incluindo uma maior participação dos agentes privados na comercialização da safra agrícola. A aplicação mais coordenada da PGPM, acompanhada do maciço apoio financeiro por parte do Banco do Brasil, permitiu que, ao final de 1988, o saldo das operações da PGPM (empréstimos mais aquisições) alcançasse o montante de Cr$ 370,6

milhões em termos reais. (Ver tabela Nº. 4.10). Vejamos, na seção seguinte, o auge da crise do sistema financeiro rural.

5.3.3. A Ruptura do Padrão de Financiamento Rural num Ambiente de Alta Inflação

No início de 1989, face ao recrudescimento da inflação, o governo colocou em prática, a partir da segunda quinzena de janeiro, as novas medidas de estabilização econômica. Dando sequência à política econômica do "feijão com arroz", como assim ficou conhecida a política ortodoxa da época, o governo federal adotou várias ações visando o controle do nível de liquidez da economia dentro das metas fixadas pelo novo plano.[417]

De fato, no primeiro semestre de 1989, além do contigenciamento do crédito geral, as IFI elevaram os percentuais do recolhimento compulsório sobre os depósitos à vista e efetuaram uma ampla revisão da estrutura das taxas de juros nominais para atender a demanda por liquidez. Mais ainda, para evitar que a reversão das expectativas inflacionárias se refletisse em elevada monetização e gastos de consumo, voltou-se a praticar uma política de juros altos com vistas a aumentar o custo de retenção da moeda para redirecioná-la para a poupança financeira. Essa política de elevação das taxas de juros reais, acabou induzindo os agentes a canalizarem suas poupanças financeiras para a compra de títulos públicos federais.

Em 1989, as medidas de política macroeconômica acabaram impactando o fluxo de recursos para o financiamento do setor agropecuário. Assim, ao processo de revisão das instruções e normas do crédito rural, visando sua democratização e adequação as medidas do Plano Verão de controle da inflação, seguiu-se uma forte redução do fluxo de crédito rural em função da política de combate à inflação e, portanto, do consequente agravamento da crise econômica. Ademais, a tradicional fonte de recursos do crédito rural, representada pela parcela dos depósitos à vista dos bancos comerciais com aplicação compulsória para fins de financiamento do setor agropecuário, foi substancialmente reduzida devido à crescente preferência do público pela liquidez financeira dos ativos indexados.

---

[417] Ver a esse respeito os comentários críticos de Oliveira & Biasoto Jr (1990, p. 17-20)

De fato, como mostra a tabela No.5.1, sob a ameaça de uma hiperinflação, a participação dos depósitos à vista no total dos ativos financeiros caiu de 32,8% (1980) para cerca de 7,5% (1989). A persistente crise financeira do setor público, por outro lado, forçou a AM a adotar medidas fortemente restritivas de crédito rural, para evitar as pressões monetárias sob as contas do Tesouro Nacional. Com isso, a crise financeira do setor agropecuário, que já vinha se agravando desde o começo dos anos 80, atinge seu ponto crítico, em 1989, demandando deste modo a ruptura desse padrão de financiamento rural.

Para contornar essa grave situação, o governo buscou aumentar o percentual das exigibilidades sobre os depósitos compulsórios __de 30% para os bancos pequenos, 70% para os bancos médios e 100% para os grandes bancos___e apostar no bom desempenho da caderneta de poupança rural. Mesmo assim, essas medidas não foram suficientes para elevar, substancialmente, o crédito rural das instituições financeiras privadas, como indica a tabela No.5.2.

A caderneta de poupança rural, por exemplo, que tinha apresentado um bom desempenho no ano anterior, apresentou uma significativa queda no fluxo de recursos para a agricultura, em 1989, como se observa na tabela No.5.4. Na verdade, os bancos que operavam no sistema de poupança rural passaram a ter sérios problemas de caixa, em função da desvinculação entre o custo de captação dos recursos e a remuneração recebida pela alocação vis-à-vis outras aplicações financeiras concorrentes.

Ora, na medida em que a poupança rural compete no mercado financeiro em geral com outros ativos, a exemplo do "over" e da caderneta de poupança geral, qualquer remuneração financeira mais significativa entre os ativos concorrentes, sobre condições de liquidez e segurança próximas, induzia o agente especulador a se deslocar de uma aplicação financeira para outra.

Essa possibilidade, de fato, ocorreu durante o Plano Verão, pois a política de congelamento de preços e salários não se estendeu ao mercado dos ativos financeiros. Não sendo possível manter níveis de remuneração semelhantes entre o "over" e a "poupança verde", logo o governo federal buscou elevar a remuneração do "over" porque, neste momento, à necessidade

de rolagem da dívida interna agregava-se à exigência de impedir a formação de estoques especulativos e a explosão do consumo corrente.

Instaurava-se, assim, uma contradição entre a política de renda de segurar os preços dos produtos agrícolas e a contingência de sustentar em níveis elevados as remunerações do "over" e, por conseguinte, da "poupança verde" de onde saíam os empréstimos para o setor agropecuário. De fato, para sustentar a remuneração dos aplicadores na poupança rural e manter o congelamento dos preços agrícolas, sem aumentar o custo financeiro dos empréstimos, o governo se viu compelido a emitir títulos, o que, além de contribuir para elevar a dívida pública, implicou numa redução do volume dos recursos das fontes não-inflacionárias do financiamento rural, ou seja, os depósitos à vista dos bancos comerciais e os fundos públicos do Tesouro Nacional.[318]

Com a persistência dos altos níveis de inflação, os recursos que poderiam ser canalizados para a poupança rural acabaram dirigindo-se para os ativos de maior liquidez e/ou de alta rentabilidade. Mesmo assim, apesar da queda da poupança rural, esta manteve-se ainda com uma importante fonte supridora de recursos para o setor, em 1989, participando com cerca de 29,4% do saldo de aplicações ao final do ano. (Ver tabela No.5.4). Isto só vem confirmar que a política de juros altos, adotada pelo Ministro Maílson da Nóbrega, afetou todas as fontes privadas do crédito rural.

Os fundos públicos foram também afetados. O Tesouro Nacional, outra fonte tradicional de apoio ao crédito rural, também reduziu sensivelmente o volume de recursos canalizados à produção rural. Tal fato decorreu da necessidade da manutenção da austera política de contenção de gastos públicos, como forma de minimizar as pressões sobre o endividamento interno.

A década de 80, também demarca a emergência de forças sociais agrárias modernas em intensa disputa sócio-política tanto com os grupos sociais conservadores dentro da agricultura, quanto com os grupos sociais

---

[318] Essa situação apenas servia para demonstrar a fragilidade financeira com que o Estado confronta-se, ainda hoje, em busca de soluções para o esgotamento do padrão de financiamento rural. Ver a esse respeito os comentários de Garcia (1989, p. 121-122).

modernas fora da agricultura pelos recursos oriundos dos fundos públicos. Essas forças agrárias modernas lutam por uma política agrícola mais autônoma das políticas macroeconômicas capaz de manter, via o Estado, o nível de renda real do setor agrícola e os recursos financeiros necessários para a incorporação das inovações tecnológicas com suas implicações."[19]

Para atender às novas pressões sócio-políticas, o Decreto No. 97.163, de 06/12/88, estabeleceu que a verba consignada no Orçamento Geral da União (OGU), na sub-conta do Orçamento das Operações Oficiais de Crédito (OOOC), fosse alocada preferencialmente aos pequenos produtores rurais ou, quando se tratasse de operações de crédito de comercialização do programa de AGF, fosse destinada à assistência creditícia dos produtores cooperativados.

Mais tarde, o decreto No. 97.620, de 10/04/89, estendeu esses benefícios aos médios e grandes produtores desde que se tratasse de financiamento de investimentos à agricultura e à agroindústria vinculados a Fundos e Programas Especiais de Crédito, sob a coordenação do BACEN. Consoante as altas taxas de inflação, em 1989, o BACEN acabou fixando taxas de juros nominais mais altas de 7%, 9% e 12% ao ano mais correção monetária aos créditos de custeio, investimento e comercialização e aos pequenos, médios e grandes produtores rurais, respectivamente.

Com exceção do PAAP, no qual 50% da correção monetária saía a conta dos recursos consignados no OGU, a política de crédito de custeio de juros reais positivos, ainda que abaixo da praticada no mercado financeiro em geral, foi mantida para o período de 1989. Visando adaptar as operações do crédito rural às diretrizes do Plano Verão, foi baixada a resolução No. 1.506, de 02/03/89, autorizando a liberação antecipada do crédito rural para a safra de 1989/90 para a aquisição dos insumos agroindustriais desde que tais valores fossem descontados quando da contratação do respectivo VBC.

. . . . . .

---

[19] Sobre esta questão ver os interessantes comentários de Millan, Geraldo. (1988). Política Econômica E Política Agrícola: a luta sócio-econômica por uma política agrícola autônoma. Cad. Dif. Tecnol. Brasília, 5(1/3): 21-29, jan-dez.

Essa medida gerou efeitos positivos, uma vez que antecipou a realização dos negócios da indústria de insumos agrícolas__que estava com estoques indesejáveis__permitiu que o agricultor realizasse as suas compras a preços favoráveis e ainda possibilitou que os bancos privados empregassem os recursos das aplicações compulsórias que estavam ociosos. Não obstante, durante a edição do Plano Verão, a falta da correção dos preços de garantia, em janeiro de 1989, desequilibrou os ativos e passivos dos produtores rurais que, sem a correção do preço mínimo, não puderam pagar a correção plena e muito menos o adicional da remuneração da caderneta verde.[39]

As dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais, em particular os pequenos, em função das adversidades climáticas e/ou da comercialização da safra agrícola, levaram as AM a baixar uma série de resoluções para permitir a protelação dos compromissos assumidos, particularmente com o Banco do Brasil, de forma a oferecer aos produtores melhores condições à venda da produção no mercado.

Como vimos até aqui, uma série de acontecimentos ligados ao financiamento rural passaram a condicionar a oferta de recursos de crédito à agricultura. A crise financeira do setor público, que levou a uma redução das fontes públicas, juntamente com uma série de medidas de política econômica, passaram a afetar gravemente a oferta global de crédito para o setor rural. Com isso, as previsões orçamentárias para as safras agrícolas dos anos de 1987/88 e 1988/89 não foram cumpridas em função da efetiva indisponibilidade de recursos. Nesse ambiente de crise, o governo federal buscou, simultâneamente, a eliminação dos subsídios e o controle artificial dos preços dos produtos do mercado agrícola.

Essa crise financeira rural, agravada pelo desajuste entre as políticas de crédito e de preços mínimos, se manifesta através da "luta pela anistia" das dívidas contraídas pelos agricultores junto ao sistema financeiro.

---

[39]No final de março, o governo não só resolveu o impasse definindo o IPC indexador dos contratos de crédito rural, como, em acordo com o Congresso, conseguiu aprovar e liberar cerca de NCz$ 7,9 bilhões, dos quais Cr$ 4,47 bilhões se destinaram ao financiamento da comercialização agrícola. Ver os interessantes comentários de Garcia (1989, p. 115-120) e Silvestrini (1989, p. 120-123).

Estas anistias tiveram inúmeras consequências para os tomadores do crédito rural.

A primeira delas ocorreu em junho de 1987. Nesta ocasião, o governo isentou do pagamento da correção monetária os tomadores rurais que tinham contraído crédito de custeio durante o Plano Cruzado. A euforia da taxa de juros fixa em 10%, que induziu os agricultores a plantar uma grande safra, frustou-se após ao plantio, porquanto, na primeira pactuação dos encargos, os produtores rurais endividados descobriram que os juros tinham subido seis vezes mais do que o valor original acordado. A crescente alta dos juros nominais, como resultado da reindexação da economia, aumentou o número dos tomadores rurais inadimplentes. Em consequência disso, o governo federal se viu obrigado a retirar a correção monetária dos contratos dos agricultores endividados, como forma de recuperar parte dos recursos pendentes.

A segunda anistia veio ocorrer em outubro de 1988. Neste caso, os tomadores do crédito de investimento do SFCR, também concedidos na vigência do Plano Cruzado, resolveram pressionar o Congresso pelo não pagamento da correção monetária. Esta anistia foi concedida através de dispositivo constitucional.

Em maio de 1989, através da Medida Provisória No. 55, depois transformada na Lei No. 7.772, de 05/06/89, o governo concedia a sua terceira anistia ao setor agropecuário. Esta anistia remete ao Plano Verão. Na edição deste Plano, ao contrário do que tinha ocorrido no Plano Cruzado, quando os preços mínimos foram corrigidos "pro rata", a falta da correção dos preços de garantia (em janeiro) desequilibrou os ativos e passivos dos produtores rurais que, sem a correção do preço mínimo, não puderam pagar a correção plena e muito menos o valor adicional da remuneração da LFT da caderneta de poupança rural.

Para compensar os bancos comerciais do prejuízo, além da correção monetária dos empréstimos rurais em LFC, ficava também estabelecido que os

bancos credores seriam compensados em seus prejuízos através das deduções do imposto renda devido aos exercícios de 1988 e 1989.[21]

As várias anistias criaram um duplo efeito:de um lado,afetaram os recursos orçamentários do Tesouro Nacional e,de outro,abriu um precedente para outras anistias.Como efeito,criou-se um estado de desconfiança,por parte do emprestador,do risco da inadimplência do tomador.De fato,depois da anistia dos empréstimos lastreados na Cadernata Rural,durante o Plano Verão,os agentes financeiros ficaram receosos de implementar esta forma de captação e empréstimo.Com isso,reduziu-se os recursos dessa fonte alternativa para o setor agropecuário que,talvez,pudessem se destinar aos investimentos produtivos.

Buscando compensar o escasso fluxo de recursos das fontes tradicionais, que vinham sendo alocados em atividades rurais,foi alterado de 60% para 65%,através da Circular No.1.515,de 15/07/89,a parcela do saldo da cadernata de poupança rural que compulsoriamente deveria ser destinada ao crédito rural. Com o mesmo objetivo,as resoluções No.1.635,de 28/08/89,e No.1.644,de 26/ 09/89,alteraram os critérios para o cálculo do piso das aplicações obrigatórias em crédito rural.Ainda em 1989,as exigibilidades dos depósitos à vista dos bancos comerciais,foram também elevadas para 20%,70% e 100%, respectivamente,para os pequenos,médios e grandes bancos.

Mesmo assim,as medidas tomadas pelo BACEN,com o intuito de aumentar o volume de crédito à disposição dos agricultores,não foram suficientes para elevar,substancialmente,o volume do crédito rural dos bancos privados do SNCR.Na verdade,esses bancos preferiram deixar seus recursos

---

[21] O prejuízo do Banco do Brasil,pela cobertura dos rendimentos da cadernata verde,foi compensado pela isenção do imposto de renda;mas,por outro lado,abriu um "buraco" no orçamento do Tesouro Nacional e criou um precedente _pela repetição de novas anistias_ e um estado de desconfiança,entre os agentes financeiros,do risco da inadimplência.Mais tarde,em agosto 1989,os produtores rurais se autoconcederam uma quarta anistia,através da "renegociação do custeio",sob a ameaça do governo de cortes significativos do crédito de custeio para a safra 1989/1990.Ver a esse respeito as observações críticas de Lopes(1989,p.170-172) e Silva (1990,p.31-41).Além dos perdões e anistias concedidos pelo Executivo aos produtores rurais endividados,o Congresso outorgou aos bancos privados compensações no imposto de renda,neste ano,o que significava uma redução da receita da União para a gestão do governo Collor a partir de 15/05/1990.

depositados no Banco Central, mesmo rendendo juros inferiores aos da poupança, ao invés de arcarem com alto custo operacional e o risco elevado da inadimplência dos tomadores descapitalizados.[332]

Na tentativa de evitar defasagens no orçamento monetário, que pudessem prejudicar as atividades agropecuárias, as operações de crédito rural passaram a ter seu esquema de desembolso fixado em BTN pelo seu valor do mês da elaboração do orçamento de acordo com a resolução No. 1.640 de 13/09/89. Complementarmente, o Conselho Monetário Nacional (CMN), através da resolução de No.1.650, de 25/10/89, buscou estimular as lavouras conduzidas com auto-financiamento através do enquadramento dos seus agricultores no Programa de Seguro Agropecuário (Proagro).[333]

A resolução No.1.673, de 21/12/89, por sua vez, alterou os critérios de impedimento e desimpedimento de acesso do pequeno produtor ao crédito rural, num esforço de buscar sua simplificação e de diminuir o risco de ocorrências de fraudes.

Ao que pese todas essas medidas, houve em 1989 uma redução substancial do crédito rural em termos reais de tal monta que ele voltou aos níveis de 1969. (Ver tabela No.4.6). Tal comparação evidência o fato de que, com a ruptura do padrão de financiamento rural criado em meados dos anos 60, os êxitos da produção agropecuária devem ser atribuídos, sob o enfoque do financiamento rural, muito mais a capacidade de auto-financiamento dos produtores rurais e a recuperação de preços dos produtos agropecuários exportáveis no mercado internacional.

Isto porque, com a substancial redução dos recursos financeiros das fontes tradicionais, uma parcela dos recursos dessas fontes usuais passou a ser canalizada para aplicações destinadas a suprir dificuldades ocasionadas por problemas de comercialização e quebra de safra por razões climáticas. Não obstante, dado o comportamento compensador dos preços

---

[332] Ver a esse respeito a coerente análise de Bâlik (1990, p.103-108)

[333] O PROAGRO foi criado através da Lei No.5.969, de 11/12/1973. Apesar de seus objetivos, o PROAGRO, na realidade, não se constitui a rigor num programa de seguro agrícola, mas sim num seguro de crédito rural para o emprestador.

internacionais,os agricultores também resolveram apostar os seus recursos próprios nas atividades agropecuárias produtivas de exportação.

Apesar da substancial redução do volume de recursos do crédito rural,não foram observadas alterações de monta na participação das tradicionais fontes aplicadoras do crédito rural.Assim,o Banco do Brasil continuou mantendo sua posição de principal banco rural do País,conforme mostra a tabela N.5.4.Mas,pela mesma tabela,já se percebe a importância crescente das aplicações dos bancos múltiplos em crédito rural.Das aplicações do Banco do Brasil,cerca Cr$157,7 milhões foram destinadas aos empréstimos de comercialização em 1988.Enquanto isso,as operações de AGF/FSA, conduzidas pela Companhia de Financiamento da Produção(CFP) e realizadas pelo Banco do Brasil(BB),apresentaram um decréscimo em termos reais de 65% refletindo a escassez de recursos do Tesouro Nacional voltados à agropecuária.(Ver tabela No.4.10)

5.3.4.O Impasse da Política de Financiamento Rural e a Busca de Fontes Alternativas no Plano Collor:1990

A mudança de governo,ocorrida no início de 1990,deu-se num ambiente de recessão econômica e de receio de um processo de hiperinflação,motivado, inclusive,pelas expectativas quanto à política econômica que seria adotada.Com um discurso neo-liberal de modernidade que atribuia à excessiva interferência do Estado na economia como sendo a principal causa da estagnação da acumulação produtiva a equipe do governo Collor partiu do diagnóstico de que o processo inflacionário vinha sendo provocado por desequilíbrio do orçamento e realimentado pela indexação da economia.

Daí,então,foram implementados,simultaneamente,dois programas:(1)um de aparente ortodoxia macroeconômica visando a estabilização da economia;e outro(2) de reformas estruturais para mudar as condições institucionais para o crescimento econômico.

A política de ajustamento macroeconômico do Plano Collor que visava a redução imediata dos altos índices inflacionários centrou sua ação no congelamento de preços e salários,com repactuação periódica de acordo com a inflação prevista.Esta estratégia,posteriormente,evoluiu para a alternativa de livre negociação.Não obstante essa e outras medidas,a

equipe do governo Collor também considerou que o significativo volume de haveres financeiros, aptamente indexados e prontamente disponíveis, poderia inviabilizar o esforço de estabilização de preços.

Assim, para neutralizar tal efeito de combate à inflação, o governo federal optou pela inconversibilidade temporária de significativa parcela dos ativos financeiros.[22] A retenção compulsória de parcela do estoque de haveres financeiros significou, pelos seus efeitos sobre a demanda agregada, uma redução ampla e abrupta do poder de compra, simultaneamente acompanhado de um significativo alongamento do perfil da dívida interna federal. Num primeiro momento, os agentes passaram a optar por motivos monetários no conceito de M1 (depósitos à vista e mais papel moeda em poder do público), comportamento este que se explica por três fatores:

1) O grau de desconfiança dos agentes em relação à reforma monetária;

2) A abrupta queda das taxas de juros nominais, reduzindo o custo de retenção da moeda associado a uma elevação do grau de ilusão monetária;

3) A necessidade de maior volume de moeda, para simplificar as transações cotidianas, em função da obrigatoriedade dos cheques com valor superior a 100 MIN terem de ser nominais.

Entretanto, encerrada esta fase de ajustamento ao Plano, o Banco Central passou a adotar uma política monetária e creditícia mais restritiva. Para isso, todas as medidas tomadas pelas Autoridades Monetárias, nas diversas áreas de crédito, pautaram-se pela necessidade imediata de derrubar a inflação, através de medidas de contração da demanda agregada, sem nenhuma preocupação com medidas de incentivo às atividades produtivas e comerciais.

Na verdade, as drásticas medidas tomadas pelo Plano Collor visando, simultâneamente, a redução da dívida interna, corte dos gastos públicos e aumento da receita fiscal - embora tivessem proporcionado uma pequena redução do déficit operacional de cerca de 1,2% do PIB - não conseguiram

---

[22] Ver análise dos impactos da reforma monetária do Plano Collor I, sobre o mercado secundário dos ativos financeiros, em Carneiro e Goldfajn (1990, p.207-222)

revisão suficientemente o déficit operacional, já que houve apenas confisco monetário e não monetização efetiva da dívida pública. Isso frustou as expectativas de sucesso do plano, devido a incapacidade do BACEN de controlar o mercado interbancário e neutralizar as resistências ao fechamento do "overnigth" pelo tempo necessário para o ajustamento da economia brasileira."[25]

No caso da política de crédito rural, as normas estabelecidas pelo BACEN também buscaram ajustar o financiamento do setor agropecuário às diretrizes do Plano Brasil Novo. No entanto, nada foi feito no sentido da constituição de um novo padrão de financiamento rural. O atraso na definição das novas regras para o financiamento da safra 1990/1991, prejudicou as decisões dos agentes econômicos vinculados ao setor agropecuário. De fato, em 1990, as expectativas dos agentes rurais não constavam da agenda do Plano Collor. Os agricultores aguardavam do governo federal o atendimento de pelo menos três reinvindicações básicas: (1) a correção dos preços mínimos para reduzir a defasagem em relação aos preços dos insumos agroindustriais e da inflação; (2) a desvalorização cambial para incentivar a comercialização dos produtos exportáveis; e (3) uma maior alocação e liberação do crédito rural.

Ocorre que o "Plano Collor" não só não considerou os interesses imediatos dos "ruralistas", como não se definiu pela manutenção ou não da política agrícola até então vigente. Essa indefinição, sobre os rumos da política agrícola, só contribuiu para que os produtores ficassem apreensivos sobre a comercialização da safra de 1989/1990. A política macroeconômica do Plano Collor projetou os seus efeitos maléficos sobre agricultura na medida em que a reforma monetária, que veio acompanhada da conversão do cruzado em cruzeiro e do bloqueio da enorme "bolha de liquidez" prestes a explodir com a hiperinflação, acabou prejudicando financeiramente os produtores rurais na realização das safras de verão e inverno.

---

[25] De fato, como observa Tavares (1990, p.39), "a não dilatação do prazo de retenção da dívida interna (...) e o fato de se deixar o mercado de câmbio flutuante (o que provocou uma supervalorização cambial) retiraram do Banco Central o espaço de manobra para tentar estabilizar tanto a moeda como as expectativas do mercado financeiro".

Visando atender à carência de recursos financeiros dos produtores rurais endividados, o governo federal, sob forte pressão dos agricultores, permitiu, através da resolução No.1.713, de 23/05/90, a prorrogação, por uma safra, do pagamento da parcela equivalente a 51,04% do valor da correção monetária, debitada no mês de abril de 1990, dos débitos concedidos com recursos da caderneta de poupança rural. Nos primeiros meses do Plano Collor, a política de encargos do crédito rural buscou a eliminação dos subsídios, através da manutenção de juros reais positivos, embora ainda abaixo das praticadas no mercado financeiro em geral.

Mais tarde, pela resolução No.1.730, de 16/08/90, o governo federal autorizou que as operações de crédito rural, contratadas com recursos compulsórios dos bancos comerciais privados, ficassem sujeitas a juros compactuados, entre o financiado e financiador, até o limite de 9% mais a correção monetária com base na variação do BTN. Para as operações de crédito rural dos bancos estatais, que vinham sendo contratadas com recursos oficiais a taxa de juros de 12% no primeiro semestre, aquelas medidas passaram a valer somente a partir do segundo semestre de 1990.

Procurando compensar o desmonte institucional do SCRN, foi criada, através da resolução No. 1.736, de 16/08/90, uma nova modalidade de financiamento ao crédito de custeio, via recursos livres das instituições financeiras, garantido por caução de apólice de seguro privado da safra financiada ou por contrato de venda da produção colhida no mercado futuro. Nesta nova modalidade, o valor do crédito rural passou a ser estipulado com base em orçamento prévio, inclusive as despesas com o prêmio de seguro.[226]

O encurtamento do prazo de financiamento rural criado nos anos 60, de fato, levou o governo a buscar outras fontes alternativas de financiamento visando ampliar o volume de crédito para o setor agropecuário. A resolução No.1.745, de 30/08/90, por exemplo, estabeleceu que as Sociedades de Crédito Imobiliário (SCI) canalizassem às operações de crédito rural um percentual mínimo de 10% dos recursos captados em depósitos de poupança, equivalente

---

[226] O depósito-seguro e um colateral elevado, juntamente com a convivência de altas taxas de juros administradas como altas taxas de juros livres, passaram a se constituir em instrumentos de racionamento das operações de crédito rural. Ver a esse respeito Dias, G.L.S. & Amaral, C.M. (1990), 113—114).

... pelo menos 50% da faixa de aplicação livre das disponibilidades da poupança captada.

A resolução No.1.753, de 24/09/90, autorizou que as instituições financeiras mantivessem um saldo médio diário de aplicações em crédito rural de no mínimo 25% sobre as mesmas rubricas contábeis tomadas como base de cálculo de recolhimento compulsório/encaixe obrigatório. Complementarmente, visando aumentar o grau de adiantamento creditício da maioria dos produtores rurais, o governo, através da resolução No.1.737, de 16/08/90, procurou também corrigir em 100% a tabela classificatória das categorias de mini, pequeno, médio e grande produtor rural, estabelecida desde 1987.

Apesar dessas medidas, o montante de recursos aplicados em crédito rural em 1990 atingiu Cr$ 1.340,2 bilhões, revelando portanto um crescimento real de 19,6% em relação ao ano anterior. Desse total, cerca de 144,8 bilhões referem-se às operações de crédito a comercialização através da FGPM. O Banco do Brasil, continua sendo o principal agente financiador do setor agropecuário, com uma participação de 64,4%. O segmento bancário privado, formado pelos bancos comerciais e bancos múltiplos, passou a participar com cerca de 40,7% do total dos empréstimos rurais. (Ver tabela No.5.2).

O esforço para reverter a tendência de queda da produção agrícola, particularmente dos produtos básicos destinados ao abastecimento do mercado doméstico, foi direcionado à produção de alimentos (arroz, milho, feijão e mandioca) que receberam um melhor tratamento creditício e significativos aumentos reais dos preços mínimos e ainda VBC, s compatíveis com o custo efetivo do plantio. Como resultado, a produção agrícola deste ano atingiu uma safra recorde de 70,2 milhões de toneladas de grãos, como demonstra a tabela No.5.5.

5.3.A CRISE FINANCEIRA RURAL E O DESMONTE DO BANCO AGROPECUÁRIO:1986/1990

O modelo de financiamento rural, criado nos anos 60, teve sua fase de expansão e auge durante a década de 70. Nesse período, além da assistência financeira externa e dos compulsórios dos bancos, os fundos públicos se constituíram em importante canal liberação de recursos financeiros para o

desenvolvimento da agricultura via déficit fiscal. Para cobrir esse déficit fiscal, normalmente, o governo federal recorria aos empréstimos externos, aqueles de moeda e a emissão de títulos públicos. Um aspecto negativo desse mecanismo é que ele tendia, em geral, a criar um déficit comercial na conta corrente da balança de pagamentos e pelo mecanismo da "ciranda financeira" ampliava a dívida pública interna.

Nos anos 70, os programas de crédito rural baseados em subsídios explícitos — com base em taxas de juros nominais diferenciadas e tratamentos tarifários e tributários preferenciais — e subsídios implícitos — por consequência da inflação e/ou sobrevalorização da taxa de câmbio — acabaram promovendo a modernização da agricultura brasileira com base nos processos de quimificação e mecanização.

Na década de 80, a crise econômica do País interrompeu a modernização da agricultura. Mas, apesar da crise financeira, o desempenho da agricultura foi razoável. De fato, através da tabela No. 5.8, percebe-se que, na década de 70, o crescimento da produção agrícola (4,1%) dependeu mais da expansão da área agrícola (3,9%) e menos da elevação da produtividade (0,2%). Nos anos 80, ao contrário, o aumento da produção agrícola (5,6%) se deu mais em função do aumento da produtividade (4,6%) e menos da expansão da área (1,2%).

Mesmo assim, nos anos 80, a crise financeira do setor público, juntamente com a política de combate à inflação, projetaram os seus perversos efeitos sobre as fontes tradicionais do sistema financiamento rural. Daí em diante, a política alternativa de sustentação de preços agrícolas, visando a estabilização da renda rural, passou a ser mais enfaticamente utilizada com vistas a proteger os produtores rurais das quedas acentuadas dos preços e os consumidores das elevações bruscas dos preços nos mercados agrícolas.[37]

---

[37] Ao nível macroeconômico, além da restrição do financiamento externo, os esforços das políticas de estabilização para conter o crescimento do déficit público, acabaram impondo limitações ao enfoque tradicional de financiamento do desenvolvimento agrícola com base em programas de crédito rural, subsídios a insumos e sustentação de preços. Ao nível microeconômico, os programas de crédito rural, além de aumentarem o grau de inadimplência dos novos e pequenos produtores rurais, devido os elevados custos de transação — que encarecem os custos dos empréstimos, apesar dos juros subsidiados — não foram eficazes em redistribuir a renda agrícola e nem tampouco contribuíram para a melhoria do

Esse programa de preços mínimos passou a funcionar através das agências públicas de comercialização dos produtos agrícolas que, além de atuarem como verdadeiros monopólios operadores dos estoques reguladores, passaram a estabelecer ex ante os preços mínimos balizadores do mercado. Não obstante, as antecipações de crédito (EGF) e as aquisições da safra agrícola (AGF), por parte das agencias estatais (CFP/BB), impuseram fortes pressões financeiras de custos ao já déficitário orçamento fiscal do governo federal.

No início do Plano Cruzado, quando o governo tentou segurar a taxa de juros no patamar de 18%a.a, através do expurgo da correção monetária dos títulos pós-fixados, as taxas reais de rentabilidade dos títulos privados — a exemplo dos Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Cadernetas de Poupança (CP) e as Letras de Câmbio (LC) — mantiveram-se positivas até o final de abril, para uma inflação de 0,78%.

Neste curto período, os especuladores em geral, acostumados com rendimentos financeiros de 10%a.m., tiveram prejuízo devido o acentuado declínio dos rendimentos dos títulos privados para cerca de menos de 1%, além de perderem liquidez. Tem início aí, com a queda da taxa de inflação, um processo de remonetização da economia com a redução dos haveres não-monetários e a expansão dos haveres monetários. Com o aquecimento do consumo, que se seguiu nos meses subsequentes, o governo, para conter o excesso da demanda agregada, foi obrigado a puxar para cima a taxa de juros no mercado aberto.

Não obstante, essa política de elevação da taxa de juros, além de ineficaz para conter a elevação do nível de consumo, devido ao relativo aumento dos salários reais nesse curto período, só serviu para pressionar os custos financeiros das empresas, elevar os ganhos dos aplicadores especulativos, desestimular os investimentos e reacelerar o processo de inflacionário.

---

funcionamento do mercado financeiro e do sistema fiscal, conforme se propunham. No mesmo rumo, as políticas de subsídios de insumos agrícolas, acabaram beneficiando os grandes produtores e as regiões com economias externas mais favoráveis. Ver a esse respeito os interessantes comentários críticos sobre os tradicionais modelos de financiamento do desenvolvimento agrícola, em Vellutini (1991, p. 106-114).

Na realidade, essa política monetária restritiva, que provocou a elevação das taxas de juros, foi motivada menos pela necessidade de controlar a demanda agregada, e sim pelo interesse do governo de conter a' desintermediação financeira isto é, a transferência de recursos do mercado de ativos financeiros para os mercados de ativos reais especulativos e/ou de riscos___que estava dificultando a administração financeira da dívida pública.[320]

A partir daí, a prática da política de juros altos foi o recurso mais utilizado por quase todos os planos de estabilização para evitar o processo de desintermediação financeira. Mais ainda, para melhor acessar recursos no mercado financeiro, além das ORTN, s, o governo criou novos títulos públicos de curto prazo, exemplo das LBC, OBN e LBN, que passaram a competir com os títulos privados de curto prazo (CDB, RDB e CDI).[321]

Apesar da retração dos recursos oficiais do crédito rural, a participação do BN, através do Banco do Brasil, continua sendo importante, juntamente com a caderneta rural, nas liberações de financiamento para atender a demanda de crédito à agricultura, como aponta a tabela No.5.4. De qualquer modo, do total das fontes do sistema de financiamento rural, além dos recursos oriundos do Tesouro Nacional, os recursos obrigatórios, os recursos livres isto é, os os recursos aplicados voluntariamente pelos bancos múltiplos e comerciais privados___e ainda os recursos da poupança rural, conjuntamente, passaram a representar 67,3% do total dos recursos aplicados à agricultura em 1990, como mostra a tabela No.5.9.

É nesse contexto, de uma política monetária de juros altos, que se analisa a seguir o comportamento da agropecuária brasileira no período de 1986/1990.

---

[320] Esse problema da desintermediação financeira foi analisado, entre outros, por Costa (1987, p.168-175) e Carvalho (1992, p.136-176).

[321] Os Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e os Certificados de Depósitos Bancários (CDB) endogeneizaram a moeda bancária na medida que a emissão dos mesmos passou não só a ser exclusiva das instituições financeiras, como a circular no sistema bancário para atender os problemas de liquidez. Ver Carvalho (1992, p.138-140).

Apesar do aperto do crédito rural, antes e depois do Plano Cruzado, a agricultura brasileira teve um razoável desempenho no segundo quinquênio da década de 80, como mostra a tabela No.5.6. Este fato é um tanto paradoxal, pois, mesmo com a retração do financiamento rural, os anos 80 se caracterizam por uma sequência de boas safras. Entre as explicações possíveis, além da recorrência ao auto-financiamento, está o comportamento favorável dos preços internacionais dos exportáveis agrícolas que provavelmente evitou que os agricultores desviassem seus recursos para o mercado financeiro. Ademais, ao contrário do que se possa pensar, as despesas públicas realizadas nos programas da agricultura, pelo governo federal, voltaram a crescer chegando a superar, em 1989, o nível dos gastos de 1980, como aponta a tabela No.5.10.

Mesmo assim, a performance da atividade agropecuária nos anos 80, relativamente à década de 70, não condiz com o comportamento da demanda por insumos agrícolas da indústria.

No caso dos fertilizantes, por exemplo, apesar da política de sustentação do crédito de custeio e de comercialização, o consumo de fertilizantes químicos se manteve, nos anos 80, praticamente nos mesmos níveis da década de 70. No começo da década, entre 1980/83, há uma redução do consumo de fertilizantes; entre os anos de 1984/86 tem-se uma suave recuperação; e, entre 1987/89, uma nova queda, como demonstra a tabela No.4.13. Ainda assim, o consumo médio subiu de 123,6 Kg/ha, na década de 70, para 163,7Kg/ha na década de 80. Pelo lado da oferta dos fertilizantes, percebe-se também uma retração da produção doméstica deste insumo agroquímico, como resultado da retração do crédito de custeio, da eliminação do subsídios diretos e dos juros altos.

Ao que parece essa tendência atinge todas as regiões e os três tipos básicos de fertilizantes usados na agricultura. Isso nos leva a supor que o uso de sementes melhoradas, a redução do desperdício na aplicação dos fertilizantes, as técnicas agronômicas, o emprego de terras irrigadas no Nordeste e a expansão da fronteira em direção as terras virgens do Centro-oeste e Amazônia, talvez tenham sido mais importantes para o desempenho da agricultura nos anos 80.

os defensivos agrícolas,que tiveram um bom desempenho nos anos 70,sobreram também uma retração nos anos 80,como reflexo da queda do crédito rural subsidiado,do aumento dos preços dos defensivos agrícolas,em decorrência dos choques do petróleo,e das pressões dos ambientalistas, como mostra a tabela No.4.13.Mas,ao contrário dos fertilizantes, ocorreu um aumento da participação relativa da produção interna dos agrotóxicos na oferta global,como indica a mesma tabela No.4.13.

Na verdade,a política de sustentação do volume dos créditos de custeio e de comercialização rural,dentro de certos limites,acabou forçando o uso nacional dos insumos agroquímicos pelos agricultores.Com isso,a demanda por insumos agroquímicos não foi afetada em demasia.

No entanto,isso não aconteceu com a indústria de máquinas e equipamentos agrícolas.A acentuada queda no volume do crédito de investimento,quando uma correspondência com o comportamento da produção e venda de máquinas e equipamentos agrícolas.Como se pode ver pela tabela No.4.12,a produção de máquinas agrícolas em geral,entre 1986/1990,caiu em quase 50%.A produção de tratores de rodas___que tinha atingido no auge da política de crédito rural uma produção de 65.327 unidades___reduziu-se para apenas 25.102 em 1990.

Sabe-se que as vendas de tratores da indústria nacional,que nos anos 70 cresceram em todas as faixas de potência,mudaram de perfil via substituição de tratores de menor porte pelos de médio e grande porte mais apropriados a grande empresa rural.Assim,apesar da queda no total do volume de vendas,o mercado de tratores continuou se expandindo em direção aos tratores de maior potência,sobre os quais incide as melhorias e inovações tecnológicas, visando os grandes produtores rurais.A falta de alternativas de financiamento rural,por outro lado,afetou as vendas de tratores de rodas de pequeno e médio portes para os pequenos e médios agricultores.De fato,entre 1986/90,a venda dos tratores de rodas caiu em cerca de 50%.(ver tabela No.4.12).

Neste período,a participação das vendas de tratores de rodas aumentou nas regiões Nordeste,de 41,8%(1986) para 49,4%(1990),e Centro-Oeste,de 11,9% (1986) para 13,3%(1990).Mas,em compensação,reduziu-se na região Sul___de 36,7%(1986) para 24,2%(1990)_e praticamente manteve-se estagnado nas

regiões periféricas do Norte e Nordeste, a um percentual médio de 2,0% e 10,2%, respectivamente. (ver tabela No.5.11). Essa situação só vem confirmar os efeitos negativos da queda do crédito rural para investimento sobre as regiões periféricas do Norte e Nordeste, particularmente a partir do Plano Cruzado. Mesmo assim, como mostra a tabela No.5.12, o índice de mecanização da agricultura brasileira manteve-se positivo evoluindo de 359ha/trator (1970) para 95ha/trator (1989).

INTRODUÇÃO

Neste trabalho o tema tratado se circunscreve ao sistema financeiro, voltado para atender à demanda de crédito para agricultura. Buscou-se, inicialmente, realizar uma revisão da literatura sobre os problemas do financiamento do desenvolvimento da agricultura, com vistas a captar de seus autores a importância da montagem de um sistema financeiro para impulsionar o crescimento da agricultura. Da revisão realizada, percebe-se que o problema do financiamento do desenvolvimento da agricultura é, quase sempre, tratado residualmente. A revisão crítica da literatura, serviu também para se perceber os limites teóricos das interpretações sobre o tema aqui abordado.

Assim, na busca de um referencial teórico mais geral, que pudesse captar a dinâmica do mercado organizado de crédito, através da ação dos agentes tomadores e emprestadores, procurou-se esboçar alguns elementos teóricos pós-keynesianos que pudessem traduzir o comportamento dos agentes econômicos frente as suas necessidades de valorização do capital, inclusive via o endividamento, numa economia capitalista onde o dinheiro, dada a sua liquidez imediata, passa a ser a ponte mais segura entre o presente e o futuro incerto. Partindo daí, buscou-se analisar o desenho institucional do mercado específico de crédito rural criado para alavancar o desenvolvimento recente da agricultura brasileira.

Este sistema financeiro, tal como foi concebido nos anos 60, atuou como uma importante alavanca para impulsionar a modernização da agricultura brasileira nos anos 70. No entanto, ao longo desses anos, esse padrão de financiamento rural, desviando-se de alguns dos seus objetivos, acabou beneficiando, principalmente, os produtos de exportação, os grandes produtores e as regiões mais desenvolvidas e mais bem equipadas com capital social básico. Mas, além disso, esse padrão de financiamento serviu aos interesses dos setores industriais articulados a montante e a jusante da agricultura moderna.

Não obstante, a partir dos últimos anos da década de 70, esse padrão de financiamento rural, com características peculiares, começa a apresentar os primeiros sintomas de sua fragilidade financeira. Na verdade, os recursos desse sistema financeiro provinham de duas fontes básicas: os compulsórios dos bancos comerciais privados e os fundos públicos oriundos do Tesouro Nacional e repassados, via Banco do Brasil, aos tomadores de crédito rural. A crise do sistema financeiro rural começa se manifestar com o agravamento da dívida externa e o recrudescimento da inflação.

De um lado, o agravamento da dívida externa levou o governo a adotar uma política de contenção de gastos públicos que acabou atingindo o crédito rural, devido à necessidade de corte nos subsídios. De outro, as altas taxas de inflação, numa economia indexada, deslocou os ativos monetários dos depósitos à vista do bancos para o mercado financeiro especulativo. Com o agravamento da crise financeira do setor público, principal fonte de recursos do crédito rural subsidiado, o SNCR começa a sofrer as consequências dessa crise que se manifesta pela redução no volume de crédito para a agricultura e, posteriormente, em mudanças nas regras operacionais das aplicações.

Nos anos 80, o agravamento da crise do sistema financeiro à agricultura impede a continuidade da modernização da agricultura, pelo menos no ritmo dos anos 70, particularmente devido à acentuada queda no volume do crédito para investimento. No primeiro qüinqüênio da década de 80, o governo, através de uma política de retirada gradual dos subsídios e de aplicação seletiva, buscou regular o mercado de crédito rural. Na prática, o redirecionamento da política agrícola, atuando pelo lado da oferta, buscou realizar a transição de uma política de crédito rural com altos subsídios - praticada generalizadamente durante vários anos - para uma outra mais seletiva e com menos subsídios sem grande prejuízos para o setor agrícola.

Neste sentido, a conclusão que se chega é de que o governo, até certo ponto, realizou esse objetivo. De fato, no tocante à aplicação, o governo, ao adotar uma política de racionamento quantitativo do crédito rural nos primeiros anos da década de 80, forçou a elevação da capacidade de auto-financiamento, principalmente dos grandes tomadores de crédito rural. Por outro lado, a elevação da taxa de juros real, ao nível do mercado financeiro, não só incorporou o mercado específico de crédito rural ao mercado de crédito geral, como ampliou a capacidade potencial do sistema bancário de efetuar empréstimos rurais.

Apesar das mudanças operadas na política de crédito rural, a redução do crédito oficial, particularmente por parte do Banco do Brasil, não foi substituída, na dimensão esperada, por financiamentos da rede bancária privada que se manteve distante atendendo os setores agroindustriais e exportadores mais dinâmicos. Com o agravamento da crise financeira do setor público, face à redução das suas receitas tributárias e as vinculativas da hiperinflação, ampliam-se ainda mais as dificuldades do governo para gerar recursos não-inflacionários para atender a demanda de crédito rural. Como resultado, o governo passou a recorrer às fontes inflacionárias de recursos mediante a emissão de moeda e/ou pela venda de títulos da dívida pública no mercado financeiro.

A partir daí, a política de racionamento direto do crédito rural, via restrições quantitativas, é substituída pela de racionamento indireto através da manipulação da taxa de juros. Ainda em meados dos anos 80, o governo, face a "escassez" de crédito e para compensar os "desvios" de concentração, em direção às regiões centrais e grandes produtores nos anos 70, passou a favorecer, com linhas de crédito especiais, as regiões periféricas e os segmentos dos mini e pequenos produtores.

No primeiro quinquênio dos anos 80, apesar da política restritiva de crédito rural, o governo sustentou o crédito de custeio para atender a demanda por empréstimos rurais de capital de giro das lavouras de consumo alimentar. Ademais, a política agrícola de preços mínimos passou a sustentar a renda agrícola e assim proporcionar as condições para viabilizar o auto-financiamento dos agricultores. O dilema presente dessa política se manifestava nas reinvindicações dos consumidores urbanos por preços baixos, dos agricultores por melhoria da renda, da agroindústria por preços mais baixos das matérias-primas e do governo federal disposto a neutralizar as pressões altistas dos preços dos bens agrícolas, através das políticas macroeconômicas de ajuste e da venda subsidiada dos estoques reguladores.

A crise do setor financeiro para a agricultura se origina desses ajustes macroeconômicos. O fato de uma parte crescente dos recursos do SNCR ser gerada de fontes oficiais, já que os bancos privados nunca tiveram uma participação voluntária nesse sistema, torna a crise financeira rural um desdobramento da crise financeira do setor público. O impacto dessa crise financeira do setor rural, agravada com a retirada gradual dos subsídios rurais e elevação da taxa de juros, se fez sentir através da queda da demanda por tratores e de insumos agroquímicos até 1984.

A partir de 1985, com o início da retomada do crescimento econômico e posteriormente com o Plano Cruzado, há uma expansão do crédito rural que é seguida pelo aumento da demanda do setor agrícola por tratores e insumos agroquímicos do setor industrial. Mas, passada a euforia, a agricultura volta a mergulhar na crise financeira. Na segunda metade dos anos 80, o governo começa a buscar fontes alternativas de recursos para atender a demanda por crédito rural. Nota-se, daí em diante, uma nítida retirada dos recursos das fontes oficiais, com redução da participação relativa dos recursos do Tesouro Nacional, e o aumento da Cadernetа de Poupança Rural e dos recursos dos bancos comerciais privados em geral via exigibilidades.

Não obstante, essas novas fontes de recursos não são suficientes para atender a crescente demanda por crédito rural, principalmente para os novos investimentos no setor agropecuário. A crise financeira do setor

rural, ao interromper o processo de modernização da agricultura, atingiu muito mais as regiões periféricas e aos pequenos produtores que não puderam acompanhar o ritmo de crescimento das regiões centrais e dos médios e grandes produtores rurais.

Com o ajuste monetário recente, o governo federal buscou compensar o setor agrícola com o aumento da exigibilidade, mediante a expansão da base de cálculo que passou a incluir, além dos depósitos à vista, todos os recursos em trânsito no sistema bancário. Neste sentido, o esforço do governo federal fracassou, pois, os bancos comerciais privados, temendo novas intervenções do Banco Central nas taxas de juros, tal como já tinha acontecido em 1987, com a anistia da correção monetária, e em 1988, com a anistia dos pequenos e médios produtores assegurada pelas disposições transitórias da Constituição de 1988, não sustentaram tal compromisso.

Com o gradual esgotamento das fontes oficiais de financiamento rural, nos anos 80, o governo buscou ajustar a oferta à demanda do crédito rural através da suplementação de recursos financeiros do sistema bancário negociados a taxa de juros livres. Contudo, dado o conjunto conturbado de regras e os altos encargos do crédito rural, o governo passou a indexar os encargos do crédito rural mediante a combinação alternada de índices de correção monetária com taxas de juros fixas e variáveis de acordo com a política de ajustamento macroeconômico e as pressões dos agricultores e bancos. Como vimos, na medida em que os empréstimos rurais embutiam a correção monetária e os preços agrícolas ficavam defasados em relação ao indexador utilizado no contrato, aumentava-se o grau de inadimplência dos agricultores e a oferta de crédito rural ficava mais seletiva, por parte dos bancos, gerando protestos dos agricultores.

As mudanças operadas no sistema financeiro rural, ao longo dos anos 80, alteraram profundamente o padrão de financiamento criado nos anos 60. Há necessidade da montagem de um novo sistema financeiro para atender as necessidades de crédito rural de curto, médio e longo prazos. Entretanto, a organização de um novo padrão de financiamento rural requer mudanças na própria estrutura do sistema financeiro em geral. Há que se pensar em novas formas de financiamento dos investimentos rurais, a partir de fundos fiscais, da criação de fundos de poupança rural e da criação de um mercado de capitais para atender a demanda de recursos para os novos investimentos no setor.

A transição para a institucionalização de um novo e moderno padrão de financiamento rural, sem dúvida, não pode prescindir da presença do Banco Central como Autoridade Monetária, e do Banco do Brasil como um banco de desenvolvimento rural, face os problemas regionais de renda, produtividade

a estrutura agrária. Portanto, penso que os programas de crédito rural dirigido e subsidiado, particularmente para os pequenos agricultores, ainda serão importantes para as regiões mais pobres. A estabilidade da economia é condição necessária para a manutenção de taxas de juros mais adequadas ao setor. Há que se evitar o racionamento externo, por parte do mercado financeiro, contra o crédito rural. Para isso, além do seguro rural, há que pensar a política de preços mínimos como uma política de sustentação da renda dos agricultores para, deste modo, se evitar os riscos de inadimplência dos produtores rurais junto as carteiras de crédito rural.

Para as operações de crédito rural de longo prazo, por parte dos bancos de investimentos, um fundo fiscal poderia dar sustentação as linhas especiais de crédito de longo prazo para os bancos oficiais ___ particularmente o Banco do Brasil ___, a exemplo do que já vem ocorrendo com o BNDES. Além disso, o Banco Central poderia conceder redescontos especiais aos bancos privados que desejassem estruturar uma carteira especializada dessa modalidade de crédito rural. Para democratizar o acesso ao crédito rural, particularmente dos pequenos produtores, pode-se imaginar um cadastro dos contratos de financiamento rural, sob o controle do Banco Central, para evitar que um mesmo mutuário seja financiado por mais de uma instituição bancária.

Por fim, cabe observar que essas sugestões em torno da necessidade da reforma do sistema financeiro rural, ainda hoje em crise, só serão possíveis num outro ambiente político-institucional em que o Estado Democrático, em seu papel de agente coordenador, regulador e reformulador dessa estrutura financeira, e levando em conta os diversos interesses em jogo, seja capaz de reestruturar um novo padrão de financiamento rural integrado ao sistema financeiro em geral e sem desvios de toda ordem.

. . . . . .

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Afonso, Rui. (1989). **A Ruptura do Padrão de Financiamento do Setor Público e a Crise do Planejamento dos Anos 80**. Campinas, IE/UNICAMP.

Alves, Eliseu. (1990). A Agricultura e o Plano de Estabilização. In: **Plano Collor: Avaliações e Perspectivas**. (Org). Faro Clóvis de. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos.

Amadeo, E.J. & Franco, G.H.B. (1989). Entre Keynes e Robertson: finance, poupança e investimento. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. 19(2). ago.

Andrade, Joaquim F. de. (1989). A Ressureição da Teoria dos Fundos de Empréstimo e o Motivo Finanças de Keynes. In: **John M. Keynes: Cinqüenta Anos da Teoria Geral**. Rio de Janeiro, INEES/IEEA.

Aglieta, Michel. (1976). **Regulação Y Crisis Del Capitalismo: La Experiência De Los Estados Unidos**. Madrid, Siglo XXI.

Almeida, Julio Sérgio Gomes de. (1984). As Reformas Financeiras de 1964-1965: Objetivos, Rumos e Desvios. **Texto Para Discussão No. 59**. Rio de Janeiro, UFRJ/IEI.

Almeida, Julio Sérgio Gomes de et alli. (1988). **Evolução e Impasses do Crédito**. São Paulo, IESP/FUNDAP.

Arida, Pérsio. (1983). Austeridade, Autotelia e Autonomia. In: **Dívida Externa, Recessão e Ajuste Estrutural: O Brasil diante da crise**. (Org). Arida, Persio. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

BACEN: **Relatórios Anuais e Boletins**. (vários números).

BACEN: **Anuário Estatístico do Crédito Rural**. (vários números).

Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello (1989). **Financiamento Externo E Déficit Público**. São Paulo, IESP/FUNDAP.

Buainain, Antônio M. (1988). **Limites da Política Agrícola**. **Texto Para Discussão No. 6**. Campinas, CECON/UNICAMP.

Buainain, Antonio Marcio. (1987). Agricultura Pós-Cruzado (Euforia e Crise). In: **A Política Econômica do Cruzado**. São Paulo, Bienal/UNICAMP.

Buainain, A.M. & Souza Filho, H.M. de. (1988). Crescimento e Crise na Agricultura Brasileira em 1987. In: **A Heterodoxia Em Xeque**. São Paulo, Bienal/UNICAMP.

Rosseto Jr, Geraldo. (1988). **Endividamento Externo e Desequilíbrio na Primeira Metade dos Anos Oitenta**. Campinas, IE/UNICAMP. (Tese de Mestrado)

Biasoto Jr, Geraldo. (1988). Dívida Externa, Deficit Público e Dívida Interna. Algumas Observações Sobre A Ruptura do Padrão de Financiamento do Setor Público. **Texto Para Discussão No. 7**. Campinas, IE/UNICAMP.

Brunhoff, Suzanne de. (1978). **A Moeda Em Marx**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Brunhoff, Suzanne de. (1978). **A Política Monetária: Um Ensaio de Interpretação Marxista**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Bélik, Walter. (1990). A Agricultura Brasileira Em Um Período de Ruptura. In: **A Política Econômica no Limiar da Hiperinflação**. São Paulo, Hucitec, FECAMP.

Batista Jr, Paulo Nogueira. (1988). **Da Crise Internacional À Moratória Brasileira**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Bielschowsky, Ricardo. (1988). **Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES.

Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello & Almeida, Júlio Sérgio Gomes de. (1992). A Crise da Dívida e Suas Repercussões sobre a Economia Brasileira. **A LUTA PELA SOBERANIA DA MOEDA NACIONAL: ensaios em homenagem a Dilson Funaro**. São Paulo, Paz e Terra.

Castro, Ana Célia G. & Fonseca, Maria da Graça D. (1991). Inovações e Concorrência em Máquinas e Sementes: Observações para uma agenda de pesquisas In: **Anais do Encontro Nacional de Economia**. Brasília, ANPEC. p. 179-196.

Castro, Antonio Barros de & Souza, Francisco Eduardo Pires de. (1985). **A Economia Brasileira Em Marcha Forçada**. São Paulo, Paz e Terra.

Castro, Antônio Barros de. (1977). **7 Ensaios Sobre A Economia Brasileira**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, Vol I.

Costa, Fernando Nogueira da. (1988). **O Banco do Estado: o caso Banespa**. Campinas, IE/UNICAMP, 1988. p. 14-38.

Costa, Fernando Nogueira da. (1992). **Ensaios de Economia Monetária**. São Paulo, Kienal/Educ.

Costa, Fernando Nogueira da. (1989). **A Questão Financeira e o Financiamento Público**. Campinas, IE/UNICAMP.

Costa, Fernando Nogueira da. (1988). **Política Econômica E Mercado Financeiro**. São Paulo, ISED/FUNDAP.

Carvalho, Fernando J.Cardim de. (1991). A Não-Neutralidade da Moeda em Economias Monetárias de Produção: A Moeda nos Modelos Pós-Keynesianos. ESTUDOS ECONÔMICOS. São Paulo, 21(1), jan-abr. p. 11-40.

Carvalho, Fernando J.Cardim de. (1978). **Agricultura e Questão Agrária no Pensamento Econômico Brasileiro: 1950/1970**. Campinas, IE/UNICAMP.

Carvalho, Fernando J.Cardim. (1988). **Fundamentos da Escola Pós-Keynesiana: A Teoria de Uma Economia Monetária**. Rio de Janeiro, UFRJ/IEI.

Carvalho, Fernando J.Cardim de. (1986). A Teoria Monetária de Marx: uma interpretação pós-keynesiana. **R.E.P**. São Paulo, 6(4): 5-21, out-dez.

Carneiro, Ricardo & Buainain, A.M. (1989). **O Retorno da Ortodoxia**. São Paulo, Bienal/UNICAMP.

Carneiro, R. & Romano, R. (1988). A Heterodoxia Conservadora. In: **A Heterodoxia Em Xeque**. op. cit.

Chick, Victoria. (1983). **Macroeconomics After Keynes: A Reconsideration of the General Theory**. Massachusetts, The MIT Press.

Carneiro, Ricardo. (1991). **Crise, Estagnação e Hiperinflação. A Economia Brasileira nos Anos 80**. Campinas, IE/UNICAMP.

Cano, Wilson. (1981). **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. São Paulo, T.A.Queiroz.

Cunin, A & Miller, C. (1989). Crédito, Modernização e Atraso. **CADERNOS CEBRAP No.6**. São Paulo, Cebrap.

CEPAL (1979). O Desenvolvimento Recente do Sistema Financeiro da América Latina. In: **A AMÉRICA LATINA-Ensaios de Interpretação Econômica**. (Coord). Serra, José. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Clower, Robert W. (1986). A Reconsideration of Microfundation of Monetary Theory. In: **Money and Markets**. Essays by Robert W.Clower. (Ed). Walker, Donald A. Cambridge, Cambridge University Press. cap 5, p. 81-89.

Davidoff Cruz, Paulo R. (1980). **Ignácio Rangel, Um Economista: o debate econômico no início dos anos sessenta**. Campinas, IE/UNICAMP. (dissertação de mestrado).

Davidoff Cruz, Paulo R. (1984). **Dívida Externa e Política Econômica: a experiência brasileira dos anos setenta**. São Paulo, Brasiliense.

Delgado, Guilherme C. (1986). **Capitalismo Financeiro e Agricultura No Brasil: 1965-1985**. São Paulo, Cone/UNICAMP.

Delgado, Guilherme C. (1986). Política Agrícola e o Financiamento Público da Agricultura. In: **UMA NOVA POLÍTICA AGRÍCOLA ?** Brasília, SOBER.

Delgado, Guilherme Costa. (1978). **Metodologia Para a Determinação de Preços Mínimos**. Brasília, CFP, vol 3, mar.

Delgado, Guilherme C. (1986). Constituição e Desenvolvimento do Capital Financeiro na Agricultura. **Cadernos de Difusão Tecnológica**. Brasília, 3(1):11-76, jan/abr.

Dillard, Dudley. (1984). Keynes and Marx: a centennial appraisal. **JPKE**, Vol. 6(3).

Dillard, Dudley. (1985). La Demande Effective et La Théorie Monétaire de L'emploi. In: Parrère, Alain. (Ed). **Keynes Aujourd'hui: Théories et Politiques**. Paris, Économica et Macmillan.

Dillard, Dudley. (1964). Teoria de Una Economia Monetaria. In: **ECONOMIA POSKEYNESIANA**. (Ed) Kurihara, Kenneth K. Valencia, Aguilar.

Davidson, Paul. (1978). **Money and The World**. London, Macmillan.

Davidson, Paul. (1988). A Technical Definition of Uncertainty for Economic Analysis. **Cambridge Journal of Economics**. 12(30).

Davidson, Paul. (1986). Finance, Funding, Saving and Investment. **JPKE**. Vol. IX(2)

Davidson, Paul. (1978a). Why Money Matters: lessons from a half-century of monetary theory. **JPKE**. 1(1).

Dias, Guilherme L.S. & Soares, Paulo T.P.L. (1980). **Crédito Rural: Uma Nota Adicional**. São Paulo, USP/FIPE.

Dias, Guilherme Leite da Silva. (1988). O Papel da Agricultura no Processo de Ajustamento Estrutural do Brasil. In: **BRASIL: Os Desafios da Crise Econômica**. São Paulo, IPE/USP.

Dias, Silva Guilherme Leite da Silva & Amaral, Cicely Moitinho. (1990). Sistema Financeiro Rural. In: **Relatório de Pesquisa: Política Agrícola Para os Anos Noventa**. Vol 1. São Paulo, FIPE/USP.

Giovanni, Dosi et alli. (1988). **Technical Change and Economic Theory**. London, Pinter Publishers.

Eatwell, John, Milgate, Murray & Newman (1989). **Finance**. London, The Macmillan Press.

Eugênio da Silva, M. (1991). **Teoria Geral: uma interpretação pós-keynesiana**. São Paulo, IPE/USP/FAPESP.

FGV. **Agroanálisys**. Vários números.

Feijó, Carmen. (1993). Decisões Empresariais Numa Economia Monetária da Produção: notas para uma teoria pós-keynesiana da firma. R.E.P. São Paulo, 13(1), jan mar.

Ferreira, Carlos Kawall Leal et alli. (1988). **A Reforma do Sistema Financeiro e Bancário no Brasil**. São Paulo, IESP/UNICAMP.

Fazzari, Steven. (1989). Keynesian Theories of Investment: neo-, post-, and new. R.E.P. São Paulo, 9(4), out-dez.

Findlay III, M. Chapman & Williams, Edward E. (1981). Financial Theory and Political Reality Under Fundamental Uncertainty. **JPKE**, Vol 4(4).

Fonseca, Maria da Graças Darenguowski. (1990). **Concorrência e Progresso Técnico na Indústria de Máquinas para a Agricultura: um estudo sobre Trajetórias Tecnológicas**. Campinas, IE/UNICAMP. (Tese de Doutorado).

Furtado, Celso. (1981). **O Brasil Pós-"Milagre"**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Furtado, Celso. (1969). **Um Projeto Para o Brasil**. Rio de Janeiro, Saga.

Furtado, Celso. (1975). **Análise do Modelo Brasileiro**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Froy, Luigi. (1961). **Desenvolvimento Econômico E Estrutura do Mercado Financeiro**. Rio de Janeiro, Zahar.

Guimarães, A. Passos. (1979). **A Crise Agrária**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Guimarães, A. Passos. (1963). **Quatro Séculos de Latifúndio**. S. Paulo, Paz e Terra.

Graziano da Silva, José. (1986). **A Formação de Preços dos Produtos Agrícolas: Notas para uma Abordagem Alternativa**. Campinas, IE/UNICAMP. (mimeo).

Graziano da Silva, José. (1981). **Progresso Técnico e Relações de Trabalho**. São Paulo, Hucitec.

Graziano da Silva, J. (1988). **As Políticas da Crise: A Trajetória da Agricultura Brasileira de 1981 a 1987**. Campinas, IE/UNICAMP.

Graziano da Silva, J. (1982). **A Modernização Dolorosa: Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar.

Graziano da Silva, J. (1989). A Gestão das Políticas na Agricultura Brasileira Moderna. **Revista de Economia Rural**. 27(3), jul-ago-set. p. 309-325.

Graziano da Silva, J. (1980). **O Que É Reforma Agrária**. São Paulo, Brasiliense.

Guedes Pinto, Luis Carlos (1981). **Notas Sobre a Política de Crédito Rural**. Campinas, IFCH/UNICAMP. (mimeo)

Guedes Pinto, Luis Carlos (1981). Grupos de Interesses e Crédito Rural no Brasil. **REVISTA DE ECONOMIA RURAL**. Brasília, SOBER. 19 (No. especial).

Goodman, David et alli (1990). **Da Lavoura a Biotecnologias: Agricultura e Indústria no Sistema Internacional**. São Paulo, Hucitec.

Gurley, J.G. & Shaw, E.S. (1976). **Money In a Theory of Finance**. Washington, The Brookings Institution.

Garcia, Alvaro Antônio. (1989). Financiamento À Agricultura: O Impasse Continua. **ANÁLISE E CONJUNTURA**. Porto Alegre, FEE, 11(19).

Hoffman, R & Kageyama, A. (1987). Crédito Rural no Brasil: Concentração Regional e Por Cultura. **REVISTA DE ECONOMIA RURAL**. 25(1), jan-mar.

Hicks, John R. (1987). **A Crise na Economia Keynesiana**. São Paulo, Vertice.

Hicks, John R. (1975). **Ensaios Críticos Sobre Teoria Monetária**. Barcelona, Ariel. p. 127-151.

Hayami, Y & Ruttan, V.W. (1985). **Agricultura Development: An International Perspective**. Baltimore and London, Johns hopkins University Press.

Hilferding, Rudolf. (1985). **O Capital Financeiro**. São Paulo, Nova Cultura.

Heertje, Arnold. (1988). Technical and Financial Innovation: In: **Innovation, Technology, and Finance**. New York, Basil Blackwell.

IBGE: **Censos Agropecuários e Anuários Estatísticos do Brasil**. (vários números).

Kregel, J.A. (1986). A note on finance, liquidit, saving and investiment. **JPKE**. 9(2).

Kageyama, Angela & Graziano da Silva J. (1987). **A Dinâmica da Agricultura Brasileira: Do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais**. Campinas, IE/UNICAMP.

Kageyama, Angela & et alli. (1987). **O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: Do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais**. Campinas, IPEA-IPLAN-FECAMP.

Kageyama, Angela. (1989). **Monopólio da Terra, Progresso Técnico e Concorrência na Agricultura**. Campinas, IE/UNICAMP. (mimeo)

Keynes, J.M. (1978). A Teoria Geral do Emprego. **Keynes: Economia**. Szmrecsányi, Tamás. (ORG). São Paulo, Ática.

Keynes, J.M. (1971). A Treatise On Money. **The Collected Writings of John Maynard Keynes**. (Ed). by D. Moggridge, Vol. 5 e 6. London, Macmillan.

Keynes, J.M (1973). The General Theory and After Preparation: **The Collected Writings of John Maynard Keynes**. (Ed). by D.Mogridge. V. 13. London, Macmillan.

Keynes, J.M. (1973a). The General Theory and After: defence and development. **The Collected Writings of John Maynard Keynes**. ((ed). D.Mogridge. V. 14, Macmillan.

Keynes, J.M. (1979). The General Theory and After: a Supplement. **The Collected Writings of John Maynard Keynes**. (Ed). D. Mogridge, V. 29

Keynes, John Maynard. (1983). A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. **OS ECONOMISTAS**. São Paulo, Abril Cultural.

Kalecki, Michael. (1983). Teoria da Dinâmica Econômica: Ensaios Sobre as Dinâmicas Cíclicas de Longo Prazo da Economia Capitalista. **OS ECONOMISTAS**. São Paulo, Abril Cultural.

Kriesler, Peter. (1988). **Kalecki's Microanalysis: The development of Kalecki's analysis of pricing and distribution**. Cambridge, Cambridge University Press, p. 64-67.

Lago, Luiz Aranha Corrêa do. (1984). Controle Quantitativo e Seletivo do Crédito: Aspectos Teóricos e Experiência Recente no Brasil. **Texto Para Discussão, No. 60**. Rio de Janeiro, PUC/RJ, .

Lessa, Carlos. (1983). Algumas Anotações sobre a Reordenação Financeira-pré-condição para qualquer saída da crise. In: **5 EM X BRASIL: Anatilha da Recessão**. (Org). FORUM GAZETA MERCANTIL. São Paulo, Brasiliense.

Lobini, Paolo Sylos. (1984). Oligopólio e Progresso Técnico. **OS ECONOMISTAS**. São Paulo, Abril Cultural.

Lopes, Mauro. (1989). Os Efeitos das Políticas Macroeconômicas sobre a Agricultura. **Coleção Análise e Pesquisa**. Vol. 7, Brasília, CEF.

Lopes,Mauro Resende & Bossa,Lucia Resende.(1980).**Efeitos Alocativos e Distributivos do Crédito Rural**.Brasília,CFP/SEPLAN.

Lopes,Mauro Resende.(1989).Tendências do Financiamento da Produção.In:**Desafios da Agricultura Brasileira nos Anos 90.Da Crise Macroeconômica ao Crescimento Setorial Auto-Sustentado**.Brasília,IICA.

Lipietz,Alain.(1989).**Miragens e Milagres**.São Paulo,Nobel.

Lessa,Carlos.(1982).**Quinze Anos de Política Econômica**.São Paulo.Brasiliense.

Lozardo,Ernesto.(1987).**Déficit Público Brasileiro:Política Econômica e Ajuste Estrutural**.Rio de Janeiro,Paz e Terra.

Liebhardt,Marcelo Ernesto.(1988).Ajustamento do Setor Agrícola às Mudanças no Crédito Rural.**Coleção Análise e Pesquisa**.Vol.35.Brasília,cfp.

Lima,Luis Antonio de Oliveira.(1986).**Teoria De Uma Economia Monetária:A Análise de Keynes**.São Paulo,IE/UNICAMP.(Tese de Doutorado).

Lícha,L.R.(1989).**Preços Numa Economia Capitalista:Uma Análise das Determinações Gerais para a sua Dinâmica**.Campinas,IE/UNICAMP.(Tese de Mestrado)

Lenin,V.I.(1979).Imperialismo Fase Superior do Capitalismo.**Obras Escolhidas**. São Paulo,Alfa-Omega.

Maluf,R.Sérgio.(1988).Um Mal Necessário? Comercialização Agrícola e Desenvolvimento Capitalista no Brasil.**R.E.P**.São Paulo,12(3),jul-set.

Mann,S.A.and Dickinson,J.M(1987).Obstáculos ao Desenvolvimento da Agricultura capitalista.**Literatura Econômica**.Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 9(1);7-26,fev.

Martine,George.(1989).Fases e Faces da Modernização Agrícola Brasileira.**Texto Para Discussão**,No.15.Brasília,IPLAN.

Martine,George & Ronaldo Garcia.(1987).**Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola**.São Paulo,Caetes.

Marx,Karl.(1980).**O Capital:Crítica da Economia Política**.São Paulo, Civilização Brasileira.L.1,V.1.

Marx,Karl.(1980).**O Capital:Crítica da Economia Política**.São Paulo, Civilização Brasileira.L.3,V.5.

Mello, João Manuel Cardoso de. (1982). **O Capitalismo Tardio: Contribuição à Revisão Crítica da Formação e do Desenvolvimento da Economia Brasileira.** São Paulo, Brasiliense.

Munhoz, Dercio G. (1982). **Economia Agrícola: Agricultura-uma defesa dos subsídios.** Petrópolis, Vozes.

Murray, R. (1977). Value and Theory of Rent; part one. In: **Capital and Class.** 3(4). London.

Macedo e Silva, A.C. (1990). **Uma Introdução à Teoria Macroeconomia.** Campinas, IE/UNICAMP. caps 1 a 7. (mimeo)

Minsky, Hyman P. (1986). **Stabilizing an Unstable Economy.** New Haven and London, Yale University Press.

Minsky, H.P. (1975). **John Maynard Keynes.** New York, Columbia University Press

Minsky, H.P. (1985). La structure Financière Endettement et Crédit: In: **Keynes Aujourd'hui: Théories et Politiques.** Paris, Economica et Macmillan.

Minsky, H.P. (1990). **Financing Activity in the 1990. Financial Structure and Conditions upon Performance.** Knoxville, Tennessee. (mimeo).

Minsky, H.P. (1982). **Can't it Again ?** New York, M.E. Sharpe.

Malan, Pedro. (1983). A Questão Externa. In: **BM X BRASIL: A Armadilha da Recessão.** (Org). FORUM GAZETA MERCANTIL. São Paulo, Gazeta Mercantil.

Malan, Pedro S. (1980). **Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil (1969/52).** Rio de Janeiro, IPEA/INPES.

Mata, Milton. (1982). Crédito Rural: caracterização do sistema e estimativas dos subsídios implícitos. **Revista Brasileira de Economia.** Rio de Janeiro, FGV, 36(3): 213-349, jul/set.

Moura da Silva, Achoaldo. (1979). **Intermediação Financeira no Brasil: Origens, Estrutura e Problemas.** São Paulo, FEA/IPE/USP. (versão preliminar mimeo).

Mooney, Patrick H. (1987). Tempo de Trabalho, Tempo de Produção e Desenvolvimento Capitalista na Agricultura: Uma Reconsideração da Tese de Marx-Buckison. **Literatura Econômica.** Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 9(1): 27-42, Dez.

Mollo, M.L. Rotlenberg. (1988). Instabilidade do Capitalismo, Incerteza e Papel das Autoridades Monetárias: uma leitura de Minsky. **R.E.P.** São Paulo, 8(1), jan-mar.

Mollo,M.L.Pollenberg. (1983).**Política de Garantia de Preços Mínimos:Uma Avaliação**.Brasília,CFP,Vol 29,ago.

Mazzucchelli,Frederico. (1985).**A Contradição Em Processo:o capitalismo e suas crises**.São Paulo,Brasiliense.

Müller,Geraldo. (1989).**Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**.São Paulo,Hucitec.

Müller,Geraldo. (1982).Agricultura e Industrialização do Campo.**R.E.P**.São Paulo,2(6),abr jun.

Naidin,Leane Cornet. (1985).**Crescimento e Competição na Indústria de Defensivos no Brasil**.Rio de janeiro,UERJ. (tese de mestrado).

Nóbrega,Maileon Ferreira da. (1985).**Desafios da Política Agrícola**.São Paulo, Gazeta Mercantil/CNBQ.

Neto,João Amato. (1985).A Indústria de Máquinas Agrícolas no Brasil:Origens e Evolução.**Revista de Administração de Empresas**.25(3).jul-set.

Nelson,Richard R.& Winter,Sidney G. (1982).**An Evolutionary Theory of Economic Change**.Cambridge,The Belknap Press of Harvad University Press.

Oliveira,J.do Carmo & Montezano,R.M.da Silva. (1982).Os Limites das Fontes de Financiamento à Agricultura no Brasil.**Estudos Econômicos**.12(2),ago.p.139-159.

Oliveira,Francisco de. (1990).A Metamorfose da Arriçaba:Fundo Público e Regulação Autoritária na Expansão Econômica do Nordeste.**NOVOS ESTUDOS CEBRAP** No.27,São Paulo.

Pain,Gilberto. (1957).**Industrialização e Economia Natural**.Rio de Janeiro, ISEB

Perelman,Michael. (1979).Obstacles to the Development of a Capitalist Agriculture:a comment on Mann and Dickson.**Journal Peasant Studies**.7(1).oct. p.119-121.

Possas,Mário Luiz. (1988).**Em Direção A Um Paradigma Microdinâmico:A Abordagem Neo-Schumpeteriana**.Campinas,IE/UNICAMP.

Possas,Luiz Mario. (1989).**Dinâmica e Concorrência Capitalista:uma interpretação a partir de Marx**.São Paulo,Hucitec/UNICAMP.

Possas, Luiz Mario. (1987). **Dinâmica da Economia Capitalista: Uma Abordagem Teórica**. São Paulo, Brasiliense.

Possas, Mario Luiz. (1986). Para uma releitura teórica da Teoria Geral. **PESQUISA E PLANEJAMENTO ECONÔMICO**. Rio de Janeiro, 16(2), ago.

Prado Jr, Caio. (1972). **A Revolução Brasileira**. São Paulo, Brasiliense.

Prado Jr. Caio. (1979). **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo, Brasiliense.

Prakke, Frits. (1988). The Financing of Technical Innovation. In: **Innovation, Technology, and Finance**. New York, Basil Blackwell.

Pedrosa, Edilson Almeida. (1987). **Programação Monetária: Aspectos Teóricos e o caso brasileiro**. Brasília, BACEN.

Paiva, Ruy Miller. (1968). O Mecanismo de Auto-Controle no Processo de Expansão da Melhoria Técnica da Agricultura. **Revista Brasileira de Economia**. São Paulo, Vol 3.

Paiva, Luiz Carlos Pedroza. (1986). **A Programação Monetária Após o Advento do Voto (NT No. 045/86**. Brasília, BACEN.

Penrose, Edith. T. (1962). **Teoria del Crecimiento de La Empresa**. Madrid, Aguilar.

Rosdolsky, Roman. (1985). **Gênesis y Estructura de el Capital de Marx (estudios sobre los Grundrisse)**. Madrid, Siglo XXI.

Resende, Gervário Castro de. (1987). **A Política Agrícola e a Estabilização Macroeconômica**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES.

Resende, Gervário Castro. (1991). A Inflação e a Crise da Produção Agrícola do Biênio 1990/91. **Perspectivas da Economia Brasileira-1992**. Rio Janeiro, IPEA, 1991.

Resende, Gervário Castro de. (1980). Crédito Subsidiado e Formação de Capital na Agricultura Brasileira. **Texto Para Discussão**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES.

Resende, Gervário Castro de. (1989). Controvérsias da economia Agrícola: Uma Revisão Crítica. **Texto Para Discussão**. No. 184, Rio de Janeiro, IPEA/INPES. p. 1-43.

Resende, Gervário Castro. (1989). Política Econômica Econômica e Agricultura Na Década de 80. **Perspectiva da Economia Brasileira-1989**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES

Resende, Gervasio C. de. (1992). De Cruzado ao Collor: Os Planos de Estabilização e a Agricultura. **R.E.P**. São Paulo, 12(2): 106-125, abr-jun.

Rosenberg, Nathan. (1985). **Inside The Black Box: Technology and Economics**. Cambridge, Cambridge University Press, cap. 5.

Rio, A. S. & Gomes, H. C. (1977). Sistema Cambial: bonificações e ágios. In: **Formação Econômica do Brasil: experiência da industrialização**. (Org). Versiani, F. R. & Barroso, José Roberto Mendonça de. São Paulo, Saraiva.

Reuten, Geert. (1988). The money expression of value and the credit system: a value-form theoretic outline. **Capital & Class**. No. 14, p. 121-139.

Rangel, Ignácio. (1957). **A Questão Agrária Brasileira**. Recife, CDEP (mimeo).

Rangel, Ignácio. (1963). **A Inflação Brasileira**. São Paulo, Brasiliense.

Reydon, Bastiann Philip. (1992). **Mercados de Terras Agrícolas e Determinantes de seus Preços no Brasil. Um estudo de casos**. Campinas, IE/UNICAMP. (Tese de Doutorado).

Salles Filho, Sérgio Luiz M. & Silveira, José Maria F.J. da. (1989). A Teoria da Inovação Induzida e os Modelos de "Demand Pull": Uma Crítica Com Base No Enfoque Neo-Schumpeteriano. **ANAIS DA ANPEC**.

Santos, Rogério Ferreira dos. (1986). **Presença de Vieses de Mudança Técnica na Agricultura Brasileira**. São Paulo, IPE/USP.

Singer, Paul. (1976). **A Crise Do Milagre: Uma Interpretação Crítica da Economia Brasileira**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Sorj, Bernardo. (1980). **Estado e Classes Sociais na Agricultura**. Rio de Janeiro, Zahar.

Schultz, Theodore W. (1965). **A Transformação da Agricultura Tradicional**. Rio de Janeiro, Zahar.

Shimota, Ricardo. (1988). **Crédito Rural no Brasil: Subsídio, Distribuição e Fatores Associados à Oferta**. Piracicaba, ESALQ/USP.

Studart, Rogério. (1993). O Sistema Financeiro e o Financiamento do Crescimento: uma alternativa pós-keynesiana à visão convencional. **R.E.P.** São Paulo. 13(1), jan-mar.

Schumpeter, J.A. (1984). **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio Janeiro, Zahar.

Schumpeter, J.A. 9(1982). **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma interpretação sobre o lucro, capital, crédito, juro e ciclo econômico**. São Paulo, Abril Cultural.

Sayad, João. (1984). **Crédito Rural no Brasil**. São Paulo, FIPE/PIONEIRA.

Sayad, João. (1982). **Agricultura e Inflação**. São Paulo, 2(4), out-dez.

Steindl, J. (1983). **Maturidade e Estagnação do Capitalismo Americano**. São Paulo, Abril Cultural.

Stolcke, V. (1986). **Cafeicultura, Homens, Mulheres e Capital: 1850-1980**. São Paulo, Brasiliense.

Serra, José. (1982). Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra. In: **Desenvolvimento Capitalista no Brasil Vol 1**: ensaios sobre a crise. São Paulo, Brasiliense.

Silva, Luiz Afonso Simões da. (1989). **A Teoria Quantitativa da Moeda e a Política Monetária**. Campinas, IE/UNICAMP.

Schackle, G.L.S. (1991). **Origens da Economia Contemporânea; Invenção e Tradição no Pensamento Econômico (1926-1939)**. São Paulo, Hucitec.

Schackle, G.L.S. (1969). **Uma Ilustração da Teoria Econômica**. Rio de Janeiro, Zahar.

Schackle, G.L.S. (1968). **Uncertainty in Economics and Others Reflections**. Cambridge, Cambridge University Press.

Silva, Paulo Roberto Nunes da & Hoffmann, José Hermeto. (1989). Agricultura 89: expressão das mudanças de uma década. **Análise e Conjuntura**. Porto Alegre, FEE.

Tavares, M. Conceição. (1986). **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil**. São Paulo, IE/UNICAMP. (Tese de Livre Docência).

Tavares, Maria da Conceição. (1976). **Ciclo e Crise: O Movimento Recente da Industrialização Brasileira**. (Tese do Concurso de Prof. Titular da UFRJ). Rio de Janeiro, Dep. de Economia da UFRJ. (mimeo).

Tavares, Maria da Conceição. (1983). O Sistema Financeiro Brasileiro e o Ciclo de Expansão Recente. In: **Desenvolvimento Capitalista no Brasil No. 2**. São Paulo, Brasiliense.

Tavares, Maria da Conceição et alii. (1987). **Sistema Financeiro e Crédito no Brasil: Análise da Evolução Financeira e do Crédito, desde as Reformas de 1964/1966 até a Crise Financeira dos Anos 80**. Campinas, IE/UNICAMP. (mimeo).

Tavares, Maria da Conceição & Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello. (1986). Uma Reflexão Sobre a Natureza da Inflação Contemporânea. In: **Inflação Inercial, Teorias sobre a Inflação e o Plano Cruzado**. (Org). Rego, J. M. São Paulo, Paz e Terra.

Teixeira, Eduardo. (1989). **O Padrão de Financiamento da Economia Brasileira.** Campinas, IE/UNICAMP. (mimeo)

Teixeira, Eduardo & Biasoto Jr, Geraldo. (1989). **Setor Público nos Anos Oitenta: Desequilíbrios e Ruptura do Padrão de Financiamento.** Campinas, CECON/UNICAMP.

Teixeira, Natermes Guimarães. (1968). **Tendências Estruturais do Sistema Financeiro.** São Paulo, IESP/FUNDAP.

Teixeira, Natermes Guimarães. (1985). **O Sistema Bancário Brasileiro e Suas Transformações Frente à Crise Atual.** Campinas, IE/UNICAMP.

Terzi, Andrea (1986/1987). The Independence of Finance from Saving: a flow-of-funds interpretation. **JPKE**, Vol IX(2).

U.S. Congress, Office of Technology Assesment. (1986). Impacts of Agricultural Finance and Credit. In: **Technology, Public Policy and The Changing Structure of American Agriculture.** Washington, Government Printing Office, march. cap. 7, p. 137-159.

Vickers, D. (1979). Uncertainty, Choice and Marginal Efficiences. **JPKE**, 2(2).

Vellutini, Roberto. (1991). Financiamento do Desenvolvimento Agrícola. **R.E.P.** 11(2), abr-jun.

Wood, Adrian. (1980). **Uma Teoria de Lucros.** Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Wells, Paul (1988). Keynes' demand finance. **JPKE**, Vol IV(4).

Wells, Paul (1983). A Post Keynesian View of Liquidity Preference and the Demand for Money. **JPKE**, Vol V(4).

Zani Junior, Alvaro Antonio. (1982). **Uma Avaliação do Setor Financeiro no Brasil: Da Reforma de 1964/1965 à Crise dos Anos Oitenta.** Campinas, IE/UNICAMP.

Zysman, J. (1983). **Governments, Markets, and Growth: Financial System and The Politics of Industrial Growth.** London, Martin Robertson.

Zoninsein, J. (1988). O Circuito Financiamento-Investimento-Poupança Financeira. **Texto Para Discussão** No. 171. Rio de Janeiro, UFRJ/IEI.

ANEXOS

Tabela No.3.1

CONSUMO INTERMEDIÁRIO NA AGRICULTURA BRASILEIRA
(1939/1990)

Anos	1939	1949	1954	1959	1963	1970	1975	1980	1985	**1990
Consumo Inter/V.P(*)	10,0	11,10	13,20	14,30	21,10	25,10	27,60	34,40	38,70	42,20
Tx. Anual de Cresc. (**)	-	1,0	3,5	1,6	9,0	8,3	4,9	4,5	2,4	1,9

Fonte:(1)Ribeiro, Silvio W & Gheventer, Boris. (1983). Consumo Intermediário na Agricultura. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, 37(1):77-109. (2)Kageyama, Angela. (1987). O Novo Padrão Agrícola: Do Complexo Rural Aos Complexos Agroindustriais. Campinas, IE/UNICAMP, p. 9. (*)Consumo Interno/Valor da Produção. (**)Taxas Anuais de Crescimento(%). O ano de 1990 foi estimado: o ajuste linear, Y=22,4+0,792(X); R(2)=0,928916); GL=7; CV=0,069611.

Tabela No.3.2

RECEITAS DO FUNDO DE ÁGIOS E BONIFICAÇÕES SOBRE O COMÉRCIO EXTERIOR
E EMPRÉSTIMOS RURAIS NO BRASIL(*)
(1951/1968)

Cr$bilhões

Anos	Saldo Líq. de Ágios Bonif. (1)	Empres-mos Rurais (2)	Saldo (3=1-2)	Anos	Saldo Líq. de Agios Bonif. (1)	Empres-mos Rurais (2)	Saldo (3=1-2)
1951	-	3,9	-3,9	1960	58,2	57,1	1,1
1952	-	8,2	-8,2	1961	83,9	81,2	2,7
1953	2,4	9,9	-9,9	1962	92,6	152,8	-60,2
1954	14,3	12,7	1,6	1963	207,2	241,0	-33,8
1955	16,6	13,8	2,8	1964	434,4	481,9	-47,5
1956	33,5	17,2	16,3	1965	324,6	597,9	-273,3
1957	38,3	22,1	16,2	1966	630,9	966,7	-335,8
1958	49,0	28,7	20,3	1967	651,0	1.459,5	-808,5
1959	34,8	40,3	-5,5	1968	897,0	2.669,0	-1.772,0

Fonte:(1)Munhoz, Dercio Garcia. Economia Agricola: Agricultura-Uma Defesa dos Subsidios. Petropolis, Vozes, 1982. p.24. (2)Relatório Anual do BACEN de 1968. (*)S.L.(Saldo Líquido).

Tabela No.3.3

SALDOS DOS EMPRÉSTIMOS DO BANCO DO BRASIL À AGRICULTURA BRASILEIRA(*)

(1969/1979)

Cr$ 1.000.00

Anos	Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI)						Carteira de Crédito Geral (CREGE)						Total Geral	
	Rural		Industrial		Total		Rural		Industrial		Total			
	V.Const.	%	V.Const.	%	V.Const.	%	V.Const.	%	V.Const.	%	V.Const.	%	V.Const.	%
1965	1.496	13,5	194	1,7	1.692	15,2	2.579	23,2	1.290	11,6	3.869	34,8	11.122	100,0
1966	1.718	24,0	346	4,8	2.065	28,8	171	2,4	1.347	18,8	1.518	21,2	7.166	100,0
1967	2.042	22,9	573	6,4	2.615	29,4	114	1,3	1.723	19,4	1.837	20,6	8.903	100,0
1968	2.846	24,3	855	7,3	3.701	31,7	122	1,0	2.023	17,3	2.145	18,3	11.692	100,0
1969	3.578	25,3	800	5,7	4.378	31,0	156	1,1	2.525	17,9	2.681	19,0	14.116	100,0
Período														
1965/	24,67		46,66		27,13		-22,97		18,64		0,50		10,19	

FONTE:BACEN:Relatórios Anuais do Banco Central do Brasil.

(*)A preços de 1969:IGP-DI/FGV.

Tabela No.3.4

EVOLUÇÃO DOS FINANCIAMENTOS RURAIS CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS NO BRASIL
(1969/1979)

Cr$1.000.00

ANOS	VALORES(*)			CONTRATOS		SALDO
	CORRENTE	CONSTANT (A)	VAR. ANUAL(%)	NUMERO (B)	VAR. ANUAL(%)	MÉDIO (A/B)
1969	6.469	6.469	-	1.146.209	-	0,005666
1970	9.246	7.720	16,07	1.190.592	3,86	0,006484
1971	12.513	8.921	15,55	1.252.841	5,23	0,007120
1972	18.669	11.063	24,02	1.266.151	1,06	0,008738
1973	30.334	15.614	41,14	1.399.648	10,56	0,011156
1974	46.223	19.309	23,66	1.450.396	3,62	0,013313
1975	89.997	28.168	45,98	1.856.131	27,97	0,015167
1976	130.226	28.872	2,43	1.832.207	-1,29	0,015758
1977	167.559	25.764	-10,76	1.722.063	-6,02	0,014961
1978	233.942	26.206	1,71	1.895.523	10,07	0,013825
1979	448.731	32.649	24,59	2.373.485	25,21	0,013756
Período	Taxas Anuais de Crescimento(%)					Media
1969-1976			24,54		7,30	0,010428
1977/1979			5,16		9,76	0,014161
1969/1979			18,73		8,94	0,011451

Fonte:BACEN/DERUR.

(*)A preços de 1969-Deflator(DI-IGP)/FGV.

Tabela No.3.5

DISTRIBUIÇÃO E EVOLUÇÃO DOS ATIVOS FINANCEIROS:MONETÁRIOS E NÃO-MONETÁRIOS
(1969/1979)

Cr$1.000.000,00

DISCRIMINAÇÃO	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
ATIVOS MONETÁRIOS	57,8	51,1	49,9	44,9	43,5	43,2	38,5	36,3	33,5	31,3	32,5
Papel Moeda	12,1	10,8	9,3	8,1	7,6	7,2	5,7	6,8	5,4	5,1	6,5
Depósitos a Vista	55,7	50,2	40,6	36,8	36,0	36,0	31,9	29,5	27,1	25,2	26,0
ATIVOS NAO MONETÁRIOS	32,2	38,9	50,1	55,1	56,4	56,8	61,5	63,7	66,5	68,7	67,5
Depósitos de Poupança	2,0	3,2	4,1	5,5	6,6	10,0	11,9	15,7	17,4	18,3	20,3
Depósitos a Prazo	4,7	7,3	10,3	12,0	12,0	11,5	11,7	10,7	13,0	14,7	15,9
Letras de Cambio	14,1	13,6	15,6	15,7	12,0	16,0	12,0	10,0	8,4	8,7	7,3
Letras Imobiliarias	2,1	2,8	3,4	3,5	3,0	2,9	1,9	1,4	1,1	0,8	0,5
Tit. da Div.Pub.Fed/Mun.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	3,4	3,0	3,0	3,3
ORTN	9,2	10,9	12,5	11,2	9,7	11,4	12,9	12,5	11,7	10,6	9,9
LTN	0,0	1,1	4,2	7,2	8,1	5,1	9,0	10,1	11,9	12,5	10,5
Outros Títulos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL DOS ATIVOS FINANCEIROS	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
VALORES CORRENTES	43,8	61,1	92,3	142,0	215,2	465,3	684,3	1.020,7	1.544,1	2.574,7	2.574,7
VALORES CONSTANTES	43,8	51,0	64,0	84,2	110,8	145,7	151,7	156,5	173,0	167,3	167,3

Fonte:BACEN/Relatorios Anuais do Banco Central

(*)A preços de 1969:IGP-DI/FGV(Indice da coluna 2 da Conjuntura Econômica).

Tabela No.3.6

DISTRIBUIÇÃO E EVOLUÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS DO SISTEMA FINANCEIRO NO BRASIL
(1969/1979)

Cr$ bilhões

DISCRIMINAÇÃO	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
SISTEMA MONETÁRIO	60,6	56,6	54,5	46,6	44,6	50,6	51,3	50,4	50,1	49,9	51,1
BANCOS COMERCIAIS	39,8	37,1	36,0	29,6	28,3	29,1	28,4	27,0	27,2	28,7	29,8
BANCO DO BRASIL	20,8	19,5	18,5	17,0	16,3	21,5	22,9	23,4	23,0	21,2	21,3
SISTEMA NÃO MONETÁRIO	39,4	43,4	45,5	53,4	55,4	49,4	48,7	49,6	49,9	50,1	48,9
BNDE	7,2	7,4	4,2	3,8	3,8	4,2	5,4	6,2	6,5	6,9	6,9
BANCOS EST. DE DESENVOL.	0,9	1,0	0,8	0,8	1,5	2,1	2,5	3,0	3,2	3,3	3,2
BNCC	0,3	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
FINAME	0,3	0,9	1,6	0,9	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CEPLAC	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
FINANCEIRAS	9,9	9,6	12,2	12,0	15,1	12,0	10,4	8,5	7,1	7,5	6,5
BNH	5,3	6,9	7,3	5,7	5,5	2,6	2,0	1,9	2,1	2,3	2,5
SOC.CRED. IMOBILIÁRIO	0,9	1,4	3,3	11,0	6,2	6,2	5,8	6,0	6,7	6,9	6,3
CAIXA ECON.FEDERAL	1,7	3,7	5,1	4,4	5,0	5,5	7,0	7,8	7,8	7,3	6,6
CAIXAS ECON.ESTADUAIS	0,9	1,9	1,8	1,7	2,2	2,2	2,4	3,3	3,3	3,4	3,2
ASSOC.DE POUP.E EMPREST.	0,1	0,2	0,2	0,8	1,1	1,3	1,4	1,7	2,0	2,2	2,3
BANCOS DE INVESTIMENTO	7,1	6,9	6,8	10,6	11,3	10,8	10,9	10,0	10,3	10,3	10,8
PIS	0,0	0,0	0,0	0,7	1,4	1,3	0,8	0,7	0,5	0,4	0,3
PASEP	0,0	0,0	0,0	0,7	1,4	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
VALORES CORRENTES	45,2	85,2	98,9	164,6	238,3	374,7	579,8	915,8	1.386,1	2.064,7	3.368,5
VALORES CONSTANTES	45,2	54,4	57,1	97,5	122,6	149,9	181,5	202,9	215,3	231,3	246,5

FONTE:BACEN:Relatorios Anuais do Banco Central

(*)A preços de 1969:IGP-DI/FGV(indice da coluna 2 da Conjuntura Economica).

Tabela No.3.7

EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS FINANCIAMENTOS NUMAS DOS FUNDOS ESPECÍFICOS DO FUNAGRI NO BRASIL.

(1969/1979) Cr$ 1.000,00

ANOS	FUNDOS	FINAC		FINROTEC		FUNDECIC		FIDEF		FUNDAG		OUTROS		TOTAL		
	PROJETOS	Índice	%	Índice	%	Índice	%	Índice	%	Índice	%	Índice	%	V.Const.	Índice	%
1969	Recursos	100	54, 1	100	11, 3	100	3, 2	100	19, 0	0	0, 00	100	12, 3	1.105	100	100, 0
	Investimentos	92	55, 2	39	14, 2	29	1, 2	64	15, 6	0	0, 00	82	12, 8	869	79	100, 0
1970	Recursos	159	53, 1	118	11, 2	146	2, 8	97	11, 4	100	16, 2	122	19, 1	1.497	136	100, 0
	Investimentos	114	56, 4	112	11, 6	126	3, 7	58	11, 9	38	8, 5	69	7, 8	1.004	91	100, 0
1971	Recursos	277	52, 8	152	5, 3	491	5, 5	74	5, 0	321	27, 5	81	3, 5	2.172	197	100, 0
	Investimentos	205	52, 5	125	6, 7	443	6, 6	53	5, 7	323	25, 9	51	3, 6	1.525	147	100, 0
1972	Recursos	514	51, 7	190	5, 2	1.511	12, 6	40	2, 5	336	25, 2	81	5, 0	2.519	210	100, 0
	Investimentos	266	53, 1	142	6, 0	1.169	13, 7	32	2, 3	239	21, 8	71	5, 2	1.939	173	100, 0
1973	Recursos	747	55, 5	170	2, 6	2.700	9, 8	21	0, 5	393	13, 3	1.073	16, 3	4.138	375	100, 0
	Investimentos	452	62, 8	162	4, 6	2.003	15, 9	11	0, 5	146	9, 1	230	7, 1	2.264	205	100, 0
1974	Recursos	884	48, 2	191	2, 2	4.353	15, 8	14	0, 5	744	18, 3	1.406	17, 5	4.425	402	100, 0
	Investimentos	895	54, 3	185	2, 8	3.029	12, 8	4	0, 1	326	10, 7	574	9, 4	3.325	301	100, 0
1975	Recursos	2.350	65, 0	216	1, 3	8.723	14, 1	11	0, 1	699	8, 8	1.593	10, 7	5.761	513	100, 0
	Investimentos	2.282	75, 2	203	1, 4	3.789	7, 1	0	0, 0	583	8, 5	1.342	9, 8	5.691	530	100, 0
1976	Recursos	3.789	49, 6	248	0, 7	8.957	7, 1	0	0, 0	2.700	16, 6	7.024	21, 5	8.369	757	100, 0
	Investimentos	3.948	54, 0	247	0, 7	5.780	4, 6	0	0, 0	2.494	15, 5	5.895	21, 5	8.642	783	100, 0
1977	Recursos	5.066	45, 9	278	0, 5	8.734	4, 7	0	0, 0	3.842	15, 3	11.499	24, 3	10.014	908	100, 0
	Investimentos	4.722	45, 0	279	0, 5	5.574	3, 7	0	0, 0	4.283	18, 9	10.866	23, 8	9.627	872	100, 0
1978	Recursos	5.868	42, 3	314	0, 5	10.649	5, 0	0	0, 0	1.428	5, 2	14.452	26, 4	8.353	756	100, 0
	Investimentos	5.449	49, 5	274	0, 5	6.525	3, 5	0	0, 0	1.541	5, 6	12.965	25, 8	7.357	667	100, 0
1979	Recursos	7.798	54, 7	266	0, 5	13.540	5, 6	0	0, 0	1.542	4, 3	5.490	10, 2	5.135	562	100, 0
	Investimentos	7.085	57, 9	301	0, 5	11.557	5, 6	0	0, 0	1.226	4, 6	5.068	9, 4	5.325	483	100, 0

Fonte(s): FINAC/Balancete e Pareceres Anuais do Tesouro Nacional (vários anos).

(1) A preços de 1955 / Lei 301/TSN.

Tabela No.3.8

EVOLUÇÃO DO PIB AGROPECUÁRIO,DO CRÉDITO GERAL E DO CRÉDITO RURAL NO BRASIL (1969/1979)

Cr$1.000,00

Anos	PIBcf do Set. Agropecuário			Crédito Total(*)			Crédito Rural		
	V.Corrente	V.Constante	Var. Anual(%)	V.Corrente	V.Constante	Var. Anual(%)	V.Corrente	V.Constante	Var. Anual(%)
1969	15.561	15.561	-	45.000	45.000	-	6.489	6.489	-
1970	20.157	16.827	8,13	65.192	54.421	20,94	9.247	7.719	18,96
1971	28.644	19.854	17,99	96.872	67.146	23,38	12.809	8.878	15,02
1972	38.430	22.773	14,70	152.991	90.661	35,02	18.668	11.063	24,60
1973	55.560	28.599	25,58	228.483	117.611	29,73	30.333	15.614	41,14
1974	80.121	32.048	12,06	371.014	148.406	26,18	46.222	19.289	23,54
1975	107.349	33.623	4,91	560.562	181.840	22,53	89.997	28.188	46,14
1976	186.566	41.363	23,02	915.298	202.930	11,60	130.226	26.872	2,43
1977	322.047	50.027	20,94	1.382.635	214.778	5,84	167.858	26.075	-9,69
1978	372.670	41.746	-16,55	2.092.326	234.380	9,13	233.942	26.206	0,50
1979	599.838	43.643	4,55	3.451.451	251.123	7,14	448.730	32.649	24,59
Periodos	Taxas Anuais de Crescimento(%)								
1969-197			15,20			24,20			24,55
1977-197			2,98			7,37			5,13
1969-197			11,53			19,15			18,72

Fonte:BACEN:Boletins e Relatórios Anuais do Banco Central/Conjuntura Econômica.41(5):64-65;maio/1987.

(1)Os Valores Correntes foram deflecionados a preços de 1968-IGP-DI/FGV

(*)Crédito Total:Empréstimos do Sistema Financeiro ao Setor Privado

Tabela No.3.9

Distribuição dos Financiamentos Rurais Concedidos a Produtores e Cooperativas Por Instituição Financeira no Brasil (*)
(1969/1979)

Saldos em Cr$ 1.000,00

Anos	Bcos. Ofic. Federais		Bcos. Ofic. Estaduais		Bcos. Privados		Caixas Econômicas		Coops. de Crédito		Total	
	V. Const.	%	V. Const.	%	V. Const.	%	V. Const.	%	V. Const.	%	V. Const.	%
1969	2.230	34,36	1.977	30,46	2.230	34,36	25	0,39	28	0,43	6.489	100,00
1970	2.642	34,33	2.342	30,44	2.628	34,16	28	0,36	54	0,71	7.695	100,00
1971	4.884	54,75	1.116	12,51	2.825	31,67	22	0,24	71	0,83	8.921	100,00
1972	7.159	59,99	1.414	11,85	3.237	27,13	49	0,41	75	0,63	11.934	100,00
1973	8.787	56,28	1.806	11,57	4.827	30,91	100	0,64	95	0,61	15.614	100,00
1974	11.360	58,94	2.259	11,70	5.430	28,12	123	0,64	116	0,60	19.307	100,00
1975	17.909	63,53	2.972	10,54	6.899	24,48	166	0,59	243	0,86	28.188	100,00
1976	16.714	64,67	2.646	10,27	5.975	23,19	215	0,84	214	0,83	25.764	100,00
1977	17.163	66,62	2.183	8,47	5.996	23,27	225	0,87	196	0,76	25.764	100,00
1978	17.624	67,25	2.164	8,26	5.961	22,75	243	0,93	214	0,82	26.206	100,00
1979	22.567	69,12	2.348	7,19	7.354	22,53	215	0,66	164	0,50	32.648	100,00

Fonte: BACEN/DERUR

(*) A preços de 1969: IGP-DI/FGV

Tomo II - Cap. 10

CRÉDITO GERAL DO SISTEMA FINANCEIRO, CRÉDITO DO BANCO DO BRASIL E DOS BANCOS COMERCIAIS NO BRASIL(*)
(1969/1979)

Cr$1.000,00

Anos	Crédito Geral do S.Financeiro		Banco do Brasil						Bancos Comerciais					
			Crédito Total		Crédito Rural				Crédito Total		Crédito Rural			
	V.Const. (1)	Índice	V.Const. (2)	Índice	V.Const. (3)	Índice	% (3/1)	(3/2)%	V.Const. (4)	Índice	V.Const. (5)	Índice	% (5/1)	(5/4)%
1969	27.391	100	9.402	100	4.403	100	16,1	46,8	17.989	100	2.086	100	7,6	11,6
1970	30.850	113	10.617	113	6.402	145	20,8	60,3	20.213	112	1.318	99	4,3	6,5
1971	25.521	93	12.425	132	7.727	175	30,3	62,2	24.186	134	1.194	116	4,7	4,9
1972	45.134	165	14.802	157	9.254	210	20,5	62,5	30.332	169	1.809	136	4,0	6,0
1973	52.043	190	17.331	184	11.944	271	23,0	68,9	34.712	193	3.670	181	7,1	10,6
1974	75.865	277	32.307	343	16.937	385	22,3	52,6	43.608	242	2.572	215	3,1	5,4
1975	93.111	340	41.572	442	22.535	512	24,2	54,2	51.559	287	5.653	271	6,1	11,0
1976	102.285	373	47.471	505	25.442	578	24,9	53,6	54.813	305	3.430	254	3,4	6,3
1977	107.978	394	49.467	526	24.351	598	22,6	49,2	58.511	325	1.413	231	1,3	2,4
1978	119.464	422	49.053	522	25.314	530	20,2	47,5	66.261	368	2.892	179	2,5	4,4
1979	125.901	460	52.439	557,7	26.041	591	20,7	49,7	73.462	408	6.609	194	5,2	9,0
Período	Taxas Anuais de Crescimento(%)													
1969-1975	23,69		27,90		25,09				17,45		14,98			
1977-1979	7,18		5,42		1,25				10,29		-7,60			
1969-1979	16,74		20,55		17,94				15,29		6,21			

Fonte:IBAC3K/Boletins e Relatórios Anuais do Banco Central

(*)A preços de 1969/ORTN-40/FGV

Tabela No.3.11

Financiamentos Rurais Concedidos a Produtores e Cooperativas no Brasil por Finalidade(*)
(1969/1979)

Cr$1.000,00

Anos	Custeio			Investimento			Comercialização			Total	
	V.Const. (1)	% (1/4)	V.Anual (%)	V.Const. (2)	% (2/4)	V.Anual (%)	V.Const. (3)	% (3/4)	V.Anual (%)	V.Const. (4)	V.Anual (%)
1969	3.028	46,66	-	1.822	28,08	-	1.640	25,27	-	6.489	-
1970	3.456	44,77	14,15	2.087	27,03	14,52	2.177	28,20	32,74	7.720	18,97
1971	3.889	43,60	12,51	2.622	29,40	25,67	2.409	27,01	10,67	8.921	15,55
1972	4.609	41,66	18,52	3.659	33,07	39,52	2.795	25,26	16,01	11.063	24,02
1973	6.671	42,72	44,73	5.164	33,07	41,12	3.780	24,21	35,26	15.614	41,14
1974	8.694	45,02	30,32	5.845	30,27	13,19	4.770	24,71	26,19	19.309	23,66
1975	12.355	43,83	42,11	8.809	31,25	50,71	7.025	24,92	47,25	28.188	45,98
1976	12.185	42,20	-1,38	9.360	32,42	6,26	7.328	25,38	4,32	28.872	2,43
1977	12.183	47,28	-0,01	6.250	44,00	-33,22	7.331	28,45	0,04	25.764	-10,76
1978	12.497	47,69	2,58	6.545	24,97	4,71	7.164	27,34	-2,28	26.206	1,71
1979	16.421	50,30	31,40	8.157	24,98	24,63	8.071	24,72	12,67	32.649	24,59
Periodo	Taxas Anuais de Crescimento(%)										
1969-1976			23,00			27,28			24,64		24,54
1977-1979			11,32			-1,29			3,48		5,18
1969-1979			19,49			18,71			18,29		18,73

Fonte:BACEN/GERUR

(*)Os valores correntes foram deflacionados a preços de 1969:IGP-DI/FGV.

Tabela No.3.12

DISTRIBUIÇÃO E EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL POR FINALIDADE E POR ATIVIDADE NO BRASIL
(1969/1979)

Saldos em Cr$ 1.000,00

Anos	Custeio		Investimento		Comercialização		Total Geral					
	Agrícola	Pecuário	Agrícola	Pecuário	Agrícola	Pecuário	Agrícola		Pecuário		Total	
	V.Const.	V.Const.	V.Const.	V.Const.	V.Const.	V.Const.	V.Const.	%	V.Const.	%	V.Const.	%
1969	2.629	396	698	1.124	1.168	470	4.497	69,30	1.992	30,70	6.489	100,00
1970	3.030	426	956	1.131	1.597	580	5.583	72,32	2.137	27,68	7.720	100,00
1971	3.377	494	1.257	1.354	1.756	642	6.389	71,96	2.489	28,04	8.879	100,00
1972	4.328	638	2.155	1.787	2.127	984	8.611	72,23	3.310	27,77	11.921	100,00
1973	5.771	900	2.487	2.677	2.720	1.060	10.978	70,31	4.637	29,70	15.614	100,00
1974	7.529	1.164	2.998	2.846	3.394	1.376	13.920	72,10	5.386	27,90	19.307	100,00
1975	9.587	2.768	4.928	3.883	5.364	1.661	19.877	70,52	8.311	29,48	28.188	100,00
1976	9.297	1.575	4.294	4.058	4.799	1.740	18.390	71,38	7.374	28,62	25.764	100,00
1977	10.586	1.587	4.012	2.238	5.461	1.870	20.069	77,90	5.695	22,10	25.764	100,00
1978	10.635	1.863	3.665	2.879	4.885	2.279	19.185	73,21	7.021	26,79	26.206	100,00
1979	14.242	2.176	4.193	3.964	5.326	2.745	23.761	72,78	8.887	27,22	32.648	100,00

Fonte:BACEN/DERUR

(*)Valores Constantes a preços de 1968:IGP-DI/FGV

Tabela No.3.1.5

CRÉDITO RURAL DE INVESTIMENTO E PRODUÇÃO E VENDAS DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS NO BRASIL

(1969/1979)

UNIDADES

Discriminação	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
CRÉDITO DE INVESTIMENTO(*)	1.822	2.087	2.522	3.650	5.164	5.845	8.809	9.360	5.250	5.545	8.157
PRODUÇÃO DOMÉSTICA	11.519	15.707	25.448	34.549	44.559	54.989	68.714	81.714	66.066	50.897	68.739
Tratores de Rodas	9.887	14.457	22.488	30.207	39.232	45.848	59.166	65.527	52.966	40.675	55.247
Tratores de Esteiras	91	185	770	1.426	1.961	2.578	3.942	4.651	3.474	2.981	3.202
Colheitadeiras	282	750	1.150	1.921	3.505	4.995	7.325	6.481	4.242	3.719	4.239
Cultivadores Motorizados	1.945	2.065	2.190	2.916	3.466	5.463	5.606	5.275	5.384	5.522	6.052
Creditavos/Unid.produzido	0, 1529	0, 1249	0, 1030	0, 1059	0, 1156	0, 1063	0, 1282	0, 1145	0, 0845	0, 1075	0, 1187
VENDAS AO MERCADO INTERNO	12.389	17.755	26.389	35.653	48.372	58.508	74.247	81.321	62.088	52.892	63.915
Tratores de Rodas	9.982	14.740	22.217	29.704	39.454	45.995	57.951	63.776	48.568	41.619	49.523
Tratores de Esteiras	54	74	807	1.419	1.869	2.373	3.615	4.719	3.251	2.579	3.140
Colheitadeiras	282	750	1.150	1.921	3.505	4.993	7.325	5.315	5.127	3.457	5.087
Cultivadores Motorizados	2.081	2.241	2.215	2.619	3.545	5.147	5.378	5.557	5.152	5.251	6.165
Creditavos/Unid.Vendido	0, 1470	0, 1175	0, 0994	0, 1026	0, 1067	0, 0999	0, 1186	0, 1151	0, 1007	0, 1237	0, 1276
VENDAS AO MERCADO EXTERNO	57	117	98	186	480	1.122	910	833	5.047	6.690	8.202
Tratores de Rodas	7	41	98	186	385	895	649	472	4.584	6.134	7.265
Tratores de Esteiras	–	–	–	–	88	175	176	44	202	208	522
Colheitadeiras	–	–	–	–	–	–	–	80	129	145	224
Cultivadores Motorizados	50	76	–	–	6	52	85	237	132	205	193

Períodos	Taxas Anuais de Crescimento(%)				
	Cred.Investimento	Trat. de rodas	Trat.de Esteiras	Colheitadeiras	Cultivadores Motorizados
1979/1969	27, 28	31, 08	489, 19	55, 35	15, 11
1979/1977	–1, 29	–5, 39	–9, 96	–5, 03	5, 11
1979/1969	19, 71	19, 84	359, 45	44, 24	1, 24

FONTE: BACEN e ANFAVEA–Anuário Estatísticos

(*)A preços de 1969/ORTN(OTN) expressos em Cr$ 1.000.000, 00

Tabela No.3.14

Crédito de Custeio e Consumo Aparente de Fertilizantes e Defensivos no Brasil(*)
(1969/1979)

1000t

Anos	Crédito de Custeio(1)	Fertilizantes					Defensivos				
		Produção (2)	Importação (3)	Consumo Apar. (4)	(1/2)	(1/4)	Produção (5)	Importação (6)	Consumo Apar. (7)	(1/5)	(1/7)
1969	3.028	134	496	630	22,6	4,8	14	27	41	222,4	74,5
1970	3.456	190	809	999	18,2	3,5	15	25	39	232,1	87,6
1971	3.869	312	853	1.165	12,5	3,3	14	30	44	279,8	88,6
1972	4.609	376	1.368	1.747	12,2	2,6	16	47	63	283,6	72,6
1973	6.671	447	1.232	1.679	14,9	4,0	23	61	84	290,4	79,1
1974	6.694	593	1.231	1.825	14,7	4,8	23	78	101	379,0	86,4
1975	12.355	677	1.300	1.978	18,2	6,2	27	52	78	463,4	157,5
1976	12.185	1.076	1.452	2.528	11,3	4,8	19	51	69	658,3	175,6
1977	12.163	1.287	1.922	3.209	9,5	3,8	26	51	77	463,5	157,9
1978	12.497	1.398	1.861	3.222	8,9	3,9	33	37	70	378,9	179,2
1979	16.421	1.332	2.035	3.567	10,7	4,6	42	33	75	388,6	217,7
Periodos	Taxas Anuais de Crescimento(%)										
1969-1976	23,00	35,83	45,39	23,72			6,67	13,13	10,23		
1977-1979	11,32	12,63	12,83	12,68	-	-	31,73	-12,48	3,24	-	-
1969-1979	19,49	28,87	17,47	20,41	-	-	14,19	5,45	8,13	-	-

Fonte:BACEN/ANDA-Anuários Estatisticos/SINDAG-Sindicato das Industrias de Defensivos Agricolas do Estado de Sao Paulo.

(*)Fertilizantes(NPK):Nitrogenio,Fósforo e Potassio;Defensivos Agricolas:Inseticidas,Fungicidas e Herbicidas.

(1)A precos de 1969/IGP-DI(FGV) expressos em Cr$ 1.000.000,00

Tabela No.3.15

PGPM no Brasil:Aquisições e Financiamentos do Governo Federal:AGF e EGF(*)
(1969/1979)

Cr$1.000,00

Anos	AGF					EGF				
	Quantidade (t)	V.Anual (%)	Valor Corrente	Valor Constante	V.Anual (%)	Quantidade (t)	Var. Anual(%)	Valor Corrente	Valor Constante	Var. Anual(%)
1969	23.318	-	1.305	1.305	-	1.008.343	-	59.592	59.592	-
1970	549.061	2.254,75	98.487	32.128	2.362,08	1.374.484	36,31	86.324	72.062	20,93
1971	49.665	-90,95	3.890	2.696	-91,61	1.200.289	-12,67	105.032	72.802	1,03
1972	35.492	-28,54	4.984	2.953	9,53	1.787.304	48,91	211.706	125.455	72,32
1973	37.179	4,75	4.329	2.228	-24,56	1.345.583	-24,71	189.812	97.705	-22,12
1974	223.075	500,02	26.313	10.525	372,38	3.210.382	138,59	565.092	226.037	131,35
1975	408.539	83,14	258.015	80.814	667,80	5.938.047	84,96	1.704.411	533.845	136,18
1976	995.930	143,78	401.597	89.038	10,18	7.564.828	27,40	2.487.092	551.411	3,29
1977	2.849.964	186,16	956.001	148.505	66,79	7.900.938	4,44	3.817.447	593.002	7,54
1978	833.914	-77,76	352.153	39.448	-73,44	5.680.427	-28,10	3.957.238	443.285	-25,25
1979	431.816	-31,88	577.996	42.054	6,61	6.840.933	20,43	6.398.327	465.594	5,02
Periodos	Taxas Anuais de Crescimento(%)									
1969-1976		409,56		472,26			42,68			49,00
1977-1979		25,51		-0,01			-1,08			-4,23
1969/1979		294,35		330,58			29,55			33,03

Fonte:CFP

(*)A preços de 1969.DI-IGP/FGV.

Tabela No.5.16

TAXAS DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA(%)

(1960/1979)

	AGRICULTURA					PECUÁRIA(c)	
	MERCADO DOMÉSTICO			MERCADO EXTERNO			Taxas(%a.a)
PRODUTOS	1960/69	1970/79	PRODUTOS	1960/196	1970/1979	PRODUTOS	1975/1980
Arroz	3, 30	1, 46	Soja	16, 31	22, 47	Bovinos	1, 76
Feijão	5, 37	-1, 3	Laranja	6, 01	12, 57	Suínos	5, 25
Mandioca	6, 05	-2, 09	Cana-de-Açucar	3, 63	6, 3	Aves	18
Milho	4, 74	1, 75	Fumo	5, 3	6, 16	Leite(b)	5, 57
Batata	4, 54	3, 73	Cacau	2, 55	3, 37	-	-
Cebola	3, 87	9, 27	Café	-7, 1	-1, 54	-	-
Trigo	6, 43	6, 88	Amendoim	5, 89	-12, 06	-	-
Taxas Médias Anuais	1960/1969	1970/1979		1960/196	1970/1979		-
de Crescimento(%)	7, 14	2, 27		4, 56	3, 54		-

FONTE:Homem de Melo, Fernando(1983)A Agricultura e a Política Economica em 1983,REVISTA AGRARIA,Campinas, 13(3)88-23;e IBGE/Anuarios Estatisticos do Brasil(pecuaria).(*)Elaboracao propria.

Tabela No.5.17

Evolução da Produtividade na Agricultura Brasileira

(1970/1980)

INDICADORES DA MODERNIZAÇÃO	ANOS			TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO(%)		
DA AGRICULTURA	1970	1975	1980	1970/197	1975/1980	1970/1980
1.Valor Agregado Real Por Equivalente-Homem-Ano.(*)	1, 162	1, 302	1, 262	2, 3	-0, 3	1, 0
2.Valor Real da Producao Por Hectare da Area Explorada.(*)	0, 101	0, 126	0, 132	4, 5	0, 9	2, 7
3.Area Explorada Por Equivalente-Homem-Ano(ha)	16, 7	16, 4	17	-0, 4	0, 7	0, 2

Fonte:Kageyama, A.& Graziano da Silva, J.Os Resultados da Modernizacao Agricola nos Anos 70.Campinas, Unicamp/IE, 1984, p.21.(*)A cordoba e preços de 1978

Tabela No.3.10

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS ALIMENTARES, MATÉRIAS-PRIMAS E DE EXPORTAÇÃO DO BRASIL

(1969/1979)

1000 toneladas

Produtos	ANOS											Taxas Cresc.(*)
	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	
PRODUTOS ALIMENTARES												
Arroz	6.394	7.553	6.367	7.824	7.167	6.483	7.538	9.560	8.935	7.396	7.595	7, 8
Feijão	2.200	2.211	2.464	2.676	2.229	2.238	2.271	1.842	2.290	2.194	2.186	-1, 9
Mandioca	30.074	29.464	32.020	29.829	26.528	24.799	26.116	24.839	25.929	25.459	24.962	-3, 0
Trigo	1.574	1.644	2.211	2.483	2.031	2.858	2.091	3.215	2.066	2.591	2.927	13, 2
Batata Inglesa	1.507	1.583	1.649	1.516	1.337	1.573	1.589	1.816	1.895	2.014	2.154	25, 7
Banana(**)	453	445	537	580	354	349	354	384	428	416	409	-3, 5
MATÉRIAS-PRIMAS												
Algodão	2.111	1.955	2.270	2.511	2.256	1.359	1.755	1.279	1.462	1.103	1.355	-35, 1
Cana-de-Açucar	75.247	79.753	80.380	85.105	91.877	96.412	88.412	103.262	120.171	129.145	138.898	47, 8
Milho	12.653	14.216	15.530	14.891	14.109	16.285	15.415	17.845	19.304	13.569	16.306	7, 5
Amendoim	615	670	907	918	590	439	441	510	521	325	452	-41, 9
PRODUTOS EXPORTAVEIS												
Soja	1.057	1.508	2.218	3.223	5.012	7.876	9.217	11.226	12.513	9.541	10.240	105, 8
Laranja(***)	14.484	15.497	17.320	20.628	24.646	31.161	31.667	36.670	35.823	39.132	42.225	62, 7
Café	2.567	1.510	3.103	2.991	1.746	3.220	2.429	708	1.951	2.535	2.566	4, 4
Cacau	211	197	211	175	196	166	260	232	250	284	336	40, 9
Mamona	378	349	353	405	449	575	353	213	224	312	325	-25, 1

Fonte:IBGE/Anuarios Estatisticos do Brasil(varios anos)(**)1000 cachos(***)1000 frutos.

(*) Taxas medio de crescimento(%) dos produtos entre 1969/75 e 1977/79.

Tabela No.3.19

PADRÃO DE CRESCIMENTO REGIONAL (1970/1985)

ESTABELECIMENTOS/ÀREA EFETIVO BOVINO/REGIÃO		1970		1975		1980	
		ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%
NÚMERO DE ESTABELE-CIMENTOS (1000 unid)	BRASIL	4.924	100,0	4.993	100,0	5.160	100,0
	Norte	261	5,3	337	6,8	408	7,9
	Nordeste	2.207	44,8	2.351	47,1	2.448	47,4
	Sudeste	929	18,9	879	17,6	891	17,3
	Sul	1.274	25,9	1.157	23,2	1.146	22,3
	Centro-Oes	253	5,1	269	5,4	268	5,2
AREA DOS ESTABELE-CIMENTOS (1000 ha)	BRASIL	294.145	100,0	323.896	100,0	364.854	100,0
	Norte	23.182	7,9	32.616	10,1	41.559	11,4
	Nordeste	74.299	25,3	78.690	24,3	88.444	24,2
	Sudeste	69.501	23,6	72.464	22,4	73.503	20,1
	Sul	45.458	15,4	46.172	14,3	47.912	13,1
	Centro-Oes	81.706	27,8	93.954	29,0	113.436	31,1
AREA DE LAVOURAS TES (1000 ha)	BRASIL	7.984	100,0	8.385	100,0	10.472	100,0
	Norte	132	1,7	239	2,9	536	5,1
	Nordeste	3.978	49,8	3.960	47,2	4.852	46,3
	Sudeste	2.173	27,2	2.596	31,0	3.568	34,1
	Sul	1.557	19,5	1.401	16,7	1.202	11,5
	Centro-Oes	144	1,8	189	2,2	313	3,0
PESSOAL OCUPADO	BRASIL	17.582	100,0	20.348	100,0	21.164	100,0
	Norte	934	5,3	1.413	6,9	1.782	8,4
	Nordeste	7.569	43,0	8.739	43,0	9.333	44,1
	Sudeste	3.959	22,5	4.146	20,4	4.312	20,4
	Sul	4.192	23,8	4.832	23,7	4.392	20,8
	Centro-Oes	928	5,4	1.217	6,0	1.345	6,5
NÚMERO DE TRATORES (1000 unid)	BRASIL	165.870	100,0	323.113	100,0	545.205	100,0
	Norte	1.127	0,7	1.733	0,5	6.295	1,2
	Nordeste	7.261	4,4	15.074	4,7	38.046	7,0
	Sudeste	82.517	49,7	131.881	40,8	202.571	37,2
	Sul	64.605	38,9	145.393	45,0	234.902	43,1
	Centro-Oes	10.340	6,2	29.032	9,0	63.391	11,6
AREA DE LAVOURAS TEMPORARIAS (1000 ha)	BRASIL	26.000	100,0	31.616	100,0	38.632	100,0
	Norte	485	1,9	956	3,0	1.208	3,1
	Nordeste	6.345	24,4	7.073	22,4	9.340	24,2
	Sudeste	7.439	28,6	7.835	24,8	8.549	22,1
	Sul	9.471	36,4	11.590	36,7	13.369	34,6
	Centro-Oes	2.259	8,7	4.161	13,2	6.167	16,0
EFETIVO BOVINOS (1000 cab)	BRASIL	76.562	100,0	101.674	100,0	118.086	100,0
	Norte	1.706	2,2	2.130	2,1	3.989	3,4
	Nordeste	13.606	17,6	18.041	17,7	21.506	18,2
	Sudeste	26.845	34,2	35.237	34,7	34.835	29,5
	Sul	16.953	24,0	21.516	21,2	24.495	20,7
	Centro-Oes	17.252	22,0	24.750	24,3	33.261	28,2
SUINOS (1000 cab)	BRASIL	31.364	100,0	35.629	100,0	32.829	100,0
AVES (1000 bicos)	BRASIL	203.956	100,0	286.810	100,0	413.180	100,0

Fonte: IBGE/Censos Agropecuarios de 1970, 1975, 1980 e 1985.

Continuação da Tabela No.3.19

ESTABELECIMENTOS/AREA		1980		1985		Taxas de Cresc.(%)		
EFETIVO BOVINO/REGIÃO		ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%	75/70	80/75	85/80
NÚMERO DE ESTABELE-CIMENTOS (1000 unid	BRASIL	5.160	100,0	5.835	100,0	0,2	0,6	2,2
	Norte	408	7,9	500	8,6	4,9	3,5	3,7
	Nordeste	2.448	47,4	2.818	48,3	1,1	0,7	2,5
	Sudeste	891	17,3	999	17,1	-0,9	0,2	2,0
	Sul	1.146	22,2	1.202	20,6	-1,5	-0,2	0,8
	Centro-Oes	268	5,2	316	5,4	1,1	-0,1	3,0
AREA DOS ESTABELE-CIMENTOS (1000 ha)	BRASIL	364.854	100,0	376.285	100,0	1,7	2,1	0,5
	Norte	41.559	11,4	44.884	11,9	6,8	4,6	1,3
	Nordeste	88.444	24,2	91.987	24,4	1,0	2,1	0,7
	Sudeste	73.503	20,1	73.615	19,6	0,7	0,2	0,0
	Sul	47.912	13,1	48.713	12,9	0,3	0,6	0,3
	Centro-Oes	113.436	31,1	117.086	31,1	2,5	3,5	0,5
AREA DE LAVOURAS PERMANEN-TES (1000 ha)	BRASIL	10.472	100,0	9.835	100,0	0,8	4,1	-1,0
	Norte	536	5,1	670	6,8	13,4	20,7	4,2
	Nordeste	4.852	46,3	4.237	43,1	-0,1	3,8	-2,1
	Sudeste	3.568	34,1	3.749	38,1	3,2	6,2	0,8
	Sul	1.202	11,5	891	9,1	-1,7	-2,4	-4,3
	Centro-Oes	313	3,0	268	2,7	5,2	11,0	-2,4
PESSOAL OCUPADO (1000hab)	BRASIL	21.164	100,0	23.273	100,0	2,6	2,4	1,7
	Norte	1.782	8,4	2.230	9,6	8,5	9,6	4,2
	Nordeste	9.333	44,1	10.375	44,6	2,6	3,1	1,9
	Sudeste	4.312	20,4	4.740	20,4	0,8	2,4	1,7
	Sul	4.392	20,8	4.463	19,2	2,5	-1,3	0,3
	Centro-Oes	1.345	6,5	1.465	6,2	5,2	3,4	1,5
NÚMERO DE TRATORES (1000 unid	BRASIL	545.205	100,0	652.057	100,0	3,6	11,5	3,3
	Norte	6.295	1,2	6.082	0,9	16,2	43,9	-0,6
	Nordeste	38.046	7,0	38.278	5,9	1,9	25,4	0,1
	Sudeste	202.571	37,2	236.588	36,3	0,9	8,9	2,8
	Sul	234.902	43,1	281.295	43,1	3,7	10,3	3,3
	Centro-Oes	63.391	11,6	89.814	13,8	14,0	19,7	6,9
AREA DE LAVOURAS TEMPORÁRIA (1000 ha)	BRASIL	38.632	100,0	42.545	100,0	3,6	3,7	1,7
	Norte	1.208	3,1	1.350	3,2	16,2	4,4	2,0
	Nordeste	9.340	24,2	10.190	24,0	1,9	5,3	1,5
	Sudeste	8.548	22,1	9.823	23,1	0,9	1,5	2,5
	Sul	13.369	34,6	13.735	32,3	3,7	2,8	0,5
	Centro-Oes	6.167	16,0	7.446	17,5	14,0	8,0	3,5
EFETIVO BOVINOS (1000 cab)	BRASIL	118.086	100,0	127.643	100,0	4,9	2,7	1,3
	Norte	3.989	3,4	5.359	4,2	4,1	14,6	5,7
	Nordeste	21.506	18,2	22.287	17,5	5,1	3,2	0,6
	Sudeste	34.835	29,5	35.861	27,9	5,2	-0,2	0,4
	Sul	24.495	20,7	24.742	19,4	2,3	2,3	0,2
	Centro-Oes	33.261	28,2	39.595	31,0	7,2	5,7	3,2
SUINOS (1000 cab)	BRASIL	32.629	100,0	30.067	100,0	2,3	-1,4	-1,3
AVES (1000 bico	BRASIL	413.180	100,0	429.732	100,0	6,8	7,3	0,7

Tabela No.3.20

DISTRIBUIÇÃO DOS FINANCIAMENTOS RURAIS CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS POR REGIÃO
(1969/1979)

Cr$1.000,00

Anos	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste		Brasil	
	V.Constante	%	V.Constante	%	V.Constante	%	V.Constante	%	V.Constante	%	V.Constante	%
1969	87	1,34	895	13,80	3.196	49,25	1.842	28,39	469	7,23	6.489	100,00
1970	77	1,00	836	10,83	3.846	49,82	2.459	31,85	502	6,51	7.720	100,00
1971	97	1,09	1.162	13,02	4.111	46,08	2.907	32,59	644	7,22	8.921	100,00
1972	194	1,62	1.459	12,24	5.096	42,75	4.121	34,57	1.051	8,82	11.921	100,00
1973	209	1,34	1.790	11,48	6.900	44,19	5.407	34,63	1.309	8,36	15.614	100,00
1974	196	1,01	2.237	11,59	8.213	42,54	6.976	36,13	1.686	8,73	19.307	100,00
1975	366	1,30	3.583	12,71	10.625	37,69	10.768	38,20	2.847	10,10	28.189	100,00
1976	444	1,72	3.496	13,57	9.188	35,66	9.643	37,43	2.993	11,62	25.764	100,00
1977	467	1,89	3.262	12,74	9.382	36,34	10.155	39,42	2.478	9,62	25.764	100,00
1978	603	2,30	3.426	13,07	9.666	36,89	9.895	37,76	2.616	9,98	26.206	100,00
1979	857	2,63	4.575	14,01	11.316	34,66	12.330	37,77	3.569	10,93	32.648	100,00

Fonte:BACEN/DERUR

(1)A preços de 1969/IGP-DI/FGV

Tabela No.3.21 — Financiamentos Rurais e Depósitos à Vista no Brasil-Banco do Brasil e Bancos Comerciais(*)
(1969/1979)

Cr$ 1.000,00

Anos	Sistema Monetário					Banco do Brasil					Bancos Comerciais				
	Depósitos à Vista		Crédito Rural			Depósitos à Vista		Crédito Rural			Depósitos à Vista		Crédito Rural		
	Valor Corrente	Valor Constante (1)	Valor Corrente	Valor Constante (2)	(2/1)%	Valor Corrente	Valor Constante (3)	Valor Corrente	Valor Constante (4)	(4/1)%	Valor Corrente	Valor Constante (5)	Valor Corrente	Valor Constante (6)	(6/1)%
1969	24.495	24.495	5.409	5.409	20, 60	2.234	2.234	4.403	4.403	18, 05	17.613	2.086	3.870	3.870	15, 86
1970	28.715	28.971	6.348	7.120	32, 21	3.448	4.548	7.569	6.402	26, 71	21.471	1.518	4.584	3.827	15, 97
1971	37.681	26.119	12.970	8.921	34, 15	7.735	5.361	11.148	7.727	29, 58	28.224	1.194	5.471	4.485	17, 17
1972	52.298	30.991	18.669	11.063	35, 70	9.574	5.675	15.617	9.255	29, 86	40.429	1.609	8.902	5.275	17, 02
1973	77.408	59.846	30.334	15.614	59, 19	14.631	7.531	23.203	11.944	29, 98	59.432	3.679	13.546	7.034	17, 93
1974	104.578	41.251	48.273	19.309	46, 25	20.681	8.272	42.341	16.936	40, 57	78.300	2.373	20.294	8.318	19, 92
1975	148.306	45.451	89.997	28.188	60, 68	27.475	8.605	71.948	22.535	48, 51	113.927	5.653	33.444	10.475	22, 55
1976	202.152	44.819	130.226	28.872	64, 42	36.879	8.176	114.753	25.442	56, 77	153.454	3.431	44.258	9.812	21, 89
1977	277.065	43.039	165.859	25.764	59, 85	45.035	6.996	169.637	24.351	56, 58	215.003	1.413	57.549	8.955	20, 81
1978	389.183	52.394	253.942	26.206	50, 00	61.992	6.944	208.123	23.314	71, 97	306.756	2.892	61.680	6.932	21, 40
1979	668.775	48.659	448.731	32.649	67, 10	117.174	8.525	357.914	26.041	53, 52	522.497	5.508	103.399	7.523	15, 46

Fontes: AC/Boletins e Relatórios Anuais do Banco Central

(*) A preços de 1969 - IGP/DI/FGV.

Tabela No. 1.2.2

Coletanea dos Encargos Financeiros do Credito Rural

(1979/1990)

Resolucoes de	CUSTEIO				INVESTIMENTO				COMERCIALIZACAO			
	Mini e Pequenos Produtores		Medios e Grandes Produtores		Mini e Pequenos Produtores		Medios e Grandes Produtores		Desconto		Precos Minimos	
CMN	SUDENE e SUDAM	Demais Regioes	SUDENE e SUDAM	Demais Regioes	SUDENE e SUDAM	Demais Regioes	SUDENE e SUDAM	Demais Regioes	SUDENE e SUDAM	Demais Regioes	SUDENE e SUDAM	Demais Regioes
No 690,de 07.12.79	21%aa 40%ORTN + 2%aa	21%aa 40%ORTN + 0%aa	36%aa 60%ORTN + 2%aa	36%aa 60%ORTN + 5%aa	25%aa 50%ORTN + 2%aa	25%aa 50%ORTN + 5%aa	35%aa 70%ORTN + 2%aa	35%aa 70%ORTN + 5%aa	35%aa 70%ORTN + 2%aa	35%aa 70%ORTN + 5%aa	25%aa 50%ORTN + 2%aa	25%aa 50%ORTN + 5%aa
No.671,de 17.12.80	35%aa	45%aa	35%aa	45%aa	35%aa	45%aa	35%aa	45%aa	Taxa Livre	Taxa Livre	35%aa	45%aa
No.790,de 22.12.81	35%aa	45%aa	35%aa	45%aa	35%aa	45%aa	35%aa	45%aa	Taxa Livre	Taxa Livre	35%aa	45%aa
No.783,de 15.12.82	35%aa	60%aa	35%aa	60%aa	35%aa	60%aa	35%aa	60%aa	Taxa Livre	Taxa Livre	35%aa	60%aa
No.827,de 09.06.83	70%ORTN + 3%aa	85%ORTN + 3%aa	70%ORTN + 3%aa	85%ORTN + 3%aa	70%ORTN + 3%aa	85%ORTN + 3%aa	70%ORTN + 3%aa	85%ORTN + 3%aa	100%ORTN + 3%aa	100%ORT + 3%aa	70%ORTN + 3%aa	85%ORTN + 3%aa
No.976,de 23.12.85	70%ORTN + 3%aa	100%ORTN + 3%aa	70%ORTN + 3%aa	100%ORTN + 3%aa	70%ORTN + 3%aa	100%ORT + 3%aa	70%ORTN + 3%aa	100%ORT + 3%aa	100%ORTN + 3%aa	100%ORT + 3%aa	70%ORTN + 3%aa	100%ORTN + 3%aa
No.1074,de 20.12.89	50%ORTN + 3%aa	100%ORTN + 3%aa	85%ORTN + 3%aa	50%ORTN + 3%aa	100%ORTN + 3%aa	85%ORTN + 3%aa	50%ORTN + 3%aa	100%ORT + 3%aa	85%ORTN + 3%aa	50%ORTN + 3%aa	100%ORTN + 3%aa	85%ORTN + 3%aa
No.1086,de 22.01.89	35%ORTN + 3%aa	100%ORTN + 3%aa	85%ORTN + 3%aa	100%ORTN + 3%aa	35%ORTN + 3%aa	100%ORT + 3%aa	85%ORTN + 3%aa	100%ORT + 3%aa	35%ORTN + 3%aa	100%ORT + 3%aa	85%ORTN + 3%aa	100%ORTN + 3%aa
No.1131,de 1.o.09.89	8%aa	10%aa	8%aa	10%aa	8%aa	10%aa	8%aa	10%aa	10%aa	10%aa	10%aa	10%aa

Fonte:Elaboracao Autoral do RACEN e Manual de Credito Rural do Banco Central.

Colocanea das Encargos Financeiros do Credito Rural

(1979/1990) Continuacao

Resolucao do CMN	CUSTEIO				INVESTIMENTO				COMERCIALIZACAO			
	Mini e Pequenos Produtores		Medios e Grandes Produtores		Mini e Pequenos Produtores		Medios e Grandes Produtores		Descontos		Precos Minimos	
	SUDENE e SUDAM	Demais Regioes	SUDENE e SUDAM	Demais Regioes	SUDENE e SUDAM	Demais Regioes	SUDENE e SUDAM	Demais Regioes	SUDENE e SUDAM	Demais Regioes	SUDENE e SUDAM	Demais Regioes
No.1268,de 29.07.87	100%LBC ou IPR + 6%aa	100%LBC ou IPR + 10%aa	100%LBC ou IPR + 6%aa	100%LBC ou IPR + 10%aa	Cader. Poupanca + 3%aa	Cader. Poupanca + 6%aa	Cader. Poupanca + 3%aa	Cader. Poupanca + 6%aa	Cader. Poupanca + 10%aa	Cader Poupanca + 10%aa	Cader. Poupanca + 10%aa	Cader. Poupanca + 10%aa
No.1359,de 01.07.87	100% LBC ou IPR + 6%aa	100%OTN + 7%aa	100%LBC ou IPR + 6% a 8%	100%OTN + 9%aa	100%OTN + 7%aa	100%OTN + 7%aa	100%OTN mais 7%aa	100%OTN mais 7%a	100%OTN 7%aa	100%OTN 7%aa	100%OTN 7%aa	100%OTN 7%aa
No.1503,de 30.11.88	Ate 12%aa + IPC	Ate 12%aa + IPC	Ate 12%aa + IPC	Ate 12%aa + IPC	Ate 12%aa + IPC	Ate 12%a + IPC	Ate 12%aa + IPC	Ate 12%a + IPC	Ate 12%aa + IPC	Ate 12%a + IPC	Ate 12%aa + IPC	Ate 12%aa + IPC
No.1570,de 02.02.89	Ate 12%aa + IPC	Ate 12%aa + IPC	Ate 12%aa + IPC	Ate 12%aa + IPC	Ate 12%aa + IPC	Ate 12%a + IPC	Ate 12%aa + IPC	Ate 12%a + IPC	Ate 12%aa + IPC	Ate 12%a + IPC	Ate 12%aa + IPC	Ate 12%aa + IPC
No.1577,de 02.02.89	12%aa + IPC	12%aa + IPC	12%aa + IPC	12%aa + IPC	12%aa + IPC	12%aa + IPC	12%aa — IPC	12%aa + IPC	12%aa + IPC	12%aa + IPC	12%aa + IPC	12%aa + IPC
No.1702,de 9.6.90	12%aa + BTNF	12%aa + BTNF	12%aa + BTNF	12%aa + BTNF	12%aa + BTNF	12%aa + BTNF	12%aa + BTNF	12%aa + BTNF	12%aa + BTNF	12%aa + BTNF	12%aa + BTNF	12%aa + BTNF
No.1708,de 15.08.90	Ate 9%aa + BTN	Ate 9%aa + BTN	Ate 9%aa + BTN	Ate 9%aa + BTN	Ate 9%aa + BTN	Ate 9%aa + BTN	Ate 9%aa + BTN	Ate 9%aa + BTN	Ate 9%aa + BTN	Ate 9%aa + BTN	Ate 9%aa + BTN	Ate 9%aa + BTN
No.1733,de 16.08.90	9%aa + BTN	9%aa + BTN	9%aa + BTN	9%aa + BTN	9%aa + BTN	9%aa + BTN	9%aa + BTN	9%aa + BTN	9%aa + BTN	9%aa + BTN	9%aa + BTN	9%aa + BTN
No.1736,de 30.08.90	Ate 9%aa + TRD	Ate 9%aa + TRD	Ate 9%aa + TRD	Ate 9%aa + TRD	Ate 9%aa + TRD	Ate 9%aa + TRD	Ate 9%aa + TRD	Ate 9%aa + TRD	Ate 9%aa + TRD	Ate 9%aa + TRD	Ate 9%aa + TRD	Ate 9%aa + TRD

Fonte:Boletins Anuais do BACEN e Manuais de Credito Rural do Banco Central.

Tabela No.3.28

Taxas de Juros Nominais e Reais dos Creditos de Custeio, Investimento
Comercializacao e Aquisicao de Fertilizantes e Outros Insumos no Brasil(*)
(1969/1979)

Anos	IGP-OG Anual	Taxas Medias de Juros(**)														
		Custeio			Investimento			Comercializacao			Fertilizantes			Insumos Gerais		
		T.Nom.	T.Real	T.Cor.	T.Nom.	T.Real	T.Cor.	T.Nom.	T.Real	T.Cor.	T.Nom.	T.Real	T.Cor.	T.Nom.	T.Real	T.Cor.
1969	20,2	18,0	-1,8	0,0135	18,0	-1,8	0,0180	18,0	-1,8	0,0045	18,0	-1,8	0,0135	18,0	-1,8	0,0135
1970	19,3	17,0	-1,9	0,0143	17,0	-1,9	0,0190	17,0	-1,9	0,0048	7,0	-10,2	0,7250	7,0	-10,2	0,7250
1971	19,9	17,0	-2,3	0,0173	17,0	-2,3	0,0230	17,0	-2,3	0,0058	7,0	-10,7	0,8140	7,0	-10,7	0,8140
1972	15,3	15,0	-0,4	0,0030	15,0	-0,4	0,0040	15,0	-0,4	0,0010	7,0	-7,4	0,5600	7,0	-7,4	0,5600
1973	15,7	15,0	-0,6	0,0045	15,0	-0,6	0,0060	15,0	-0,6	0,0015	7,0	-7,5	0,5600	7,0	-7,5	0,5600
1974	34,5	15,0	-14,5	0,1109	15,0	-14,5	0,1450	15,0	-14,5	0,0384	7,0	-20,5	0,1581	7,0	-20,5	0,1581
1975	29,4	15,0	-11,1	0,8450	15,0	-11,1	0,1110	15,0	-11,1	0,0290	15,0	-11,1	0,0845	0,0	-22,4	0,1756
1976	45,2	15,0	-21,3	0,1644	15,0	-21,3	0,2130	15,0	-21,3	0,0581	15,0	-21,3	0,1644	0,0	-31,6	0,2479
1977	38,8	15,0	-17,2	0,1320	18,0	-15,0	0,1500	18,0	-15	0,0398	0,0	-28,0	0,2184	15,0	-17,2	0,1320
1978	40,6	15,0	-18,3	0,1407	18,0	-15,2	0,1620	18,0	-15,2	0,0432	0,0	-29,0	0,2265	15,0	-18,3	0,1407
1979	77,2	15,0	-35,1	0,2769	21,0	-31,7	0,3170	21,0	-31,7	0,0909	0,0	-43,6	0,3492	15,0	-35,1	0,2769

Fonte:Atos Normativos e Circulares do Banco Central

(*)A metodologia adotada consta em Silcock(1980, p.100-105).

(**)I.Nom:Sao as taxas medias dos juros nominais.

(***)I.Real:Sao as taxas de juros reais, calculadas a partir da formula r=(j-i)/(1+i), onde r e a taxa de juros real anual do credito rural; j e a taxa media de juros nominais e i e a taxa de inflacao anual medida pelo IGP-OG da FGV.

(***)I.Cor:Sao as taxas de juros reais corrigidas, obtidas pela formula rc=[(1+j)^1/12]^ni-1], onde rc e a taxa de juros real corrigida; j e a taxa de juros real para cada tipo de financiamento rural; ni e o prazo medio dos creditos de custeio e aquisicao de insumos(9 meses), investimento(12 meses) e comercializacao(3 meses).

Tabela No. 3.24

Estimativa do Volume de Subsidios Implicitos nas Taxas de Juros do Financiamento Rural por Linha de Credito no Brasil(*)

(1969/1979) Cr$1.000,00

Anos	Cred. de Custei		Cred. de Invest.		Cred. de Comer		Cred. de Fertil.		Cred. Ins. Gerais		Total(**)			Indicadores(***)		
	Valor Constante	Subsidios	Valor Constante	Subsidios	Valor Constante	Subsidios	Valor Constante	Subsidios	Valor Constante	Subsidios	Subsidios (1)	Credito Rural(2) (2)	Saldo Medio	(1/2)%	Taxa de Juros (%)	Subs./PIBa(%)
1969	3.028	41	1.822	33	1.640	7	1.655	22	0	0	103	6.489	4.503	1,6	-2,3	0,66
1970	3.456	49	2.087	40	2.177	10	0	0	0	0	100	7.720	5.223	1,3	-1,9	0,69
1971	3.889	67	2.622	60	2.409	14	0	0	0	0	142	8.921	6.141	1,6	-2,3	0,71
1972	4.809	14	3.659	15	2.795	3	0	0	0	0	31	11.063	7.815	0,3	-0,4	0,14
1973	6.671	30	5.164	31	3.780	6	0	0	0	0	67	15.614	11.112	0,4	-0,6	0,23
1974	8.694	964	5.845	848	4.770	183	2.762	437	1.436	159	2.591	19.309	13.558	13,4	-19,1	6,08
1975	12.353	1.044	6.809	976	7.025	204	3.311	280	3.424	289	2.795	28.168	19.631	9,9	-14,1	6,31
1976	12.185	2.003	9.360	1.994	7.326	426	2.914	479	2.951	485	5.387	28.872	20.330	18,7	-26,5	13,02
1977	12.183	1.608	8.250	938	7.331	292	2.719	592	1.788	236	3.666	25.764	17.220	14,2	-21,3	7,33
1978	12.497	1.758	8.345	1.060	7.164	309	2.728	618	1.883	285	4.011	26.206	17.709	15,3	-22,6	9,61
1979	19.421	4.547	8.157	2.566	8.071	734	3.770	1.317	2.383	660	9.843	32.648	22.480	30,1	-43,8	22,55

Fonte:Esta tabela foi construida a partir dos dados da tabela No.3.11 e No.3.21.

(*)Os valores dos subsidios sao o resultado do produto da taxa real de juros corrigida(Tab.No.3.21) pelos valores dos financiamentos rurais por finalidade de credito.(Tab.3.11).

(**)Os valores constante estao a precos de 1969:IGP-DI/FGV.

(***)Os saldos medios anuais foram calculados a partir da formula SI=[(Cc.Pc/12)+(Ci.Pi/12)+(Cm.Pm/12)],onde Cc,Ci e Cm sao,respectivamente,os volumes dos creditos de custeio,investimento e comercializacao;e Pc,Pi e Pm sao,respectivamente, os prazos medios dos creditos de custeio(9 meses),investimento(12 meses) e comercializacao(3 meses).

(***)Indicadores:(1)A taxa media real dos juros subsidiados e o resultado da divisao do total do subsidio pela estimativa do saldo medio.(2)Subs./PIBa(%).Trata-se da relacao percentual entre o total do subsidio anual e o PIB agropecuario.

Tabela No.4.1

DIVIDA EXTERNA REGISTRADA: PÚBLICA E PRIVADA(*)
(1980/1990)

Anos	Dívida Total		Dívida Publica		Dívida Privada	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1980	53,8	100,00	37,3	69,33	16,5	30,67
1981	61,4	100,00	41,8	68,08	19,6	31,92
1982	70,1	100,00	47,4	67,62	22,7	32,38
1983	81,3	100,00	60,2	74,05	21,1	25,95
1984	91,0	100,00	71,7	78,79	19,3	21,21
1985	95,8	100,00	78,7	82,15	17,1	17,85
1986	101,7	100,00	85,3	83,87	16,4	16,13
1987	107,5	100,00	93,0	86,51	14,5	13,49
1988	102,5	100,00	91,0	88,78	11,5	11,22
1989	99,3	100,00	89,5	90,13	9,8	9,87
1990	97,7	100,00	87,7	89,76	10,0	10,24

Fonte:BACEN/Relatórios Anuais e Boletins
(*)Saldo em US$bilhões

Tabela No. 4.2

TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO REAL DO PRODUTO, DA INFLAÇÃO E CARGA TRIBUTÁRIA NO BRASIL

(1980/1990)

(%)

ANOS	PIB	PIB SETORIAL			INFLAÇÃO			CARGA(*)
	GLOBAL	AGROPECUÁRIO	INDUSTRIAL	SERVIÇO	MÉDIA	DEZEMBRO	MEDIA/DEZ	TRIBUTÁRIA
1980	9,3	9,8	9,2	9,2	106,5	116,7	1,1	24,7
1981	-4,4	6,0	-8,6	-2,2	108,2	90,5	0,8	24,6
1982	0,6	-0,5	0,2	2	92,1	96,9	1,1	25,3
1983	-3,4	-0,6	-5,9	-0,6	166,3	236,3	1,4	25,1
1984	5,3	3,4	6,6	4,1	236,2	223,2	1,0	21,8
1985	8,0	10,0	8,3	6,5	228,9	234,6	1,0	22,5
1986	7,5	-3,5	11,6	8,2	139,2	59,9	0,4	25,3
1987	3,5	14,8	1,1	3,3	208,3	407,2	1,9	23,3
1988	-0,1	0,6	-2,6	2,4	597,2	1.055,4	1,5	21,8
1989	3,2	2,3	3,0	3,6	1.284,1	1.782,9	1,4	21,5
1990	-4,6	4,4	-8,6	-0,7	783,9	1.476,6	1,9	27,4

Fonte: IBGE/FGV.

(*) Em % do PIB.

Tabela No.4.3

BALANÇA COMERCIAL GERAL E DO SETOR AGRÍCOLA

(1980/1990)

US$ 1.000.000,00

ANOS	BALANÇA COMERCIAL GERAL			BALANÇA COMERCIAL AGRÍCOLA(*)			%
	EXPORTAÇÕES(1	IMPORTAÇÕES	SALDO	EXPORTAÇÕES(2	IMPORTAÇÕES	SALDO	(2/1)
1980	20.132	22.955	-2.823	10.484	2.625	7.859	52,1
1981	23.293	22.091	1.202	10.424	2.321	8.103	44,8
1982	20.175	19.395	780	9.008	1.956	7.052	44,6
1983	21.899	15.429	6.470	10.116	1.599	8.517	46,2
1984	27.005	13.916	13.090	11.646	1.706	10.140	43,9
1985	25.639	13.168	12.471	10.096	1.530	8.566	39,4
1986	22.393	12.866	9.527	8.361	2.816	5.545	37,3
1987	26.224	15.052	11.172	9.794	1.798	7.996	37,3
1988	33.706	14.685	19.021	11.481	1.203	10.278	34,1
1989	34.383	16.263	16.120	10.654	2.307	8.347	31,6
1990	31.414	20.362	11.052	8.755	2.582	6.173	27,9

Fonte:Cacex do Banco do Brasil e Relatórios do Banco Central. (varios números).

(*)Animais vivos e produtos do reino animal;produtos do reino vegetal.

Tabela No.4.4

DÍVIDA EXTERNA BRUTA E DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO BRASIL
(1980/1990)

US$ Bilhões

Discriminação	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Serviço da Dívida	14,1	17,8	20,6	12,8	13,1	12,8	13,6	9,8	19,4	12,8	8,3
Amortização	6,7	7,5	8,1	2,6	2,1	2,3	3,7	4,2	5,3	5,6	4,5
Juros	7,5	10,3	12,6	10,0	10,9	10,5	10,1	5,5	13,8	7,2	3,8
Dívida Registrada(A)	53,8	61,4	70,2	81,3	91,1	95,9	101,8	107,5	102,6	99,3	97,5
Reservas Internacionais(B)	6,9	7,5	4,0	4,6	12,0	11,6	8,9	7,5	9,1	9,7	10,0
Dívida Líquida(C= A-B)	46,9	53,9	66,2	76,8	79,1	84,2	93,0	100,1	93,4	89,6	87,5
Dívida Não Registrada(D)	10,4	12,6	15,1	12,2	10,9	9,3	9,3	13,7	10,9	15,8	24,5
Dívida Total(E = A+D)	64,2	74,0	85,3	93,6	102,0	105,1	111,0	121,2	113,5	115,1	122,0
Exportações	20,1	23,3	20,2	21,9	27,0	25,6	22,3	26,2	33,8	34,4	31,4
PIB	161,7	170,5	182,0	181,4	199,5	223,2	244,5	262,4	272,9	295,1	298,7
Serviço da Dívida/Exportações(%)	70,0	76,0	102,0	58,0	46,0	50,0	62,0	37,0	57,0	37,0	26,0
Serviço da Dívida/PIB(%)	9,0	10,0	11,0	7,0	7,0	6,0	6,0	4,0	7,0	4,0	3,0
Dívida Total/Exportações(%)	319,0	318,0	423,0	427,0	378,0	410,0	497,0	462,0	336,0	335,0	388,0
Dívida Total/PIB(%)	40,0	43,0	47,0	52,0	51,0	47,0	45,0	46,0	42,0	39,0	41,0

Fonte:BACEN/Relatório Anual de 1990.

Tabela No.4.5

DIVIDA LIQUIDA DO SETOR PÚBICO EM RELAÇÃO AO PIB
(1982/1990)

(% do PIB)

Anos	Dívida Líquida Total (A=B+C)	Dívida Interna Liquida (B)	Dívida Externa Liquida (C)	(B/A)%	(C/A)%
1982	35,5	12,8	22,7	36,06	63,94
1983	46,6	17,1	29,5	36,70	63,30
1984	50,3	19,5	30,8	38,77	61,23
1985	50,3	21,1	29,2	41,95	58,05
1986	48,9	18,6	30,4	38,04	62,17
1987	53,1	19,9	33,2	37,48	62,52
1988	55,2	22,4	32,8	40,58	59,42
1989	51,9	24,1	27,8	46,44	53,56
1990	48,9	18,1	30,2	37,01	61,76

Fonte:BACEN/Relatório Anual de 1990.

Tabela No.4.6

Evolução dos Financiamnetos Rurais Concedidos a Produtores e Cooperativas no Brasil
(1980/1990)

Cr$1.000,00

ANOS	VALORES			CONTRATOS(*)		
	V.CORRENTE	V.CONST.(1)	V.ANUAL(%)	NÚMERO(2)	V.ANUAL(%)	S.MÉDIO(3=1/2)
1980	859.193	31.286	-4,17	2.766.061	16,54	0,011
1981	1.564.090	27.137	-13,25	2.612.909	-5,54	0,010
1982	2.980.273	26.276	-3,16	2.604.090	-0,34	0,010
1983	5.687.789	19.837	-24,51	2.470.149	-5,14	0,008
1984	11.136.686	12.116	-38,92	1.585.424	-35,82	0,008
1985	31.703.203	17.278	42,60	2.271.316	43,26	0,008
1986	186.760.066	25.765	49,12	3.022.604	33,06	0,009
1987	478.278.934	20.310	-21,17	2.660.197	-11,99	0,008
1988	2.648.106.745	14.332	-29,43	1.284.987	-51,70	0,011
1989	34.207.616.606	13.039	-9,02	791.961	-38,37	0,016
1990	557.089.210.702	7.477	-42,66	815.484	2,97	0,009
Periodos	Taxas de Crescimentos(%)					
1985/1980			-6,90		2,16	0,009
1990/1985			-10,68		-13,20	0,012
1990/1980			-8,60		-4,82	0,010

Fonte:BACEN/Anuarios Estatisticos do Credito Rural. (varios numeros).

(1)A precos de 1989(IGP/DI-FGV). (*)Saldo Medio por Contrato.

Tabela No. 4.7

Financiamentos Rurais Concedidos a Produtores e Cooperativas Por Finalidade e Total(*)
(1980/1990)

Cr$ 1.000,00

ANOS	CONTRATOS										
	Custeio			Investimento			Comercialização			Total	
	Numero	V.Const.	%	Numero	V.Const.	%	Numero	V.Const.	%	Numero	V.Const.
1980	1.878.484	17.703	56,56	509.388	5.868	18,76	386.189	7.715	24,66	2.378.672	31.286
1981	1.944.360	15.915	58,65	434.636	4.194	15,46	233.913	7.027	25,90	2.612.909	27.137
1982	1.625.748	16.904	64,33	488.167	3.446	13,12	290.175	5.928	22,56	2.604.090	26.278
1983	1.670.313	12.334	62,18	640.388	3.312	16,70	159.448	4.191	21,13	2.470.149	19.837
1984	1.194.142	8.541	70,49	267.859	1.491	12,31	123.423	2.085	17,21	1.585.424	12.116
1985	1.304.944	12.266	71,10	423.561	2.239	12,96	42.811	2.753	15,94	1.771.316	17.278
1986	2.262.829	14.413	55,94	733.122	8.257	32,05	26.653	3.095	12,01	3.022.604	25.765
1987	2.241.926	14.249	70,16	373.207	3.473	17,10	45.064	2.589	12,73	2.660.197	20.310
1988	1.039.654	9.749	68,02	192.216	2.296	16,02	53.127	2.287	15,96	1.284.997	14.332
1989	664.531	10.419	79,61	88.517	1.378	10,51	38.933	1.244	9,50	791.981	13.088
1990	668.484	5.597	74,86	135.636	819	10,96	11.475	1.060	14,18	815.595	7.477
Períodos											
1985/198		-1,67			-13,85			-12,74			-6,90
1990/186		-10,96			19,27			-15,19			-10,61
1990/186		-5,69			1,21			-13,86			-8,59

Fonte:BACEN/Anuário Estatistico do Crédito Rural.

(*)A preços de 1969/DI-IGP/FGV.

Tabela No.4.8

DISTRIBUIÇÃO DOS FINANCIAMENTOS RURAIS POR INSTITUICAO DE CRÉDITO E ATIVIDADE NO BRASIL
(1980/1990)

Cr$ 1.000,00

INSTITUIÇÕES	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
FINANCEIRAS	V.CONST	V.CONST	V.CONST	V.CONST	V.CONST	V.CONST	V.CONST	V.CONST	V.CONST	V.CONST	V.CONS
BCOS OFIC.FEDERAIS	71,76	71,38	65,29	58,33	65,37	68,27	62,73	61,77	64,02	79,52	65,06
AGRICOLA	63,82	65,07	57,51	50,53	60,59	64,01	57,20	73,53	79,61	76,02	60,19
PECUÁRIA	7,93	6,32	7,79	5,79	4,76	4,26	5,53	8,24	4,41	1,50	4,89
BCOS OFIC.ESTADUAI	6,84	6,27	7,48	10,02	6,39	6,94	8,12	3,02	4,18	8,09	9,18
AGRICOLA	4,22	4,27	5,65	7,86	1,53	5,63	5,23	4,00	3,77	5,24	7,80
PECUÁRIA	2,63	2,00	1,81	2,16	4,85	1,11	2,88	1,03	0,40	0,85	1,38
BANCOS PRIVADOS	20,10	20,75	25,65	30,73	25,54	22,89	25,57	10,07	9,06	10,94	21,19
AGRICOLA	12,47	14,99	21,14	25,63	21,46	20,09	14,19	7,51	7,59	8,90	18,69
PECUÁRIA	7,63	5,76	4,51	5,10	4,09	2,80	11,37	2,56	1,46	2,04	2,50
CAIXAS ECONOMICAS	0,74	0,72	0,84	1,58	1,92	0,93	0,95	0,62	0,20	0,58	0,62
AGRICOLA	0,35	0,40	0,47	1,15	1,30	0,78	0,67	0,47	0,20	0,56	0,52
PECUÁRIA	0,38	0,31	0,37	0,44	0,61	0,14	0,28	0,15	0,00	0,03	0,10
COOPS.DE CRED.RUR	55,36	0,88	0,76	1,34	0,76	1,02	2,64	2,51	2,52	2,86	3,95
AGRICOLA	0,50	0,81	0,70	1,16	0,17	0,91	2,22	2,26	2,35	2,43	3,71
PECUÁRIA	54,87	0,07	0,06	0,17	0,61	0,11	0,42	0,23	0,17	0,43	0,24
BRASIL	31.286	27.137	26.276	19.837	12.116	17.278	25.765	20.310	14.332	13.088	7.477
AGRICOLA	81,37	85,54	85,47	86,33	88,82	91,57	79,51	87,78	93,52	95,15	90,91
PECUÁRIA	18,63	14,46	14,53	13,67	11,18	8,43	20,49	12,22	6,48	4,85	9,09

Fonte:BACEN/Anuario Estatistico do Credito Rural.

'(*)A precos de 1969/DI-IGP/FGV.

Tabela No.4.9

Empréstimos do Sistema Financeiro no Brasil:Crédito Total e Crédito Rural
(1950/1990)

Anos	Sistema Financeiro				Banco do Brasil					Bancos Comerciais				
	Crédito Geral		Crédito Rural		Crédito Total		Crédito Rural			Crédito Total		Crédito Rural		
	V.Const.	Indice	V.Const. (1)	Indice	V.Const.	Indice	V.Const. (2)	Indice	(2/1)%	V.Const.	Indice	V.Const. (3)	Indice	(3/1)%
1980	233.699	100	51.296	100	45.272	100	25.256	100	80, 82	69.960	100	6.000	100	19, 18
1981	234.852	100	27.137	87	36.532	81	20.749	82	76, 46	71.075	102	5.388	106	23, 54
1982	275.319	117	26.276	97	32.330	88	20.426	98	77, 74	75.152	106	5.850	92	22, 26
1983	269.005	98	19.857	75	26.024	80	13.291	65	67, 00	79.751	106	6.546	112	33, 00
1984	256.625	95	12.116	61	17.820	68	7.502	56	61, 92	83.336	104	4.614	70	38, 08
1985	272.207	106	17.275	143	21.487	121	12.342	165	71, 44	90.543	109	4.934	107	28, 56
1986	226.731	83	25.765	149	27.033	126	20.219	164	78, 47	84.427	93	5.546	112	21, 53
1987	296.568	131	20.310	79	47.558	176	16.021	79	78, 88	84.802	100	4.289	77	21, 12
1988	372.893	126	14.332	71	78.977	166	9.212	57	64, 28	109.636	129	5.120	119	35, 72
1989	468.574	126	13.039	91	192.310	244	8.750	95	67, 11	181.874	166	4.289	84	32, 89
1990	233.167	50	7.477	57	85.804	45	5.965	68	79, 78	93.595	51	1.512	35	20, 22

Fonte:BACEN/Relatorios Anuais e Anuarios Estatisticos de Credito Rural

(*)A precos de 1959:DI-CGP/FGV.

Tabela No.4.10

PGPM no Brasil:Financiamentos e Aquisições do Governo Federal
(1980/1990)

Cr$ 1.000,00

Anos	AGF				EGF			
	Quantidade (t)	Variação Anual(%)	V.Const.	Variação Anual(%)	Quant. (t)	Variação Anual(%)	V.Const.	Variação Anual(%)
1980	257.804	-40,3	26.967	-36,08	11.040.321	61,38	645.928	38,35
1981	1.070.301	315,16	98.120	267,64	13.880.456	25,72	795.840	23,24
1982	5.727.218	435,1	370.030	273,25	14.918.101	7,48	838.374	5,33
1983	2.143.411	-63,58	93.981	-74,6	13.503.795	-9,49	505.270	-39,73
1984	1.286.301	-39,99	85.061	-9,49	7.606.194	-43,67	221.483	-56,16
1985	8.757.735	-580,65	677.048	696,35	7.754.399	1,95	475.931	114,99
1986	7.681.556	-12,29	461.618	-31,88	10.362.214	33,69	702.276	47,47
1987	12.870.287	67,55	366.033	-20,71	10.334.801	-0,46	428.215	-39,02
1988	4.163.270	-67,5	82.258	-68,13	12.548.849	21,42	288.427	-4,55
1989	1.564.876	-62,59	26.448	-64,79	6.156.336	-50,94	157.757	-40,1
1990	954.117	-39,03	9.215	-65,16	2.717.837	-55,85	39.782	-74,78
Periodos	Taxas Anuais de Crescimento(%)							
1985/1980		4,26		186,16		7,23		14,34
1990/1986		-22,77		-50,13		-10,39		-22,20
1990/1980		-8,03		78,77		-0,76		-2,27

Fonte:CFP/Todos os produtos integrantes da pauta da PGPM.

(*)A preços de 1969/DI-IGP/FGV.

Tabela No.4.11

Financiamentos Rurais e Depósitos à Vista no Brasil:Banco do Brasil e Bancos Comerciais(*)

(1980/1990)

Cr$1.000,00

Anos	Sistema Monetário					Banco do Brasil					Bancos Comerciais				
	Depósitos a Vista		Crédito Rural			Depósitos a Vista		Crédito Rural			Depósitos a Vista		Crédito Rural		
	Valor Const. (1)	Índice	Valor Const.	Índice	(2/1) %	Valor Const.	Índice	Valor Const. (4)	Índice	(4/1) %	Valor Const.	Índice	Valor Const. (6)	Índice	(6/1) %
1980	47.336	100	31.286	100	66,1	7.283	100	26.286	100	53,4	36.414	100	6.000	100	12,7
1981	39.904	84	27.137	87	68,0	5.206	71	20.748	82	52,0	32.965	91	6.388	106	16,0
1982	32.845	69	26.278	84	80,0	4.438	61	20.426	81	62,2	26.631	73	5.850	97	17,8
1983	25.459	54	19.837	63	77,9	3.836	53	13.290	53	52,2	20.226	56	6.546	109	25,7
1984	23.496	50	12.116	39	51,6	3.807	52	7.502	30	31,9	18.275	50	4.614	77	19,6
1985	29.505	62	17.278	55	58,6	4.034	55	12.345	49	41,8	23.804	65	4.934	82	16,7
1986	51.248	108	25.765	82	50,3	9.311	128	20.218	80	39,5	38.969	107	5.548	92	10,8
1987	33.446	71	20.310	65	60,7	6.833	94	16.021	63	47,9	24.341	67	4.289	71	12,8
1988	26.271	55	14.332	46	54,6	5.861	80	9.212	36	35,1	18.770	52	5.120	85	19,5
1989	23.898	50	13.039	42	54,6	7.264	100	8.751	35	36,6	15.361	42	4.289	71	17,9
1990	20.542	43	7.477	24	36,4	4.141	57	5.965	24	29,0	14.767	41	1.512	25	7,4

Fonte:BACEN:Boletins e Relatorios Anuais do Banco Central.

(*)A preços de 1969-IGP/DI/FGV

Tabela No. 4.12

CRÉDITO DE INVESTIMENTO, PRODUÇÃO E VENDAS DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS NO BRASIL
(1980/1990)

Cr$ 1.000,00

DISCRIMINAÇÃO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
CRÉDITO DE INVESTIMENTO(*)	5.869	4.194	3.446	3.312	1.491	2.239	8.257	3.473	2.295	1.375	819
PRODUÇÃO	75.996	51.913	41.044	29.950	55.591	55.403	67.843	61.475	50.231	42.595	32.338
Tratores de Rodas	58.812	39.341	30.346	22.663	45.842	43.914	51.559	47.758	39.958	32.530	25.102
Tratores de Esteiras	4.285	3.133	1.900	751	1.348	1.762	2.409	2.877	2.596	2.038	1.746
Colheitadeiras	6.003	4.891	3.454	3.323	5.806	6.427	6.747	6.727	5.651	5.020	2.971
Cultivadores Motorizados	6.896	4.548	5.364	3.213	2.595	3.300	7.128	4.313	2.026	3.007	2.519
Cred.Invest./ Unid.Produzida	0,077	0,081	0,084	0,111	0,027	0,040	0,122	0,056	0,046	0,032	0,025
VENDAS AO MERCADO INTERNO	66.382	39.743	34.607	29.931	51.185	51.757	61.755	51.152	38.571	35.007	27.413
Tratores de Rodas	50.994	28.104	24.662	22.546	41.952	41.243	45.388	39.802	30.604	26.955	22.012
Tratores de Esteiras	3.753	2.393	1.503	877	1.198	1.600	2.245	2.010	1.360	1.493	1.140
Colheitadeiras	5.410	4.522	3.285	3.512	5.469	5.775	6.544	5.747	4.753	3.942	2.350
Cultivadores Motorizados	6.225	4.724	5.157	2.996	2.566	3.139	6.558	3.593	1.854	2.617	1.911
Cred.Invest/Unid.Vendido	0,088	0,106	0,100	0,111	0,029	0,043	0,134	0,068	0,060	0,039	0,030
VENDAS AO MERCADO EXTERNO	8.787	10.963	6.747	2.383	4.052	4.303	6.648	8.420	11.275	8.661	4.655
Tratores de Rodas	7.743	10.073	5.239	1.895	3.302	3.294	5.456	6.658	9.299	6.308	2.871
Tratores de Esteiras	428	397	329	221	227	216	200	599	643	903	542
Colheitadeiras	279	314	120	164	310	534	525	522	776	1.227	891
Cultivadores Motorizados	337	179	59	103	213	259	467	641	357	223	551

Ex.Anuais de Crescimento(%)	Cred.de Invest.	Trat.de Rodas	Trat.de Esteiras	Colheitadeiras	Cultivadores Motorizados
1980/1985	-9,18	-0,72	-11,87	29,74	17,81
1986/1990	19,27	8,14	39,99	15,43	36,56
1980/1990	4,13	3,71	14,05	2,26	27,19

FONTE:BACEN-Dados Estatísticos(Varios Anos) e ANFAVEA-Anuario Estatistico:1957-1990

(*)A preços de 1989--Deflator/FGV-DI

Tabela No.4.13

PRODUÇÃO E CONSUMO APARENTE DE FERTILIZANTES E DEFENSIVOS AGRÍCOLAS NO BRASIL(*)
(1980/1989)

ANOS	CRÉD. DE CUSTEIO (1)	FERTILIZANTES(1)			DEFENSIVOS AGRÍCOLAS(1)				INDICADORES			
		PRODUÇÃO (2)	IMPORTAÇÃO	C.APARENTE (3)	PRODUÇÃO (4)	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	C.APARENTE (5)	(1/2)	(1/3)	(1/4)	(1/5)
1980	17.705	1.962.883	2.237.736	4.200.619	48.477	35.203	9.927	73.852	0, 009	0, 004	0, 3652	0, 240
1981	15.915	1.498.758	1.254.971	2.753.729	45.814	20.085	11.237	54.672	0, 011	0, 006	0, 3474	0, 291
1982	16.904	1.491.822	1.226.648	2.718.470	41.297	13.867	9.919	45.245	0, 011	0, 006	0, 4093	0, 374
1983	12.534	1.441.102	830.931	2.272.033	45.375	9.488	12.736	42.127	0, 009	0, 005	0, 2718	0, 293
1984	8.541	2.153.917	1.300.591	3.454.508	57.233	14.027	15.957	55.303	0, 004	0, 002	0, 1492	0, 154
1985	12.286	1.904.873	1.224.344	3.129.217	56.116	13.109	19.036	50.189	0, 006	0, 004	0, 2189	0, 245
1986	14.415	2.140.452	1.713.333	3.853.785	53.101	19.520	15.630	56.991	0, 007	0, 004	0, 2264	0, 215
1987	14.249	2.131.508	1.937.068	4.068.576	56.250	15.857	19.117	52.770	0, 007	0, 004	0, 2151	0, 227
1988	9.749	2.117.714	1.587.374	3.705.088	55.303	13.427	18.751	59.979	0, 005	0, 003	0, 1493	0, 163
1989	10.419	1.967.348	1.268.327	3.235.675	69.569	10.050	21.110	58.489	0, 005	0, 003	0, 150	0, 1781
Períodos	Taxas Anuais de Crescimento(%)								Médias			
1980/198	-3, 57	2, 08	-5, 56	-1, 90	3, 74	-12, 84	14, 89	-5, 62	0, 010	0, 006	0, 352	0, 319
1986/199	-2, 13	1, 05	3, 71	1, 78	5, 63	-2, 61	3, 77	5, 07	0, 0058	0, 003	0, 186	0, 196
1980/199	-2, 93	1, 62	-1, 46	-0, 27	4, 58	-6, 29	9, 95	-0, 87	0, 0073	0, 004	0, 250	0, 238

FONTE:BACEN/IBGE/ANDA/SIACESP.

(*)Fertilizantes(NPK) e Defensivos Agrícolas(Inseticidas, Fungicidas e Herbicidas).

(1)Valores Correntes e preços de 1989(DI-GP/FGV)expressos em Cr$ 1.000, 00

Tabela No. 1.14

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS ALIMENTARES, MATÉRIAS-PRIMAS E DE EXPORTAÇÃO DO BRASIL
(1980/1990)

1000t

Produtos	ANOS											Taxas Cresc.(*)
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	
PRODUTOS ALIMENTARES												
Arroz	9.775	8.228	9.735	7.742	9.027	9.024	10.404	10.422	11.806	11.088	9.725	19, 8
Feijão	1.968	2.341	2.903	1.581	2.626	2.549	2.219	2.019	2.901	2.334	2.344	1, 5
Mandioca	23.465	24.516	24.072	21.848	21.466	23.111	25.521	23.455	21.574	23.668	24.285	2, 9
Trigo	2.702	2.210	1.827	2.237	1.983	4.320	5.638	5.889	6.751	5.140	3.770	105, 7
Batata Inglesa	1.940	1.912	2.155	1.827	2.171	1.947	1.834	2.343	2.299	2.134	2.056	7, 1
Banana(**)	448	447	455	438	471	482	512	515	516	563	550	16, 3
MATÉRIAS-PRIMAS												
Algodão	1.459	1.542	1.695	1.521	1.889	2.652	2.198	1.613	2.438	1.813	1.775	9, 9
Cana-de-Açucar	148.651	155.924	166.647	216.534	222.318	247.199	239.178	258.741	258.449	260.645	262.605	31, 5
Milho	20.372	21.117	21.842	18.731	21.164	22.018	20.541	26.787	24.750	25.632	22.395	16, 0
Amendoim	485	355	317	284	249	339	217	196	169	156	276	-39, 9
PRODUTOS EXPORTÁVEIS												
Soja	15.156	15.007	12.636	14.582	15.541	18.279	13.335	15.814	18.021	24.097	15.367	16, 4
Laranja(***)	54.459	56.967	57.991	58.569	64.723	71.072	66.633	73.364	74.842	90.451	66.907	22, 8
Café	2.122	4.064	1.916	3.343	2.841	3.821	1.954	4.224	2.704	3.012	3.000	-1, 3
Cacau	319	336	351	380	330	431	460	337	375	400	372	8, 7
Mamona	261	292	192	172	223	418	263	104	145	124	221	-34, 7

Fonte:IBGE/Anuário Estatístico do Brasil(varios anos)(**)1.000 cachos(***)1.000 frutos.
(*)As taxas de crescimento(%) é o resultado do medio do produto entre 1980/85 e 1986/90.

Tabela No.4.15

FINANCIAMENTOS RURAIS CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS NO BRASIL POR REGIÃO
(1980/1990)

CR$1000,00

ANOS	CONTRATOS(*)											
	NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE		BRASIL	
	VALOR CONST.	%	VALOR CONST.	%	VALOR CONST.	%	VALOR CONST.	%	VALOR CONST.	%	VALOR CONST.	%
1980	950	3,04	5.202	16,63	10.659	34,07	11.176	35,72	3.299	10,55	31.286	100,00
1981	664	2,45	5.022	18,51	8.503	31,33	10.142	37,38	2.806	10,34	27.137	100,00
1982	529	2,01	3.781	14,39	9.138	34,77	10.131	38,55	2.699	10,27	26.278	100,00
1983	456	2,29	2.828	14,23	6.514	32,84	7.839	39,52	2.201	11,10	19.837	100,00
1984	194	1,60	1.659	13,69	3.751	30,96	4.938	40,75	1.574	12,99	12.116	100,00
1985	227	1,32	2.526	14,62	4.534	26,24	7.182	41,57	2.810	16,26	17.278	100,00
1986	470	1,82	3.658	14,20	7.274	28,23	9.696	37,63	4.667	18,12	25.765	100,00
1987	326	1,61	2.782	13,70	5.505	27,10	7.937	39,08	3.758	18,50	20.310	100,00
1988	145	1,01	1.351	9,43	3.507	24,47	6.107	42,61	3.223	22,49	14.332	100,00
1989	610	4,66	877	6,70	2.788	21,30	4.514	34,49	4.299	32,85	13.088	100,00
1990	102	1,36	681	9,10	2.351	31,44	3.074	41,12	1.270	16,99	7.477	100,00

Fonte:BACEN/DERUR

(*)A Preços de 1989-Deflator(IGP/DI-FGV)

Tabela N.4.10

Distribuicao Percentual do Valor do Financiamento Rural em Relacao ao Valor da Producao Agropecuaria:1970/1985
(%)

REGIOES/ESTADOS	1970	1975	1980	1985
NORTE	12,14	31,44	44,22	7,34
Rondonia	4,58	22,43	63,31	10,86
Acre	2,20	35,82	37,65	13,90
Amazonas	11,18	15,00	73,50	7,15
Roraima	9,94	51,90	77,22	7,46
Para	16,51	41,12	31,65	8,40
Amapa	11,77	9,88	19,61	3,75
NORDESTE	21,77	51,50	53,43	22,55
Maranhao	6,70	22,27	45,30	17,22
Piaui	14,69	46,29	71,92	27,91
Ceara	19,78	47,90	69,41	30,32
Rio Grande do Nort	17,76	63,51	74,60	24,42
Paraiba	18,92	45,56	53,72	23,39
Pernambuco	33,73	57,00	50,40	21,18
Alagoas	31,42	71,01	58,86	26,61
Sergipe	28,70	79,13	54,36	28,36
Bahia	20,04	52,31	45,68	19,97
SUDESTE	49,58	68,81	59,22	17,93
Minas Gerais	36,00	55,57	43,84	14,53
Espirito Santo	21,46	49,58	39,22	16,33
Rio de Janeiro	53,83	68,09	54,93	9,56
Sao Paulo	59,34	78,81	60,76	21,35
SUL	34,84	66,37	61,08	38,38
Parana	42,36	67,44	69,02	36,03
Santa Catarina	18,21	45,67	37,17	22,47
Rio Grande do Sul	34,15	71,35	63,68	43,19
CENTRO OESTE	32,1	75,23	55,44	43,84
Mato Grosso	29,44	80,96	78,30	61,53
Mato Grosso do Sul	-	-	47,79	33,13
Goias	33,82	69,90	51,46	44,95
Distrito Federal	54,39	152,74	130,48	31,76
BRASIL	37,04	64,70	56,71	28,29

Fonte:BACEN,Anuario Estatistico de Credito Rural e IBGE/Censos Agropecuarios de 1970,1975,1980 e 1985.

Tabela No. 4.17

DISTRIBUIÇÃO DOS FINANCIAMENTOS RURAIS POR REGIÃO E ATIVIDADE NO BRASIL(*)

(1980/1990)

Cr$ 1.000,00

ANOS	ATIVIDADES	NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE		BRASIL		
		VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	TOTAL(**)
1980	AGRÍCOLA	858	3,3	4.145	16,3	8.297	32,8	9.460	37,2	2.719	10,7	25.457	81,4	31.286
	PECUÁRIA	111	1,9	1.058	18,2	2.362	40,5	1.716	29,4	581	10,0	5.829	18,6	
1981	AGRÍCOLA	554	2,4	4.211	18,1	6.915	29,8	9.158	39,5	2.374	10,2	23.212	85,5	27.137
	PECUÁRIA	110	2,8	811	20,7	1.588	40,5	884	25,1	432	11,0	3.925	14,5	
1982	AGRÍCOLA	374	1,7	3.106	13,8	7.559	33,7	9.154	40,8	2.266	10,1	22.461	85,5	26.278
	PECUÁRIA	155	4,1	675	17,7	1.579	41,4	976	25,6	431	11,3	3.817	14,5	
1983	AGRÍCOLA	352	2,1	2.209	12,9	5.489	32,1	7.095	41,4	1.982	11,6	17.126	86,3	19.837
	PECUÁRIA	103	3,8	619	22,8	1.026	37,8	744	27,4	218	8,1	2.711	13,7	
1984	AGRÍCOLA	449	4,2	1.357	12,6	2.937	27,3	4.575	42,5	1.444	13,4	10.761	88,8	12.116
	PECUÁRIA	200	14,8	302	22,3	359	26,5	363	26,8	130	9,6	1.355	11,2	
1985	AGRÍCOLA	159	1,1	2.045	12,9	4.125	26,1	6.825	43,1	2.657	16,8	15.822	91,6	17.278
	PECUÁRIA	58	4,0	480	33,0	409	28,1	356	24,5	153	10,5	1.456	8,4	
1986	AGRÍCOLA	239	1,2	2.778	13,6	5.506	26,9	8.378	40,9	3.586	17,5	20.486	79,5	25.765
	PECUÁRIA	230	4,4	880	16,7	1.768	33,5	1.318	25,0	1.082	20,5	5.279	20,5	
1987	AGRÍCOLA	215	1,2	2.258	12,7	4.837	27,1	7.252	40,7	3.256	18,3	17.828	87,8	20.310
	PECUÁRIA	113	4,6	514	20,7	667	26,9	685	27,6	503	20,2	2.482	12,2	
1988	AGRÍCOLA	109	0,8	1.252	9,3	3.267	24,4	5.694	42,5	3.081	23,0	13.404	93,5	14.332
	PECUÁRIA	36	3,9	98	10,6	239	25,8	413	44,5	142	15,3	928	6,5	
1989	AGRÍCOLA	577	4,6	813	6,5	2.682	21,5	4.216	33,9	4.164	33,4	12.452	95,1	13.088
	PECUÁRIA	33	5,2	64	10,1	106	16,6	298	47,0	135	21,2	636	4,9	
1990	AGRÍCOLA	57	0,8	500	7,4	2.224	32,7	2.897	42,6	1.120	16,5	6.797	90,9	7.477
	PECUÁRIA	45	6,6	180	26,5	127	18,7	178	26,1	150	22,1	680	9,1	

Fonte:BACEN:Anuario Estatistico do Credito Rural(*)A precos de 1969/01-IGP/FGV.

Tabela No 4.18

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS FINANCIAMENTOS RURAIS POR PRODUTOS NO BRASIL

(1980/1990)

Cr$ 1.000.00

FINALIDADE/PRODUTOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
	V.CONST.	V.CONST.	V.CONST.	V.CONST.	V.CONST.	V.CONST.	V.CONST.	V.CONST.	V.CONST.	V.CONST.	V.CONST.
CUSTEIO	51,0	52,4	57,1	54,2	75,3	71,4	55,9	57,3	56,0	51,0	51,9
Arroz	7,4	7,0	7,3	7,7	10,9	12,3	9,0	9,2	9,0	13,3	9,8
Feijão	3,7	4,3	3,4	2,3	3,5	2,4	3,1	2,4	1,3	1,7	2,7
Fruticultura	0,7	0,5	1,6	0,7	1,5	1,2	2,2	1,9	1,9	1,6	2,9
Mandioca	0,5	1,6	1,0	0,7	1,4	1,2	0,8	0,4	0,3	0,4	0,3
Trigo	2,9	3,1	3,3	2,3	3,7	5,4	9,6	5,6	3,9	1,6	4,5
Algodão	3,3	4,4	2,3	3,4	7,0	4,6	3,5	4,5	3,1	5,1	13,5
Cana-de-Açucar	4,5	5,1	7,9	7,3	2,2	3,0	3,0	3,2	4,0	3,5	5,8
Milho	6,7	6,0	7,6	5,4	8,5	9,9	10,2	8,2	8,6	9,9	11,2
Soja	5,9	9,5	11,5	13,9	18,3	16,8	12,7	15,4	25,8	33,3	15,4
Café	10,5	4,2	6,5	5,8	5,4	3,8	3,2	5,8	2,9	4,6	5,3
Cacau	0,7	0,7	1,0	0,7	1,0	0,6	0,9	0,5	0,3	0,0	0,1
Outros Produtos	14,0	12,4	13,4	12,9	13,1	7,2	8,9	9,3	7,0	5,4	10,8
INVESTIMENTOS	14,7	13,7	9,6	14,5	8,4	9,4	12,4	11,0	13,7	4,2	3,2
Formação Cafeeiros	4,0	3,5	0,9	2,0	0,9	0,9	0,7	0,9	0,8	0,4	0,3
Melhoramento Explorações	2,5	1,8	3,0	1,3	2,5	3,1	5,6	4,2	4,8	2,2	1,5
Máq/Equips Veículos	5,3	5,9	4,1	6,0	2,5	4,7	5,3	5,1	5,4	1,3	0,7
Outros Investimentos	1,1	1,2	1,5	5,2	2,4	0,7	0,8	0,7	1,8	0,3	0,6
COMERCIALIZAÇÃO	24,3	27,0	23,4	21,3	15,3	19,1	20,7	21,7	16,3	14,8	15,1
Arroz	2,3	2,9	2,2	2,7	3,0	5,2	4,6	4,8	4,9	3,9	1,0
Milho	1,2	2,7	2,2	1,5	1,8	2,4	1,5	1,5	3,0	3,2	0,8
Soja	5,9	7,5	5,3	6,0	2,7	4,3	3,7	3,2	1,2	0,4	0,7
Algodão	3,3	3,3	3,2	2,5	2,9	2,5	5,0	2,7	3,7	1,0	0,6
Feijão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,8	0,8	0,4	0,4	0,4	0,2
Outros Produtos	10,2	10,4	10,4	8,6	4,2	3,9	5,2	9,1	4,9	5,0	12,0
VALOR TOTAL	74.236	23.212	22.465	17.126	7.052	10.785	14.971	14.960	11.213	6.266	4.734

Fonte: BNB/Anuário Estatístico do Brasil(varios anos)A preços de 1989/DI-IBP/FGV.

Tabela No. 4.19

Distribuição dos Financiamentos Rurais Por Estrato de Area
(1970/1985)

Cr$1.000.000,00

Tamanhos dos Estabelecimentos	1970			1975			1980			1985		
	Número	Financ.	%	Número	Financ.	%	Número	Financ.	%	Número	Financ.	%
Mini												
Menos 10ha	2.519.630	127,0	22,4	2.601.850	124,2	17,3	2.598.019	250,1	23,0	3.064.822	808,1	3,5
Pequenos												
10<100ha	1.934.392	332,6	58,6	1.898.949	440,1	61,3	2.015.774	643,8	59,3	2.160.340	6.393,5	27,7
Médios												
100<1000ha	414.746	96,2	16,9	446.745	138,6	19,3	488.521	174,3	16,1	517.431	9.626,2	41,7
Grandes												
1000<10000ha	85.425	9,0	1,6	39.649	14,5	2,0	45.496	15,8	1,5	48.286	4.835,1	20,9
Megas												
10000ha e Mais	1.449	0,3	0,1	1.820	0,5	0,1	2.345	0,6	0,1	2.125	1.444,4	6,2
Sem Declaração	18.377	2,5	0,4	4.805	0,1	0,0	8.696	0,3	0,0	8.805	4,7	0,0
Total	4.924.019	567,6	100,0	4.995.252	718,2	100,0	5.159.851	1.085,1	100,0	5.801.809	23.111,7	100,0

Fonte:IBGE/Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

Tabela No.4.20

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS FINACIAMENTOS RURAIS POR TIPO DE BENEFICIÁRIO E PORTE DE PRODUTOR NO BRASIL
(1962/1990)

(%)

ANOS	PRODUTORES								COOPERATIVAS		OUTROS		TOTAL GERAL	
	Pequenos		Médios		Grandes		Total							
	Contr.	Valor	Contr.	Valor	Contr.	Valor	Contr.	Valor	Contr.	Valor	Contr.	Valor	Contr.	Valor
1962	85,76	35,16	11,49	28,96	2,25	21,02	99,49	83,16	0,42	15,97	0,09	1,77	100,00	100,00
1963	88,33	37,56	9,62	28,02	1,74	19,66	99,66	85,28	0,22	12,55	0,10	2,19	100,00	100,00
1964	85,63	33,16	10,78	23,16	3,26	26,80	99,67	83,14	0,27	10,84	0,06	1,02	100,00	100,00
1965	81,09	26,50	14,26	27,25	4,56	40,68	99,88	98,43	0,11	3,55	0,01	0,00	100,00	100,00
1967	76,62	21,07	16,06	24,39	6,88	42,42	99,56	87,88	0,21	6,65	0,13	5,47	100,00	100,00
1968	76,84	19,34	15,79	23,93	6,70	40,21	99,33	83,47	0,48	13,64	0,19	2,89	100,00	100,00
1969	80,19	16,80	11,83	23,09	6,27	48,73	99,29	88,63	0,57	8,42	1,14	2,95	100,00	100,00
1990	73,43	29,91	12,59	18,69	5,50	33,62	91,51	79,21	0,59	16,23	7,90	4,56	100,00	100,00

Fonte:Banco do Brasil/Boletins Trimestrais e BACEN/Anuários Estatísticos do Crédito Rural.

Tabela No.5.1

EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS HAVERES FINANCEIROS MONETÁRIOS E NÃO-MONETÁRIOS (%)

(1980/1990)

Discriminação	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Haveres Monetários (M)	32, 81	23, 67	12, 67	12, 50	10, 73	11, 22	39, 48	14, 86	9, 04	7, 52
Papel-Moeda em Poder do Público	6, 70	4, 95	4, 20	2, 71	2, 57	2, 49	5, 44	3, 56	2, 65	2, 87
Depósitos a Visita	26, 11	18, 72	13, 47	9, 78	8, 16	8, 73	24, 05	11, 30	6, 39	4, 65
Bancos do Brasil	3, 90	2, 80	2, 06	1, 59	1, 44	1, 26	4, 37	2, 31	1, 40	1, 25
Bancos Comerciais	20, 92	14, 65	10, 80	7, 57	6, 21	6, 95	18, 29	8, 22	4, 59	3, 08
Caixa Econômica Federal	0, 61	0, 46	0, 45	0, 31	0, 27	0, 29	0, 82	0, 51	0, 26	0, 14
Caixas Econômicas Estaduais	0, 68	0, 46	0, 31	0, 29	0, 23	0, 22	0, 54	0, 24	0, 13	0, 07
BNCC	0, 00	0, 14	0, 05	0, 03	0, 01	0, 01	0, 03	0, 01	0, 01	0, 00
Haveres Não-Monetários (N)	67, 19	76, 33	82, 33	87, 50	89, 27	88, 78	70, 50	85, 13	90, 96	92, 48
Depósitos de Poupança	22, 71	23, 51	23, 79	26, 18	25, 71	22, 74	21, 36	31, 70	32, 45	22, 32
Caixa Econômica Federal	10, 00	9, 67	9, 34	10, 04	10, 15	9, 25	9, 00	11, 98	11, 65	8, 37
Caixas Econômicas Estaduais	4, 04	3, 81	4, 08	3, 66	3, 36	2, 99	2, 95	5, 59	3, 48	2, 08
Sociedades de Crédito	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00
Imobiliário	7, 36	8, 77	9, 54	11, 77	11, 84	10, 37	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00
Associação Poupança e Empréstimos	1, 29	1, 27	0, 83	0, 69	0, 36	0, 13	9, 41	13, 92	13, 28	9, 47
Banco do Brasil/BASA/BNB/BNCC	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	2, 50
Depósitos a Prazo Fixo	14, 74	14, 76	13, 96	13, 91	16, 45	15, 45	18, 88	13, 78	12, 10	10, 54
Banco do Brasil	0, 02	0, 87	0, 84	0, 73	0, 70	1, 59	1, 81	1, 53	1, 69	2, 09
Bancos Comerciais	4, 81	4, 84	4, 70	5, 75	8, 24	8, 38	11, 56	7, 74	7, 46	1, 93
Bancos de Investimentos	9, 59	8, 36	8, 75	8, 12	8, 29	4, 25	4, 22	3, 74	2, 51	1, 47
Caixas Econômicas	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	0, 11
Bancos Múltiplos	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	4, 87
BNDES	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00
Bancos de Desenvolvimento	0, 31	0, 89	1, 68	1, 31	1, 21	1, 22	1, 23	0, 75	0, 43	1, 47
Letras de Câmbio	5, 33	4, 67	7, 43	6, 77	5, 42	5, 00	3, 00	1, 04	0, 48	0, 18
Letras Imobiliárias	0, 37	0, 25	0, 12	0, 11	0, 06	0, 01	0, 02	0, 01	0, 01	0, 81
BNH	0, 04	0, 03	0, 02	0, 02	0, 01	0, 01	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00
Sociedade de Crédito Imobiliário	0, 33	0, 23	0, 10	0, 10	0, 04	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00
Tit.Dív.Pub.Estadual e Municipal	3, 47	3, 91	4, 30	3, 88	3, 50	3, 50	3, 98	5, 72	4, 98	0, 83
Tit.Dív.Pub.Federal	19, 56	29, 22	32, 71	36, 68	37, 14	42, 08	23, 26	32, 88	40, 97	50, 12
Outros	0, 01	0, 00	0, 01	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00
Valor Total(Cr$1.000.000, 00)	4, 3	10, 8	24, 0	59, 4	243, 1	957, 1	1.544, 2	6.972, 7	75.956, 8	1.409.812, 0

Fonte:Boletins Anuais do Banco Central(vários números).

Tabela No 5.2

EMPRÉSTIMOS DO SISTEMA FINANCEIRO AO SETOR RURAL NO BRASIL(*)

(1980/1990)

Anos	Banco do Brasil				Bcos.Múltiplos				Bcos.Comerciais			
	V.Corrente	V.Const.	V.Anual	%	V.Corrente	V.Const.	V.Anual	%	V.Corrente	V.Const.	V.Anual	%
1980	0, 6	25, 3	-23, 02	80, 6	-	-	-	-	0, 2	6, 0	-22, 66	19, 2
1981	1, 0	20, 7	-17, 95	76, 6	-	-	-	-	0, 4	6, 3	5, 00	23, 2
1982	1, 6	20, 4	-1, 54	77, 7	-	-	-	-	0, 9	5, 8	-7, 94	22, 1
1983	3, 2	13, 3	-34, 94	67, 1	-	-	-	-	2, 4	5, 5	13, 07	32, 8
1984	6, 1	7, 5	-43, 55	61, 9	-	-	-	-	5, 2	2, 5	-61, 54	20, 6
1985	34, 6	12, 3	64, 55	71, 1	-	-	-	-	17, 6	5, 9	136, 00	34, 0
1986	113, 2	20, 2	63, 78	80, 2	-	-	-	-	62, 6	5, 5	-6, 76	21, 8
1987	425, 5	16, 0	-20, 76	75, 2	-	-	-	-	143, 2	4, 3	-21, 82	20, 3
1988	4.906, 0	23, 9	49, 18	79, 1	337, 0	1, 8	-	5, 0	865, 0	5, 1	18, 60	16, 9
1989	43.970, 0	15, 9	-33, 47	74, 9	11.511, 0	4, 4	140, 57	20, 7	8.670, 0	4, 3	-15, 69	20, 2
1990	866.609, 0	11, 9	-25, 16	84, 4	315.596, 0	4, 2	-3, 46	30, 0	112.674, 0	1, 5	-64, 83	10, 7

Fonte:BACEN/Relatórios Anuais de 1980 a 1991

(*)A preços de 1969/DI-GP/FGV.

Continuação

Saldo em Cr$1.000.000, 00

Anos	Outras Instituições				Total			
	V.Corrente	V.Const.	V.Anual	%	V.Corrente	V.Const.	V.Anual	%
1980	0, 1	2, 5	14, 28	5, 0	0, 9	31, 30	-20, 25	100, 0
1981	0, 2	2, 5	0, 00	9, 2	1, 6	27, 10	-13, 42	100, 0
1982	0, 2	6, 5	160, 00	24, 7	2, 9	26, 30	-2, 95	100, 0
1983	0, 5	3, 5	-46, 15	17, 7	6, 2	19, 80	-24, 71	100, 0
1984	0, 8	0, 8	-76, 57	6, 8	14, 0	12, 12	-38, 79	100, 0
1985	2, 3	0, 8	-7, 80	4, 4	54, 6	17, 36	43, 20	100, 0
1986	4, 1	5, 6	772, 76	26, 2	179, 9	25, 20	45, 19	100, 0
1987	19, 0	0, 8	-87, 76	3, 8	597, 8	21, 31	-15, 45	100, 0
1988	221, 0	1, 2	48, 10	4, 0	6.329, 0	30, 20	41, 71	100, 0
1989	2.726, 0	1, 0	-13, 13	4, 9	66.877, 0	21, 24	-29, 66	100, 0
1990	51.345, 0	0, 7	-33, 68	4, 9	1.348.224, 0	14, 10	-33, 51	100, 0

Tabela No.5.3
EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS FINACIAMENTO RURAIS DOS FUNDOS ESPECÍFICOS
(1980/1990)

ANOS	FUNDOS	FNRR		FUNDECE		FUNDEPE		FUNDAG		PROCAL	
	PÚBLICOS	IND.	%	IND.	%	IND.	%	IND.	%	IND.	%
1980	Recursos	100	46,1	100	0,3	100	5,1	100	11,4	100	1,8
	Investiment	100	51,5	100	0,4	100	6,8	100	2,6	100	1,2
1981	Recursos	76	45,3	51	0,2	82	5,4	26	3,9	52	1,2
	Investiment	69	38,2	45	0,2	68	4,9	61	1,7	70	0,9
1982	Recursos	65	39,5	26	0,1	48	3,2	14	2,1	26	0,6
	Investiment	56	36,2	28	0,1	37	3,2	13	0,4	34	0,5
1983	Recursos	18	35,3	-	-	0	0,0	9	4,2	0	0,0
	Investiment	32	49,6	-	-	0	0,0	37	2,9	0	0,0
1984	Recursos	11	39,7	-	-	0	0,0	3	2,4	1	0,1
	Investiment	15	35,3	-	-	0	0,0	11	1,4	2	0,1
1985	Recursos	21	19,5	-	-	1	0,1	1	0,3	0	0,0
	Investiment	26	18,5	-	-	1	0,1	5	0,2	1	0,0
1986	Recursos	15	59,7	-	-	1	0,5	2	1,9	-	0,0
	Investiment	21	30,1	-	-	1	1,0	13	4,2	-	0,0
1987	Recursos	14	53,7	-	-	1	0,3	0	0,0	-	0,0
	Investiment	26	47,8	-	-	1	0,2	0	0,0	-	0,0

Fonte:BACEN:Boletins e Relatórios Anuais do Banco Central.
(*)A preços de 1969/DI-IGP/FGV.

Continuação da Tabela No.5.3

ANOS	FUNDOS	PRONAZEM		PROALCOOL		OUTROS		TOTAL		
	PÚBLICOS	IND.	%	IND.	%	IND.	%	V.CONST	IND.	%
1980	Recursos	100	3,1	100	23,0	100	9,2	6.757	100	100,0
	Investimentos	100	3,7	100	28,9	100	5,0	4.400	100	100,0
1981	Recursos	69	2,7	112	33,1	70	8,3	5.243	78	100,0
	Investimentos	67	2,7	143	44,2	134	7,2	4.110	93	100,0
1982	Recursos	44	1,8	128	38,9	114	13,8	5.123	76	100,0
	Investimentos	43	2,0	143	52,0	87	5,5	3.486	79	100,0
1983	Recursos	3	0,4	25	24,8	89	35,3	1.562	23	100,0
	Investimentos	4	0,5	35	30,6	109	16,4	1.468	33	100,0
1984	Recursos	1	0,3	13	24,1	46	33,5	858	13	100,0
	Investimentos	1	0,2	24	32,4	132	30,6	954	22	100,0
1985	Recursos	1	0,0	30	13,6	361	66,3	3.374	50	100,0
	Investimentos	0	0,0	33	13,1	982	68,1	3.179	72	100,0
1986	Recursos	0	0,1	7	13,2	32	24,6	801	12	100,0
	Investimentos	0	0,1	9	32,0	113	67,4	368	8	100,0
1987	Recursos	0	0,1	3	6,0	53	39,8	827	12	100,0
	Investimentos	0	0,0	13	13,3	217	38,6	1.239	28	100,0

Tabela No.5.4

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FONTES DE FINANCIAMENTO RURAl NO BRASIL
(1986/1990)

(%)

FONTES	1986	1987	1988	1989	1990
TESOURO NACIONAL	35,4	48,3	33,3	33,8	26,7
RECURSOS OBRIGATORIOS	32,4	29,6	22,7	36,8	27,4
POUPANCA RURAL	-	17,8	44,0	29,4	20,0
RECURSOS CONSTITUCIONAIS	-	-	-	-	4,5
RECURSOS LIVRES	32,2	4,3	-	-	21,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte:BACEN/Anuários Estatísticos do Crédito Rural e Relatórios Anuais e Banco do Brasil/Relatórios Anuais.(Vários Números).

Tabela No.5.5

SAFRAS AGRÍCOLAS:Produção de Grãos no Brasil
(1980/1990)

1.000t

Produtos	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Amendoim	493	355	317	284	249	339	217	196	169	156	137
Arroz	9.776	8.228	9.735	7.742	9.027	9.025	10.404	10.422	11.806	11.088	7.425
Aveia	76	90	95	95	114	150	128	141	120	186	193
Centeio	10	24	4	3	3	13	5	4	2	4	5
Cevada	75	110	99	123	77	171	186	197	126	212	160
Feijao	1.968	2.341	2.903	1.581	2.626	2.549	2.219	2.019	2.901	2.334	2.239
Mamona	281	292	192	172	223	418	263	104	145	124	146
Milho	20.372	21.117	21.842	18.731	21.164	22.018	20.541	26.787	24.750	26.632	21.298
Soja	15.156	15.007	12.836	14.582	15.541	18.279	13.333	16.814	18.021	24.097	19.888
Sorgo	160	213	226	232	291	256	370	453	296	241	226
Trigo	2.702	2.210	1.827	2.237	1.883	4.320	5.638	5.889	5.751	5.140	3.140
Total	51.088	49.987	50.075	45.783	51.297	57.538	53.307	63.026	64.056	70.226	54.861
V.Anual(%)	-	-2,2	0,2	-8,6	12,0	12,2	-7,4	18,2	1,7	9,6	-21,9

Fonte:BACEN/IBGE/Anuários Estatísticos do Brasil. (vários anos).

Tabela Nº 5.8

Taxas de Juros Nominais e Reais dos Créditos de Custeio, Investimento
Comercialização e Aquisições de Fertilizantes e Outros Insumos no Brasil(*)
(1980/1990)

(%)

Anos	IGP-DI Anual	Taxas de Juros(**)														
		Custeio			Investimento			Comercialização			Fertilizantes			Insumos Gerais		
		T.Nom.	T.Real	T.Cor.	T.Nom.	T.Real	T.Cor.	T.Nom.	T.Real	T.Cor.	T.Nom.	T.Real	T.Cor.	T.Nom.	T.Real	T.Cor.
1980	110, 3	33, 0	-36, 8	0, 2912	38, 0	-34, 4	0, 3440	29, 0	-36, 7	0, 1152	0, 0	-52, 4	0, 4278	33, 0	-36, 8	0, 2912
1981	95, 2	45, 0	-25, 7	0, 1997	45, 0	-25, 7	0, 2570	45, 0	-25, 7	0, 7160	45, 0	-25, 7	0, 1997	45, 0	-25, 7	0, 1997
1982	99, 7	45, 0	-27, 4	0, 2135	71, 9	-13, 9	0, 1390	45, 0	-27, 4	0, 0769	45, 0	-27, 4	0, 2135	45, 0	-27, 4	0, 2135
1983	211, 0	117, 3	-30, 1	0, 2355	181, 6	-9, 5	0, 0950	117, 3	-30, 1	0, 0856	117, 3	-30, 1	0, 2355	117, 3	-30, 1	0, 2355
1984	223, 8	226, 8	0, 9	-0, 0670	226, 8	0, 9	-0, 0090	226, 8	0, 9	-0, 0022	226, 8	0, 9	-0, 0067	226, 8	0, 9	-0, 0670
1985	235, 1	230, 6	-1, 3	0, 0980	230, 6	-1, 3	0, 0130	230, 6	-1, 3	0, 0033	230, 6	-1, 3	0, 0098	230, 6	-1, 3	0, 0980
1986	65, 0	6, 5	-35, 5	0, 2603	6, 5	-35, 5	0, 3550	6, 5	-35, 5	0, 1038	6, 5	-35, 5	0, 2603	6, 5	-35, 5	0, 2603
1987	415, 8	342, 0	-14, 3	0, 1054	342, 0	-14, 3	0, 1430	342, 0	-14, 3	0, 0378	342, 0	-14, 3	0, 1054	342, 0	-14, 3	0, 1054
1988	1.037, 6	1.047, 1	0, 8	-0, 0060	1.047, 1	0, 8	-0, 0080	1.047, 1	0, 8	-0, 0020	1.047, 1	0, 8	-0, 0060	1.047, 1	0, 8	-0, 0060
1989	1.782, 9	1.791, 9	0, 5	-0, 0037	1.791, 9	0, 5	-0, 0050	1.791, 9	0, 5	-0, 0012	1.791, 9	0, 5	-0, 0037	1.791, 9	0, 5	-0, 0037
1990	1.476, 5	1.485, 6	0, 6	-0, 0045	1.485, 6	0, 6	-0, 0060	1.485, 6	0, 6	-0, 0015	1.485, 6	0, 6	-0, 0045	1.485, 6	0, 6	-0, 0045

Fonte:Atos Normativos e Circulares do Banco Central

(*)A metodologia adotada consta em Silveira(1992, p.100-105).

(**)T.Nom.São as taxas anuais das juros nominais.

(**)T.Real:São as taxas de juros reais, calculadas a partir da formula r=[(1+i)/(1+j)], onde r é a taxa de juros real anual de crédito rural, i é a taxa anual de juros nominais e j é a taxa de inflação anual medida pelo IGP-DI da FGV.

(**)T.Cor.São as taxas de juros reais corrigidas, obtidas pela formula r=s[(1+i)^1/12]^ni-1], onde re é a taxa de juros real corrigida,i é a taxa de juros real para cada tipo de financiamento rural, ni é o prazo medio das creditos de custeio e aquisicao de insumos(9 meses), investimento(12 meses) e comercializacao(3 meses).

Tabela No.5.7

Estimativa do Volume de Subsidios Implicitos nas Taxas de Juros do Financiamento Rural por Linha de Credito no Brasil(*)

(1980/1990)

Cr$1.000,00

Anos	Cred.de Custei		Cred.de Inves		Cred.de Comer		Cred.de Fertil.		Cred.Ins.Ger		Total(**)			Indicadores(***)		
	Valor Constante	Subsidios	Valor Constante	Subsidios	Valor Constante	Subsidios	Valor Constante	Subsidios	Valor Constante	Subsidios	Subsidios (1)	Credito Rural(2) (2)	Saldo Medio	(1/2)%	Taxa de Juros (%)	Subs./PIBa(%)
1980	17.703	5.155	5.869	2.019	7.715	889	5.481	2.345	2.551	743	11.150	31.266	21.075	35,6	-52,9	24,65
1981	15.915	3.178	4.194	1.078	7.027	503	3.326	664	2.507	501	5.924	27.137	17.867	21,8	-33,1	14,44
1982	16.904	3.609	3.446	479	5.928	456	0	0	0	0	4.544	26.278	17.606	17,3	-25,8	12,56
1983	12.334	2.905	3.312	315	4.191	359	0	0	0	0	3.578	19.837	13.610	18,0	-26,3	8,90
1984	8.541	57	1.491	13	2.085	-5	0	0	0	0	-48	12.116	8.418	-0,4	0,6	-0,11
1985	12.286	120	2.238	29	2.753	9	0	0	0	0	159	17.278	12.142	0,9	-1,3	0,33
1986	14.413	4.040	8.257	2.931	3.095	321	0	0	0	0	7.292	25.765	19.840	28,3	-36,8	14,54
1987	14.249	1.502	3.473	497	2.589	98	0	0	0	0	2.097	20.310	14.807	10,3	-14,2	4,79
1988	9.749	-58	2.296	-18	2.287	-5	0	0	0	0	-81	14.332	10.180	-0,6	0,8	-0,19
1989	10.419	39	1.376	-7	1.244	-1	0	0	0	0	-47	13.086	9.501	-0,4	0,5	-0,13
1990	5.597	-25	819	-5	1.060	-2	0	0	0	0	-32	7.477	5.262	-0,4	0,6	-0,09

Fonte:Esta tabela foi construida a partir dos dados das tabelas No.4.7 e No.5.6.

(*)Os valores dos subsidios sao o resultado do produto da taxa real de juros corrigida(Tab.No.4.7) pelos valores dos financiamentos rurais por finalidade de credito.(Tab.5.6).

(*)Os valores constante estao a precos de 1969:IGP-DI/FGV.

(**)Os saldos medios anuais foram calculados a partir da formula SI= [(Cc.Pc/12)+(Ci.Pi/12)+(Cm.Pm/12)], onde Cc,Ci e Cm sao,respectivamente,os volumes dos creditos de custeio,investimento e comercializacao;e Pc,Pi e Pm sao,respectivamente, os prazos medios dos creditos de custeio(9 meses),investimento(12 meses) e comercializacao(3 meses).

(***)Indicadores:(1)A taxa media real dos juros subsidiados e o resultado da divisao do total do subsidio pela estimativa do saldo medio.(2)Subs./PIBa(%).Trata-se da relacao percentual entre o total do subsidio anual e o PIB agropecuario.

Tabela No.5.8

DESMPENHO MÉDIO DO SETOR AGROPECUÁRIO NO BRASIL
(%)

PERIODOS(*)	PRODUCAO	AREA	PRODUTIVIDADE
ANOS 70			
1975/1970	6,5	4,7	1,8
1980/1975	1,7	3,1	(1,4)
1970/1980	4,1	3,9	0,2
ANOS 80			
1985/1980	5,1	0,4	4,7
1990/1985	6,6	2,1	4,5
1990/1980	5,8	1,2	4,6

Fonte:CFP/SUPEC.
(*)Taxas Anuais(%)

Tabela No.5.9 FINANCIAMENTOS RURAIS CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS POR FONTE DE RECURSOS NO BRASIL(*)
(1990)

(%)

FONTES	CUSTEIO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO		TOTAL GERAL	
	EMPREEND.	V.CONST.	EMPREEND.	V.CONST.	EMPREEND.	V.CONST.	EMPREEND.	V.CONST.
RECURSOS DO TESOURO	47,87	24,9	8,2	16,9	77,4	43,9	41,7	28,7
Agrícola	45,23	23,9	5,5	15,7	77,4	43,9	39,1	25,8
Pecuário	2,64	1,0	2,7	1,2	0,0	0,0	2,6	0,9
RECURSOS OBRIGATÓRIOS	35,28	28,3	29,5	39,2	14,5	21,0	34,0	27,4
Agrícola	33,35	25,4	22,8	18,7	14,2	20,6	31,3	24,0
Pecuário	1,93	2,9	6,5	10,5	0,3	0,4	2,7	3,4
POUPANÇA RURAL	6,06	26,4	0,5	1,9	0,2	0,2	5,0	20,0
Agrícola	6,02	26,3	0,1	0,5	0,2	0,2	4,9	19,8
Pecuário	0,04	0,1	0,4	1,4	0,0	0,0	0,1	0,2
RECURSOS LIVRES	8,56	18,4	6,0	10,5	7,8	34,6	8,1	19,9
Agrícola	7,59	16,6	3,0	5,2	7,6	34,5	6,8	17,9
Pecuário	0,97	1,8	3,1	5,5	0,2	0,1	1,3	2,0
FUNDOS CONSTITUCIONAIS	0,77	0,4	49,2	38,3	0,0	0,0	6,8	4,5
Agrícola	0,73	0,3	5,8	15,5	0,0	0,0	1,6	1,9
Pecuário	0,03	0,1	43,4	22,7	0,0	0,0	7,2	2,5
RECURSOS DOS GOV.ESTADUAIS	0,53	0,0	3,4	0,8	0,0	0,0	1,0	0,1
Agrícola	0,52	0,0	2,8	0,6	0,0	0,0	0,9	0,1
Pecuário	0,01	0,0	0,6	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	0,94	1,8	3,4	2,2	0,0	0,3	1,3	1,4
Agrícola	0,90	1,5	2,1	1,5	0,0	0,3	1,1	1,3
Pecuário	0,04	0,0	1,3	0,7	0,0	0,0	0,3	0,1
TOTAL GERAL(Cr$1.000.000)	668.323	5.597	135.636	819	11.475	1.060	815.434	7.477
Agrícola	94,34	94,1	42,0	57,8	99,5	99,4	85,7	90,9
Pecuário	5,66	5,9	58,0	42,2	0,5	0,6	14,3	9,1

Fonte:BACEN/RECOR

(*)A preços de 1989/DI-IGP/FGV.

Tabela No.5.10

DISPENDIOS TOTAIS E EFETIVOS COM POLÍTICAS AGRÍCOLAS E NA FUNÇÃO AGRICULTURA (1986/1990)

(US$1.000,00)

POLÍTICAS AGRÍCOLAS	1988		1989		1990		ANOS	DISPENDIO TOTAL NA AGRICULTURA
	DISPENDIO TOTAL	DISPENDIO EFETIVO	DISPENDIO TOTAL	DISPENDIO EFETIVO	DISPENDIO TOTAL	DISPENDIO EFTIVO		
CRÉDITO RURAL	2.367.131	(804751)	3.037.717	1.436.595	921.154	303.399	1980	4.864.434,9
Custeio	2.017.143	675.089	1.274.172	32.919	776.619	94.449	1981	3.293.964,4
Investimento	349.988	38.976	1.763.545	1.403.676	144.535	208.950	1982	3.289.109,2
EST.REGULADORES	166.535	13.183	133.514	58.498	36.549	23.351	1983	1.275.707,5
PGPM	2.166.915	103.763	1.235.253	60.611	774.674	36.611	1984	1.986.193,6
AGF	1.083.187	350.852	460.668	192.643	330.611	21.932	1985	4.144.965,6
EGF	1.083.728	454.613	774.615	(131832)	444.063	14.679	1986	7.332.499,2
TRIGO	2.737.526	1.260.414	2.104.302	795.730	1.015.871	(113011)	1987	10.183.935,6
ACUCAR	1.786.343	1.423.003	503.550	408.421	46.429	(18956)	1988	8.263.674,2
CAFE	1.033.856	815.737	16.848	2.124	12.481	(66600)	1989	6.456.855,6
PROAGRO	397.248	397.629	215.170	215.765	318.371	318.371	1990	6.271.614,2
TOTAL	10.669.554	3.001.432	7.246.384	2.977.744	3.125.529	483.165		

Fonte:Gasquez, Jose Garcia & Verde, Carlos M. Villa.RECURSOS PARA A AGRICULTURA E A ORIENTACAO DOS GASTOS PÚBLICOS. Texto Para Discussão No./229. Brasilia, IPEA, Agosto/1991.

(*)Os dispendios efetivos e o resultado da diferenca entre dipendio total e a receita.

(**)A precos constantes de 1990.

Tabela No.5.11

DISTRIBUIÇÃO DAS VENDAS DE TRATORES DE RODAS POR REGIÃO NO BRASIL
(1980/1990)

Em Percentagem(%)

Anos	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	C.OESTE	TOTAL
1980	1,50	10,80	41,50	34,20	12,00	100,00
1981	1,00	12,50	40,00	39,30	7,20	100,00
1982	0,90	8,10	32,90	50,20	7,90	100,00
1983	0,80	4,30	30,00	54,40	10,50	100,00
1984	0,70	4,00	39,10	44,90	11,30	100,00
1985	1,30	8,40	41,20	38,40	10,70	100,00
1986	2,00	8,60	41,80	35,70	11,90	100,00
1987	2,30	12,00	36,00	36,20	13,50	100,00
1988	1,50	10,20	30,90	40,30	17,10	100,00
1989	2,10	8,30	43,80	29,80	16,00	100,00
1990	2,90	10,20	49,40	24,20	13,30	100,00

FONTE:ANFAVEA

Tabela No.5.12

INDICE DE MECANIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA
(1960/1990)

Anos	Area Cultivada (1000ha)	Frota de Tratores Rodas	Indice de Mecanizacao(
1960	25.672	62.684	410
1965	31.637	76.691	413
1970	34.912	97.160	359
1975	41.811	273.852	153
1980	47.641	480.340	99
1981	46.780	496.943	94
1982	49.171	508.082	97
1983	43.236	514.037	84
1984	47.508	535.416	89
1985	49.529	551.036	90
1986	52.003	566.060	92
1987	52.645	568.959	93
1988	52.979	558.265	95

Fonte:IBGE/ANFAVEA